

Malala

v. 12, n. 15 – dez./2024

ISSN 2446-5240

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O ORIENTE MÉDIO E MUNDO MUÇULMANO

Universidade de São Paulo (USP)
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)
Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM)

Editor responsável

Peter Robert Demant

Editor associado

Rafael Antônio Duarte Villa

Editoras executivas

Cila Lima

Natália Calfat

Assistente editorial

Maria Eduarda F. Maekawa

Vitória Perpétuo Bruno

Conselho Científico

Angelo Segrillo, Universidade de São Paulo, Brasil

Ariel Finguerut, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Arlene Clemesha, Universidade de São Paulo, Brasil

César Henrique de Queiroz Porto, Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Guilherme Casarões, Universidade de São Paulo, Brasil

Ihsan Yilmaz, Istanbul Institute, Turquia

Isabelle Christine Somma de Castro, Universidade de São Paulo, Brasil

Mona Mohamad Hawi, Universidade de São Paulo, Brasil

Monique Sochaczewski Goldfeld, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasil

Marcos Alan S. V. Ferreira, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Muna Omran, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Nizar Messari, Al Akhawayn University, Marrocos

Norma Breda dos Santos, Universidade de Brasília, Brasil

Oswaldo Coggiola, Universidade de São Paulo, Brasil

Safa Jubran, Universidade de São Paulo, Brasil

Said Chaya, Universidad Austral, Argentina

Samuel Feldberg, Universidade de São Paulo, Brasil

Silvia Feraboli, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tullo Vigevani, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Capa

Fotografia: Matrah

Autoria: Marina Najjar

Local: Bishmizine, Líbano

Data: 15/08/2024


Modelos: Marina e Marta Najjar

Motivada a registrar um reencontro das minhas raízes com o Líbano, terra natal de minha família, foi criada uma série durante nossa última viagem, onde exploro a conexão e movimento do corpo em interação com formações de oliveiras e paisagens de mais de trezentos anos, plantadas pelos nossos ancestrais. A imagem foi criada como autorretrato, junto de minha irmã, para honrar a Palestina. As oliveiras representam o mundo árabe, cujas plantações vêm sendo destruídas pelas ocupações sionistas na Palestina e sul do Líbano. A imponência e resistência das árvores, junto dos tecidos representando a cultura árabe – como o Keffiyeh, Abaya, e a escolha de cobrir os rostos –, dão a unidade e afirmação da cultura que vem seguida de tentativas violentas de serem apagadas pelo genocídio do povo árabe-palestino. Marina Najjar, 2024.



Artigos licenciados sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

A photograph of two women standing in an olive grove. They are wearing headscarves and light-colored clothing. The scene is bathed in warm, golden light, suggesting late afternoon or early morning. The trees are large and leafy, creating a dense canopy. The ground is covered with dry leaves and twigs.

As publicações são de inteira responsabilidade de seus/suas autores/as.
As opiniões emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da *Malala: Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano*.

■ sumário

Apresentação

- Um ano do 7 de outubro: genocídio, antissemitismo e outras contribuições acadêmicas sobre o Oriente Médio, por *Cila Lima e Natália Calfat* (GTOMMM) 5

Entrevista

- The rise of contemporary antisemitism: an odd confluence of progressives and islamists, com *Susie Linfield* (NYU)..... 9

Artigos

- As forças e fraquezas das soluções integradoras para o conflito Israelo-Palestino (traduzido do original em *The Middle East Journal*), de *Bashir Bashir* (OUI)..... 21
- Escavar entre espólios e ruínas: cinema no exílio e a busca pelos arquivos audiovisuais palestinos contra o memoricídio, de *Isabella Almeida de Abreu Aquino* (USP) 49
- A anatomia e a psicologia do genocídio em Gaza: interrelações, de *Jamil Zugueib* (UFPR), *Ashjan Sadique Adi* (USP) e *Fabio Bacila Sahd* (UFPR)..... 69
(Versão em inglês disponível)
- Feminismo de vanguarda no Egito, islã e representação das mulheres na literatura, de *Maria Carolina Gonçalves* (USP), *Vitória Perpétuo Bruno* (USP) e *Beatriz Berto Milanez* (UNESP)..... 89
(Versão em inglês disponível)
- Para além do feminismo ocidental hegemônico: movimentos sociais de mulheres muçulmanas, o caso da Turquia, de *Letícia Naomi Tokusato* (UFABC) 107
- O processo de tomada de decisão de Gamal Abdel Nasser na formulação da política externa egípcia durante os conflitos no *Canal de Suez*, de *Bruno Vicente Lippe Pasquarelli* (CEBRAP) e *Thatiane Gabrielle Bôscoa* (PUC-MG) 127
- A guerra cibernética sob a ótica de Clausewitz: um estudo de caso sobre o Stuxnet, de *Amanda Neves Leal Marini* (ECEME), *Lucas Chrystello Pederneiras* (ECEME) e *Sandro Teixeira Moita* (ECEME)..... 159

Resenhas de livro

- Niebla En Tánger* de Cristina López Barrio e os Resquícios de Estereótipos e Orientalismo, de *Lucilea Ferreira Gandra* (USP)..... 179
- El *middle ground* como un desafío a la sabiduría convencional del orden internacional, de *Luana Menezes* (UMA)..... 197

UM ANO DO 7 DE OUTUBRO: GENOCÍDIO, ANTISSEMITISMO E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O ORIENTE MÉDIO

O décimo quinto número da Malala – Revista Internacional de Estudos sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano é lançado dias depois da guerra de Israel sobre Gaza completar 1 ano. Durante 2024, os noticiários reportaram incessantemente as mazelas e desdobramentos do conflito, que atualmente inclui não somente o Líbano como também o Irã, o Iêmen, a Síria e o Iraque como cenários deste tabuleiro.

Para esta nova edição, a revista esperava que contribuições sobre o conflito israelo-palestino chegassem à equipe editorial em números volumosos. Esta expectativa se dava não somente em razão da urgência da guerra e da necessidade de um cessar-fogo (como presente em nota do editor publicada em edição anterior) mas também pela tradição da revista em promover tais discussões – refletindo a própria prática da academia brasileira.

Desde o primeiro número (2013) contamos com interessados na temática, a exemplo da publicação, dentre tantas outras, de “Relatos de uma pesquisa de campo em Israel e Palestina”. Em 2014 e 2015 produzimos dois números sequenciais cuja temática era exclusivamente o conflito israelo-palestino, incorporando pluralidade de visões e de formatos de contribuições, inclusive em caráter interdisciplinar, característica que marca a linha editorial desta revista.

Ainda assim, apesar da guerra sobre Gaza de 2024, este ano não pareceu ser especialmente marcado por contribuições ligadas à questão israelo-palestina. Arriscamos pensar que as razões para tanto podem ter a ver com a excessiva demanda de pesquisadores e analistas em atender às requisições constantes dos diferentes canais jornalísticos; com as demandas de investimentos em projetos pessoais tais como livros e canais nas redes sociais; do excesso de iniciativas acadêmicas, da sociedade civil e políticas sobre o tema, talvez sem precedentes; ou em razão da pura estafa e esgotamento daqueles que discutem o tema academicamente há anos.

Não obstante, o número 15 da Revista Malala não se furtou ao debate. Abrindo as discussões com uma entrevista inédita de **Susie Linfield** (New York University) conduzida por Ariel Finguerut (membro do comitê científico da Revista Malala) na qual discutem as manifestações contemporâneas do antissemitismo e o que a autora chama de “estranha confluência entre islamistas e progressistas”. A publicação também conta com três artigos (dois deles inéditos e uma tradução) em torno da questão palestina. O primeiro é a tradução inédita ao português da publicação de **Bashir Bashir** (*Open University of Israel*)

■ apresentação

originalmente publicada pelo *The Middle East Journal* (*Middle East Institute*) e gentilmente cedida à Malala. Bashir discute a engenharia política de compartilhamento de poder entre israelenses e palestinos em “Os pontos fortes e fracos das soluções integrativas para o conflito israelense-palestino: liberalismo, binacionalismo, soberania compartilhada e reconciliação histórica”. Ainda sobre o tema, a revista apresenta o artigo “Escavar entre espólios e ruínas: cinema no exílio e a busca pelos arquivos audiovisuais palestinos contra o memoricídio” de **Isabella Almeida de Abreu Aquino**, que reflete sobre as tentativas de expropriação, espólio e apagamento de signos da memória e dos arquivos audiovisuais da população autóctone árabe-palestina. A contribuição “A anatomia e a psicologia do genocídio em Gaza: inter-relações” (com a versão traduzida para o inglês) de **Jamil Zugueib, Ashjan Sadique Adi e Fabio Bacila Sahd** apresenta as principais considerações do Relatório “Anatomia de um genocídio” de Francesca Albanese, cruzando-o com produções atuais e interdisciplinares, enfatizando o conceito jurídico de *apartheid* como chave interpretativa necessária para entender os danos psicológicos provocados à população palestina.

Neste número 15 também contamos com artigos de temas diversos, considerando o caráter multidisciplinar da revista, como os artigos que envolvem as temáticas de Gênero no Oriente Médio, o primeiro “Feminismo de vanguarda no Egito, Islã e representação das mulheres na literatura” (contando com a versão em inglês) de **Maria Carolina Gonçalves, Vitória Perpétuo Bruno e Beatriz Berto Milanez** abordando os gêneros biográficos e autobiográficos de feminista, pioneiras no Egito (tendo como base seus escritos em árabe): Aicha Taymur (1840-1902), Zaynab Fawwaz (1850-1914), Nabawiyya Mussa (1886-1951), Huda Chaarawi (1879-1947), Malak Hifni Nassef (1886-1918) e Nawal El-Saadawi (1931-2021). O texto aborda também outras pioneiras como a libanesa Anbara Salam al-Khalidi (1898-1986) e a palestina Fadwa Tuqan (1917-2003) (com a versão traduzida para o inglês). O segundo “Para além do feminismo ocidental hegemônico: movimentos sociais de mulheres muçulmanas, o caso da Turquia” de **Leticia Naomi Tokusato** debatendo a adoção de valores ocidentais nos movimentos de mulheres na Turquia durante a primeira parte do século XX. Num primeiro momento, destaca-se o movimento das feministas seculares turcas e, num segundo momento, o feminismo islâmico. Este é apresentado como um feminismo híbrido, que busca conciliar as perspectivas feministas com o paradigma islâmico, de um ponto de vista não ortodoxo, em favor da igualdade de gênero e da modernidade.

Neste número também contamos com artigos de geopolítica do Oriente Médio em geral, como “O processo de tomada de decisão de Gamal Abdel Nasser na formulação da política externa egípcia durante os conflitos no canal de Suez” de **Bruno Vicente Lippe Pasquarelli e Thatiane Gabrielle Bôscoa**, que analisa como o processo de tomada de decisão do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser influenciou a política externa durante os conflitos no Canal de Suez, após nacionalização da rota pelo Egito. E “A guerra cibernética sob a ótica de Clausewitz: um estudo de caso sobre o Stuxnet” de **Amanda Neves Leal**

■ apresentação

Marini, Lucas Chrystello Pederneiras e **Sandro Teixeira Moita** analisando criticamente o estudo de caso sobre o Stuxnet que teve como principal alvo o Irã, no início da década de 2010.

Este número conta também com duas resenhas de livros: “Niebla en Tânger de Cristina López Barrio e os resquícios de estereótipos e orientalismo” de **Lucilea Ferreira Gandra** abordando as narrativas orientalistas de Cristina López Barrio em sua obra *Niebla en Tânger* (2017), abordando a necessidade de utopias, que faz de Tânger o sonho de comunhão inter-religiosa e interétnica, gerando assim uma profusão de obras ambientadas nesta cidade; e “*El Middle Ground como un desafío a la sabiduría convencional del orden internacional*” de **Luana Menezes** analisando o livro *Understanding Shiite leadership: The art of the middle ground in Iran and Lebanon* de Shaul Mishal y Ori Goldberg focando nos conceitos de *High Ground* e *Middle Ground* apresentados pelos autores.

Boa leitura!

Cila Lima

Natália Calfat

Editoras executivas da Revista Malala



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



THE RISE OF CONTEMPORARY ANTISEMITISM: AN ODD CONFLUENCE OF PROGRESSIVES AND ISLAMISTS

Entrevista com **Susie Linfield**^{1,2}

Revista Malala (RM)

Hate and resentment against Jews is something that has always been part of the Jews' history, but now just with the Hamas attack on October 7, we have seen a surge of antisemitism. Do you agree with this "fact", or, in your opinion, what is happening after the Hamas attack on October 7 is of a different nature?

Susie Linfield (SL)

So that's a good question. You know, I think that antisemitism is something that always exists, and I think that at certain points, it bubbles up, and it surges up, and at some points, it is relatively quiet, at least in some parts of the world. And I think that what's happened since October 7 is a sort of confluence of factors. I mean, as soon as the attack happened, even before Israel had dropped one bomb on Gaza or sent one soldier into Gaza, there were already all these cries about how Israel is genocidal and it's all Israel's fault and, you know, all of this. So, let me distinguish between two things: between criticizing the government and policies of Israel (which I do – I am against the settlements; I am against the occupation), but I think that we saw something else which I do think is antisemitic, which is a complete delegitimization of the existence of Israel itself, that Israel as a state, as a country, as a nation, as a culture, has "no right to exist". Even at my own university, NYU, there were student protests that said, "We don't want no two states; we want all of 48," meaning the elimination of Israel as a state for the Jewish people, meaning the elimination of Jews in Israel. So, yeah, that's antisemitic, and I think that in a lot of – not all – but a lot of demonstrations, you just see this really visceral, visceral hatred and these very old antisemitic tropes coming to the fore.

1. Susie Linfield is a full-time Faculty Professor of Journalism at the New York University (NYU) Arts & Science Department, writing about the intersection of culture and politics. Professor Linfield received her B.A. from Oberlin College, where she studied American history, and her M.A. in journalism from NYU (minor: documentary film). Among her latest books are *The Lions' Den: Zionism and the Left from Hannah Arendt to Noam Chomsky* (Yale University Press, 2019) and *The Cruel Radiance: Photography and Political Violence* (University of Chicago Press, 2010).

2. Virtual Interview conducted on March 27th, 2024, by Ariel Finguerut. Finguerut has a PhD in Political Sciences from UNICAMP and is an editorial board member of Malala – International Journal of Studies on the Middle East and the Muslim World.

At Columbia University, of all places, where there've been a lot of demonstrations, there was a sign accusing Israelis of harvesting organs from dead Palestinians. So, first off, that makes no sense, because no one harvests organs from dead people. But second of all, you know, it was almost going back to the Middle Ages, of this idea that Jews take the blood of Christian boys to make *matzoh*, all of that. So, yeah, I think that there are a lot of different things that are in the mix. And sometimes it's hard to separate them out. So, for a very long time, a lot of people, let's say in the BDS movement, have insisted that antizionism isn't antisemitism. And it's certainly true that one can be an antizionist – one can have the critique of Zionism – without being antisemitic. But I think what's been shown since October 7 is that often antizionism *is* antisemitism, that often the two *are* the same. And I've been very struck by the fact that people in BDS and those organizations haven't seemed to acknowledge that at all, that maybe their vilification of Israel has sort of morphed into a hatred of Jews themselves. So, you see all sorts of classical antisemitic tropes, but something else, I think, has happened, which is that there's a whole, I think, among "progressive" organizations now, a whole analysis which I don't agree with, that the world is divided between colonizers and indigenous people, and that that's the main distinction in the world. And so, I think what you see is a lot of traditional antisemitism that has been sort of incorporated into that analysis.

RM

Yeah, that would be exactly my second question. I think that antisemitism today is more left-wing than it used to be. So, progressives and students that are more left-wing are more likely to criticize not just Israel as a state, but also – I don't know if "contamination" is the right word – but it's like a virus. And they get in contact with this antisemitic rhetoric, and, as you said, it's mixed up with all the Israel critique, but in practical terms, it's antisemitic, right?

SL

Yeah, I think so, and in some ways, I don't really care that much if a critique is antisemitic or not. In a way, to me what's more important is where does it lead? So, if someone says, "I don't believe in the State of Israel," and then they say, "I'm not an antisemite," I don't really care if they're an antisemite or not. I think they just have bad politics. I think they have politics that will lead to the violent dissolution of the state. That's a genocidal project. So, I think too much time is spent on, "Is it antisemitic? Is it not antisemitic? I'm not an antisemite!" And I think, okay, you're not an antisemite. *Mazel tov*, you're not an antisemite. But that doesn't mean that the politics that you're putting forth aren't deadly. And I think especially in the western left, there has just been a bizarre sort of alliance between progressives, who presumably believe in things like women's liberation and gay liberation and queer rights and diversity and welcoming refugees, and all sorts of things like that

– free speech, the ability to publish, to write, to think. I mean these are things that traditionally progressives have championed. And there’s been an odd alliance with Islamist groups, either overtly supporting them, or at least not criticizing them – groups like Hamas and Hezbollah, who are the antithesis of that. They hate all those things. Their politics are about establishing brutal Islamist dictatorships. You see what Hamas has done in Gaza. You see what Hezbollah has done to Lebanon. So, they’re the antithesis of everything that progressives have traditionally championed. And yet there’s this odd confluence, that somehow these Islamist groups represent the “indigenous” or the “oppressed” or the “formerly colonized,” etc. It’s a very, very odd alliance. And I think a lot of these progressives, if they went into Gaza—not right now, but when Hamas was controlling it—or if they went to the parts of southern Lebanon that Hezbollah controls, or if they went to Iran, they wouldn’t last for two seconds! They would find themselves in very, very bad shape. And I guess I feel the same thing about people who talk about one state. I believe in two states. I know how difficult that is right now, but again, I think that there’s no place else other than the Israeli-Palestinian conflict where that’s put forth. So, I think if you went into Bangladesh and you said to Bengalis, “You should really be one state with Pakistan,” again, you would not last very long. They didn’t want to be one state with Pakistan. They felt oppressed by Pakistan; they wanted their own self-determination. And I think a lot of people, including some left-wing Jews, anti-Zionist Jews in the west now—especially in Brooklyn—take sort of the same position. They just can’t acknowledge that Zionism was meant to be the self-determination of a people who had been oppressed in the most violent and degrading ways for hundreds and hundreds of years. And that, to me, is still a completely valid project.

I don’t think the occupation is a valid project. I don’t think the oppression of Palestinians is a valid project. But I do believe that self-determination for the Jewish people is as valid a project as it is for Bengalis or Iraqis or Vietnamese or Palestinians or Kurds or anyone else in the world. And again, I find it very odd that progressives, who claim to be for self-determination, they’re for self-determination for everyone in the world, except for Jews. So, I think that that’s a lot of what’s going on. I think that’s been going on for a long time. But I think that October 7 made all this much clearer and much more serious and much more dangerous.

RM

I want to just reason a little bit more about this progressive and left-wing relationship with what’s going on right now. I was reading Frantz Fanon, and it was interesting because he said something like, “Every time someone talks about the Jews, you should be concerned, because they’re talking about you.” So, anybody who is an antisemite might be a racist, too. But nowadays, it seems like progressives are “canceling” the Jews; they are arguing against the Jews as there is nobody from the left in the Jewish community around the world. How do you see this “cancellation” of the Jews?

SL

Yeah, I think people have forgotten that part of Fanon. You know, Fanon also said something interesting where he basically said to the newly emerging nations that had been fighting against colonialism, “Stop looking to the past. Now you’ve got to look to the future and build something new.” Of course I’m paraphrasing, but that’s sort of the essence of what he was saying at one point. And I think that this whole idea called decolonialization, which is obsessed with the idea that colonialism is still the main problem of the world, is a way of looking backwards as opposed to looking forwards. And when you look at a lot of the problems of the global south, especially the Middle East, where all of these countries are basically failed states now, right? You have Iraq, Syria, Lebanon, Yemen, Egypt—a dictatorship. These are terrible, terrible countries. They’re dictatorships, they’re violent, they’re repressive and they use torture. And the idea that colonialism is the problem, or that Israel is the problem, is actually ludicrous. And yet somehow, that idea seems to be gaining credence, even though there is zero evidence for it.

I followed the Arab Spring; I was totally fascinated by it. And I was so hopeful. I remember watching on CNN the demonstrations in Tahrir Square and reading about the beginning of what was happening, in the early days of what was happening in Syria. And it was the first time where you saw very large numbers of citizens of the Arab countries out in the streets. And instead of saying, “Death to Israel,” they were saying, “Down with the dictator.” And they were saying, “Dignity” and “We want citizenship, we want freedom.” And Israel had nothing to do with those protests, and it had nothing to do with the failure of those protests. And I was sort of hoping that because of those protests, this obsession with Israel as the great evil of the Middle East would really cease. But now, especially with October 7 and with the war in Gaza, I feel that the Israeli-Palestinian conflict is right back center stage, and it’s all anyone in the left seems to care about at all.

RM

I’d like to discuss a point that you mentioned, that is, the fact that Israel is a national state. There is legitimacy in that, but also in the fact that Hamas is a terrorist group. So, when we see public manifestations (pro-Hamas or pro-Palestine), they tend to see terrorism as a legitimate way to do a political fight. How do you see this change historically? We know that leftist intellectuals condemn terrorism. They say we should not legitimize terrorism because one day it will come against us. We are bringing authoritarians into power. But especially in Generation Z, we see this idea that it’s legitimate to fight against Israel using terrorism. How do you see this change?

SL

Yeah, well, unfortunately, I think the left changed its view on terrorism a while ago—first, with the Algerian war and then with the PLO, with the Palestinian movement.

And remember, terrorism in the mid-20th and 21st centuries is very different than it traditionally was. You remember Russian terrorists—like the Russian revolutionists of the late 19th century—they did things like trying to assassinate the czar. But they never would have thought of planting a bomb in the middle of Red Square. It was never against civilians. Or think of how World War I started—right, with the assassination. But it was never against civilians. It was always against representatives of the government. I'm not saying that that's right or wrong, but it was against the leaders that we were seeing. So, really, with the Algerian war, it becomes against civilians. And that really continued mainly with the PLO, but not only the PLO. What's very interesting to me is that most of the left-wing revolutions that succeeded did not use terrorism against civilians. The Vietnamese never did that. The Chinese communists obviously had a lot of violence, but again, it wasn't a violence against civilians in the same way. The African National Congress did not do that. But yeah, the Palestinian movement definitely did that. And I think it legitimized it for the left. Now you see Hamas has taken that to a level where, when you think about it, it is completely and totally bizarre. The Sandinistas never did that. The FMLN in El Salvador never did that. But Hamas has a completely perverse strategy (which I have to say is working, in a way, but is totally bizarre when you think about it), which is that it wants as many Palestinians to die as possible. The more Palestinians die in front of the cameras, in front of the world, the more the animus against Israel, et cetera. And at the beginning, when Israel first went into Gaza after October 7 and started bombing, one of the top Hamas leaders was asked about the civilian casualties, because they must have known that there was going to be hell to pay. I mean, maybe they'd have been a little bit surprised, but they must have known, given what they did, that Israel was going to react with ferocity. And this Hamas official—I forget his name (I actually wrote something about this)—he said, "We're proud to be a nation of martyrs, and we're proud to produce martyrs." And I thought, "Wow, have you asked all those children if they want to be martyrs?" It's really an astonishing thing for a group to say.

RM

I just would say that also countries like Jordan and Egypt, they could receive Palestinians, but they say, "No, we won't intervene because if we do that, we are fighting against the cause of Palestine." So, that decides against Israel, and this will be their victory. It's like a narrative for death. Really, it's pro-death.

SL

Yeah, and we now know that there's about 450 miles of tunnels underneath Gaza, which is really extraordinary; I mean, Gaza is only 25 miles long, so all of it is an underground city, basically bomb shelters where the Hamas leaders are with food and water and fuel. And, of course, they could have let the population into those bomb shelters. Thousands and thousands of people would have been saved, just the way Israel has bomb shelters. And

they've also said—again, this was an interview they gave—and they said, “No, no. These are just for our leadership; the population doesn't come in here.” So, it's really quite extraordinary, and I'm sort of stunned with all of this talk about cease-fires. And I do think there has to be a humanitarian cease-fire. Obviously, much more aid has to come in. But I feel sort of stunned that nobody ever says, “Well, wait a second. All Hamas has to do is: It could declare a cease-fire. It could release the hostages, and that would end the violence.” They started the war, just like Russia started the war against Ukraine, but somehow it's always Israel that is supposed to have the cease-fire. And, again, that, to me, is very odd, and all of this suffering of the Palestinian people, which is very real, and is absolutely terrible. But Hamas really orchestrated it, and they continue to orchestrate it. They seem to want even more people to die.

RM

And they don't want to negotiate, right? They don't want to negotiate.

SL

Well, I read today that actually Israel has agreed—that there's an agreement that basically everyone has agreed to except Hamas—and they're saying, “We don't agree to it.” So, more people will die. More Palestinians will die. More Israeli soldiers will die. And it's extraordinary to me that it's totally out of the discussion of the left that Hamas could end this suffering. Not only could they end it: They seem to have orchestrated it to such a terrible degree that it is in. So, in a way I'm sort of flabbergasted; I feel that my perspective is so different than so much of the discourse that I hear and that I read.

RM

I also disagree with all the discussion in the public sphere that's happening. I see many intellectuals from the left, and people, for example, that studied terrorism for decades, saying, “We should pay attention to the fact that the next state is using terrorists now,” or how terrorism is part of international politics, et cetera. But now, facing Hamas, they say, “No, this is not terrorism; it's resistance.” So, they are not asking the right question. I mean, even Hamas admitted to terrorist acts, and they say they will do it again. It's very odd to see this discourse that doesn't match up. How do you see the role of intellectuals in the discussion?

SL

Well, I think there are different kinds of intellectuals. I think that the role of a lot of intellectuals in the US has been, frankly, shameful and personally embarrassing to me. I read things in journals. I've been involved—for a long time—with the journal *Dissent*, and

I've read things in there that just appall me and embarrass me. I think that there is an incredible amount of ignorance, where people say, "from the river to the sea, blah, blah, blah." People have very scant knowledge of the history of the conflict. And by that I don't mean to say that the Israelis have been the noble actors always in this conflict, by any means. But you have to really look at the conflict as a kind of dialectical movement between the Palestinian national movement and Zionism, the Israeli national movement. And that's very, very complicated history. I see in my own students that they don't know any of that history at all, and they seem to think that somehow these bedraggled refugees stumbled into Palestine, fleeing pogroms and the remnants of the camps, because they wanted to oppress Palestinians. They don't really have any knowledge; even the word Zionism has become a dirty word. So, I'm ashamed of a lot of American intellectuals, although not all.

I think that a lot of Israeli intellectuals have really been the people that I admire most because a lot of them are the people who seem to be able to keep more than one thing in their heads. And these are people who really have been fighting the occupation for a long time and have done a lot more than most of these college students who are ranting and raving, who've done nothing. And these Israeli intellectuals on the left have been fighting the occupation, have been fighting for equal rights for Palestinian citizens of Israel, and also are absolutely adamant, obviously, in their condemnation or the barbarism of Hamas, and not only its barbarism, but that its program is barbaric. It's not just that what it did is barbaric; it's that its program is barbaric; it's an eliminationist program. And they seem to be the only ones—of most of the people that I've read—who seem to be able to keep both of these things in their heads, or many things in their heads, and who really and truly do believe in human rights for all. Once you start saying, "Well, what Hamas did, raping people or burning people alive, or shooting parents in front of the children, or shooting children in front of the parents, or mowing people down, well, it's justified." Once you've said that, you've exited from any idea of universal human rights, and you have no right to call yourself a progressive. So, I think the role of a lot of intellectuals has been shameful and embarrassing, and sometimes shocking today. But again, there are different voices; there's not just one voice. The problem is that often the most virulent and extreme and Israel-hating and anti-Israel and one-sided voice tends to come to the fore. And I think that that's happening a lot on college campuses, where I think a lot of students are just intimidated to not be part of the most extreme groups.

RM

Absolutely, I was thinking about that. Sometimes, social media pushes people to accept more radical ideas because that gives more clicks, more follows. They give space to radical people. Here in Brazil, people that discuss or argue for the destruction of Israel have a lot of success in leftist digital media, like small groups that use social media to propagate.

SL

Yeah, I'm actually not on social media, just as self-protection, but I know, obviously, that millions, billions of people are getting their "news" and that you see these terrible images from Gaza. And they are real images. I mean, they're terrible, but that they see that on Instagram or whatever, and that's pretty much all they know of what's happening. I know that when Russia invaded Ukraine—I teach a course called Women and War, and my students told me that they were bewildered. They said that they were seeing all these images on Instagram, and they didn't really know what to believe, and they didn't know what was real. And I said, "Well, get off of Instagram! Instagram is not journalism." And I listed ten places—for example the BBC—there are millions of places that you can be reading and absorbing real journalism. But they needed to put down their phones and read what real journalists were reporting.

RM

So now I would like to discuss with you how this conflict between Israel and Palestine impacts US politics. So, in the United States, the support for Israel was a bipartisan issue. But I remember the discussion of the "lobby" of Israel from 2007 and also all their neocolonialism-influenced discussion on best foreign policies. So, maybe those discussions pushed the lines more to the right. How do you see the US-Israel relation today, especially because the United States will have an election this year? How does anti-semitism in Israel enter into the democratic/GOP, liberal/conservative political equation?

SL

That's a good question, and of course politics in the US are very topsy-turvy now. They're pretty crazy. Who knows what's going to happen with this election, which to the amazement to very many people, including me, somehow Trump seems to be ahead in the polls, which is just mind-boggling. But I think it's sort of complicated because, of course, the US has always been very supportive of Israel. But it's also true that the US, including democratic senators and people in Congress and in politics, were never, I think, critical enough of the settlement project. They were afraid to criticize Israel at all. And I know my friends in Israel, who are very left-wing – they're Zionists, left-wing Zionists – they, for years, expressed a lot of anger at the US for giving Israel a "blank check" for the settlements. So, there's that, and of course there are some very conservative groups which are pro-Israel, right or wrong, and they basically are very pro-settlement, I think. But then there are much more liberal groups like J Street, that believe in a two-state solution. They believe in a state for the Jewish people, but they also believe in a Palestinian state. So, there are different factors to it. I think that with the war in Gaza, you have a lot of young people who – I think two things are happening: I think a) they are genuinely appalled by what they see on TV

or on social media or whatever it is they look at. And I take that seriously. They *are* appalled. At the same time, they don't know anything about the conflict, and they have sort of forgotten that Hamas started the war. And when they call for a cease-fire now, I'm always thinking, "Well what do they think is going to happen *after* that?" Because Hamas will still be ruling part of Gaza, so how is that going to lead to peace? That's not going to lead to peace. As long as Hamas is ruling Gaza, there will never be a two-state solution because Hamas doesn't believe in a two-state solution. And there's no Israeli from the left to the right after October 7 who's willing to live with Hamas next door.

So, I take seriously the moral fervor of young people, but I also think that they often don't know what they're talking about. But it's definitely true that they are having an influence on the election. Some of them are saying that they're not going to vote for Biden, or they're not going to vote at all, or they're going to vote for a third party. But I should also say that sometimes I think that's a little bit exaggerated, because in different parts of the country, like if you went to some place like Nevada, you'd probably find a lot of young people who are very disillusioned with Biden, but they don't care at all about the Gaza war. All that they care about is the cost of living, what they care about are student loans, all sorts of things. So, I think that the effect that the war is having on US politics and the election is real, but I'm not sure how big it actually is. And I think in the Democratic party, you definitely have a left that's saying, "Israel is a genocidal state." But that's very few people. What you have now more is a sort of middle liberal, who are very supportive of Israel, but who realized lately that Netanyahu is leading Israel completely into the abyss. And to fight the way and to try to get rid of Hamas, while having no vision for what could come after, and you know Netanyahu keeps saying, "There could never be a Palestinian state," so where does that lead anyone? That doesn't lead anyone anywhere. So, I think that now you have liberal Democrats like Schumer who are speaking out much more than they did before. And personally, I think that maybe they should have done that a long time ago. But they are doing it now. And then, weirdly, you have Republicans who are very much, "Israel right or wrong. We support Netanyahu, et cetera, et cetera."

So, where all that will lead, I have absolutely no idea. I can't even tell you. Probably from afar, American politics seem very crazy right now. But however crazy it seems from afar, believe me, it's like a hundred times crazier when you're living here. You don't even know a small percentage of how crazy politics here have become, with the conspiracy theories. It's something that's completely different from all the years that I was growing up and lived in this country. Sometimes I don't recognize my own country, which is very sad. So, when they do polls, the overwhelming majority of Americans still do support Israel. And the overwhelming number of Americans completely condemn Hamas. But it is true that there is this young, sort of lefty cohort that is trying to pull the Democratic party in a different direction. And, as I said, I understand their moral fervor, but I also think that they often don't have any real politics aside from that kind of one-sided moral fervor.

RM

Yeah, the way I see it from here, from Brazil, is that the craziest thing is to imagine that Trump might win again after all he did during his term. So, imagining Trump again in the White House, that would be the end of democracy.

SL

Yeah, in Michigan, there are a lot of Arab Americans. They're very angry at Biden. And in the primary there, a lot of them voted what's called "uncommitted," meaning they didn't vote for Biden. And I think that they're taking a sort of dishonest position, because they're saying that they won't vote for Trump, but if they don't vote for Biden, they basically *are* voting for Trump. So, it's sort of like they're trying to keep their hands clean and say, "Of course we would never vote for Trump; he's terrible." But if you sit out in the election, you're basically voting for Trump. Now when November comes around, they may feel differently, and they may say, "You know, no matter how angry we are at Biden, we don't want Trump." And if there's anyone that really terrifies me that he would set the Middle East aflame even more, it's Trump. I mean, you can't even imagine what he would be doing. Trump, he just literally said to Putin, "Go invade Poland." This level of lunacy is hard to even get one's head around. So, the ways that he would set the Middle East on fire – I mean, it's already on fire, let's face it. But the ways that he would set it on fire even more are just terrifying to me. And he would support the worst, the most undemocratic, the most racist elements within Israel, making any sort of political solution impossible. But again, people just seem to have no memory. And all of these young people who are attacking Biden and saying they won't vote for him, I'm thinking, "Well, what are you thinking? What do you think is going to happen the day after?"

RM

Well, Susie, do you have time for two more questions for our final conversation?

SL

Sure.

RM

One final question would be about Israel. In your opinion, what can Israel do to fight antisemitism? We discussed here that every time Israel goes to war, there is a blowback in antisemitism. We also discussed the fact that Israel is a state; it has its legitimacy. And also, historically, Zionism was a project to end antisemitism. That was the main idea. But, in your opinion, what is the role of Israel as a national state in order to fight antisemitism?

SL

That's another interesting question. You're absolutely right; there was the time when it was thought that Zionism would end antisemitism, right? And the Jews would have their own state and be a normal people, and everyone would accept it, and it would just be part of the world. And obviously that hasn't happened. I think the Jewish question remains the Jewish question. Every time it's tried to be solved, it's not. So that's an interesting question. But I think that what Israel cannot do, and I don't know if this is about antisemitism or not, but even in fighting Hamas, it's got to accept certain rules of war. You have to let in international aid. I'm not saying that Israel should be the ones to even supply the aid. I can understand them saying, "Why should we be supplying aid to Gaza? Look at what Hamas did." But they've got to let other people supply aid. You know, you can't starve people. All of these things are morally unacceptable, they're politically unacceptable, they're strategically stupid. So, I don't think that would quiet antisemitism, because I think that antisemitism comes from a very different place.

But I do think that Israel is in a unique position because it's the only country in the world whose legitimacy is constantly under assault – not just questioned, but under assault. There's Hamas, there's Hezbollah, there's Iran, there's the Houthis. There are all those Islamist militias in Syria, in Iraq. So, their whole legitimacy is under assault and their existence is under assault, including by the Western left often. But that doesn't mean that they're allowed to do anything. They still need to adhere to international laws. And the other thing, of course, and again, I don't think this is Israel's fault – it's all very complicated. But as long as the occupation exists, as long as Palestinians don't have a state, as long as Palestinians don't have the full rights of citizenship that every people deserves, things will not be good. And I've sometimes asked friends of mine in Israel, "If there really was a two-state solution (which is hard to imagine, but we still hope), and there was a real Palestinian state next to Israel, and they both accepted each other, would that end the animus against Israel?" And they don't really know the answer to that. But the point is that, unless that happens, there's no way of even answering that question.

RM

Okay, and one last question, even more general than the last one: What kind of dialogue, alliance or deep conversation should we be having in order to stop antisemitism – not just from the left or the right, but everybody? What kind of dialogue should we be having to stop antisemitism, to halt it?

SL

Well, again, it's a worldwide problem and it's different in different places. I don't think you're going to do anything to stop antisemitism in Syria or someplace like that, which is

obviously different than France, where there is also burgeoning a real flourishing of antisemitism. It's such a worldwide problem, so I don't have any global answer. I would just say that I know from my own experience as a college professor – I'm on sabbatical this year, so I'm not on campus, thank goodness, since I hear a lot of what's happening. But I think that we professors have done a terrible job of really educating our students about what this conflict is. It's a 100-year-old problem; they need to know the history. And I don't think it's my job to tell students what to think, but I do think it's my job to give them the historical background so they can at least make political judgments that aren't stupid mottos and aren't just stupid things that you write on a placard. You know – Zionism is fascism – these things that they hear and then they regurgitate, and they don't even know what they're saying, or they don't even know what Zionism is.

So, I think that we have done a very, very bad job of educating students, and I think we've also done a very bad job of what it means to have a dialogue with people with whom you adamantly disagree. On a lot of college campuses – I can only talk about the US now – you have pro-Palestinian groups who are basically refusing to let other groups speak. So, if there's an Israeli speaker, they smash the door down, they start screaming, they make it impossible for anyone who disagrees with them to be allowed to express their views. And instead of being in any kind of argument or dialogue, they really are like little blackshirts, they're like little mini fascists who believe that their job is to stop anybody else from speaking. And I think that we professors have done a very, very, very, very bad job in educating our students of what it means to live in a liberal democracy which absolutely depends on the flourishing and debating of different views. So, I guess that would be my very, very small answer.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

AS FORÇAS E FRAQUEZAS DAS SOLUÇÕES INTEGRADORAS PARA O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO¹

THE STRENGTHS AND WEAKNESSES OF INTEGRATIVE SOLUTIONS FOR THE ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT

Bashir Bashir²

Resumo: Diante da crescente improbabilidade de uma solução baseada em dois Estados, diversas soluções integradoras têm sido propostas como visões para resolver o conflito israelo-palestino. Este artigo apresenta um panorama conceitual das várias propostas de visões políticas inclusivas e igualitárias para todos os habitantes de Israel/Palestina, identificando três principais vertentes integradoras: liberal, binacional e de soberania compartilhada. Além disso, o artigo avalia criticamente os pontos fortes e fracos dessas abordagens e analisa a preferência dos defensores dessas soluções pela reconciliação histórica como um modelo alternativo ao discurso de pacificação, predominante no processo de paz de Oslo.

Palavras-chave: Soluções integradoras; Conflito Israelo-Palestino; Reconciliação histórica; Soberania compartilhada; Liberalismo; Binacionalismo; Processo de paz de Oslo.

Abstract: In light of the increasing unlikelihood of a two-state solution, several integrative solutions have been proposed as alternative visions for settling the Israeli-Palestinian conflict. Offering a nuanced conceptual map of the various proposals for inclusive, egalitarian political visions for all the inhabitants of Israel/Palestine, this article identifies three strands of integrative approaches: liberal, binational, and shared sovereignty. It critically assesses the strengths and weaknesses of these integrative strands and evaluates integrationists' preference for historical reconciliation as an alternative framework to the peacemaking discourse of the Oslo peace process.

Keywords: Integrative solutions; Israeli-Palestinian conflict; Historical reconciliation; Shared sovereignty; Liberalism; Binationalism; Oslo peace process.

1. Esse artigo é uma tradução do original "The Strengths and Weaknesses of Integrative Solutions for the Israeli-Palestinian Conflict" publicado no *The Middle East Journal*, v. 70, n. 4, outono 2016, p. 560-578(19), uma publicação do Middle East Institute sob DOI <https://doi.org/10.3751/70.4.13>. A *Revista Malala* agradece ao *Middle East Institute* e ao *Middle East Journal*, proprietários do conteúdo, bem como ao Professor Bashir Bashir por autorizarem a republicação deste artigo no Português. As notas a seguir são de autoria de Bashir Bashir e constituem o corpo do artigo. Meus agradecimentos a Nadim Khoury, Rachel Busbridge, Dirk Moses, Shlomi Segall, Azar Dakwar, Sam Bahour e a três avaliadores anônimos pelas críticas construtivas às versões anteriores deste artigo. Eles não são responsáveis pelas opiniões aqui expressas, nem por quaisquer erros cometidos.

2. Bashir Bashir é professor sênior no Departamento de Sociologia, Ciência Política e Comunicação da Universidade Aberta de Israel e pesquisador associado no Instituto Van Leer de Jerusalém.

Em depoimento ao Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos EUA, em 17 de abril de 2013, o Secretário de Estado, John Kerry, afirmou: “Acredito que a janela para uma solução de dois Estados está se fechando. Penso que temos entre um ano e um ano e meio, ou até dois anos, antes que essa oportunidade se perca” (Sherwood, 2013). O estadista estava se referindo às condições destrutivas e, de fato, binacionais que os assentamentos israelenses têm criado na Cisjordânia.³ Mais de três anos se passaram desde a declaração marcante de Kerry; ela é notável, entre outras razões, porque, nas últimas quatro décadas, o discurso político dominante sobre a resolução do conflito israelo-palestino tem estado preso à lógica da partição e da criação de Estados.

De acordo com essa lógica, atender às demandas dos árabes palestinos e dos judeus israelenses é melhor realizado por meio da divisão da terra de Israel e da Palestina em dois Estados-nações separados e exclusivos.

O processo de paz que começou com o primeiro Acordo de Oslo, em 1993, foi visto e amplamente celebrado por muitas partes como um mecanismo de solução de problemas para resolver o conflito e alcançar uma solução de dois Estados. À luz do impasse nos acordos de Oslo e do crescente nível de entrelaçamento territorial, demográfico⁴, econômico e institucional entre israelenses e palestinos, que gerou uma realidade⁵ precária e, de fato, binacional, vários estudiosos e ativistas políticos têm defendido a mudança do foco da

3. Desde o início do processo de paz de Oslo, o número de colonos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados quase triplicou, passando de 250.000 para 700.000. Em vez de aumentar as perspectivas econômicas para a independência palestina, os acordos comerciais estabelecidos em conjunto com Oslo criaram uma economia única, onde Israel coleta impostos e tarifas aduaneiras da Cisjordânia e de Gaza e impõe severos controles sobre importações e exportações. Além disso, o controle completo de Israel sobre 60% da Cisjordânia — a Área C, conforme especificado pelo Acordo de Oslo II de 1995 — e a institucionalização de arranjos de segurança e coordenação entre a Autoridade Palestina e o Estado de Israel, bem como o crescente envolvimento da Unidade de Coordenação de Atividades Governamentais nos Territórios (COGAT) do Ministério da Defesa de Israel, criaram interligações institucionais complexas. As estatísticas sobre os assentamentos da Fundação para a Paz no Oriente Médio foram compiladas por WILCOX JR, Philip C. “America, Israel, and Missed Opportunities for Peace.” *The Middle East Journal*, Vol. 70, n.30, summer, 2016, p. 483. Mais detalhes sobre as consequências econômicas de Oslo podem ser encontrados no artigo SAMHOURI, Mohammed. “Revisiting the Paris protocol: Israeli-Palestinian economic relations, 1994–2014”. *The Middle East Journal*, v. 70, n. 4, 2016, publicado nesta edição. Para mais informações sobre a subdivisão da Cisjordânia e o COGAT, veja B'TSELEM. *The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. Planning Policy in the West Bank: What is Area C?* 2017. (Atualizado em 6 de fevereiro de 2019). Disponível em: https://www.btselem.org/area_c/what_is_area_c.

4. Além do aumento da população de colonos na Cisjordânia, grande parte do debate sobre a viabilidade da solução de dois Estados é fundamentada em projeções demográficas que preveem que os palestinos se tornarão maioria da população entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo nas próximas duas décadas. Para mais informações, veja DELLAPERGOLA, Sergio. “Demographic trends in Israel and Palestine: Prospects and policy implications”. *The American Jewish Year Book*, v. 103, 2003.

5. Veja, por exemplo, BENVENISTI, Meron. *Halom ha-tsabar ha-lavan: otobiyografyah shel hitpakhhut* [The dream of the white sabra: An autobiography of disillusionment]. Jerusalém: Keter, 2012; YIFTACHEL, Oren. *Ethnocracy: Land and identity politics in Israel/Palestine*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006; FARSAKH, Leila. “Independence, Cantons, or Bantustans: Whither the Palestinian State?”. *The Middle East Journal*, v. 59, n. 2, 2005; FARIS, Hani. *The Failure of the Two-State Solution: The Prospects of One State in the Israel-Palestinian Conflict*. Londres: I. B. Tauris, 2013; ABUNIMAH, Ali. *The battle for justice in Palestine*. Chicago: Haymarket Books, 2014.

solução de dois Estados para soluções integradoras que favoreçam várias formas de organização política e arranjos institucionais (Judt, 2003; Hilal, ed., 2007; Rubinstein, 2010; Bashir, Dakwar, eds., 2014). Uma das vozes mais recentes e proeminentes nesse debate tem sido a de Yossi Beilin, um dos principais arquitetos dos Acordos de Oslo. Em um artigo de opinião para o *The New York Times* em 14 de maio de 2015, ele propôs uma confederação, em vez de uma solução de dois Estados, para resolver o conflito israelo-palestino (Beilin, 2015).

Soluções integradoras são visões políticas e arranjos institucionais que veem Israel/Palestina, o território entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, como um único local histórico e político. Devido a considerações práticas das realidades entrelaçadas existentes e a considerações normativas e morais de direitos e valores democráticos, as soluções integradoras são baseadas na incorporação e inclusão, em vez de na partição territorial e segregação. As últimas três décadas testemunharam uma notável proliferação de soluções integradoras por parte de estudiosos de diversas orientações ideológicas e políticas, resultando em grande confusão. Para melhor entender e avaliar essas soluções integradoras, este artigo propõe um mapa conceitual que examina os princípios e conceitos centrais sobre os quais elas se baseiam e suas configurações institucionais.

Este artigo identifica três das principais vertentes das soluções integradoras: liberal, binacional e soberania compartilhada. As principais diferenças entre estas vertentes resultam do seu compromisso com várias questões, princípios e modalidades institucionais, por vezes contraditórias. A vertente liberal enfatiza os direitos individuais e promove um Estado inclusivo e igualitário, que representa todos os seus cidadãos, independentemente de suas afiliações nacionais, religiosas ou étnicas. A vertente binacional reconhece a realidade da diversidade nacional e etno-religiosa existente e defende projetos democráticos baseados na partilha de poder, em arranjos federativos ou em alguma combinação desses, dentro dos quais os vários grupos gozem de direitos comunitários e nacionais. Aqueles que defendem a soberania compartilhada insistem que a resposta às reivindicações conflitantes de autodeterminação dos dois grupos, especialmente dados o seu entrelaçamento e identidades nacionais fortes e exclusivas, é um arranjo baseado no compartilhamento de poder e em jurisdições territoriais sobrepostas. Este artigo avalia criticamente as fraquezas e forças dessas três vertentes.

Embora os defensores das soluções integradoras geralmente discordem sobre o conteúdo e a forma de suas propostas, eles frequentemente concordam que o discurso de pacificação subjacente ao processo de Oslo em Israel/Palestina é problemático. Esse discurso busca principalmente sustentar o *status quo* das relações de poder assimétricas; falha em abordar de maneira convincente as questões centrais do conflito, como ocupação, assentamentos, Jerusalém, fronteiras, refugiados e recursos naturais; e promove uma política amnésica que evita confrontar as injustiças históricas causadas pelo conflito (Khoury, 2016: 465-483). Assim, os defensores das soluções integradoras propuseram a reconciliação

histórica como uma estrutura alternativa ao discurso de pacificação de Oslo. Este artigo explora e avalia essa preferência pela reconciliação histórica.

Este artigo está dividido em quatro seções. As três primeiras avaliam cada vertente das soluções integradoras: liberal, binacional e soberania compartilhada. A seção final explora as vantagens e desvantagens da reconciliação histórica, que os integracionistas veem ou endossam implicitamente como um pré-requisito para a implementação de soluções integradoras.

É necessário mencionar dois importantes alertas e qualificações antes de prosseguirmos. Primeiro, o artigo limita seu foco a soluções integradoras significativas, certamente não todas. As propostas integradoras são normativamente desejáveis e defensáveis, pois se baseiam na paridade, igualdade, legitimidade mútua, integração, inclusão e cooperação, e não na exclusão, opressão, discriminação, apartheid e segregação⁶. As soluções não integradoras à solução de dois Estados — como limpeza étnica, troca de populações, um regime semelhante ao apartheid, mera autonomia palestina em um Estado judeu, a “opção jordaniana”, ou um Estado palestino-árabe ou islâmico em toda a Palestina histórica sem direitos coletivos concedidos aos judeus israelenses — são politicamente inaceitáveis e moralmente indefensáveis, pois se baseiam na dominação, opressão e negação, e provavelmente intensificariam o conflito em vez de mitigá-lo ou resolvê-lo.

Segundo, pode-se diferenciar as soluções integradoras com base em vários critérios, como preferências e tendências ideológicas e institucionais. Para os fins deste artigo, é útil distinguir entre duas variantes principais, muitas vezes confundidas, dentro das soluções integradoras, a saber, descritiva e prescritiva. A primeira foca na condição existente — ou, usando um termo israelense, “*the facts on the ground*”⁷ — que representam sérios desafios à partição e à solução de dois Estados, referindo-se a essas condições como características de um “regime binacional de fato”, “realidade de um Estado único”, “condição de um Estado único” e “apartheid” (Remnick, 2014; Azoulay, Ophir, 2012; Carter, 2006; Murray, 2008: 132–148). Segundo o ex-vice-prefeito de Jerusalém, Meron Benvenisti, “o binacionalismo não é tanto um programa político ou ideológico, mas uma realidade de fato que se disfarça como uma situação temporária” (Benvenisti, 2010). Garry Sussman, da Universidade de Tel Aviv, argumentou que um Estado binacional não surgirá de árabes e judeus organizando uma campanha conjunta por um único Estado, mas sim porque a separação será desacreditada e impossível (Sussman, 2004). A segunda variante, a prescritiva, é amplamente ideológica e estereotipada e foca em soluções desejadas, como um Estado binacional, federação, confederação ou um Estado democrático unitário (Tilley, 2005; Khalidi, 2003;

6. Sobre a “opção jordaniana” e o “Plano de Um Estado Israelense”, ver MORRIS, Benny. *One state, two states: Resolving the Israel/Palestine conflict*. Yale University Press, 2009; GLICK, Caroline. “The Israeli solution: A one-state plan for peace in the Middle East.” Nova York: Crown Forum, 2014.

7. N.T: o termo pode ser traduzido como “os fatos do terreno” (tradução nossa).

Abunimah, 2006; Farsakh, 2007; Ghanem, 2009: 120–133; Shabi, 2012; Lustick, 2013; Loewenstein, Moor eds., 2013).

Defensores como o falecido historiador Tony Judt, a cientista política Virginia Tilley, a jornalista Rachel Shabi e o ativista palestino-americano Ali Abunimah argumentaram que, além de a capacidade dessas fórmulas abordar melhor as questões centrais do conflito, como Jerusalém, assentamentos e fronteiras, as soluções integradoras também enfatizam valores e princípios como direitos iguais, inclusão e proteção das minorias (Bisharat, 2010) Este artigo foca principalmente nas soluções integradoras prescritivas e mapeia as vertentes centrais que as sustentam.

A VERTENTE LIBERAL DAS SOLUÇÕES INTEGRADORAS

Os defensores da vertente liberal das soluções integradoras dão grande ênfase à maneira como é obtida a legitimidade política dentro de um Estado. Em vez de defender um sistema que determina a participação na política com base em linhas étnicas, o que alguns chamam de etnocracia (Yiftachel, 2006), os integracionistas liberais argumentam que uma verdadeira democracia confere soberania a uma comunidade política inclusiva formada por cidadãos individuais, independentemente de suas afiliações étnicas ou religiosas. Esta comunidade política, conhecida em grego antigo como *demos*, é a que tem direito à autodeterminação, ao contrário de uma comunidade étnica particular, ou *ethnos*. O *demos* implica não apenas inclusão na forma de um “nós” indiferenciado, mas também exige uma distribuição igual de direitos. Muitos defensores da vertente liberal insistem na necessidade de abordar as desigualdades existentes e as relações de poder assimétricas por meio de um processo de descolonização que leve ao dismantelamento dos privilégios judeus e a uma redistribuição justa de direitos e de recursos⁸. Um dos principais pressupostos subjacentes à solução de dois Estados é que um Estado-nação independente e exclusivista, definido por afiliações étnicas para cada grupo nacional, é o melhor meio de satisfazer, garantir e exercer com segurança o direito à autodeterminação nacional das comunidades em conflito (Sambanis, 2000: 437–483). No entanto, os integracionistas liberais insistem que essa noção de autodeterminação assume, de forma irrealista, que os dois povos são separáveis, quando na realidade estão entrelaçados. Os slogans

8. Comparados aos seus concidadãos árabes, os judeus israelenses desfrutavam de vários privilégios que abrangem todas as áreas da vida pública, tanto de jure quanto de fato. Por exemplo, as principais leis de nacionalidade privilegiam a imigração judaica, concedendo aos judeus de todo o mundo direitos à cidadania e subsídios, enquanto os cidadãos árabes têm dificuldade em transferir seu *status* por meio de casamento ou família. A política fundiária também privilegia os judeus, já que o Fundo Nacional Judaico, que controla 13% das terras do país, opera explicitamente no interesse do povo judeu, e os “comitês de admissão” em cerca de 700 cidades e comunidades agrícolas rejeitam candidatos árabes com base em sua “inadequação social”. Para mais informações, incluindo várias medidas de segurança que afetam os árabes-israelenses e as grandes desigualdades no financiamento governamental, ver KRETZMER, David. *The Legal Status of the Arabs in Israel*. Boulder, CO: Westview Press, 1990; HESKETH, Katie. et al. *The inequality report: the palestinian arab minority in Israel*. Adalah, The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel, 2011.

frequentemente repetidos de “solução de dois Estados” e “dois Estados para dois povos” são usados de forma intercambiável e se baseiam na compreensão de que a autodeterminação envolve exclusividade e separação. Subjacente a essas articulações estatais está a suposição explícita de homogeneidade, que ignora uma significativa minoria palestina indígena em Israel, os refugiados palestinos, bem como uma crescente comunidade de mais de meio milhão de colonos judeus na Cisjordânia.

Os integracionistas liberais argumentam que, à luz do impasse no processo de paz e do crescente entrelaçamento assimétrico de árabes e judeus em Israel/Palestina, a partição territorial e a realização da autodeterminação por meio da exclusividade étnica parecem complicar e até mesmo contribuir para o conflito. Essa solução política proposta legítima e promove ainda mais o discurso e as práticas de segregação e separação que ignoram realidades cada vez mais interligadas. Abordar a exclusividade étnica e o discurso estatista da solução de dois Estados por meio de uma nova perspectiva sobre a autodeterminação, ao longo de linhas liberais e integracionistas, e dismantelar privilégios, desigualdades estruturais e assimetrias de poder (Young, 2006: 39–57; Puri, 2001: 263–264), está no cerne das soluções integradoras propostas por estudiosos e ativistas como Virginia Tilley, Ali Abunimah e o falecido Edward Said. Em seu livro de 2014, *The Battle for Justice in Palestine*, Abunimah colocou a reformulação da autodeterminação no centro de sua defesa por um único Estado democrático como solução para o conflito israelo-palestino (Abunimah, 2014: 227–234). Ele argumenta que a autodeterminação, e não a criação de um Estado, permanece no cerne da causa palestina. Para capturar as condições de dispersão e fragmentação dos palestinos dentro e fora da Palestina histórica, como resultado das crises de refugiados de 1948 e 1967, Abunimah evocou um trabalho anterior sobre o tema, do filósofo Tomis Kapitan (Kapitan, 2008: 13–71), observando que “a autodeterminação não pertence a grupos nacionais enquanto grupos nacionais, mas aos residentes legítimos de qualquer região cujo *status* esteja indefinido” (Abunimah, 2014: 229). O povo palestino tem o direito coletivo à autodeterminação não por causa de sua etnia, mas por serem residentes legítimos da Palestina histórica. Os fatos de deslocamento e migração forçada não minam o direito legítimo dos palestinos e da diáspora palestina de participar de sua própria autodeterminação. Sob essa interpretação de autodeterminação, os judeus israelenses têm o direito de participar da autodeterminação, não como um grupo nacional distinto, mas como indivíduos legítimos residentes, o que só ocorre sob a condição de descolonização completa. Essa compreensão de autodeterminação é inclusiva porque se baseia no território e nos direitos, e não na etnia ou religião (Abunimah, 2014: 229–233.)

Tilley também defendeu um Estado democrático, unitário e secular, rejeitando um Estado binacional que manteria as identidades existentes e reforçaria as fronteiras nacionais entre grupos rivais, mas dentro de um único Estado. Por conseguinte, ela argumentou contra a tentativa de inscrever estas identidades e fronteiras nacionais através de “privilégios e proteções constitucionais” ou “direitos etno-nacionais simétricos”. Ela propôs um

Estado democrático e secular em que a vida étnica seja livremente praticada, mas a nacionalidade não seja institucionalizada (Tilley, 2005; 2006). De maneira similar, Said, outro defensor de um Estado unitário, secular e democrático, alertou contra a exclusividade étnica e religiosa e pediu “a dissolução gradual das linhas étnicas” (Said, in Rogan, Shalaim eds., 2001: 260).

Uma das fraquezas mais significativas das propostas de Tilley e Abunimah (e de várias outras soluções integradoras liberais) reside na subestimação da centralidade do nacionalismo no conflito e na falta de sensibilidade que demonstram em relação às especificidades e experiências das partes em conflito. Poucos integracionistas liberais baseiam suas propostas em um compromisso ideológico com o liberalismo, sendo geralmente motivados por outras considerações. As propostas de Said e Abunimah, em particular, são fortemente inspiradas pelo programa político da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que defendia um Estado democrático não-sectário para muçulmanos, cristãos e judeus na Palestina⁹. De maneira mais ampla, muitos que adotam essas visões liberais estão tentando escapar ou negar a existência de um nacionalismo judeu-israelense legítimo. Essas visões liberais chamam a atenção para as práticas e políticas opressivas e coloniais do sionismo e do Estado de Israel e suas consequências desastrosas para os palestinos (Davis, 1987; Sayegh, 1965; Abunimah, 2014). No entanto, examinar e reconhecer essas políticas e práticas enquanto se nega o desenvolvimento e a formação de uma identidade nacional judaica-israelense, que adquiriu direitos, incluindo o de autodeterminação, é implausível e se baseia em falácias e mal-entendidos epistemológicos e ontológicos. O nacionalismo judeu em Israel é uma força poderosa e forte. Ao contrário da impopularidade do movimento sionista no final do século XIX e início do século XX, o nacionalismo judaico no Israel contemporâneo está muito estabelecido e goza de forte apoio da esmagadora maioria das comunidades judaicas ao redor do mundo (Gans, 2008). Visões políticas integradoras que são incapazes de atender às reivindicações nacionais dos judeus israelenses provavelmente continuarão sendo pouco atraentes para a grande maioria dos judeus israelenses.

As soluções integradoras afirmam que superam os obstáculos que prejudicam a solução de dois Estados — como traçar fronteiras, dividir Jerusalém e acomodar o retorno dos refugiados palestinos — ao tratar a terra de Israel/Palestina como um único local político que precisa ser compartilhado, e não dividido. No entanto, os defensores das soluções integradoras liberais frequentemente subestimam o perigo da hegemonia e sua possível tirania. Como, de acordo com a vertente liberal, existe apenas uma comunidade política e os judeus israelenses não são reconhecidos como um grupo nacional distinto, mas sim como cidadãos individuais, um sistema eleitoral em que a maioria decide não oferece

9. Para uma discussão interessante sobre este ponto, ver GHANIM, Honaida. “Between Two” One-State” Solutions: The Dialectics of Liberation and Defeat in the Palestinian National Enterprise. *Constellations: An International Journal of Critical & Democratic Theory*, v. 23, n. 3, 2016.

garantias convincentes contra a discriminação das minorias. Além disso, falta nas soluções integradoras a necessidade de uma mediação maior entre o diagnóstico das condições binacionais precárias existentes e o prognóstico de soluções visionárias, focando também no nível das políticas práticas¹⁰. A necessidade prática de agentes políticos e sociais, forças e partidos para recrutar e mobilizar seguidores, adotar, defender e buscar alcançar objetivos ideológicos e políticos também não recebe a devida atenção nas soluções integradoras.

Em outras palavras, as soluções integradoras liberais implicam uma mudança paradigmática da política de separação para a política de integração, tornando palestinos e judeus israelenses internos, e não externos, uns aos outros. Buscar a integração requer a formação de parcerias e cooperação entre árabes e judeus que levem a lutas, atividades, movimentos e partidos conjuntos e comuns. No entanto, a formação de parcerias árabe-judaicas e as ferramentas necessárias para mobilização, lutas conjuntas e ações permanecem notadamente esotéricas e, para alguns, até mesmo irrealistas nas circunstâncias atuais. Alguns estudiosos argumentaram que, para que essa parceria seja mais atraente e realista, ela deve ser construída com base em uma ética binacional que reconheça as identidades nacionais, em vez de princípios exclusivamente liberais individualistas que negligenciam o pertencimento nacional. Assim, o verdadeiro binacionalismo provavelmente terá mais apoio entre as comunidades amplamente comunitárias árabe e judaica do que o liberalismo (Bashir e Goldberg, 2014: 77–9; Hermann, 2005: 381–401). Este argumento nos convida a examinar de perto as soluções binacionais.

O EIXO BINACIONAL DAS PROPOSTAS INTEGRADORAS

Os defensores das soluções integradoras binacionais colocam as garantias individuais e nacionais no centro de suas considerações, propondo projetos institucionais e constitucionais que concretizam e protegem esses direitos (Hermann, 2005: 381–401). Argumentam que, em sociedades profundamente divididas, mas entrelaçadas, a partição e a segregação são inviáveis e normativamente indesejáveis. Além disso, sustentam que é difícil alcançar um estado neutro e liberal que garanta legitimidades individuais, majoritarismo e integração em torno de uma identidade nacional comum e unificadora. Assim, para estabelecer uma democracia funcional e estável, as disposições binacionais são preferíveis. Essas disposições reconhecem as clivagens sociais ao mesmo tempo em que promovem uma política igualitária, criando mecanismos de compartilhamento de poder, descentralizando a autoridade e formando coalizões inclusivas, mantendo ainda a autonomia em campos de políticas específicas. Ademais, sistemas binacionais promovem a representação proporcional em

10. Alguns esforços nessa direção podem ser encontrados em: FARIS, Hani. *The Failure of the Two-State Solution: The Prospects of One State in the Israel-Palestinian Conflict*. Londres: I. B. Tauris, 2013; BEHAR, Moshe. "One-state, two-states, bi-national state: Mandated imaginations in a regional void." *Middle East Studies*, v. 2, n. 5, p. 97-135, 2011.

vários contextos institucionais possíveis (por exemplo, consociacional, federal e multicultural).

Os defensores argumentam que cenários democráticos binacionais satisfazem melhor o desejo de autodeterminação de árabes e judeus comparado com o descaso benigno com questões de identidade inerente à hegemonia de um estado liberal potencial ou à secessão e partição necessárias para uma solução de dois estados. Enquanto uma solução de dois estados ignora as realidades profundamente entrelaçadas do binacionalismo, e o estado liberal democrático subestima a importância política das afiliações nacionais, as configurações binacionais levam a sério a interconexão e a interdependência existentes¹¹. Além disso, garantem os direitos individuais e nacionais de ambos os grupos nacionais. Em um artigo publicado em 2003 na *The New York Review of Books*, Tony Judt declarou que o processo de paz no Oriente Médio estava morto e que a solução de dois estados estava condenada devido à expansão colonial de assentamentos por parte de Israel, ao nacionalismo, que ele considerou anacrônico, e ao apoio incondicional que Israel recebe dos Estados Unidos (Judt, 2003).

Judt argumentou que um estado binacional integrado de árabes e judeus, entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, era a alternativa desejável. Ele admitiu que converter Israel de um estado judeu para um binacional não seria fácil, mas também não era impossível, pois o processo já havia começado na realidade. Um estado binacional, segundo Judt, seria uma mistura desafiadora de realismo e utopia, exigindo o surgimento de uma nova classe política de árabes e judeus que acreditassem em uma convivência conjunta e igualitária. Judt afirmou que o sionismo importou da Europa um nacionalismo separatista e tribal do final do século XIX, que buscava realizar a autodeterminação judaica através da formação de um estado exclusivo para judeus, privilegiando-os em detrimento dos cidadãos não judeus. Ele insistiu que essa concepção de autodeterminação era exclusivista, separatista e estatal, e que deveria ser repensada à luz das realidades entrelaçadas e de ideais mais modernos, como os direitos individuais, as fronteiras abertas, a diversidade cultural e étnica, e o direito internacional. O estado binacional, concluiu Judt, era a melhor alternativa para abraçar e acomodar essas mudanças.

Embora ele não tenha desenvolvido plenamente uma proposta ou esquemas sobre como seria um estado binacional, em uma entrevista publicada postumamente, Judt ponderou:

Bem, poderia haver um estado federal de duas comunidades autônomas — no modelo suíço ou belga. [...] Isso poderia incluir privilégios e direitos cruzados para ambas as comunidades, mas cada uma seria autônoma. Acho que isso funcionaria melhor do que um estado misto único, e permitiria que cada comunidade definisse certas normas religiosas e outras regulações conforme sua preferência.” (Michaeli, 2011)

11. Para exemplo, veja ABU-ODEH, Lama. “The Case for Binationalism,” *Boston Review*, 2001; JUDT, Tony. “Israel: the alternative”. *New York Review of Books*, v. 50, n. 16, 2003; BURG, Avraham. “Now It’s Your Turn,” *Haaretz*, 2011.

A breve declaração de Judt demonstra claramente uma preferência por um verdadeiro estado binacional em detrimento de um estado misto único que promovesse direitos individuais. Embora crítico do etnonacionalismo como um todo, Judt reconheceu as necessidades de cada grupo nacional para desfrutar de direitos coletivos e preservar e expressar certas formas de particularismo étnico. Isso é marcadamente diferente de escritores da vertente liberal, que às vezes usavam a palavra “binacional” (Said, 1999; Abunimah, 2003), mas evitavam um engajamento substantivo com o nacionalismo judaico-israelense (Abunimah), demonstravam clara preferência por uma democracia pluralista liberal (Said), ou eram abertamente críticos do conceito de binacionalismo (Tilley, 2006)

Enquanto Judt argumentava que o sionismo precisava ser reexaminado à luz do fracasso do processo de paz de Oslo, a professora de direito palestino-americana Lama Abu-Odeh argumentou, em um artigo de 2001, que eram os objetivos nacionalistas palestinos que se tornaram inatingíveis dentro da estrutura de uma solução de dois estados, dadas as realidades emergentes de entrelaçamento e binacionalidade, bem como a estrutura da classe militar e política israelense. Assim, a solução alternativa emergente e mais razoável seria um estado binacional baseado no constitucionalismo liberal. Essa visão alternativa exigiria uma mudança significativa no discurso político palestino, que deixaria de utilizar a linguagem do nacionalismo, da descolonização e do direito internacional, passando a adotar a linguagem dos direitos civis. Abu-Odeh argumentou que essa mudança traria várias promessas e ganhos para os palestinos: ao redirecionar o foco da luta palestina da independência para as liberdades individuais, haveria uma maior probabilidade de obter apoio americano e, eventualmente, alcançar melhores resultados econômicos e acesso à totalidade da Palestina histórica dentro de um estado binacional.

Abu-Odeh insistiu que um estado binacional poderia assumir várias formas e modalidades institucionais. Uma possível forma seria um estado federal, no qual as diferenças culturais poderiam ser expressas e exercidas, concedendo autonomia administrativa às várias comunidades em determinados campos de políticas e redistribuindo recursos para promover a igualdade entre todos os cidadãos e atender às reivindicações dos palestinos que foram injustamente exilados e desapropriados. Embora Abu-Odeh compartilhasse muitos pressupostos com os defensores das vertentes liberais, como a defesa dos direitos individuais e civis, sua proposta federativa binacional é distinta e vai além do quadro liberal individualista convencional. Em outras palavras, ao contrário das visões dominantes entre os defensores da vertente liberal, que se concentram principalmente nos direitos individuais e subestimam os direitos coletivos e as particularidades, sua proposta binacional acomoda arranjos de compartilhamento de poder, garantias de vários direitos coletivos e regiões autônomas (Abu-Odeh, 2001).

Escritores israelenses liberais que se opõem a soluções binacionais argumentam que essas soluções ignoram dois argumentos principais em defesa do nacionalismo judaico: o histórico e o sionista (Barak, 2012: 95–112; Yakobson, 2010: 14–19). O argumento histórico

sustenta que, com base na longa e traumática história de antissemitismo e perseguição, os judeus necessitam de um refúgio seguro, governado por judeus, e que lhes garanta poder de veto sobre questões críticas. Os defensores do binacionalismo respondem que uma solução integradora binacional poderia incluir arranjos de compartilhamento de poder e mecanismos de tomada de decisão que ofereceriam ampla proteção e representação aos judeus¹². O argumento sionista é que, como todas as outras nações, os judeus têm direito à autodeterminação nacional, e que essa autodeterminação deveria ocorrer na terra santa judaica. Contudo, dado que os vínculos teológicos de muçulmanos e cristãos com toda a terra de Israel/Palestina estão tão entrelaçados quanto às realidades políticas, os defensores da solução integrativa binacional insistem que essas aspirações de autodeterminação na Terra de Israel e de normalização são melhor atendidas por arranjos binacionais do que por soluções de dois estados ou por um estado único liberal (Tutunji; Khaldi, 1997: 33–34 e 52–57.)

Outro acadêmico israelense, o geógrafo Oren Yiftachel, argumentou que uma solução de um estado, seja binacional ou liberal, seria amplamente incompatível com componentes centrais do direito internacional, especialmente aqueles derivados de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que apoiam a solução de dois estados e o fim da ocupação israelense (Yiftachel, 2012: 156–180). Um crítico palestino, Salim Tamari, argumentou que uma visão binacional ignora as modalidades sociais, políticas e institucionais que foram criadas na Cisjordânia e em Gaza desde o início do processo de Oslo, e que não consegue mobilizar círculos eleitorais significativos de nenhum dos lados (Tamari, 2000: 83–87). Isso se deve ao fato de que a maioria dos judeus israelenses vê a solução de um estado como uma ameaça à existência da sociedade israelense. O fraco apoio do direito internacional a alternativas à solução de dois estados é, de fato, um desafio significativo ao binacionalismo, embora o relatório do Comitê Especial das Nações Unidas sobre a Palestina, que recomendou o Plano de Partição de 1947, também incluísse uma visão minoritária substancial que rejeitava a partição e propunha uma solução de um estado¹³. No entanto, o argumento de que a maioria dos israelenses apoia a solução de dois estados devido ao desejo de preservar um estado judeu tende a ignorar profundas transformações ideológicas e sociológicas na política e na sociedade israelenses que ocorreram nas últimas três décadas. Houve uma mudança dramática em direção a visões e ideologias de centro e direita que apoiam publicamente a ideia de uma Grande Israel e a anexação da Cisjordânia (Sternhell, 2011). Enquanto defensores de “toda a Terra de Israel” buscam um estado que

12. Exemplos incluem RAZ-KRAKOTZKIN, Amnon. “A National Colonial Theology–Religion, Orientalism, and the Construction of the Secular in Zionist Discourse”. *Tel Aviver Jahrbuch für Deutsche Geschichte*, v. 30, 2002; BASHIR, Bashir; GOLDBERG, Amos. “Deliberating the Holocaust and the Nakba: Disruptive empathy and binationalism in Israel/Palestine”. *Journal of Genocide Research*, v. 16, n. 1, 2014; MENDES-FLOHR, Paul R. *A land of two peoples: Martin Buber on Jews and Arabs*. Nova York: Oxford University Press, 1983.

13. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP). *Relatório à Assembleia Geral*, Vol. 1, Suplemento No.11, seção III, “Recomendações (III)”. [Jerusalém: ONU, 1947].

privilegie exclusivamente os judeus e o judaísmo e discrimine contra os cidadãos árabes, algumas figuras importantes, como o atual presidente israelense Reuven Rivlin, consideram arranjos mais igualitários e inclusivos na Grande Israel, embora ainda insistam em certos privilégios judaicos (Remnick, 2014). Por fim, críticos do estado binacional, como o proeminente romancista israelense A. B. Yehoshua, argumentaram que experimentos binacionais ao redor do mundo fracassaram e representam uma fonte certa de futuros conflitos (Yehoshua, 2012). Existem numerosos exemplos de estados binacionais no mundo; alguns são bem-sucedidos, enquanto outros nem tanto. Arranjos binacionais e multinacionais não foram bem-sucedidos em estados como a Iugoslávia, mas têm sido razoavelmente bem sucedidos em países como a Bélgica. Estruturas estatais semelhantes, encontradas na Suíça, no Canadá, no Reino Unido e na Espanha, são em grande parte funcionais e prósperas. Portanto, o argumento sobre o fracasso dos experimentos binacionais é exagerado e carece de evidências empíricas decisivas¹⁴. Além disso, muitos dos exemplos fracassados (como a antiga Iugoslávia), mas frequentemente invocados, não adotaram a democracia como sistema de governo.

O EIXO DE SOBERANIA COMPARTILHADA DAS SOLUÇÕES INTEGRADORAS

Os defensores do eixo de soberania compartilhada das soluções integradoras colocam grande ênfase em ver a soberania como algo compartilhado e parcial, em vez de absoluta e indivisível. Eles afirmam que soluções políticas que buscam uma soberania estatal absoluta são mais propensas a aumentar conflitos políticos do que resolvê-los. A noção tradicional westfaliana, que vê a soberania estatal como indivisível, baseia-se na suposição de que nações e povos são homogêneos, fisicamente separados e espacialmente divididos, quando, na realidade, são heterogêneos e interligados, com suas soberanias territoriais misturadas (Mossberg; LeVine, 2010; Witkin, 2011: 31–54). Acadêmicos argumentam que a soberania estatal é limitada não apenas pelos direitos de outros estados e pelos numerosos laços militares, políticos e econômicos que os conectam, mas também pelo surgimento de um regime internacional de direitos humanos, por um processo intenso de globalização, pela disseminação de normas cosmopolitas e pelo interesse internacional legítimo em questões ambientais e outros temas anteriormente considerados de jurisdição exclusiva do estado (Benhabib, 2007: 19–36; Hannum, 1996; Linklater, 1996: 77–103). De acordo com esses estudiosos, as noções de soberania estatal compartilhada e parcial são mais compatíveis com as realidades contemporâneas e entrelaçadas da política mundial e servem

14. Para experiências de bi- e multinacionalismo em outros estados, ver McROBERTS, Kenneth. "Canada and the Multinational State," *Canadian Journal of Political Science*, Vol. 34, No. 4, 2001; HELBLING, Marc; STOJANOVIĆ, Nenad. "Switzerland: challenging the big theories of nationalism". *Nations and nationalism*, v. 17, n. 4, 2011; SWENDEN, Wilfried; JANS, Maarten Theo. "Will it stay or will it go? Federalism and the sustainability of Belgium." *West European Politics*, v. 29, n. 5, p. 877-894, 2006; KYMLICKA, Will. "Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship". Oxford: Oxford University Press, 2001.

como uma ferramenta essencial para resolver conflitos. Eles propõem resolver conflitos e acomodar as reivindicações e direitos de vários grupos por meio de projetos institucionais complexos, em múltiplas camadas e sobrepostos, dentro dos quais a soberania é exercida de forma conjunta e parcial.

Essa noção pós-westfaliana de soberania compartilhada tem sido central para várias soluções integradoras do conflito israelo-palestino, incluindo a criação de estruturas estatais paralelas e confederações. Em um volume coeditado em 2014 pelo professor americano Mark LeVine e pelo diplomata sueco aposentado Mathias Mossberg, intitulado *One Land, Two States*, vários ativistas, acadêmicos e diplomatas argumentam que ver a soberania como compartilhada em vez de indivisível abre caminho para se imaginar uma estrutura estatal paralela em Israel/Palestina¹⁵. A estrutura estatal paralela é um tipo de sistema político que se organiza em torno de uma noção inovadora de poder estatal disperso e compartilhado, segundo a qual dois (ou mais) estados exercem jurisdição no mesmo território, mas cada um sobre uma comunidade separada de cidadãos. De acordo com essa visão, toda a terra de Israel/Palestina seria vista como uma terra compartilhada que acomoda dois estados (Israel e Palestina), onde judeus israelenses e árabes palestinos poderiam reivindicar todo o território entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão como seu. Em outras palavras, essa solução busca alcançar um controle conjunto e igualitário dos dois estados sobre o mesmo território político, sem dividi-lo em zonas e áreas nacionais exclusivas.

Os defensores da estrutura estatal paralela insistem que suas propostas são superiores às soluções liberais ou binacionais, pois oferecem vantagens que outras soluções não oferecem. Os estados paralelos evitariam os riscos de uma solução binacional ou de um estado único em que os judeus perderiam o poder político assim que os palestinos se tornassem maioria no país, conforme previsto pela maioria das projeções demográficas. Além disso, elimina-se o problema da criação de um Estado palestino viável no território fragmentado, atualmente designado aos palestinos (Mossberg, 2010: 40–45).

O problema com esse argumento é que ele assume erroneamente que soluções binacionais democráticas serão necessariamente baseadas em princípios de democracia majoritária, que conferem vantagens e privilégios às majorias numéricas. Conforme argumentado na seção anterior, em sociedades profundamente divididas, caracterizadas por diversidades étnicas, religiosas, nacionais e culturais, os modelos estritamente majoritários de democracia são inadequados devido à possível tirania da maioria e à instabilidade que poderia surgir da falha em acomodar efetivamente minorias e grupos excluídos. Em vez disso, estudiosos propõem soluções binacionais que promovem arranjos federais e consociativos (Ghanem; Bavly, 2015).

15. LEVINE, Mark; MOSSBERG, Mathias, eds. *One Land, Two States: Israel and Palestine as Parallel States*. Berkeley: University of California Press, 2014. Propostas semelhantes, que se baseiam na visão da soberania como compartilhada em vez de absoluta, incluem LEVINE, Mark; MOSSBERG, Mathias. "The solution for Israelis and Palestinians: a parallel state structure". *Christian Science Monitor*, 2010.

Além disso, enquanto os defensores de uma estrutura estatal paralela encaram com seriedade as realidades binacionais emergentes de entrelaçamento em Israel/Palestina, que levaram ao colapso e até à inviabilidade da solução de dois estados, sua estrutura inovadora e não territorial baseia-se em uma noção de soberania surpreendentemente abstrata, que seria muito difícil e complicada de implementar na prática e institucionalmente. Ademais, a insistência em manter dois estados, ainda que em sua forma híbrida e abstrata, demonstra que seu modelo está muito mais próximo de uma confederação do que eles gostariam de admitir, porém, com uma diferença significativa: uma confederação parece ser mais viável e prática de implementar institucionalmente do que uma estrutura estatal paralela. Isso é particularmente verdadeiro porque uma solução confederativa, como a proposta pelo ex-ministro da Justiça israelense Yossi Beilin, permitiria um Israel independente e uma Palestina independente, cada um com seu próprio parlamento e governo, para que ambas as partes possam realizar sua autodeterminação. Ao mesmo tempo, tendo os estados como unidades territoriais dentro de uma confederação, eles teriam instituições conjuntas para questões que afetam ambos, como infraestrutura, proteção ambiental, uso da água e serviços policiais e de emergência (Beilin, 2015).

Outra iniciativa recente, também baseada em uma noção revisada de soberania, ainda que mais detalhada do que a proposta breve e vaga de Beilin, é o plano “Dois Estados em Uma Pátria¹⁶”. Essa iniciativa propõe a criação de dois estados independentes e democráticos que entrem em uma união voluntária, baseada em sistemas complexos, mas flexíveis, de cooperação nos campos de governança, segurança, economia e infraestrutura. Por exemplo, estradas, ferrovias, água e infraestrutura de energia poderiam ser compartilhadas¹⁷. De acordo com essa proposta, o compartilhamento dessa infraestrutura não apenas seria econômico, mas já vem acontecendo há anos. Além disso, o plano sugere que palestinos e israelenses desfrutem de liberdade de movimento e acesso por toda a extensão do território. Conforme essa proposta, os colonos judeus permaneceriam na Cisjordânia como residentes da Palestina, mas cidadãos de Israel. Da mesma forma, Israel reconheceria o direito de retorno dos refugiados palestinos, que viveriam em Israel como residentes permanentes, mas teriam cidadania palestina. Jerusalém serviria como capital de ambos os estados, e uma municipalidade conjunta seria criada.

16. Para mais informações sobre essas iniciativas, ver INITIATIVES, Israel Palestine Creative Regional. *Two States in One Space: A New Proposed Framework for Resolving the Israeli-Palestinian Conflict*. 2014; o site *Two States, One Homeland*, <https://2states1homeland.org/>; YIFTACHEL, Oren., “Ben ahat li-shetayim: Diyun be-pitron ‘ha-medinah ha-ahat’ mul ra’ayon ha-konfederatsiyah le-Yisra’el/Falastin” [“Between One and Two: Critique of the One-State-Solution vs. the Confederation Concept for Israel/Palestine”], *Public Sphere*, Vol. 6, 2012; SCHEINDLIN, Dahlia; WAXMAN, Dov. “Confederalism: A Third Way for Israel-Palestine” *The Washington Quarterly*, Vol. 39, No. 1, 2016.

17. Para uma ideia bastante semelhante, ver GRINBERG, Lev. “The Israeli-Palestinian Union: The 1–2–7 States Vision of the Future”. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 39, No. 2, 2010.

Essa iniciativa, a proposta “Dois Estados, Uma Pátria”, é notavelmente semelhante à solução de dois estados, mas apresentada de forma diferente. Trata-se de uma proposta relativamente conservadora no sentido de que não busca transformar muitas das condições materiais existentes (principalmente a colonização da Cisjordânia) e implicitamente desenha uma paridade distorcida e falsa entre as duas partes em conflito (Eylon, 2016). Além disso, essa proposta permanece vaga quando se trata de uma das questões mais importantes e definidoras do conflito, a saber, os refugiados palestinos. A proposta não só exige o retorno de apenas um número insignificante de refugiados palestinos para se tornarem residentes não cidadãos do Estado de Israel, com o intuito de manter uma maioria demográfica judaica, mas também cria uma equivalência entre colonos israelenses e refugiados palestinos. Entre outras coisas, essa equação contradiz o direito internacional, que considera ilegais os colonos e suas comunidades e os refugiados palestinos como tendo direito ao retorno¹⁸.

Ademais, embora a proposta expresse um compromisso com princípios democráticos e reconheça os palestinos em Israel como uma minoria nacional, os parâmetros subjacentes desta proposta buscam preservar o caráter e a maioria judaica do Estado de Israel. A atenção dessa proposta aos direitos nacionais coletivos dos judeus israelenses é um de seus pontos fortes. Ainda assim, a proposta permanece presa à lógica estatal de autodeterminação, segundo a qual os interesses de cada *ethnos* (judeus-israelenses e árabes-palestinos separadamente) são priorizados em detrimento de um *demos* (a cidadania). Em suma, essa proposta se aproxima mais da solução de dois estados do que seus defensores gostariam de admitir, sem fornecer respostas convincentes para as realidades binacionais existentes e precárias e para as questões fundamentais, como os assentamentos e os refugiados palestinos. Por fim, os defensores desta proposta não fornecem uma explicação e análise detalhada e comparativa para demonstrar as vantagens de sua proposta em relação a outras propostas concorrentes, como um estado binacional ou uma federação.

CONSTRUÇÃO DA PAZ E RECONCILIAÇÃO HISTÓRICA

Defensores de soluções integradoras de todas as vertentes argumentam que o discurso de paz de Oslo em Israel/Palestina tem sido problemático, pois buscou em grande medida manter o *status quo* e administrar o conflito, em vez de resolvê-lo. Este paradigma pressupõe uma igualdade formal, mesmo que as duas partes em conflito sejam marcadamente desiguais e estejam inseridas em relações de poder assimétricas. Além disso, o discurso de

18. Os assentamentos israelenses no Território Palestino Ocupado são considerados ilegais pela esmagadora maioria dos países do mundo, com base nos Artigos 27 e 49 da Quarta Convenção de Genebra (1949). De acordo com esses artigos, é ilegal para uma potência ocupante transferir partes de sua própria população para o território ocupado. Enquanto isso, o direito de retorno dos refugiados palestinos está explicitamente disposto na Resolução 194 (1948) da Assembleia Geral da ONU, parágrafo 11. Para uma discussão mais aprofundada sobre o direito de retorno, ver QUIGLEY, John. “Displaced Palestinians and a Right of Return,” *Harvard International Law Journal*, Vol. 39, No. 1, 1998.

Oslo falhou em abordar de forma convincente as questões centrais do conflito — como a ocupação, os assentamentos, Jerusalém, as fronteiras, os refugiados e os recursos naturais — ao suspender a discussão desses temas e focar, em vez disso, em questões econômicas, de desenvolvimento e segurança. Assim, o processo de paz evitou confrontar as injustiças históricas causadas pelo conflito ao se concentrar nas desigualdades atuais e na realização de mudanças estruturais¹⁹.

Os defensores das soluções integradoras afirmam que os componentes dos Acordos de Oslo não forneceram uma resposta totalmente satisfatória para as injustiças históricas e queixas, as relações de poder assimétricas, as interligações demográficas e econômicas, e a violência política experimentada por ambos os lados do conflito²⁰. Em vez de utilizar o discurso de Oslo, muitas das soluções integradoras (por exemplo, “Dois Estados, Uma Pátria;” “Alternativas à Partição;” “Declaração de Um Estado²¹”) clamam por uma reconciliação histórica.

A política de reconciliação vai além dos requisitos centrais familiares do discurso de construção da paz e representa uma força com o potencial de gerar mudanças sociais e políticas baseadas na legitimidade mútua, no reconhecimento das assimetrias e no enfrentamento das injustiças passadas, estabelecendo, assim, as bases para uma ordem política inclusiva e, muitas vezes, colaborativa (Verdeja, 2009: 33–52). Os defensores das soluções integradoras argumentam que, ao contrário de várias abordagens de resolução de problemas, excessivamente voltadas para o futuro, a reconciliação é, ao mesmo tempo, um empreendimento voltado para o passado e para o futuro (Bashir, 2012: 140–141). Em sua perspectiva voltada para o passado, a reconciliação envolve-se significativamente com as raízes do conflito israelo-palestino e as consequências de suas questões centrais intratáveis, por meio de sua ênfase na memória, no reconhecimento, na assunção de responsabilidade, e na oferta de desculpas e reparações.

Os acordos de Oslo promoveram uma política amnésica e excessivamente voltada para o futuro ao colocar de lado ou minimizar o papel das injustiças históricas e das memórias de desapropriação e ao esperar que os palestinos entrassem no processo de paz como

19. ROUHANA, Nadim. “Group Identity and Power Asymmetry in Reconciliation Processes: The Israeli-Palestinian Case,” *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, Vol. 10, No. 1, pp. 33–52, 2004; PALESTINE STRATEGY STUDY GROUP et al. *Regaining the initiative: Palestinian strategic options to end Israeli occupation*, p.16, 2008; KLEIN, Menachem. *The shift: Israel-Palestine from border struggle to ethnic conflict*. Londres: Hurst, 2010; LUSTICK, Ian. “The Oslo Agreement as an Obstacle to Peace,” *Journal of Palestine Studies*, Vol. 27, No. 1, 1997; WAAGE, Hilde H. “Norway’s Role in the Middle East Peace Talks: Between a Strong State and a Weak Belligerent,” *Journal of Palestine Studies*, Vol. 34, No. 4, 2005.

20. Veja, por exemplo, BASHIR, Bashir. “Where now for Israel/Palestine? Introduction and Framing”. In: BASHIR, Bashir; DAKWAR, Azar. eds., *Rethinking the Politics of Israel/Palestine: Partition and Its Alternatives*. Viena: Bruno Kreisky Forum, 2014.

21. A One State Declaration, emitida em 2007, está disponível em <https://electronicintifada.net/content/one-state-declaration/793>. A iniciativa do Bruno Kreisky Fórum “Alternatives to Partition” foi impressa em BASHIR, Bashir; DAKWAR, Azar. eds., *Rethinking the Politics of Israel/Palestine: Partition and Its Alternatives*. Viena: Bruno Kreisky Forum, 2014, pp. 131–133.

uma parte igual a Israel (Said, 2001: 257). Portanto, a exigência de abstrair ou suspender uma parte significativa de sua história e condição atual ignora ou minimiza as experiências específicas e definidoras de desapropriação e dominação que os palestinos têm enfrentado como resultado da guerra de 1948. Neutralizar a história ou suspender grandes partes dela, ao reduzir o conflito à guerra de 1967 e suas consequências, como ocorreu nos Acordos de Oslo (Miller, 2007: 295; Khoury, 2016), ignora a centralidade dos anos formativos do conflito em torno de 1948 e oculta as disparidades e desigualdades marcantes entre as partes israelense e palestina. Os defensores das soluções integradoras afirmam que a política de reconciliação proporciona uma plataforma para que memórias e experiências de desapropriação contraponham as narrativas sionistas hegemônicas²² e para que as injustiças da guerra de 1948 sejam reconhecidas, abordadas e reparadas (Bashir, 2016: 20–27; Rouhana, 2004: 41, 44).

Defensores das soluções integradoras, como Abunimah, Yoav Peled, Nadim Rouhana e o grupo israelense Zochrot, sustentam que reconhecer as injustiças históricas e assumir responsabilidade são de grande importância, não apenas devido à responsabilidade moral de admitir os próprios erros, mas também devido à demanda e à necessidade de reparação desses erros. Reparações exigem, entre outras coisas, a criação de mecanismos por meio dos quais recursos materiais sejam redistribuídos de acordo com princípios de justiça restaurativa²³. Além disso, oferecer reparações vai além de mudanças distributivas; implica um pedido de desculpas e um conjunto de atividades simbólicas, como a criação de símbolos nacionais, feriados públicos, museus, memoriais e a introdução de novos currículos no sistema educacional para lembrar essas injustiças passadas²⁴. O objetivo dessas atividades não é romantizar ou perpetuar a culpa ou a vitimização, mas ajudar os cidadãos a compreenderem de forma diferente sua história e sua conexão com as atuais desigualdades políticas, sociais e econômicas.

Proponentes das soluções integradoras afirmam que, no contexto da reconciliação histórica, os palestinos precisam de um pedido sincero de desculpas do Estado de Israel pelas injustiças históricas impostas a eles pela guerra de 1948 e pela guerra de 1967²⁵. De

22. De fato, alguns acadêmicos israelenses — principalmente aqueles conhecidos como os “New Historians” e “Critical Sociologists,” como Benny Morris, Tom Segev, Avi Shlaim, Ilan Pappé e Baruch Kimmerling — também desafiaram e questionaram a narrativa sionista dominante em Israel. Veja, por exemplo, MORRIS, Benny Morris. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem 1947–1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

23. ABUNIMAH, Ali. *The battle for justice in Palestine*. Chicago: Haymarket Books, 2014, p. 233; site da organização Zochrot, <https://zochrot.org/en>; PELED, Yoav; ROUHANA, Nadim N. “Transitional justice and the right of return of the Palestinian refugees.” *Theoretical Inquiries in Law*, v. 5, n. 2, 2004.

24. Sobre assumir a responsabilidade e oferecer um pedido de desculpas, ver: BALFOUR, Lawrie. “Reparations after identity politics”. *Political Theory*, v. 33, n. 6, p. 786-811, 2005.

25. Veja, por exemplo, SHAFIR, Gershon. “Reflections on the Right of Return: Divisible or Indivisible” In: eds. LESCH, Ann M.; LUSTICK, Ian S. *Exile and Return: Predicaments of Palestinians and Jews*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 311.

fato, as reparações, embora tenham como principais destinatários os palestinos desapropriados, colonizados e oprimidos, também devem acomodar reivindicações legítimas de israelenses individuais que sofreram injustiças como resultado da resistência e violência palestinas. Uma reconciliação que remonte as causas do conflito a 1948 e enfrente as injustiças históricas requer o tratamento de toda a terra do Mandato da Palestina pré-1948 como uma unidade política única.

Os defensores das soluções integradoras afirmam que, como um empreendimento voltado para o futuro, a reconciliação também busca alcançar uma legitimidade mútua e criar uma ordem política igualitária sob condições de um regime binacional nascente, assimétrico e interligado (Bashir 2012: 130–134). A negação mútua e a deslegitimação têm governado o discurso político do nacionalismo palestino dominante e do sionismo por décadas. Com o início do processo de paz de Oslo, ambas as partes adotaram uma abordagem mais conformista, segundo a qual algum tipo de coexistência e aceitação mútua se desenvolveu, em grande parte, com base em fundamentos pragmáticos. Essa abordagem conformista do discurso de paz tem sido criticada, pois, entre outras razões, falhou em abordar a cruel assimetria das relações de poder e não aspirou a avançar em direção a um reconhecimento substancial e a uma concessão mútua de legitimidade (Said, 2002). Este último é um requisito mais ambicioso, pois implica aceitar os direitos e as identidades individuais e nacionais dos judeus israelenses e dos árabes palestinos.

Além do comentário recorrentes sobre o caráter colonial e imperialista do sionismo e das alegações de que os judeus não se qualificam como um grupo nacional (Sayegh, 2016: 351–364), poucas foram as tentativas dos defensores palestinos das soluções integradoras de explorar e revisar mais profundamente essas alegações. Houve também pouco enfrentamento dos consideráveis desafios que surgiram ao longo dos últimos 70 anos de desenvolvimento social, econômico, cultural e político da presença judaica em Israel/Palestina (Zreik, 2016: 351–64). Da perspectiva da reconciliação, envolver-se com a questão judaica e com os direitos e a identidade dos judeus na Palestina histórica é um requisito moral e normativo, além de uma necessidade política urgente. Sob condições de reconciliação histórica que insistem na legitimidade mútua, os palestinos também devem reconhecer e respeitar os direitos dos judeus, sendo o mais importante deles o direito à autodeterminação nacional. Tal reconhecimento da autodeterminação nacional israelense/judaica não precisaria significar a negação do direito palestino à autodeterminação, nem precisa estar territorialmente restrito a uma parte do país.

Embora seja possível identificar vários paradigmas pelos quais a ideologia sionista interagiu com os palestinos — como a “muralha de ferro”, a confrontação e acomodações pontuais e impostas — a negação ou o reconhecimento inadequado da existência de uma

identidade nacional palestina tem sido uma vertente dominante dentro do sionismo²⁶. Certamente, em estágios posteriores, vertentes centrais dentro do movimento sionista passaram a adotar uma abordagem mais conformista. No entanto, essa abordagem não chega a reconhecer plenamente os palestinos como uma nação igual e legítima, com direito ao mesmo conjunto de direitos, uma vez que políticos israelenses de destaque continuam propondo, como soluções adequadas para o conflito, uma autonomia nacional ampliada ou um estado palestino fragmentado e territorialmente descontínuo em menos de 22% da Palestina histórica. A reconciliação demanda o enfrentamento dos direitos dos palestinos, seu nacionalismo e as injustiças históricas que sofreram.

Deve-se, no entanto, reconhecer os diversos desafios práticos, materiais e psicológicos que a reconciliação histórica enfrenta. Certamente, fazer com que os atores mais poderosos enfrentem sua história, renunciem a seus privilégios e se reconciliem com os oprimidos, e incentivar a esses a assumirem a responsabilidade por seus erros e a compreender os temores de seus opressores permanecem desafios assustadores. De fato, aumentar consideravelmente os custos e encargos morais, políticos e econômicos associados à manutenção das atuais constelações políticas excludentes e opressivas — como demonstrado pelos protestos e sanções no caso da África do Sul (Thörn, 2009: 417–436) — será crucial para a transição para uma nova ordem política e social mais igualitária. Mais especificamente, formas de pressão interna (desobediência civil e lutas conjuntas organizadas contra a discriminação e a opressão) e externa (isolamento internacional e sanções) são cruciais para desmantelar o sistema opressor existente e transformar as relações de poder assimétricas (Rouhana, 2004: 40). No atual clima político internacional, exercer essas pressões permanece um desafio sério.

Outro desafio profundo para a reconciliação histórica e a implementação de uma solução integrativa diz respeito às atitudes e à psicologia daqueles envolvidos no conflito. Os defensores dessa perspectiva insistem que o conflito intratável e violento entre palestinos e judeus israelenses gerou diversas barreiras psicológicas e sentimentos de desconfiança mútua, ódio e medo. Portanto, em um conflito profundamente carregado de emoções e questões psicológicas, e conduzido por conceitos hegemônicos de exclusividade mútua,

26. A “muralha de ferro” refere-se a uma política proposta pela primeira vez em 1923 por Vladimir (Ze’ev) Jabotinsky, o precursor intelectual do partido Likud de hoje, e que acabou sendo aceita por uma ampla gama de organizações e partidos sionistas. De acordo com essa política, o único caminho para alcançar o necessário acordo de paz com os árabes seria através de uma “muralha de ferro” metafórica de força militar judaica. Esta “muralha” seria tão forte que os inimigos árabes, ao tentar rompê-la, enfrentariam derrotas contínuas e terríveis, forçando-os a desistir de qualquer esperança de destruir o lar nacional judaico. Para mais informações, ver: LUSTICK, Ian S. “Abandoning the Iron Wall: Israel and ‘The Middle Eastern Muck,’” *Middle East Policy*, Vol. 15, No. 3, 2008; LUSTICK, Ian S. “To Build and to Be Built By: Israel: and the Hidden Logic of the Iron Wall,” *Israel Studies*, Vol. 1, No. 1, 1996. Para formas mais construtivas de envolvimento judaico com os palestinos, ver MYERS, David N. *Between Jew and Arab: The Lost Voice of Simon Rawidowicz*. Waltham, MA: Brandeis University Press, 2008. Sobre negação e reconhecimento insuficiente, ver: FLAPAN, Simha. *Zionism and the Palestinians*. New York: Croom & Helm, 1979; PAPPÉ, Ilan. *The Idea of Israel: A History of Power and Knowledge*. New York: Verso, 2014.

a reconciliação histórica que busca um futuro conjunto baseado na parceria é idealista e cega às profundas construções emocionais e cognitivas. Será, portanto, um grande desafio mudar as mentes e os corações das pessoas envolvidas em um conflito hostil, prolongado e complicado. No entanto, a história mostra claramente que mudar os corações e mentes de pessoas profundamente enraizadas em tal conflito violento é de fato difícil, mas também possível. Sob condições de opressão, medo e conflito, a visão humanística de uma África do Sul democrática, igualitária e inclusiva era vista como uma visão idealista, utópica ou excessivamente otimista (Tutu, 1999; Krog, 1998). Sem dúvida, cada caso possui sua própria história, particularidades e especificidades, devemos ter cuidado para não nos apoiarmos excessivamente em precedentes históricos. Contudo, este exemplo e outros mostram o grande potencial implícito em visões humanísticas, inclusivas, integradoras e justas para transformar as visões e atitudes das pessoas em um contexto de crescente interligação.

CONCLUSÃO

Mais de 20 anos após o Acordo de Oslo de 1993, o discurso internacional sobre o processo de paz israelo-palestino ainda defende uma solução de dois estados. No entanto, esse discurso se apoia em noções desatualizadas de autodeterminação e ignora as duras e assimétricas realidades binacionais criadas por décadas de políticas israelenses de construção de assentamentos ilegais na Cisjordânia. As vidas, os direitos, as identidades, as histórias e as culturas de árabes e judeus em Israel/Palestina tornaram-se profundamente entrelaçadas e quase inseparáveis. Ao considerar essas observações empíricas, vários acadêmicos e políticos oferecem soluções integradoras. No cerne dessas soluções integradoras está uma nova gramática política e moral, fundamentada na integração, na convivência conjunta e na legitimidade mútua, em vez de na segregação, na negação e na separação. Este artigo buscou avaliar criticamente os pontos fortes e fracos das principais soluções integradoras.

Os pontos fortes das várias vertentes de soluções integradoras decorrem, entre outras coisas: primeiro, de sua capacidade de acomodar as principais reivindicações das duas partes em conflito; segundo, da atenção e respeito que dedicam aos valores democráticos, bem como aos direitos nacionais individuais e coletivos; terceiro, das respostas que oferecem às realidades de crescente interdependência e entrelaçamento assimétrico entre as duas comunidades, bem como à inviabilidade da separação e partição em diversos domínios importantes; e quarto, da normalização da existência e dos direitos dos judeus israelenses e da realização dos direitos dos palestinos, respeitando suas aspirações, direitos e memórias históricas (Bashir, 2015: 502–519).

As principais fraquezas das soluções integradoras incluem: primeiro, apesar do crescente volume de literatura e do discurso público sobre o fim da solução de dois estados, as soluções integradoras ainda não atraíram muita atenção ou apoio nos círculos internacionais

jurídicos ou diplomáticos influentes; segundo, a persistência de barreiras psicológicas baseadas na xenofobia, na desconfiança e no medo, que fomentam a separação e o fechamento; terceiro, a simetria distorcida das relações de poder pressuposta em alguns regimes integradores e as possíveis dificuldades em dismantelar um sistema de privilégios judaicos profundamente enraizado, socialmente aceito e sancionado pelo Estado em Israel; quarto, a falta de uma base popular credível para movimentos e organizações políticas conjuntas entre árabes e judeus que defendam perspectivas integradoras e mobilizem constituintes influentes para apoiar essas soluções.

As três vertentes de soluções integradoras para o conflito israelo-palestino identificadas neste artigo — as abordagens de soberania liberal, binacional e compartilhada — tendem a favorecer a reconciliação histórica como um quadro para alcançar a paz, em contraste com a construção de paz baseada em acordos do discurso de Oslo. A dupla temporalidade (voltada para o passado e para o futuro) da política de reconciliação recusa-se a censurar o passado, refere-se aos anos formativos do conflito em torno de 1948, e trata todo o território entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo — com suas condições sociais, demográficas e econômicas entrelaçadas— como uma unidade histórica e geopolítica única. No entanto, as persistentes barreiras psicológicas e a dificuldade de renunciar a privilégios socioeconômicos e políticos representam sérios desafios para a reconciliação histórica.

O mapeamento conceitual deste artigo e as avaliações das várias vertentes de soluções integradoras contribuem para a identificação de áreas frutíferas para pesquisas futuras e aprendizado mútuo e comparativo. Por exemplo, há muito a aprender com a luta contra o apartheid na África do Sul e com a Comissão da Verdade e Reconciliação, bem como com a experiência binacional e consociacional da Bélgica. Além disso, mapear diversos cenários razoáveis e examinar criticamente as condições sob as quais é possível maximizar os pontos fortes e minimizar as fraquezas das soluções integradoras são empenhos acadêmicos e políticos úteis e necessários.

Copyright © 2016 Middle East Institute.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUNIMAH, Ali. "Can Israel Escape a Binational Future". *The Electronic Intifada*, v. 20, 2003.

ABUNIMAH, Ali; ARURI, Naseer. *The one state declaration*. *Electronic Intifada*, November, 2007. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/one-state-declaration/793>.

ABUNIMAH, Ali. *One Country: A Bold Proposal to End Israeli-Palestinian Impasses*. Nova York: Metropolitan Books, 2006.

ABUNIMAH, Ali. *The battle for justice in Palestine*. Chicago: Haymarket Books, 2014.

ABU-ODEH, Lama. "The Case for Binationalism," *Boston Review*, 2001.

AZOULAY, Ariella; OPHIR, Adi. *The one-state condition: occupation and democracy in Israel/Palestine*. Stanford University Press, 2012.

BALFOUR, Lawrie. "Reparations after identity politics". *Political Theory*, v. 33, n. 6, 2005.

BARAK, Oren. "Hatsa'ah le-hazon meshutaf Yehudi-'Aravi be-Medinat Yisra'el" ["Towards A Shared Future Vision in the State of Israel"] *Public Sphere*, Vol. 6, 2012.

BARAK, Oren. "Hatsa'ah le-hazon meshutaf Yehudi-'Aravi be-Medinat Yisra'el" ["Rumo a uma Visão de Futuro Compartilhada no Estado de Israel"] *Public Sphere*, Vol. 6, 2012.

BASHIR, Bashir. "Neutralizing history and memory in divided societies: the case of making peace in Palestine/Israel". In: ed. MANNA, Jumana; STORIHLE, Sille. *The Goodness Regime*. 2016.

BASHIR, Bashir. "On Citizenship and Citizenship Education: A Levantine Approach and Reimagining Israel/Palestine," *Citizenship Studies*, Vol. 19, Nos. 6/7, 2015.

BASHIR, Bashir. "Reconciling Historical Injustices: Deliberative Democracy and the Politics of Reconciliation," *Res Publica*, Vol. 18, No. 2, 2012.

BASHIR, Bashir. "Where now for Israel/Palestine? Introduction and Framing". In: BASHIR, Bashir; DAKWAR, Azar. eds., *Rethinking the Politics of Israel/Palestine: Partition and Its Alternatives*. Viena: Bruno Kreisky Forum, 2014.

BASHIR, Bashir; DAKWAR, Azar. eds., *Rethinking the Politics of Israel/Palestine: Partition and Its Alternatives*. Viena: Bruno Kreisky Forum, 2014.

BASHIR, Bashir; GOLDBERG, Amos. "Deliberating the Holocaust and the Nakba: Disruptive empathy and binationalism in Israel/Palestine". *Journal of Genocide Research*, v. 16, n. 1, 2014.

BEHAR, Moshe. "One-state, two-states, bi-national state: Mandated imaginations in a regional void." *Middle East Studies*, v. 2, n. 5, 2011.

BEILIN, Yossi. "Confederation is the key to Mideast Peace". *The New York Times*, v. 14, 2015.

BENHABIB, Seyla. "Twilight of Sovereignty or the Emergence of Cosmopolitan Norms? Rethinking Citizenship in Volatile Times," *Citizenship Studies*, Vol. 11, No. 1, 2007.

BENVENISTI, Meron. *Halom ha-tsabar ha-lavan: otobiyografyah shel hitpakhhut* [The dream of the white sabra: An autobiography of disillusionment]. Jerusalém: Keter, 2012.

BENVENISTI, Meron. "United we stand". *Haaretz*. February, v. 2, 2010.

BISHARAT, George. "Israel and Palestine: A true one-state solution". *Washington Post*, v. 23, 2010.

B'TSELEM. The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories. Planning Policy in the West Bank: What is Area C? 2017. (Atualizado em 06 de fevereiro de 2019). Disponível em: https://www.btselem.org/area_c/what_is_area_c.

BURG, Avraham. "Now It's Your Turn," Haaretz, 2011.

CARTER, Jimmy. Palestine: peace not apartheid. Nova York: Simon and Schuster, 2006.

DAVIS, Uri. *Israel: An Apartheid State*. Londres: Zed Books, 1987.

DELLAPERGOLA, Sergio. "Demographic trends in Israel and Palestine: Prospects and policy implications". The American Jewish Year Book, v. 103.

EYLON, Yuval. "An Israeli-Palestinian Confederation? Not So Fast." Publicado em: +972, 2016.

FARIS, Hani. *The Failure of the Two-State Solution: : The Prospects of One State in the Israel-Palestinian Conflict*. Londres: I. B. Tauris, 2013.

FARSAKH, Leila. "Independence, Cantons, or Bantustans: Whither the Palestinian State?". The Middle East Journal, v. 59, n. 2, 2005.

FARSAKH, Leila. "The one-state solution and the Israeli-Palestinian conflict: Palestinian challenges and prospects". The Middle East Journal, v. 65, n. 1, 2011.

FARSAKH, Leila. "Time for a bi-national state". Le Monde Diplomatique, 2007.

FLAPAN, Simha. Zionism and the Palestinians. New York: Croom & Helm, 1979.

GANIM, As'ad; BAWLEY, Dan. "Towards a Bi-National Homeland for Israelis and Palestinians: In Search of a Doable Solution-A United Democracy." Saarbrücken, Alemanha: LAP Lambert Academic Publishing, 2015.

GANS, Chaim. *A just Zionism: On the morality of the Jewish state*. Oxford University Press, 2008.

GHANEM, As'ad. "The bi-national state solution". Israel Studies, Vol. 14, No. 2, 2009.

GHANIM, Honaida. "Between Two" One-State" Solutions: The Dialectics of Liberation and Defeat in the Palestinian National Enterprise. Constellations: An International Journal of Critical & Democratic Theory, v. 23, n. 3, 2016.

GLICK, Caroline. "The Israeli solution: A one-state plan for peace in the Middle East." Nova York: Crown Forum, 2014.

GRINBERG, Lev. "The Israeli-Palestinian Union: The 1-2-7 States Vision of the Future". Journal of Palestine Studies, Vol. 39, No. 2, 2010.

HANNUM, Hurst. Autonomy, sovereignty, and self-determination: The accommodation of conflicting rights. University of Pennsylvania press, 1996.

HELBLING, Marc; STOJANOVIĆ, Nenad. "Switzerland: challenging the big theories of nationalism". Nations and nationalism, v. 17, n. 4, 2011.

HERMANN, Tamar. "The bi-national idea in Israel/Palestine: Past and present." *Nations and Nationalism*, v. 11, n. 3, 2005.

HESKETH, Katie. et al. "The inequality report: the palestinian arab minority in Israel". Adalah, The Legal Center for Arab Minority Rights in Israel, 2011.

HILAL, Jamil. ed., *Where now for palestine? The demise of the two-state solution*. Londres: Zed Books, 2007.

INITIATIVES, Israel Palestine Creative Regional. *Two States in One Space: A New Proposed Framework for Resolving the Israeli-Palestinian Conflict*. 2014.

JUDT, Tony. "Israel: the alternative". *New York Review of Books*, v. 50, n. 16, 2003.

KAPITAN, Tomis. "Self-Determination" in: HALWANI, Raja; KAPITAN, Tomis. *The Israeli-Palestinian Conflict: Philosophical Essays on Self-Determination, Terrorism and the One-State Solution*, Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

KHALIDI, Ahmad Samih. "A One-State Solution," *The Guardian*, 2003.

KHOURY, Nadim. "National narratives and the Oslo peace process: How peacebuilding paradigms address conflicts over history". *Nations and nationalism*, v. 22, n. 3, 2016.

KLEIN, Menachem. *The shift: Israel-Palestine from border struggle to ethnic conflict*. Londres: Hurst, 2010.

KRETZMER, David. *The Legal Status of the Arabs in Israel*. Boulder, CO: Westview Press, 1990.

KROG, Antjie. *Country of my skull: Guilt, sorrow, and the limits of forgiveness in the new South Africa*. Joanesburgo, 1998.

KYMLICKA, Will. "Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship". Oxford: Oxford University Press, 2001.

LEVINE, Mark; MOSSBERG, Mathias, eds. *One Land, Two States: Israel and Palestine as Parallel States*. Berkeley: University of California Press, 2014.

LEVINE, Mark; MOSSBERG, Mathias. "The solution for Israelis and Palestinians: a parallel state structure". *Christian Science Monitor*, 2010.

LINKLATER, Andrew., "Citizenship and Sovereignty in the Post-Westphalian State," *European Journal of International Relations*, Vol. 2, No. 1, 1996.

LOEWENSTEIN, Antony; MOOR, Ahmed (Ed.). *After Zionism: One State for Israel and Palestine*. Londres: Saqi Books, 2013.

LUSTICK, Ian S. "Abandoning the Iron Wall: Israel and 'The Middle Eastern Muck,'" *Middle East Policy*, Vol. 15, No. 3, 2008.

LUSTICK, Ian. "The Oslo Agreement as an Obstacle to Peace," *Journal of Palestine Studies*, Vol. 27, No. 1, 1997.

■ artigo

LUSTICK, Ian S. "To Build and to Be Built By: Israel: and the Hidden Logic of the Iron Wall," *Israel Studies*, Vol. 1, No. 1, 1996.

LUSTICK, Ian. "Two-state illusion". *New York Times*, v. 14, 2013.

McROBERTS, Kenneth. "Canada and the Multinational State," *Canadian Journal of Political Science*, Vol. 34, No. 4, 2001.

MENDES-FLOHR, Paul R. *A land of two peoples: Martin Buber on Jews and Arabs*. Nova York: Oxford University Press, 1983.

MICHAELI, Merav. "Tony Judt's Final Word on Israel." *The Atlantic*, v. 14, n. 09, 2011.

MILLER, Zinaida. *Settling with History: A Hybrid Commission of Inquiry for Israel/Palestine*. *HARv. Hum. RTs. J.*, v. 20, 2007.

MORRIS, Benny. *One state, two states: Resolving the Israel/Palestine conflict*. Yale University Press, 2009.

MORRIS, Benny Morris. *The Birth of the Palestinian Refugee Problem 1947–1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MOSSBERG, Mathias. "One Land, Two States? Parallel States as an Example of 'Out of the Box' Thinking on Israel/Palestine," *Journal of Palestine Studies*, Vol. 39, No. 2, 2010.

MURRAY, Nancy. "Dynamics of Resistance: The Apartheid Analogy". *Electronic Journal of Middle Eastern Studies*, v. 8, 2008.

MYERS, David N. *Between Jew and Arab: The Lost Voice of Simon Rawidowicz*. Waltham, MA: Brandeis University Press, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP). Relatório à Assembleia Geral, Vol. 1, Suplemento No.11, seção III, "Recomendações (III)". [Jerusalém: ONU, 1947].

PALESTINE STRATEGY STUDY GROUP et al. *Regaining the initiative: Palestinian strategic options to end Israeli occupation*. 2008.

PAPPÉ, Ilan. *The Idea of Israel: A History of Power and Knowledge*. New York: Verso, 2014.

PELED, Yoav; ROUHANA, Nadim N. "Transitional justice and the right of return of the Palestinian refugees." *Theoretical Inquiries in Law*, v. 5, n. 2, 2004.

PURI, Balraj. "Sovereignty, territorial integrity and right of self-determination". *Economic and Political Weekly*, 2001.

QUIGLEY, John. "Displaced Palestinians and a Right of Return," *Harvard International Law Journal*, Vol. 39, No. 1, 1998.

RAZ-KRAKOTZKIN, Amnon. "A National Colonial Theology—Religion, Orientalism, and the Construction of the Secular in Zionist Discourse". *Tel Aviver Jahrbuch für Deutsche Geschichte*, v. 30, 2002.

- REMICK, David. "The One-State Reality". *The New Yorker*, 2014.
- ROUHANA, Nadim. "Group Identity and Power Asymmetry in Reconciliation Processes: The Israeli-Palestinian Case," *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, Vol. 10, No. 1, 2004.
- RUBINSTEIN, Danny. "One State/Two States: Rethinking Israel and Palestine". *Dissent*, v. 57, n. 3, 2010.
- SAID, Edward. "Afterword: The Consequences of 1948," IN: ROGAN, Eugene L.; SHLAIM, Avi. eds. *The War for Palestine: Rewriting the History of 1948*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SAID, Edward. "Truth and Reconciliation," *Al-Ahram Weekly*, 1999.
- SAID, Edward. "What Price Oslo?". *Al-Ahram on-line*, 2002.
- SAMBANIS, Nicholas. "Partition as a solution to ethnic war: An empirical critique of the theoretical literature." *World politics*, v. 52, n. 4, 2000.
- SAMHOURI, Mohammed. "Revisiting the Paris protocol: Israeli-Palestinian economic relations, 1994–2014". *The Middle East Journal*, v. 70, n. 4, 2016.
- SHABI, Rachel. The death of the Israel-Palestine two-state solution brings fresh hope. *The Guardian*, 2012.
- SHAFIR, Gershon. "Reflections on the Right of Return: Divisible or Indivisible" In: eds. LESCH, Ann M.; LUSTICK, Ian S. *Exile and Return: Predicaments of Palestinians and Jews*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- SAYEGH, Fayez Abdullah. *Zionist colonialism in Palestine*. Beirut: Research Center, Palestine Liberation Organization, 1965.
- SCHEINDLIN, Dahlia; WAXMAN, Dov. "Confederalism: A Third Way for Israel-Palestine" *The Washington Quarterly*, Vol. 39, No. 1, 2016.
- SHERWOOD, Harriet. "Kerry: Two years left to reach two-state solution in Middle East peace process." *The Guardian*, v. 13, 2013.
- STERNHELL, Zeev. "The Extreme Right Turned Israel Into an Anachronism." *Haaretz*, 2011.
- SUSSMAN, Gary. "The challenge to the two-state solution". *Middle East Report*, n. 231, 2004.
- SWENDEN, Wilfried; JANS, Maarten Theo. 'Will it stay or will it go?' Federalism and the sustainability of Belgium. *West European Politics*, v. 29, n. 5, 2006.
- TAMARI, Salim. "The Dubious Lure of Binationalism," *Journal of Palestine Studies*, Vol. 30, No. 1, 2000.
- TILLEY, Virginia. *The one-state solution: A breakthrough for peace in the Israeli-Palestinian deadlock*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

■ artigo

TILLEY, Virginia. *The secular solution: debating Israel-Palestine*. 2006.

THÖRN, Håkan. The meaning(s) of solidarity: Narratives of anti-apartheid activism. *Journal of Southern African Studies*, v. 35, n. 2, 2009.

TUTU, Desmond. *No Future Without Forgiveness*. Nova York: Doubleday, 1999.

TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal. "A binational state in Palestine: The rational choice for Palestinians and the moral choice for Israelis". *International Affairs*, v. 73, n. 1, 1997.

VERDEJA, Ernesto. "Unchopping A Tree: Reconciliation in the Aftermath of Political Violence". Filadélfia: Temple University Press, 2009.

WAAGE, Hilde H. "Norway's Role in the Middle East Peace Talks: Between a Strong State and a Weak Belligerent," *Journal of Palestine Studies*, Vol. 34, No. 4, 2005.

WILCOX JR, Philip C. "America, Israel, and Missed Opportunities for Peace." *The Middle East Journal*, Vol. 70, n.30, 2016.

WITKIN, Nathan. "The Interspersed Nation-State System: A Two-State/One-Land Solution for the Israeli-Palestinian Conflict," *The Middle East Journal*, Vol. 65, No. 1, 2011.

YAKOBSON, Alexander. "Two States or One (Arab) State". *Dissent*, Vol. 57, No. 4, 2010.

YEHOSHUA, Avraham B. "An Unwelcome Intro to the Binational State," *Haaretz*, 2012.

YIFTACHEL, Oren., "Ben ahat li-shetayim: Diyun be-pitron 'ha-medinah ha-ahat' mul ra'ayon ha-konfederatsiyah le-Yisra'el/Falastin" ["Between One and Two: Critique of the One-State-Solution vs. the Confederation Concept for Israel/Palestine"], *Public Sphere*, Vol. 6, 2012.

YIFTACHEL, Oren. *Ethnocracy: Land and identity politics in Israel/Palestine*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.

YOUNG, Iris Marion. *Global Challenges: War, Self-Determination and Responsibility for Justice*. Cambridge: Polity Press, 2006.

ZREIK, Raef. "When Does a Settler Become a Native? (With Apologies to Mamdani)" *Constellations*, Vol. 23, No. 3, 2016.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



ESCAVAR ENTRE ESPÓLIOS E RUÍNAS: CINEMA NO EXÍLIO E A BUSCA PELOS ARQUIVOS AUDIOVISUAIS PALESTINOS CONTRA O MEMORICÍDIO

DIGGING AMONG LOOT AND RUINS: CINEMA IN EXILE AND THE SEARCH FOR PALESTINIAN AUDIOVISUAL ARCHIVES AGAINST MEMORICIDE

Isabella Almeida de Abreu Aquino¹

Resumo: Este artigo reflete sobre as tentativas de expropriação, espólio e apagamento de signos da memória e arquivos audiovisuais da população autóctone árabe-palestina. Entre as décadas de 1960 e 1980, artistas e cineastas palestinos exilados na Jordânia e, posteriormente, no Líbano, engajaram-se na produção de um cinema revolucionário e reuniram esforços para que a memória palestina não fosse perdida; vastos arquivos audiovisuais de valor imensurável se constituíram no período. Após a invasão israelense em Beirute em 1982, estes filmes permaneceram perdidos por mais de três décadas. Busco mapear as tentativas de recuperação dos vestígios e fragmentos deste enorme arquivo pelas novas gerações de cineastas palestinos, até a descoberta final de que estes e outros artefatos e bens culturais foram pilhados e permanecem até hoje sob administração colonial de Israel.

Palavras-chave: Memória; Cinema palestino; Arquivos; Guerra do Líbano.

Abstract: This article reflects on the attempts to expropriate, plunder and erase signs from the memory and audiovisual archives of the indigenous Arab-Palestinian population. Between the 1960s and 1980s, exiled Palestinian artists and filmmakers, in Jordan and, later, in Lebanon, engaged in the production of revolutionary cinema and joined forces so that Palestinian memory would not be lost; vast audiovisual archives of immeasurable value were constituted in the period. With the Israeli invasion of Beirut in 1982, these films remained lost for more than three decades. I seek to map the attempts to recover the remains and fragments of this enormous archive by new generations of Palestinian filmmakers, until the final discovery that these and other artifacts and cultural assets were looted and remain under Israeli colonial administration to this day.

Keywords: Memory; Palestinian cinema; Archives; Lebanon war.

1. Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Desenvolve a pesquisa “Memórias palestinas: práticas sonoras de um exílio existencial”, fomentada pela FAPESP. Contato: isabella.almeida.aquino@gmail.com. Link do Lattes: lattes.cnpq.br/6831828567654955. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6309-7274>.

Eu não encontrei nada além de imagens desbotadas. Mas eu imaginei... imaginei que dentro do filme havia outro filme. Eu imaginei por alguns segundos que a derrota cessa e as vítimas vencem. O exilado retorna à casa...

Azza El Hassan – *Kings & Extras: Digging for a Palestinian Image* (2004)

O artista plástico, crítico e historiador da arte palestina, Kamal Boullata (2009: 36, tradução própria) afirma que os artistas palestinos são “Tal como a *tillandsia*, a planta aérea que não precisa de solo para viver e florescer – por ser resistente e sem raízes, cresce em ramos de árvores e rochas extraíndo os seus nutrientes e umidade da atmosfera”². À sua metáfora botânica, Boullata acrescenta que, embora dispersos e vivendo nas mais diferentes regiões do mundo, os artistas palestinos encontram-se através de sua arte, como vozes individuais que ressoam em coro as diferentes maneiras de se viver a experiência palestina. O desenraizamento vivido pelo povo palestino após 1948 permeou as maneiras de ser, estar e relacionar-se no mundo, foi o “ano de ruptura traumática na continuidade do espaço e tempo históricos na história palestina” (Nur Masalha, 2012: 3). No entanto, a violência colonial israelense não foi capaz de impôr invisibilidade e nem de impedir o florescimento artístico, intelectual e a articulação política dos palestinos no exílio e dos que permaneceram na terra ocupada.

Após a *Nakba* em maio de 1948, o tecido social palestino foi gravemente ferido – 800.000 palestinos foram expulsos de suas terras, tornaram-se exilados, refugiados ou foram deslocados internamente, 531 vilarejos completamente destruídos, outros 31 sofreram massacres pelas milícias sionistas e 11 bairros urbanos foram despovoados (Ilan Pappé, 2006: XIII). Aqueles que se exilaram, não deixaram de nutrir, dia após dia, o desejo de retorno ao seu país. A década de 1960 foi marcada por novas tendências e engajamentos políticos das comunidades palestinas, especialmente encabeçados pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP) – o desejo por uma pátria liberta assumiu a forma de resistência revolucionária.

A produção audiovisual palestina floresceu a partir de 1968 até os primeiros anos da década de 1980. Os palestinos exilados na Jordânia e no Líbano engajaram-se em um cinema revolucionário, teceram redes transnacionais de solidariedade, reuniram esforços contínuos para construção de bibliotecas, coleções e arquivos, por meio de instituições como *Palestine Film Unit/ Palestinian Cinema Institute, Palestine Research Center, Cultural Arts Section e Institute for Palestine Studies*, no intuito de não deixar se dissipar a herança cultural e a memória em constante perigo de apagamento, e guardar para as gerações palestinas futuras o registro de que lutaram. No entanto, a profusão de arquivos produzidos e reunidos neste período permaneceu por mais de três décadas perdida, após a invasão israelense no Líbano

2. “Like the *tillandsia*, the air plant that needs no soil to live and flower – for tough and rootless, it grows on tree branches and rocks extracting its nutrients and moisture from the atmosphere.”

em 1982, quando bombardeios e massacres obrigaram palestinos e palestinianas a realizar outro fluxo forçado.

Esse artigo busca investigar as dinâmicas de perda e recuperação dos arquivos audiovisuais espoliados da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) por Israel, em Beirute, na década de 1980. A primeira parte do texto está dedicada a uma investigação acerca da estrutura organizacional da OLP no Líbano, no que tange aos seus departamentos e instituições dedicados à pesquisa e produção artística, procurando compreender quais atividades e agendas estavam sendo desenvolvidas até 1982 e porquê os arquivos espoliados representam uma perda irreparável para os palestinos.

A segunda parte busca traçar as rotas que os cineastas e pesquisadores palestinos contemporâneos Azza El Hassan, Bashar Shammout e Mohanad Yaqubi percorreram para recuperar alguns vestígios dos arquivos perdidos, engajados em projetos de restauração, conservação e digitalização. A ideia de memoricídio, mobilizada durante a terceira parte desse texto, especialmente a partir de Nur Masalha, será utilizada para lançar luz aos mecanismos de apagamento, censura, controle e restrição que o projeto colonial sionista impõe sobre os materiais confiscados nos Arquivos das Forças de Defesa e do Estabelecimento de Defesa de Israel (IDFA), desvelados por Rona Sela, a pesquisadora que pôde ter acesso aos arquivos espoliados e confirmar que estavam sob o domínio de Israel.

O tema da memória continua sendo inescapável para se abordar a experiência palestina. Em 2014, a jornalista e ativista Soraya Misleh de Matos (2014) publicava na edição de número 3 da Revista Malala o escrito “Contra a limpeza étnica do povo palestino, memória e história” em contexto da ofensiva de Israel na Faixa de Gaza em 8 de julho daquele ano, resultando na morte de 2.251 pessoas. Dez anos depois, assistimos um novo ataque à Gaza e à Cisjordânia, agora com um potencial de destruição e de tecnologias para a morte sem precedentes. É nesse sentido que a *Nakba* não se encerra em 1948. O bombardeamento de universidades, escolas, bibliotecas, hospitais, mesquitas, casas e o encarceramento, sequestro e assassinato de jornalistas, ativistas, escritores, artistas, professores, homens, mulheres e crianças deflagram as tentativas de completo eclipsamento da vida palestina. Esse artigo trata sobre as tentativas constantes dos palestinos de não deixar que a memória se perca, e da defesa obstinada de um povo autóctone pelo direito de retornar à sua terra.

Cinema no Exílio e seus Arquivos: De Amã à Beirute (1968-1982)

Ao final da década de 1960, o cinema palestino adentrou outros regimes de produção e visibilidade. O movimento chamado de “Cinema no Exílio”, considerado como o Terceiro Período do Cinema Palestino³, emergiu após a traumática derrota árabe na

3. Segundo George Khleifi e Nurith Gertz (2008) a história do cinema palestino pode ser dividida em quatro momentos: O início (1935-1948); A Época do Silêncio (1948-1967); O Cinema no Exílio (1968-1982); O Retorno para casa (1980- até o presente).

Naksa (ou Guerra dos Seis Dias), quando, em 1967, Israel tomou posse de Jerusalém Oriental, Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península do Sinai, Fazendas de Shebaa e Colinas de Golã, e se encerra com a invasão israelense do Líbano em 1982 (Nurith Gertz; George Khleifi, 2008). Sucessor da “Época do Silêncio” (1948–1967), o período de “Cinema no Exílio” (1969-1982) estava inserido em um contexto de enfraquecimento da ideologia pan-arabista. Ele nasce, portanto, intimamente conectado aos movimentos palestinos revolucionários.

A produção cinematográfica se configurou como ferramenta da luta política e extensão da resistência armada (Abu Luqman El Foul, 2022), fomentada especialmente pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP), comandada na época por Yasser Arafat⁴, fundador e líder do Fatah [Movimento de Libertação Nacional da Palestina]. A imagem do *fedayeen* – o combatente, guerrilheiro – substituiu a imagem do palestino refugiado, retratado por produções audiovisuais anteriores, como as feitas pelo Departamento Audiovisual da UNRWA (*United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*), apenas como objeto de caridade, destituído de sua agência e subjetividade.

A OLP, neste período, além de direcionar seus recursos para áreas como saúde, desenvolvimento econômico, trabalho, educação e direitos humanos⁵, ofereceu suporte financeiro para artistas e pesquisadores, visando a criação de institutos e entidades capazes de produzir, reunir, conservar e investigar tradições e heranças palestinas nos âmbitos artístico, político, social e cultural. Cheryl Rubenberg (1986: 69-70), que realizava pesquisa sobre a questão palestina no Líbano entre maio e junho de 1982, descreve detalhes sobre a disposição infraestrutural da Organização durante o período. Rubenberg afirma que a OLP contava com o *Departamento de Informação e Cultura*, criado em 1965 e respaldado formalmente a partir de 1978, estruturado em algumas subdivisões: Artes e Cultura Nacional, Centro de Pesquisa, Instituição de Cinema Palestino, Artes Plásticas, Grupo de Dança Folclórica Palestina, Artes Gráficas, Associação de Teatro e Artes Populares Palestinas, Fotografia e Exposição.

Um exemplo das atividades desenvolvidas de maneira coletiva pelas instituições da OLP era a alfabetização e profissionalização das mulheres nos campos de refugiados. O Departamento Social da PRCS (*Palestine Red Crescent Society*) possuía cinco centros de formação profissional que ofereciam às mulheres o aprendizado de linguagens, datilografia, costura e do bordado tradicional palestino. Chamado de *Tatreez*⁶, o bordado palestino era

4. Arafat comandou a OLP por 35 anos, de 1969 até o ano de sua morte, em 2004.

5. *Palestine Red Crescent Society* [جمعية الهلال الأحمر الفلسطيني], fundada em 1965 em um campo de refugiados na Jordânia pelo médico Fathi Arafat, responsável até os dias de hoje por oferecer cuidados médicos dentro do território palestino e fora dele; a SAMED – *Palestine Martyrs Works Society* [جمعية أعمال شهداء فلسطين], uma instituição responsável por amparar financeiramente a família de pessoas martirizadas; a *General Union of Palestinian Women* [الإتحاد العام للمرأة الفلسطينية], criada em 1965, em Jerusalém, para emancipação, participação e garantia dos direitos das mulheres palestinas.

6. Sobre o *Tatreez*, chamado também de *Fallahi Tatreez*, um importante aspecto dos saberes tradicionais palestinos, ver: Widad Kamel Kawar & Tania Tamari Nasir (2019) “*Palestinian Embroidery: Traditional Fallahi cross-stitch*”.

ensinado como uma forma de recuperação e transmissão cultural, mas também de renda e liberdade financeira para as famílias palestinas; um trabalho investigativo desenvolvido pela Divisão de Artes e Cultura Nacional buscava catalogar os bordados provenientes das diferentes regiões da Palestina. Uma fábrica de bordado fora estabelecida em Beirute pela SAMED (*Palestine Martyrs Works Society*): as mulheres utilizavam padrões dos bordados de vestidos palestinos tradicionais muito antigos como modelo para costurar suas novas peças. Cerca de 30 mulheres trabalhavam diretamente na fábrica e outras 3 mil trabalhavam de suas casas. Essa atividade envolvia de maneira transdisciplinar instituições de pesquisa, educação, produção e desenvolvimento econômico.

O fazer cinematográfico neste contexto tornou-se, pela primeira vez na história palestina, uma ferramenta, um projeto coletivo daqueles que se encontravam no exílio, peça fundamental do movimento revolucionário recrudesciente – um cinema de exilados que buscavam tomar para si o direito de narrativa, como afirma Geraldo Campos (2019: 38): “Um cinema começaria na revolução e um povo começaria naquele cinema”. Em 1968, do encontro dos cineastas Hani Jawhariyyeh (1939-1976), Mustafa Abu Ali (1940-2009) e Sulafa Jadallah (1941-2002) nasceu a *Palestine Film Unit*⁷ (PFU) em Amã, na Jordânia, parte do *Departamento de Informação e Cultura*. Inicialmente focada nas produções fotográficas e, posteriormente, cinematográficas, a PFU foi peça-chave na história audiovisual da Palestina. No entanto, pouco tempo depois de sua fundação, desenrolou-se na Jordânia o evento que ficou conhecido como Setembro Negro, as tentativas do exército jordaniano de combater os grupos de guerrilha e a OLP, entre setembro de 1970 a julho de 1971. Os palestinos que se encontravam exilados na Jordânia passaram novamente por um deslocamento forçado. A OLP foi expulsa, a PFU deslocou-se de Amã para Beirute e ganhou um novo nome: *Palestinian Cinema Institution* (PCI), inaugurando uma nova fase no período de Cinema no Exílio.

No Líbano, país de maior abertura política e diversidade sociocultural, a Organização pôde se restabelecer. Na capital outras instituições de pesquisa, arte e desenvolvimento já existiam e permaneciam em funcionamento. A *Cultural Arts Section*⁸, fundada no ano de 1965 em Beit Hanina, Jerusalém, pelo artista, historiador e cineasta Ismail Shammout na estrutura do *Departamento de Informação e Orientação Nacional* da OLP (posteriormente nomeado de *Departamento de Informação e Cultura*) havia sido deslocada em 1967 para a capital libanesa, local em que Shammout pôde produzir centenas de pôsteres, materiais

7. Optei por manter em inglês no corpo do texto os nomes das principais instituições de cinema e pesquisa, assim como estão em seus sites oficiais e na maior parte das produções acadêmicas sobre o tema; nas notas de rodapé estarão as respectivas traduções em português e o nome original em árabe entre colchetes – Unidade de Cinema Palestino [وحدة الفيلم الفلسطيني]

8. A Enciclopédia Interativa da Questão Palestina utiliza a nomenclatura “*Artistic Culture Section*”, cf: <https://palquest.org/en/highlight/10528/palestinian-poster>. Acesso em: 18 de abril de 2024.

gráficos, metragens, cartazes e obras artísticas, e reunir um arquivo multimídia de escritos, filmes, canções e fotografias (Bashar Shammout, 2023: 16).

O *Palestine Research Center* (PRC)⁹, estabelecido em 1965 em Beirute por Fayez Sayigh, foi uma das maiores instituições de ensino e pesquisa da OLP, ganhou força sob o comando de Anis Sayigh (1966–1977), sendo posteriormente administrado pelo poeta Mahmud Darwich (1977–1978) e Sabri Jiryis (1978–1982) (Sela, 2018a: 204). Ocupou seis andares em um edifício localizado na Rua Colombani no bairro de Al Hamra, empregou entre 40 e 80 pesquisadores, responsáveis pela publicação de mais de 400 obras e pela redação do jornal mensal *Shu'un Filastiniyya* [Assuntos da Palestina]. O PRC foi responsável pela construção e manutenção de um vasto arquivo, composto por mapas e fotografias raras, uma coleção de microfilmes e uma biblioteca com mais de 25 mil volumes em árabe, inglês e hebraico (Jonathan Gribetz, 2017).

Em Beirute estava também o *Institute for Palestine Studies* (IPS)¹⁰, estabelecido em 1963 pelos intelectuais palestinos Walid Khalidi, Constantine Zurayk e Burhan Dajani. Ainda que abertamente declarado sem vinculação política e como uma organização sem fins lucrativos, o IPS tinha alguns objetivos bastante semelhantes a outras instituições da OLP: desafiar o monopólio e a hegemonia narrativa de Israel acerca da “questão Israel-Palestina”, preservar, desenvolver e disseminar a história por meio de coleções documentais e arquivos, bibliotecas, investigação e produção científica. Durante a década de 1970, o IPS se consolidou e estruturou seus projetos a partir de um Comitê de Investigação subdividido em quatro Departamentos de Pesquisa: Assuntos Internacionais, Assuntos Árabes e Palestinos, Estudos Israelenses, Assuntos Militares, e, em 1976, adquiriu por meio de doações um edifício de 8 andares em Beirute. O Instituto foi pioneiro no mundo árabe ao traduzir materiais de língua hebraica, como a produção textual dos Congressos Sionistas, processos da Knesset (Assembleia Legislativa de Israel) e materiais da imprensa israelense, buscando com isso um entendimento mais profundo dos mecanismos de funcionamento do sionismo e das tomadas de decisão de Israel.¹¹

Dessa maneira, estas quatro instituições – *Palestine Film Unit/ Palestinian Cinema Institute, Palestine Research Center, Cultural Arts Section* e *Institute for Palestine Studies* – são indícios materiais de um período de efervescente produção intelectual, literária, política, acadêmica, artística, sonora e visual, do esforço para construção de arquivos, coleções e bibliotecas. Aqueles que sofreram exílio e foram desterrados após a década de 1940 de sua terra Palestina, ao longo da segunda metade do século XX reuniram forças para a produção

9. Centro de Pesquisa [مركز الأبحاث].

10. Instituto de Estudos Palestinos [مؤسسة الدراسات الفلسطينية].

11. Ainda hoje em atividade, o *Institute for Palestine Studies* publica livros, monografias, artigos, coleções documentais e três periódicos científicos trimestrais (*Majallat al-Dirasat al-Filastiniyya* [em árabe], *Jerusalem Quarterly* e *Journal of Palestine Studies*). Conta com escritórios em Washington (Estados Unidos), Ramallah (Palestina) e Beirute (Líbano) Cf: <https://palestine-studies.org/en/about/history>.

e (re)construção de seu legado árabe-palestino, buscando compreender e agir contra a dominação colonial, o silêncio e o apagamento.

Ainda que novamente expulsos – da Palestina para Jordânia e da Jordânia para o Líbano – os cineastas do *Palestine Film Unit* continuaram seus trabalhos. Nadia Yaqub (2018) narra que o processo de realocação da PFU e sua transformação em *Palestinian Cinema Institute* não foi nada fácil. A OLP e seu principal partido, o Fatah, estavam dispersos e fragmentados após os acontecimentos do Setembro Negro, suas bases na Jordânia e ao longo da fronteira entre Israel e territórios recém-ocupados haviam sido perdidas e a Organização possuía outras prioridades além do cinema para direcionamento de recursos e apoio financeiro. Yaqub traz o relato da cineasta Khadijeh Habashneh sobre o momento:

Tivemos que trabalhar num clima em que o cinema era considerado um luxo. Mustafa [Abu Ali] costumava dizer “Quem tem vontade de dançar no escuro?”. Tivemos dificuldade em encontrar local e equipamento para trabalhar. Praticamente tínhamos que implorar toda semana por dinheiro para alugar um equipamento de edição (uma Moviola no Studio Baalbeck). (Habashneh *apud* Yaqub, 2018: 65).

No entanto, mesmo sob condições desafiadoras e poucos recursos, este foi o período em que o cinema palestino da PCI floresceu, parte de um movimento mais amplo produzido no Sul Global contra o colonialismo ocidental, o *Terceiro Cinema*, definido por Rona Sela (2017:92) como: “um cinema militante e subversivo e como parte da revolução anticolonial e anti-imperialista no Terceiro Mundo”. Os cineastas palestinos frequentemente se engajaram em projetos colaborativos com artistas das mais diversas partes do mundo, que nutriam grande interesse no “cinema da guerrilha” dos *fedayeen* [combatentes]. É o exemplo dos artistas japoneses Masao Adachi e Kōji Wakamatsu, que, após o Festival de Cannes em 1971, se deslocaram ao Líbano para produzir o filme “*Red Army/PFLP: Declaration of World War*” contra a ocupação ilegal de Israel. Pino Adriano, da Itália, e Jean Chamoun, do Líbano, se uniram a Mustafa Abu Ali para dirigir a metragem “*Tall al-Zaatar*” (1977). O francês Jean-Luc Godard, após visitar e filmar os *fedayeen* na Jordânia em 1969, doou sua câmera a *Film Unit* e, com as imagens captadas, lançou em 1976 “*Ici et ailleurs*”, em conjunto com Anne-Marrie Miéville (Laura Marks, 2015: 114).

O Instituto contava com uma cinemateca, fundada em 1976 por Khadijeh Habashneh, que exibia filmes estrangeiros de países como Cuba, Vietnã, China e União Soviética (Sela, 2017: 95-97). Sendo assim, na década de 1970, os artistas palestinos do PCI estavam conectados à atmosfera global de produção cinematográfica e constituíram um núcleo capaz de estabelecer conexões transnacionais com movimentos e produções revolucionárias e artísticas, recebendo influências estéticas do neorealismo italiano, dos primeiros diretores do cinema soviético, do movimento do Terceiro Cinema na Ásia, América Latina e África, dos movimentos de cinema político na Europa da década de 1960/70 e das correntes socialistas de cinema contemporâneas a eles. Além disso, os cineastas da PCI estavam

presentes no circuito de festivais internacionais de cinema em cidades como Damasco, Bagdá e Túnis, trazendo visibilidade para sua produção e consolidando redes transnacionais de solidariedade (Yaqub, 2018: 148).

Neste período, outros departamentos fílmicos passaram a surgir em organizações revolucionárias também ligadas à OLP: na FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina) foi criado o *Central Media Committee*; na FDLP (Frente Democrática para a Libertação da Palestina) instituiu-se o *Central Films*; a *Cultural Media Unit* originou-se na Frente de Libertação Árabe e um departamento de cinema passou a compôr a SAMED [*Palestine Martyrs Works Society*] (Reem Shilleh; Mohanad Yaqubi, 2017: 102). Estima-se que mais de 100 documentários tenham sido produzidos pelos cineastas associados à OLP, inclusive por intermédio da PFU e PCI, entre 1968 e 1982 (Estefan, 2022: 44).

Khadijeh Abdelrazzaq Al Habashneh passou a integrar o *Palestinian Cinema Institute* em 1974 e desempenhou um papel fundamental na organização, ao lado de seu marido Mustafa Abu Ali. Em 1976, a cineasta iniciou a construção de um arquivo que armazenava, catalogava e preservava os milhares de metros de celulóide dos filmes do PCI, além de reunir material audiovisual e documentação histórica rara da Palestina. Instalado no bairro de Al Fakihani em Beirute Ocidental, no mesmo prédio que o departamento de propaganda do PLO funcionava, o arquivo cuidado por Habashneh e sua equipe continha uma documentação exuberante de eventos políticos, culturais e sociais ligados à Palestina – horas e horas de filmagens cruas sobre a vida dos palestinos, batalhas, bombardeios, entrevistas com políticos, líderes militares e personalidades dos círculos artísticos e intelectuais da época, registros audiovisuais da vida e do cotidiano nos campos de refugiados e da luta dos guerrilheiros. Contava ainda com imagens brutas captadas na Palestina antes da *Nakba* em 1948, compradas de agências estrangeiras de mídia e televisão, filmagens da Faixa de Gaza e Cisjordânia e cerca de 100 filmes doados por diretores ocidentais e países apoiadores (Gertz; Khleifi, 2008: 28).

Neste período, os cineastas do PCI já temiam por este arquivo, esforço de anos ininterruptos de trabalho e carregado de materiais valiosos, e examinavam a possibilidade de imprimir cópias adicionais do acervo para armazená-las em lugar seguro fora do Líbano. Entretanto, o custo deste projeto foi avaliado em 250 mil dólares, um valor que a OLP considerou não poder custear. Em 1975, o Líbano iniciou sua caminhada para a Guerra Civil, a qual duraria quinze anos. Em 1976, Abu Ali expressava sua preocupação:

Estamos em meados de 1976... O aeroporto está fechado. Temos 15.000 metros de negativos coloridos e diapositivos. Não há nenhum lugar em Beirute onde possamos revelar e imprimir esses filmes. Alguns dos filmes estão trancados em latas desde que foram rodados, há três meses. Eles definitivamente serão destruídos se não forem desenvolvidos o mais rápido possível (Abu Ali *apud* Shilleh; Yaqubi, 2017: 93).

Entre 1980 e 1981, ataques aéreos aos escritórios da OLP em Al Fakihani se tornaram cada vez mais frequentes. O PCI decidiu mover o arquivo para um lugar seguro. Alugaram o porão de um edifício em Sadat e deixaram sob os cuidados de três membros da equipe do Instituto: Omar Rashide e dois escriturários. As condições de produção se tornavam cada vez mais precárias: falta de energia elétrica, velas cada dia mais escassas e racionadas, câmeras sem baterias e a impossibilidade de editar e tratar filmes coloridos (Yaqub, 2018: 77).

A vulnerabilidade dos refugiados palestinos aumentou, o massacre nos campos de Tall al-Zaatar em 1976 e de Sabra e Chatila em 1982 foram alguns dos eventos brutais que marcaram a experiência palestina nesta guerra empreendida em uma sociedade libanesa em profunda crise. Em junho de 1982, Israel iniciou sua invasão pelo sul do Líbano com 60 mil soldados das Forças de Defesa de Israel (FDI), comandados por Ariel Sharon, tendo como objetivo extinguir os palestinos, a OLP e os movimentos revolucionários de Beirute Ocidental. No primeiro dia de agosto, a FDI lançava ofensiva na capital com carros blindados, bombardeios e ataques aéreos.

A capital libanesa, até 1982 o centro da produção audiovisual palestina, fora esvaziada: a Organização pela Libertação da Palestina foi obrigada a escapar do país. Seus dirigentes, incluindo Arafat, partiram para Tunísia em 30 de agosto de 1982, enquanto outros se dirigiram à Síria, Iraque, Argélia, Sudão, Iêmen do Sul e do Norte. A revolução iniciada na década de 1960 encontrava seu fim. Os pesquisadores e cineastas abandonaram seus equipamentos fílmicos, gravadores, impressoras, metragens, fotografias e instalações. Os arquivos de valor imensurável do *Palestinian Cinema Institution*, da *Cultural Arts Section* e do *Palestine Research Center* – cuidadosamente coletados, conservados e armazenados em um esforço contínuo de recuperação e proteção de uma memória em constante perigo – não puderam ser levados. Por mais de três décadas não se soube qual destino os arquivos perdidos tinham tido.

Vestígios e fragmentos: a promessa coletiva de resistir ao esquecimento

A cineasta palestina Azza El Hassan dedicou grande parte de sua obra fílmica para falar sobre o experienciar do exílio, a partir das complexas dimensões sensíveis da memória, saudade, luto, amor, cotidiano e perda, perscrutando questões profundas sobre a própria natureza e a intenção do fazer fotográfico e do regime de saber mobilizado pelas imagens. Nascida em exílio no dia 21 de abril de 1971, na cidade de Amã, Jordânia, El Hassan experimentou o deslocamento forçado no primeiro ano de sua vida, quando sua família deixou Amã em decorrência do Setembro Negro, instalando-se no Líbano, onde permaneceu por onze anos (Hillauer, 2005: 2009).

Na metragem meta-reflexiva “*Kings & Extras: digging for a Palestinian Image*”¹² (2004) pelas lentes da cineasta, acompanhamos suas rotas e trajetórias em busca dos arquivos fílmicos da OLP, perdidos no contexto da invasão israelense no Líbano em 1982. Passando pela Síria, Jordânia, Líbano e Palestina, Azza El Hassan analisa a rota dos filmes a partir de seus diálogos com os cineastas e membros do *Palestinian Cinema Institution* Mustafa Abu Ali, Khadijeh Habashneh, Adnan Emdianate e Mousa Maragha; o guardião dos arquivos deixados em Beirute, Omar Rashide, a filha de Hani Jawhariyyeh, Hiba Jawhariyyeh; e o diretor e pesquisador iraquiano Kais Al Zubaidi.

Encontra um rolo de filmes que permaneceu por 22 anos na câmera de Mousa Maragha do PCI, onde restam apenas imagens desbotadas. Em diálogo com Omar Rashide, sua maior chance de saber o paradeiro dos arquivos, não consegue obter pistas – tendo sido preso e torturado no Líbano após a invasão israelense, ele não foi capaz de falar, talvez, pois a memória fosse dolorosa demais. Na casa de sua amiga, Hiba Jawhariyyeh, Azza El Hassan busca retrair o percurso de um dos maiores fotógrafos e cineastas palestinos, Hani Jawhariyyeh, martirizado com a câmera nas mãos enquanto registrava combatentes palestinos nas montanhas de Aynturah em 1976; encontra a câmera do cineasta, danificada pelos estilhaços, mas guardada com apreço por Hiba, que gostava de olhar pelo visor óptico, imaginando o que seu pai sentira e vira ao captar as imagens. Com Kais Al Zubaidi, vai até o Cemitério dos Mártires em Beirute, onde o cineasta iraquiano acreditava que os rolos de filme poderiam ter sido enterrados entre os túmulos, sem, no entanto, encontrar vestígios.

Porém, mais do que a questão de encontrar ou não os arquivos, a potência do filme de El Hassan reside no próprio ato da busca, como afirma a diretora em entrevista concedida em 2021 para a estudante Hala Al Shami (2022):

Eu sabia que o arquivo provavelmente estava com os israelenses, no entanto, continuei a busca porque a verdade é que não estava procurando o arquivo tanto quanto queria documentar [sua] perda [...] A narrativa palestina está cheia de perdas; a perda de entes queridos, a perda da pátria e a perda do arquivo.

A atemporalidade de *Kings & Extras* está em demonstrar a teia de afetos, as reminiscências mobilizadas, as vidas humanas, os contos e histórias envoltos em torno do arquivo perdido – um mundo perdido e suas ruínas, mas também a capacidade de se imaginar uma Palestina, nova e liberta, a partir de um desejo coletivo pela liberdade e construção de uma narrativa própria. O ritmo da metragem não deixa de transmitir a sensação de alienação e perda constante dos palestinos em relação à sua própria história, seus artefatos de memória, seus projetos, casas, livros, fotografias, câmeras, cartas – deixados para trás a cada novo

12. *Kings & Extras* necessitaria de um artigo próprio para contemplar sua potência e nuances. Além da questão dos arquivos perdidos, tangencia temas como a intenção da produção das imagens e o tipo de imagens que têm sido produzidas sobre os palestinos, por meio de uma linguagem fílmica extremamente particular do cinema de El Hassan; neste escrito, me deterei no fio condutor da metragem: a busca pelos espólios e seus efeitos.

deslocamento, cada nova expulsão e fluxo, todos decorrentes do “exílio original”, a partir de 1948. São “38 mil filmes, 2,7 milhões de fotografias, 96 mil gravações de áudio e 46 mil mapas e fotografias aéreas”¹³ (Dabbagh, 2020) espoliadas e enclausuradas nos arquivos militares coloniais de Israel desde 1948, incluindo nesta conta os arquivos da OLP em Beirute.

A recusa obstinada em não abandonar a memória coletiva fez com que pouco a pouco alguns fragmentos do amplo arquivo da *Palestine Film Unit/ Palestinian Cinema Institution* e de outras coleções providas da revolução empreendida entre a década de 1960 até o início de 1980 fossem sendo recuperados e digitalizados pelas novas gerações de palestinos, muitos deles achados e restaurados pelos filhos e filhas dos cineastas e fotógrafos da OLP, como enfatiza Kareem Estefan (2022: 45) “Até agora, cópias de vários desses filmes foram encontradas em residências, estúdios de produção e centros culturais em todo o mundo”.

O engenheiro elétrico, músico e pesquisador da história audiovisual palestina, Bashar Shammout encontrou dois filmes de seu pai, Ismail Shammout (o fundador e diretor da *Cultural Arts Section* e membro do PCI), no porão da casa de sua mãe, Tamam al Akhal – uma das grandes artistas da arte moderna palestina, na Jordânia. O curta metragem de 12 minutos “*Glow of Memories*” [Brilho das Memórias], feito em 1972, combina a arte das pinturas icônicas de Shammout com imagens históricas de arquivos palestinos, expressando a mudança gerada no seio da comunidade palestina pela revolução que se desenrolou naqueles dias, transformando refugiados em *fedayeen*. Outro achado precioso foi a filmagem que Ismail Shammout fez da jovem artista Zeinab Shaath nas montanhas libanesas em 1972, cantando e tocando a canção “*The Urgent Call of Palestine*”, poema da escritora indiana Lalita Panjabi transformado em música e em um chamado para revolução. Ao final da canção, a metragem apresenta as palavras e a imagem de Kamal Nasser, poeta e líder político, proferindo o direito de retorno dos palestinos refugiados, e, além disso, pela liberdade de árabes e judeus contra as violações múltiplas cometidas pelo sionismo e seu regime de censura e repressão. Bashar Shammout estreou os filmes em junho de 2018 na Universidade Sheffield Hallam, fruto de um projeto colaborativo de restauração e digitalização que coordenou com os pesquisadores da universidade e o time do *Creative Interruptions* (AHRC).

O trabalho de Hani Jawhariyyeh, um dos nomes mais importantes do cinema palestino e um dos fundadores da *Palestine Film Unit*, foi quase que em sua totalidade espoliado por Israel em 1982, exceto as imagens que sua esposa Hind Jawhariyyeh pôde salvar quando fugiu de Beirute para Amã no mesmo ano da invasão. Ao longo dos anos, Hind “desafiou o cerco, atravessou fronteiras e manteve os filmes por conta própria” (El Hassan, 2023: 146)

13. As fotografias aéreas fazem parte do que ficou conhecido como “Arquivos dos Vilarejos”, um mapeamento clandestino e total do território, topografia, demografia, recursos naturais, produtivos e militares da Palestina, construído ao longo da década de 1940 pela entidade *Keren Kayemeth LeIsrael* (KKL)[Fundo Nacional Judeu], que ofereceu subsídio para o Plano Dalet, projeto resultado nos atos de terrorismo e limpeza étnica das milícias sionistas para fundação do Estado de Israel em maio de 1948 (Pappé, 2006: 20).

e foi capaz de improvisar métodos de conservação que mantiveram tanto quanto possível a integridade das metragens.

Foi apenas em agosto de 2017, mais de uma década após a filmagem de *Kings & Extras*, que Azza El Hassan descobriu que alguns filmes estavam no sótão da casa de Hind Jawhariyyeh em Amã, a casa da família de sua amiga de infância Hiba Jawhariyyeh, sem que Hiba soubesse. As escolhas da esposa do cineasta sobre quais filmes e materiais levar em seu deslocamento foram determinantes para definir quais vestígios do trabalho de Hani pudéssemos conhecer e permanecer na esfera de arte palestina dos dias atuais. Azza El Hassan expressa que para ela, Hind Jawhariyyeh, mais do que uma arquivista, é uma artista e uma *salvager*¹⁴ [salvadora], movida pelo desejo de manter e preservar o que uma vez pertenceu ao seu marido.

Foram dadas a El Hassan três latas de rolos de filme de 16mm, onde estavam as cópias originais de *Filastin fi al-'Ayn* [Palestina no Olho] um curta-metragem de 1977 de Mustafa Abu Ali em homenagem à vida de seu amigo Hani Jawhariyyeh, o documentário *Al-Quds, Zahrat al-Mada'en* [Jerusalém, Flor de todas as cidades] dirigido em 1967 por Jawhariyyeh e Ali Siam, sobre a ocupação israelense de Jerusalém. O terceiro rolo estava vazio, continha o filme que o cineasta usava quando foi morto (Estefan, 2022: 59). Além dos filmes, o álbum de fotografia pessoal que Hani Jawhariyyeh começou a construir na década de 1950 e levou de seu exílio de Jerusalém para Amã e de Amã para Beirute. Azza El Hassan restaurou e digitalizou os dois filmes, este encontro com os arquivos foi o ponto de início para o desenvolvimento de um projeto artístico multimídia, chamado de *The Void Project* [مشروع الفراغ], focado em refletir e trabalhar com as imagens sobreviventes.

O jovem produtor e cineasta Mohanad Yaqubi, professor da Academia Internacional de Arte na Palestina em Ramallah, é também um importante *salvager*, e assim como Azza El Hassan e Bashar Shammout, realizou descobertas preciosas sobre os arquivos perdidos da OLP. Em 2011, após ler o diário de Mustafa Abu Ali, Yaqubi encontrou pistas de que algumas metragens do PCI poderiam estar em Roma, Itália. O cineasta acabou por encontrar 1.500 metros de filme, cerca de 200 rolos, filmados pela *Palestinian Cinema Institution* nos primeiros dois anos da Guerra Civil Libanesa, localizados na capital italiana (Sheyma Buali; Mohanad Yaqubi, 2012).

Em 1977, o estúdio Baalbeck, localizado em Sidon, no sul do Líbano, lugar no qual os artistas da PCI e vários outros cineastas militantes desenvolviam seus filmes e mantinham os negativos após edição e exibição, havia sofrido ataque pelas milícias falangistas e tido quase todos os seus negativos queimados. Mustafa Abu Ali e a cineasta libanesa Rhanda Chahal, temendo pelos arquivos em meio a guerra civil que se desenrolava, resolveram agir: estabeleceram contato com o Partido Comunista Italiano e “contrabandearam” cerca de

14. El Hassan (2023: 145) utiliza o termo *salvagers* para designar “indivíduos que mantiveram ou resgataram uma imagem de saque ou destruição”.

15.000 metros de filmes em 400 rolos num navio do porto de Sidon até o Chipre e de lá por via aérea para Roma.

Os negativos foram levados pelo próprio Abu Ali. Ele evitou *checkpoints* de Sidon até Beirute, embarcou ilegalmente em um navio cipriota sem ser pego pela patrulha naval israelense, enfrentou um atraso de uma semana em Lárnaca, na costa sudeste do Chipre; com um passaporte falso e os filmes sem documento comprobatório para entrada no país, teve os negativos confiscados no aeroporto de Roma, liberados somente com a ajuda do *Partito Comunista Italiano*. Então finalmente os rolos puderam chegar aos laboratórios da produtora cinematográfica do partido, a Unitelefilm (Shilleh; Yaqubi, 2017: 93).

Mohanad Yaqubi, ao encontrar indícios de que alguns filmes poderiam estar em Roma, estabeleceu contato com a cineasta Monica Maurer, que lhe informou que a Unitelefilm não existia mais, porém seu acervo integrava agora um arquivo mais amplo em Roma, a AAMOD (*Audiovisual Archive of Workers' and Democratic Movements*), responsável por reunir filmes de movimentos revolucionários do mundo todo, como Laos, Vietnã e Cuba. Depois de um mês de busca, a equipe da AAMOD confirmou que estavam com os negativos trazidos por Abu Ali, desde 1977. No meio dos achados, imagens da metragem "*Tall al-Zaatar*" (1977), uma narrativa acerca da história, do massacre e a resistência do campo de refugiados palestinos que dá o nome ao filme, produzida por Pino Adriano, Jean Chamoun e Abu Ali. Desenrolou-se a partir da descoberta, o próximo passo: "digitalizá-los e trazê-los à vida novamente" (Buali; Yaqubi, 2012: 3), em um projeto de restauração realizado entre 2012 e 2014 por Maurer e a artista palestina Emily Jacir.

A jornada de busca de Mohanad Yaqubi não se encerrou com os filmes encontrados em Roma. Em 2016, após exibir seu filme "*Off Frame Aka Revolution Until Victory*" em Shibuya, região de Tóquio, Japão, uma mulher da plateia abordou o cineasta com um papel de jornal em mãos e pediu para que eles se encontrassem antes que Yaqubi deixasse o país. O papel, em uma mistura de japonês com inglês, continha vários títulos de filmes sobre a luta palestina. Um ano após este contato inicial, Mohanad Yaqubi foi levado a uma casa tradicional japonesa nos arredores da capital. Em uma pequena sala, rolos de filmes, cartazes, documentos, U-matics, livros e fotografias compunham uma coleção do testemunho da rede de solidariedade cultivada entre ativistas japoneses e palestinos nas décadas de 1970 e 1980.

Ficou conhecido como *The Tokyo Reels* o conjunto de 20 bobinas de filmes no formato 16mm "embaladas em latas e caixas rotuladas e marcadas com títulos, datas e alguns detalhes de produção e distribuição"¹⁵ que permaneceram guardadas no Japão ao longo das décadas. A maioria dos filmes, raros e pouco conhecidos, foram produzidos pelo *Cultural Arts Section, Palestinian Cinema Institute* e o Estúdio *Al-Sakhra*. Neste caso, podemos dizer que Yaqubi foi encontrado pelos arquivos e pôde, por meio de um trabalho arqueológico

15. Cf: <https://archive-stories.com/The-Tokyo-Reels>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

de pesquisa e restauração, desvelar as redes transnacionais de solidariedade e produção artística que os cineastas do exílio teceram e acionaram até 1982.

Estes achados são alguns fragmentos e vestígios, seu reaparecimento é fruto da busca incansável das gerações posteriores, em um pacto coletivo em prol do não esquecimento da Palestina e das memórias do exílio, da resistência revolucionária e da produção imagética que floresceu naqueles dias. No entanto, foi em 2017 que a curadora e historiadora Rona Sela confirmou que os arquivos perdidos de Beirute, pertencentes a *Palestine Research Center, Cultural Arts Section* e *Palestinian Cinema Institution*, estavam todos sob domínio do Arquivo das Forças de Defesa e do Estabelecimento de Defesa de Israel (IDFA).

A descoberta só foi possível pois Sela é uma pesquisadora israelense associada à Universidade de Tel Aviv, especialista na cultura e história visual de Israel e Palestina, tendo passado cerca de 20 anos descobrindo materiais palestinos nos arquivos de Israel e ainda hoje com acesso restrito ao IDFA. Não apenas estes, mas outros vastos arquivos foram encontrados: álbuns de fotografias familiares, metragens, jornais, artigos, mapas, documentos, livros, gravações sonoras e musicais, manuscritos e uma miríade de materiais de valor imensurável para o povo palestino, que revelam a vida no exílio, as articulações da resistência, testemunhos dos deslocamentos forçados, torturas e violações dos direitos humanos cometidos pelo sionismo israelense em diferentes décadas e períodos históricos (Sela, 2018b).

A descoberta de Rona Sela soluciona grande parte do mistério dos arquivos perdidos em 1982 em Beirute, mas, além disso, deflagra a pilhagem e o espólio como táticas sistêmicas de expropriação, mecanismos de um projeto colonial total, iniciado em 1948 e ainda em curso. A ocupação e colonização das terras e das casas da população palestina autóctone e o encarceramento, a tortura e a morte do corpo palestino são acompanhados das tentativas de morte da memória, da narrativa, da história, do direito à autorrepresentação e da imposição do silêncio e do terror. Mouin Rabbani e Sherene Seikaly (2019: *online*, grifo nosso) constataam:

A evidência histórica é um campo de batalha. **Todos os ataques israelenses à Palestina ou aos palestinos tiveram como alvo os arquivos.** Em 1948, isso aconteceu em massa. Desde então, muitos documentos de família e outras coleções ressurgiram em várias bibliotecas e arquivos israelenses. Em 1982, Israel saqueou o *Palestine Research Center* em Beirute e levou todo o seu conteúdo. **Tal pilhagem não acontece apenas durante grandes guerras. Acontece em todas as intersecções de conquista e colonização israelense e faz parte da vida cotidiana.**

Do memoricídio: mecanismos de expropriação e apagamento

A noção de *memoricídio* é mobilizada por Ilan Pappé (2006) como elemento do processo de limpeza étnica que se promoveu na Palestina para criação do Estado de Israel, a tentativa de “apagamento da história de um povo para escrever sobre ela a história de

outro povo” (id, *ibid*: 231). O historiador Nur Masalha (2015) descreve as estratégias militares, acadêmicas e políticas que visavam remover a herança e a memória árabe-palestina da terra após a *Nakba*. A “des-arabização”, para além da desapropriação das terras e da expulsão e do genocídio cometidos contra os palestinos nativos, se deu por meio de táticas complexas que tinham como objetivo “privar os palestinos de sua voz e do conhecimento de sua própria história” (Masalha, 2012: 89). A mudança toponímica é um exemplo disto – a mudança dos nomes históricos de cidades, ruas, vilarejos, paisagens urbanas, montanhas, rios, sítios arqueológicos, locais sagrados e religiosos por uma toponímia sionista-hebraica recém criada, pautada na ideia pouco consistente que postula a contiguidade e correlação direta entre um passado israelita bíblico e a moderna formação do Estado-nação de Israel, um processo perigoso de etnonacionalização.

Nur Masalha (2012: 135) dedica o capítulo 4 da obra “*The Palestine Nakba: decolonizing history, narrating the subaltern, reclaiming memory*” para demonstrar como os atos de espólio e apropriação dos arquivos palestinos são fundamentais para o processo de *memoricídio*. Masalha afirma que, para compreender este mecanismo é preciso remontar à *Nakba*, quando a destruição da realidade física da Palestina foi combinada à pilhagem de diversas coleções privadas de manuscritos e dezenas de milhares de livros, saqueados pela milícia israelense do Hagana e nunca mais retornadas aos seus proprietários. O historiador cita os acontecimentos com o poeta, educador, linguista e intelectual Khalil Al Sakakini (1878–1953) que teve seus documentos pessoais, cartas e escritos saqueados e levados para Universidade Hebraica de Jerusalém. Al Sakakini e sua família foram expulsos, deslocados forçadamente de Qatamon, a região foi completamente esvaziada de sua população e teve seu nome original apagado, ganhando uma nova toponímia: Gonen. Neste caso, é possível observar ambos os processos de toponimicídio e memoricídio operando.

Rona Sela (2018b) afirma que artefatos e bens culturais palestinos variados foram sistematicamente saqueados e confiscados por soldados, civis, forças coloniais militares e paramilitares israelenses em diferentes momentos históricos – durante a *Nakba* de 1948, a invasão do Líbano em 1982 e as Intifadas de 1987 e 2000. Decorre disso o risco de que Israel se torne a fonte central de informações sobre os palestinos, impondo restrições, censurando dados e controlando o acesso e as informações que podem estar disponíveis na esfera pública. A pesquisadora narra os percalços e obstáculos colocados para que ela pudesse ter acesso ao inventário de arquivos espoliados em Israel, mesmo sendo ela cidadã israelense, associada à Universidade de Tel Aviv. Ao visitar o arquivo colonial com um pesquisador palestino, os oficiais de segurança impediram-lhe o acesso, impondo uma série de obstáculos e restrições, especialmente aos materiais palestinos (Sela, 2017: 87; 2018b: 207).

É nesse sentido que Rona Sela (2018a: 206) constrói a tese de que o espólio de artefatos e tesouros culturais não se encerra com o ato físico da pilhagem, mas continua com a administração colonial dos arquivos. Por meio de leis, normas, regras, métodos e procedimentos

sobre o arquivo, como a proibição e limitação de acesso, permissão de estudo restrito, catalogação e rotulagem com terminologias sionistas, apagando a terminologia original palestina e, com isso, marcando propriedade israelense sobre o material.

O apagamento da origem dos materiais é uma tática usual. O Arquivo da FDI cataloga os filmes roubados em 1982 com a seguinte identificação “Filmes apreendidos do ‘Arquivo da OLP’ em Beirute”, quando na realidade, Sela enfatiza que “Arquivo da OLP” não faz referência a nenhuma instituição específica, nem traz informações precisas sobre a autoria e/ou propriedade, mascarando a real origem dos filmes e dificultando o trabalho investigativo para descobrir exatamente de que instituição de cinema as metragens pertencem. Um outro aspecto da catalogação colonial é a identificação de ativistas e guerrilheiros palestinos como “terroristas” e “gangues árabes”, campos de refugiados como “campos de terroristas”, o nome original dos lugares palestinos está substituído por designações em hebreu, as famílias expulsas que desejavam retornar estão caracterizadas como “infiltrados” e o próprio ato da pilhagem não é descrito como tal, mas catalogado como “imagens recebidas de...” (Sela, 2018b: 211-212).

Em um trabalho minucioso, por meio de diversas entrevistas realizadas com os soldados saqueadores das Forças de Defesa de Israel (FDI) e com testemunhas e vítimas da pilhagem, a pesquisadora foi capaz de reconstruir alguns acontecimentos da invasão de 1982, especialmente relacionados ao saque do *Palestine Research Center* e da *Cultural Arts Section* da OLP. Em entrevista para Sela, Sabri Jiryis, o diretor do PRC entre 1978 e 1982, narra que Israel tentou eliminar, por meio de bombardeios, o local e os funcionários, antes de efetivamente expropriar a instituição. Quando as tropas da FDI adentraram Beirute Ocidental em setembro de 1982, os soldados trataram primeiro de vasculhar a área e verificar se os prédios estavam armados com explosivos; depois retiraram as munições e armamentos: armas Kalashnikov e RPG, foguetes, facas e bombas. Logo após, chegaram os caminhões do exército e se iniciou o espólio dos arquivos.

Uma “cadeia humana” de soldados fora organizada para passar de mão em mãos as caixas de documentos até os caminhões; o fotojornalista israelense Shlomo Arad que acompanhava a operação foi proibido de fotografar o ato do saque, teve algumas de suas fotos censuradas e não pôde acessar os arquivos roubados. Rona Sela recolhe o relato de um paraquedista israelense do Regimento 50 que, sem consciência do tipo ou significado do material que estava espoliando, avistou fotografias de militares israelenses em *checkpoints* na Palestina. Ele relembra que os soldados sentiram o “sangue congelar” quando reconheceram seus rostos nas fotos ou avistaram soldados que eles conheciam. Este momento, descrito como assustador e perturbador pelo soldado sionista ao compreender que estavam sendo observados pelo “inimigo”, é interpretado de maneira profunda por Sela como um ponto de ruptura, no qual a fragilidade do colonizador, mesmo que momentaneamente, se escancara ao ter que se confrontar com sua própria imagem retratada pelo olhar daquele que subjuga – o colonizado. O choque psicológico causado pelo encontro com os arquivos

solapa o desejo colonial da invulnerabilidade de controlar sem ser visto, e ao desafiar a hegemonia da narrativa sionista, deixa exposto os crimes do *apartheid* cometido por Israel (Sela, 2018a: 220-222). É nesse sentido que a potência e o valor dos arquivos é imensurável para a luta e a memória dos palestinos.

Depois de um ano dos espólios no Líbano, em novembro de 1983, a biblioteca e o arquivo do *Palestine Research Center* foram devolvidos à OLP como parte de uma troca de prisioneiros, mediada pelos franceses; Israel enviou o material para Sabri Jiryis, na Argélia. Na década de 1990, Jiryis pôde retornar, juntamente com Yasser Arafat, para a Palestina, onde tentou restabelecer o *Research Center*, em Jerusalém Oriental. No entanto, o arquivo foi novamente apreendido em 2001, no contexto da Segunda Intifada, quando Israel invadiu e fechou a *Orient House*. Além da pilhagem dupla, primeiro em Beirute e depois em Jerusalém, Israel manteve sua estratégia usual de “copiar antes de retornar”, isto é, realizou cópias de todo o arquivo antes de devolver os materiais para Jiryis na Argélia, em sua tentativa de reter o máximo possível de informações sobre os colonizados.

Arremate: a contra-memória

A história palestina está, sem dúvida, repleta de lacunas, fraturas e descontinuidades – esta forma fragmentária e enlutada de habitar o mundo não deve ser pensada, contudo, como um espaço estéril¹⁶. Pelo contrário, entre ruínas e espólios, fluxos e exílios, os palestinos foram capazes de desenvolver uma sofisticada e apaixonada articulação política, intelectual e artística. O *Cinema no Exílio*, período em que, mesmo derrotados após a Guerra dos Seis Dias, os exilados palestinos utilizaram suas câmeras como armas de guerrilha ao lado de outros *fedayeen*, representou um movimento de intensa produção audiovisual e esforço para a herança cultural palestina não se dissipar. No período, a *Palestine Film Unit* (mais tarde *Palestinian Cinema Institute*), *Palestine Research Center*, *Cultural Arts Section* e *Institute for Palestine Studies* constituíram o lócus dos fazeres investigativos e artísticos palestinos em Beirute. Vastos arquivos e coleções construíram e reuniram as memórias da terra.

No entanto, a invasão israelense em 1982 inaugurou uma nova ruptura na comunidade palestina, deixando claro que, mesmo fora de sua pátria, os nativos não estavam em segurança. Os arquivos foram perdidos, mas não esquecidos. A cineasta Azza El Hassan (2004) expressou em *Kings & Extras* que não conseguia parar de pensar sobre o arquivo perdido. Essa inquietação lhe possibilitou encontrar, mais de uma década depois, as metragens e o álbum de fotografias de Hani Jawhariyyeh, o mártir que morreu com a câmera em mãos. Bashar Shammout e Mohanad Yaqubi também impediram que os filmes fossem esquecidos: o primeiro restaurou a memória de seu pai – o artista visual Ismail Shammout, recuperando

16. “Em vez disso, fragmentos aludem a um modo particular de habitar o mundo, digamos, em um gesto de luto [...] O que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação?” (Das, 2020: 27).

pouco a pouco sua herança familiar e identidade. Yaqubi, de Roma a Tóquio, encontrou e foi encontrado pelos milhares de rolos de filme que contam a história das redes de solidariedade criadas entre os revolucionários da época, sem limite nas fronteiras das nações.

Rona Sela foi uma peça central nesta busca: capaz de adentrar o arquivo, ainda que com restrições, a pesquisadora confirmou com convicção as suspeitas de pilhagem e espólio de Israel e desvelou os mecanismos de apagamento envolvidos neste processo. Filha de sobreviventes do Holocausto, Sela expressou que muitas vezes se sente profundamente comovida pelas fotografias, gravações e materiais que encontra, imaginando como as famílias palestinas gostariam de reencontrá-los, tendo ela crescido sem as fotografias dos seus avós vindos da Polônia e da Bélgica; a pesquisadora defende firmemente que os materiais devem ser devolvidos aos seus donos (Lauren Feldinger, 2018: *online*).

Nesta dinâmica constante de perda e recuperação, o povo palestino se mantém firme em um pacto coletivo pelo não esquecimento, pela não desistência do sonho de uma pátria liberta, resistindo a um projeto de limpeza étnica e memoricídio que se vale de mecanismos robustos de apagamento, censura, controle e violência – do corpo, da terra, dos arquivos. No contexto do genocídio promovido por Israel na Faixa de Gaza após 2023, velhas especulações surgem, e cresce a dúvida se finalmente o projeto de memoricídio encontrará seu fim com a completa retirada da Palestina do mapa. Porém, gostaria de inverter a perspectiva e lançar um outro questionamento: como é possível que se apague a memória de um povo como este?

Referências bibliográficas

AL SHAMI, Hala. *The Search for Stolen Palestinian Films* [online]. Institute for Palestine Studies, Aug. 2022. Disponível em: <https://palestine-studies.org/en/node/1653031>. Acesso em: 18 abr. de 2024.

BOULLATA, Kamal. *Palestinian Art: from 1850 to the Present*. London: Saqi Books, 2009.

BUALI, Sheyma; YAQUBI, Mohanad. *A Militant Cinema: A Conversation Between Mohanad Yaqubi and Sheyma Buali*. [online], Ibraaz, 2012. Disponível em: <https://www.ibraaz.org/interviews/16>.

CAMPOS, Geraldo Adriano Godoy de. *Por uma filosofia da espera e da permanência: o tempo no cinema de Elia Suleiman e Kamal Aljafari*. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

DABBAGH, Selma. *Mending the holes in collective memory*. Electronic Intifada, 2020. Disponível: <https://electronicintifada.net/content/mending-holes-collective-memory/29361>.

DAS, Veena. *Vida e palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

EL FOUL, Luqman Abu. *The Evolution of Palestinian Cinema in Five Decades* [online]. Institute for Palestine Studies, 2022. palestine-studies.org/en/node/1653025. Acesso em: 13 abr. 2024.

EL HASSAN, Azza. Working with Visual Remains. *World Records Journal*, vol. 8, n. 13, 2023, p. 145-153.

ESTEFAN, Kareem. Narrating Looted and Living Palestinian Archives Reparative Fabulation in Azza El-Hassan's Kings and Extras. *Feminist Media Histories*, vol. 8, n. 2, p. 43–69, 2022.

FELDINGER, Lauren Gelfond. Palestinian stories are reconstructed through films, photographs and artefacts confiscated by Israel. [online]. *The Art Newspaper*, 2018. Disponível em: <https://theartnewspaper.com/2018/06/07/palestinian-stories-are-reconstructed-through-films-photographs-and-artefacts-confiscated-by-israel>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GERTZ, Nurith; KHLEIFI, George. *Palestinian cinema: Landscape, Trauma and Memory*. Bloomington: University of Indiana Press, 2008.

GRIBETZ, Jonathan Marc. The PLO's Rabbi: Palestinian Nationalism and Reform Judaism. *The Jewish Quarterly Review*, vol. 107, No. 1, 2017, p. 90–112. JSTOR. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/90000706>.

HILLAUER, Rebecca. *Encyclopedia of Arab Women Filmmakers*. Cairo: The American University in Cairo Press, 2005.

KAWAR, Widad Kamel; NASIR, Tania Tamari. *Palestinian Embroidery: Traditional Fallahi cross-stitch*. Palestine: Palestinian Ministry of Culture, 2019.

MARKS, Laura. *Communism, Dream Deferred*. In: MARKS, L. Hanan al-Cinema. Affections for the moving image. Massachusetts: MIT Press, 2015, p. 97-135.

MASALHA, Nur. *The Palestine Nakba: decolonizing history, narrating the subaltern, reclaiming memory*. London: Zed Books, 2012.

MASALHA, Nur. Settler-Colonialism, Memoricide and Indigenous Toponymic Memory: The Appropriation of Palestinian Place Names by the Israeli State. *Journal of Holy Land and Palestine Studies*, v. 14, n. 1, pp. 3-57, 2015.

MATOS, Soraya Misleh de. Contra a limpeza étnica do povo palestino, memória e história. *Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano*, [S. l.], n. 3, p. 60–67, 2014.

PAPPÉ, Ilan. *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: OneWorld Publications, 2006.

RABBANI, Mouin; SEIKALY, Sherene. *Archive Documents: The Kahan Commission and the 1982 Sabra-Shatila Massacre*. Israel: Jadaliyya (Arab Studies Institute), 2019. Disponível em: <https://www.jadaliyya.com/Details/38277>.

Rubenberg, Cheryl A. The Civilian Infrastructure of the Palestine Liberation Organization: An Analysis of the PLO in Lebanon Until June 1982. *Journal of Palestine Studies*, v. 12, n. 3, 1983, p. 54-78.

SELA, Rona. Seized in Beirut: The Plundered Archives of the Palestinian Cinema Institution and Cultural Arts Section. *Anthropology of the Middle East*, v. 12: 1, 2017, p. 83-114.

SELA, Rona. The Genealogy of Colonial Plunder and Erasure – Israel’s Control over Palestinian Archives”. *Social Semiotics*, v. 28, n. 2, 2018a, p. 201-229.

SELA, Rona. *Palestinian Materials, Images and Archives held by Israel*. Swisspeace, 2018b.

SHAMMOUT, Bashar. When Art and Artists Belong: Ismail Shammout, an Ambassador of Palestinian Identity. *This Week in Palestine*, issue 306, 2023, p. 14-32. Disponível em: <https://thisweekinpalestine.com/when-art-and-artists-belong/>.

SHILLEH, Reem; YAQUBI, Mohanad. Reflections on Palestinian Militant Cinema. In: Scotini, Marco & Galasso, Elisabetta (Eds.). *Politics of Memory: Documentary and Archive*. Berlin: Archive Books, 2017, p. 93-105.

YAQUB, Nadia. *Palestinian Cinema in the days of revolution*. Austin: University of Texas Press, 2018.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

A ANATOMIA E A PSICOLOGIA DO GENOCÍDIO EM GAZA: INTERRELAÇÕES

ANATOMY AND PSYCHOLOGY OF THE GENOCIDE IN GAZA: INTERRELATIONS

Jamil Zugueib¹

Ashjan Sadique Adi²

Fábio Bacila Sahd³

Resumo: O presente artigo apresenta as principais considerações do relatório “Anatomia de um genocídio”, de Francesca Albanese. Cruza-o com produções atuais e interdisciplinares. A ênfase recai no conceito jurídico de apartheid como chave interpretativa necessária e os danos psicológicos provocados à população palestina como consequência do projeto colonial e genocida. Constata-se a precisão do relatório de Albanese, mas também a necessidade de complementação para garantir uma visão mais abrangente das violações e dos danos causados na Faixa de Gaza. O ineditismo da utilização da tipificação de genocídio em documento da relatoria especial designada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para o caso palestino demanda e justifica o aprofundamento aqui proposto.

Palavras-chave: Apartheid; Colonialismo; Genocídio.

Abstract: This article presents the main considerations of the report “Anatomy of a genocide”, by Francesca Albanese. We cross it with current and interdisciplinary productions. The emphasis is on the legal concept of apartheid as a necessary interpretative key and on the psychological damage caused to the Palestinian population as a consequence of the colonial and genocidal project. The accuracy of Albanese’s report is noted, but also the need for complementation to ensure a more comprehensive view of the visible damage caused in the Gaza Strip. The unprecedented use of the genocide typification in the document of the special rapporteur appointed by the UN Human Rights Council for the specific case demands and justifies the in-depth analysis proposed here.

Keywords: Apartheid; Colonialism; Genocide.

1. É professor de psicologia aposentado da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutor (França, EHESS). Autor de “Identidades e Crises sociais na contemporaneidade” e “Psicanálise, catástrofe social e o trauma: resistência e resiliência da comunidade xiita do sul do Líbano” (UFPR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0936157796164785>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4808-3971>. E-mail: jzугueib@gmail.com.

2. Doutora pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Psicologia e mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Áreas de interesse: Psicologia Social, Psicologia Educacional e Psicologia Política. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1220464400794454>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1387-3818>. E-mail: ashjansadique@yahoo.com.br.

3. Professor adjunto da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em História pela UFPR. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor pela Universidade de São Paulo (USP). Autor de dezenas de artigos sobre Oriente Médio e dos livros “Oriente médio desmistificado: fundamentalismo, terrorismo e barbárie” e “Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3892346066752212>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3802-5505>. E-mail: fabiobacila@gmail.com.

Introdução

Atualmente, a jurista italiana Francesca Albanese exerce o mandato da “Relatoria Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) desde 1967”, vinculada ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH-ONU)⁴. Um dos antecessores do cargo, John Dugard, em 2022, destacou a vinculação dos primeiros relatores a contextos político-diplomáticos, o que dificultou o desempenho da função (Fábio Sahn, 2022a). É notório o recrudescimento das críticas, justamente a partir do mandato de Dugard, o primeiro a denunciar o cometimento do crime de apartheid por Israel, ainda em 2007. Três relatores ocuparam o cargo entre Dugard e Albanese, entre os quais destaca-se também por sua assertividade o professor estadunidense Richard Falk, que foi além das acusações de Dugard de que a ocupação israelense contém elementos de colonialismo e apartheid. Falk (United Nations, 2014) conectou essas categorias ao projeto colonial de Israel, pautado pela judaização do território, e que implica em limpeza étnica. Esta é vinculada tanto ao colonialismo de povoamento quanto à tipificação de genocídio.

Em março de 2024, após assinar duas notas coletivas alertando para o risco de cometimento de genocídio na Faixa de Gaza, a relatora Albanese publicou o documento “Anatomia de um genocídio”. Como Israel inviabilizou sua visita, o relatório se fundamentou em dados e informações oriundas de organizações, na jurisprudência internacional, em relatórios investigativos e consultas com sujeitos, entidades, autoridades e especialistas, citando outros membros da ONU, acadêmicos e o processo judicial movido pela África do Sul contra Israel junto à Corte Internacional de Justiça (United Nations, 2024: 1-2). Anteriormente, ela já havia reiterado o entendimento de Dugard, Falk e Lynk (United Nations, 2021a) de que a situação se adequa às tipificações de colonialismo e de apartheid. Até então, após cinco meses, “*Israel destruiu Gaza*”, como 70% das áreas residenciais, matou “*mais de 30.000 palestinos, incluindo mais de 13.000 menores*”, além de 12.000 “*presumidamente mortos*” (desaparecidos) e 71.000 feridos, muitos com mutilações vitalícias. 80% de toda a população foi deslocada à força e milhares “*detidos e sistematicamente sujeitos a tratamentos desumanos e degradantes*”. Além disso, o cerco imposto desde 2007 recrudesciu a política de fechamento, em vigor desde 1993. Se a operação de 2023/2024 foi precedida por outras cinco, somente entre os dias 7 e 9 de outubro de 2023 provocou mais mortes, inclusive, do que a de 2014.

4. A relatoria está descrita no site do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (DH) como sendo exercida por um especialista independente apontado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU para averiguar a situação, ouvindo testemunhas, recebendo comunicações e se valendo de outros meios necessários para reportar de forma periódica e pública. Faz constatações e recomendações, além de trabalhar junto a governos, sociedade civil e outros para promover a cooperação internacional (United Nations, 2024a). Destacam-se as dificuldades colocadas pelo Estado de Israel, como a recusa em garantir o acesso dos relatores aos territórios, implicando na necessária recorrência a fontes indiretas e na circularidade entre os trabalhos de diferentes organizações e a relatoria especial.

O contexto, os fatos e as análises apresentadas levam à conclusão de que há “motivos razoáveis para acreditar que foi atingido o limite necessário para indicar que Israel cometeu genocídio”. Suas ações se orientaram por uma “lógica genocida condizente com seu projeto de colonialismo de povoamento na Palestina, sinalizando uma tragédia predita”, afinal intenção e práticas genocidas são características inerentes desse tipo de colonização (United Nations, 2024: 2). Albanese define genocídio como um processo de negação do direito de um povo existir e a subsequente tentativa de aniquilá-lo por meio de distintos atos de perseguição e destruição, abrangendo desde a eliminação física à desintegração forçada das pessoas e de sua cultura e instituições. “*Como o colonialismo de povoamento objetiva adquirir as terras e recursos dos indígenas, sua mera existência coloca uma ameaça existencial à sociedade colonizadora*” tornando sua destruição e substituição populacional “inevitáveis”. “*Colonialismo de povoamento é um processo dinâmico, estrutural e uma confluência de atos voltados a deslocar e eliminar grupos indígenas, dentre os quais o extermínio/aniquilação genocida representa o auge*” (United Nations, 2024: 3).

Em seguida, Albanese contextualiza o genocídio palestino, enquadrando-o a partir da formação de Israel como “Estado judeu”, implicando, já em 1948, no “*deslocamento e apagamento da presença indígena árabe*”. Reitera que a aniquilação é precedida de estágios preparatórios (perseguição e discriminação sistemáticas). Cita passagens de lideranças sionistas defendendo a limpeza étnica, ainda antes da fundação de Israel, o que ocorreu justamente nesse processo também conhecido como *Nakba*, que é estruturante da identidade palestina. Outra onda de limpeza étnica ocorreu em 1967, quando Israel “*avançou seu projeto de colonialismo de povoamento por meio de ocupação militar*”. O resultado foi a “*segregação e controle dos palestinos*”, confisco de terras, demolições, revogação de vistos e deportações. “*Punindo sua indigenidade e sua rejeição da colonização, Israel designou os palestinos como uma ‘ameaça de segurança’ para justificar sua opressão e ‘de-civilização’*”, com Gaza se tornando progressivamente um “*enclave altamente controlado*” (United Nations, 2024: 3-4). Vale notar que o sistema educacional israelense reproduz a estigmatização da alteridade não judaica e a legitimação da violência e colonização (N. El-Hanan, 2019), tornando o terreno fértil para o cometimento de atrocidades.

Já introduzido o caso, cabe explicitar a metodologia adotada no presente artigo para responder à questão central aqui proposta: averiguar as contribuições e eventuais limites de “Anatomia de um genocídio”. Para aprofundar as considerações feitas no documento de Albanese e suas possíveis derivações, na sequência, são apresentadas outras passagens, contrapostas à bibliografia especializada no caso e à teórica mais ampla. Recorreremos a autores de distintas disciplinas, como psicologia, sociologia, história e direito internacional. Trauma e apartheid são os principais conceitos trabalhados, com o primeiro se vinculando ao sofrimento psíquico e o segundo como enquadramento mais amplo no qual o genocídio se insere ou se constitui em ato limite. A mobilização dessas chaves interpretativas para o

entendimento do caso ilumina limitações ou a não adequação de parte do próprio referencial teórico, como o conceito de stress pós-traumático. Quanto à divisão do texto, primeiramente qualificamos a contextualização do caso, relacionando colonialismo, apartheid e genocídio a partir das ciências humanas e do direito internacional. Na sequência, adentramos a psicologia social, contrastando autores canônicos com a bibliografia palestina recente. Conclui-se corroborando a adequação geral do relatório de Albanese à realidade em questão, mas também a demanda de sua complementação teórica.

Colonialismo, apartheid e genocídio: entre as ciências humanas e o direito internacional

É lugar comum o enquadramento conceitual do caso Palestina/Israel a partir do referencial do colonialismo e da colonialidade, que implicam em discriminação racial⁵. Exemplo canônico é “A Questão Palestina”, de Edward Said (1992). “*Israel’s colonial Project in Palestine: Brutal Pursuit*”, de Elia Zureik (2016), também detalha as consequências violentas desta perspectiva racista, criadora das categorias de colonos e “nativos”. Essa abordagem figura também em relatórios sobre as violações nos TPO, especialmente da relatoria de Dugard em diante, para quem a ocupação exorbita do escopo estrito do DHI, pois apresenta elementos de “*colonialismo e apartheid*” (United Nations, 2007). De todo modo, difundiu-se como marco interpretativo na bibliografia e relatoria (produzida no âmbito do sistema ONU ou da sociedade civil global – ONGs internacionais, regionais e locais). Derivam desse processo consequências graves para populações indígenas. Metáforas coloniais (“uma terra sem povo para um povo sem-terra”, “fazer o deserto florescer”) representam bem a invisibilização e violação da alteridade, encobrendo uma série de violências e perdas.

Albanese (United Nations, 2024) especifica o caso palestino/israelense como o de um “colonialismo de povoamento”, o que implica na ênfase estar não na exploração do território e do seus recursos em proveito da metrópole, mas na “nativização” da população colonizadora em substituição dos indígenas, com aquela reivindicando a “verdadeira” natividade e em contraponto à potência colonial que facilitou sua instalação no território, invisibilizando, violentando e expulsando gradativamente os indígenas (Al-Haq, 2019; A. Clarno, 2017; R. Kasrils, 2012; N. Rouhana, 2012; Zureik, 2016). Um relatório publicado em 2009 pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Humanas da África do Sul, e coordenado por Virginia Tilley, constatou a pertinência das acusações de Dugard. Inclusive, o genocídio

5. A colonialidade implica em processos sociais de “racialização” (Mbembe, 2014) que legitimam atrocidades, o que no campo do direito internacional está codificado pela Convenção Internacional de Erradicação da Discriminação Racial (CIEDR). Esta é entendida como fenômeno social com os marcadores de raça variando em cada contexto. Inclusive, o guardião ou órgão monitor da CIEDR há tempos admoesta o Estado de Israel a adequar suas políticas aos termos da Convenção, requerendo o abandono e a modificação de políticas que implicam em discriminação racial, segregação e, inclusive, apartheid, como consta em seu artigo terceiro (Dugard; Reynolds, 2013; Sahd, 2022).

em Gaza é contextualizado neste projeto de substituição populacional, que é praticamente equivalente ao apartheid para parte da bibliografia, tendo, igualmente, um potencial genocida inerente. Contudo, este referencial não é consensual. Ran Greenstein (2016; 2020) enfatiza que regimes de apartheid derivam de experiências coloniais não interrompidas, nas quais o poder passou das metrópoles para os colonos “nativizados”, que mantiveram e recrudesceram as estruturas de dominação, espoliação e repressão.

Anthony Löwstedt (2014) também faz ressalvas quanto ao uso do conceito de colonialismo de povoamento para o caso palestino-israelense por não contemplar sua especificidade. Defende seu conceito sociológico de apartheid⁶, muito próximo da definição jurídica⁷. Colonialismo, apartheid e genocídio seriam manifestações de crimes raciais, que variam em seus objetivos e efeitos para os “nativos” conforme as pretensões demográficas dos colonizadores (manter ou reverter abruptamente o quadro). É possível um caso colonial recrudescer e se tornar apartheid, ou mesmo genocídio, ou uma sociedade ser de apartheid, genocida, e colonial ao mesmo tempo, mas em locais distintos, ou no mesmo, mas de modos e em tempos diferentes. *“Uma sociedade de apartheid é muito mais do que uma colônia de povoamento. Ela explora como colonialismo (embora muito mais), mas também nega a humanidade e mesmo a existência de suas vítimas e extermina como genocídio (mas menos)”* (Löwstedt, 2014: 108). Essa imbricação originária suscita uma ponte para a conexão feita por Albanese entre colonialismo de povoamento e genocídio em Gaza. Eis a moldura mais ampla, o processo ou a longa duração na qual se insere o aniquilamento de parte dos palestinos na atualidade. Trata-se de mais uma combinação *sui generis* de elementos comuns da modernidade (Estado jardineiro, nacionalismo, racismo, colonialismo etc.), que se amalgamam na produção de genocídios (Bauman, 1998).

Para os fins deste artigo, destacamos da definição jurídica de apartheid a provocação deliberada de danos físicos e mentais, com estes decorrendo do quadro mais amplo de manutenção da dominação e opressão racial com seus atos desumanos. A relatoria especializada denuncia essas práticas na Palestina/Israel desde os anos 1960 (Sahd, 2017), incluindo os traumas coletivos, como a própria fundação de Israel a partir de uma limpeza étnica, que tornou enorme contingente da população palestina exilada e desapropriada, configurando elemento central de sua identidade coletiva. É perceptível tanto na definição jurídica quanto sociológica de apartheid seus vínculos e citações diretas dos instrumentos que definem colonialismo e genocídio. Do primeiro reproduz o confinamento, expropriação

6. Anthony Löwstedt refletiu conceitualmente sobre o apartheid como “tipo ideal”, exemplificando a partir de três casos, inclusive o da Palestina/Israel. Diferencia apartheid em um sentido amplo de um estreito, com o primeiro abrangendo desde o início do processo de colonização e violação dos indígenas, o que se consolida em vez de ser superado com a independência da metrópole e transferência do poder para os prepostos coloniais que reivindicam a natividade.

7. No campo do direito internacional, o apartheid foi tipificado em convenção própria, de 1973, sendo definido como regime de dominação racial de um grupo sobre outro, que para mantê-lo oprime a alteridade inferiorizada recorrendo a atos desumanos.

e fragmentação territorial, bem como a racialização da população e a negação de direitos como a autodeterminação. Da Convenção de Genocídio, de 1948, incorpora três dos cinco atos que caracterizam esse crime contra a humanidade. No caso, assassinatos, a imposição deliberada de graves danos físicos e mentais, e a criação de condições de vida voltadas a causar a destruição do todo ou de parte da população nativa. Essas ações devem ser praticadas com a intenção geral e específica de destruir, total ou parcialmente, um grupo (nacional, étnico, racial ou religioso) como tal. Além da caracterização de genocídio, constituem também atos limites de um regime de apartheid para impor e manter a dominação racial.

Conforme Albanese, há indícios do cometimento em Gaza dessas três ações comuns: matar, causar sérios danos e criar condições de vida calculadas para provocar sua destruição (United Nations, 2024: 5-9). Assim como a bibliografia especializada (D. Feierstein, 2011), ela destacou que genocídios constituem processos, e não uma ruptura repentina no espaço-tempo, sendo uma construção que se inicia com a discriminação e/ou desumanização da alteridade (United Nations, 2024), seguida das primeiras manifestações impunes de perseguição e violência contra ela.

O genocídio de Israel contra os palestinos em Gaza é um estágio avançado de um duradouro processo de apagamento promovido por um colonialismo de povoamento. Durante mais de sete décadas, este processo sufocou [...] – demograficamente, culturalmente, econômica e politicamente –, procurando deslocar e expropriar e controlar as suas terras e recursos. A *Nakba* em curso deve ser interrompida e remediada de uma vez por todas (United Nations, 2024: 24).

Há amplo suporte documental e bibliográfico para a assertiva do “estágio avançado” do processo genocida, estando há muito tempo dadas as condições para o extermínio de parte dos palestinos, como etapa paradigmática. Banalizou-se desde então a violência impune contra eles e recrudesciu a “catástrofe humanitária” deliberada, criando-se uma enorme e não atendida demanda por amparo, inclusive psicossocial (B’Tselem, 2017; Center For Constitutional Rights, 2016; Russell Tribunal, 2014; Sahd, 2012). Analisando o cerco e as destruições provocadas durante a operação de 2008 e 2009, um comitê independente já destacou a criação de “*condições inimigas à vida humana*”. As ações da potência colonial satisfariam “o *actus réus* da Convenção de Genocídio” (Independent Fact-Finding Committee on Gaza, 2009: 135). Até outubro de 2023, já se estimou em centenas de milhares os sujeitos carentes de suporte psicossocial, com o bloqueio e os ataques israelenses “indiscriminados e desproporcionais” disseminando a carestia de alimentos e serviços e a insegurança (United Nations, 2021). O “massacre da farinha” em Gaza é paradigmático dessa lógica.

Breve teorização sobre identidade, comunidade e trauma

A contextualização mínima do caso, a partir das ciências humanas e do direito internacional, nos levou ao apartheid como conceito e tipificação jurídica mais abrangente e

adequada para enquadrar os diferentes aspectos e violações provocadas pelo Estado israelense, incluindo o genocídio recente. Assim emoldurada a situação, nesta seção enfocaremos seus desdobramentos psicológicos, como o desenvolvimento da identidade individual e coletiva do sujeito palestino enquanto povo subjugado, aprofundando os danos mentais sofridos. Desde a criação de Israel, eles, sob seu jugo, veem suas terras invadidas continuamente, com várias cidades e vilarejos arrasados e trocados seus nomes de origem por denominações do colonizador, numa contínua mudança da geografia política. Eis a primeira observação a ser feita, que salta aos olhos de quem observa o mapa da progressiva expansão do sionismo, pautado pela despalestinização/judaização do território, configurando um “apartheid gradativo” (O. Yiftachel, 2006).

A expropriação contínua das terras palestinas avança por meio da criação de assentamentos, direcionados sobretudo a novas levas de imigrantes judeus. As estratégias de posse e expansão destas terras são múltiplas, como já sublinhado, implicando no subjugamento e em sofrimento identitário dos sujeitos colonizados, agravado por situações catastróficas de bombardeios, assassinatos e aprisionamentos. Ao longo da história, seus eventos trágicos circunscrevem uma situação de imprevisibilidade, angústia, medo e humilhação, delineando um espaço de afetos intensos enquanto experiências marcantes que promovem adoecimento psíquico, que se engatam e se superpõem. Torna-se um campo de afetação, um espaço relacional, cujas dimensões da experiência subjetiva irão propiciar a criação e apreensão de sentidos para com os excessos do devir traumatizante. A razão, o efeito e os testemunhos dos eventos, ferem e fazem doer o brio dos sujeitos reunidos pela mesma situação. Este enquadramento compartilhado desafia a vitalidade psíquica de suportar e de continuar a resistência ao invasor. E como são evidentes, os impactos traumatizantes e o sentido dado à conjuntura de submissão tornam-se um dos vetores do processo de subjetivação que progride no desenvolvimento psicológico e social do indivíduo assujeitado.

A partir da matriz familiar, berço fundante do sujeito, é transmitida a memória comunitária, suas tradições, e suas crenças religiosas. Ao nascimento do Eu da criança que se estrutura nas relações intrafamiliares, acrescenta-se a instância do *Super-eu* e do *Ideal-do-eu*. Pelas mensagens de seus pais serão introjetados os primeiros significantes que traçarão seu perfil como sujeito social, submetendo-o à lei e suas interdições, ao mesmo tempo em que internaliza valores e exemplos de comportamentos que apontam para um ideal de existência a ser atingido. Nas relações com o entorno social mais próximo desdobram-se as figuras significativas que se acrescentarão como emissores de novos significantes, valores e exemplos de comportamentos que serão adicionados pela identificação, somando-se na sua arquitetura identitária. Com o progressivo amadurecimento do jovem, seus mecanismos intrapsíquicos se exteriorizarão na ação e no contorno de um sentimento identitário individual que se frutifica no vínculo coletivo. Portanto, esse enquadramento que alimenta a dinâmica dos mecanismos intrapsíquicos vai engendrar um perfil de pensar, de agir e de se comportar. Incluindo-se evidentemente nesse processo a face política de sua identidade

individual que acompanha a narrativa da comunidade. No caso em questão, o real colonial ameaçador comporta eventos súbitos, humilhantes, mortíferos e desestabilizadores, como a passagem diária por *checkpoints* racializados, que estrangulam o ir e vir diário, além das expropriações em curso. Acrescentam-se além do sofrimento, um quantum de ódio e de temor à imagem do Outro invasor, concretizada nas expedições militares.

O subjugamento da população com seus eventos trágicos irá configurar a cada nova crise, campos tensionados que exigem estratégias de fazer face aos efeitos dessas situações. A procura do nexos das variadas investidas desestabilizadoras, que provocam continuamente o perigo de morte física e social, vai provocar na memória grupal o alinhamento dos eventos e sua interpretação histórica. Das narrativas consensuais sobre esta herança nasce a demanda de luta e suas estratégias. Desta articulação, o sentido a ser dado ao traumático será mediado então pela leitura ideológica.

A saga colonial sionista, que se estrutura na fundamentação sócio-antropológica e religiosa, serve de justificativa para expandir seu “direito indiscutível” sobre toda a Canaã bíblica, então habitada pelos filisteus. Convicto desta construção histórica e mítica, a denominada Palestina de hoje é reivindicada como propriedade da herança destinada a Abraão por Deus. Deste mito fundamental é encetada então a expulsão dos antigos filisteus, hoje os palestinos, pelo combate e pelo terror, o que inclui a provocação de diferentes modalidades de dor. É oportuno aqui o conceito de terrorismo de Estado (Sahd, 2017: 319; A. Shlaim, 2004: 454-470), pois a crueldade é rentável para o sionismo, interpretada como punição justa, ou pior, imposição de obra legítima, sagrada e necessária de limpeza de sua sagrada terra. A relatoria sobre Gaza, desde a primeira década do terceiro milênio, enfatiza a intencionalidade dos ataques israelenses contra alvos civis bem como das consequências nefastas do cerco e do bloqueio para a população como um todo, objetivando mantê-la “sob pressão”. Seria a aplicação da Doutrina Dahyia, implementada primeiro contra o bairro xiita homônimo em Beirute, em 2006, que amplia a lista de “alvos válidos” para incluir civis, tornando as mortes e destruição a agenda a ser seguida e não meramente “efeitos colaterais”, o que subsidia a denúncia do genocídio em curso (Amnesty International, 2023; Goldstone Report, 2009; Russell Tribunal, 2014; Raz Segal, 2023; Martin Shaw, 2023).

É oportuno encerrar essas observações com as declarações do conhecido psicanalista israelense Daniel Syboni (2006), que declara ser um azar da história palestina se confrontar com um inimigo tão forte, pois os fantasmas e as vozes ancestrais correm em suas terras (as deles). Sugerindo que este imaginário (deles) transmitido inter-geracionalmente justifica ignorar o percurso das condições materiais históricas do desenrolar daquela região, para implantar unicamente o seu povo, o “herdeiro verdadeiro”. Em suma, esta terra é assombrada pelos “judeus” porque eles não pararam de falar sobre ela, de falar com ela durante milênios. Syboni completa: os “árabes da Palestina” não sabiam que a terra onde viviam já era assombrada pela presença de “espíritos” hebreus que a povoavam, emitindo avisos de que já “trabalhavam ali”. Cabe destacar as consequências para os outros povos,

que também a habitam, dessa transmissão imaginária que concede título exclusivo de propriedade. Constata-se assim que, por meio das memórias e identidades construídas o *apartheid* e o genocídio em curso estendem seus braços às raízes imaginárias do povo hebreu, mobilizando no trauma palestino a evocação de suas próprias raízes. Desta forma revelam-se nesta situação colonial também uma guerra de memórias e confronto de mitos.

Doravante, acercando-nos dos danos mentais como parte de um processo genocida, iremos introduzir a noção do trauma individual, para em seguida nos dedicar ao sofrimento contínuo, que se engatam nos traumas superpostos. O trauma e sua desorganização psíquica, na acepção psicanalítica (S. Ferenczi, 1981; S. Freud, 1920), se instala quando um acontecimento súbito e violento acomete um sujeito que não estaria preparado para ele. O fator surpresa desencadeia o choque desestruturador, despertando o terror na situação sentida como ameaçadora da vida. A consequente desorganização vai enfraquecer a perda dos referenciais da situação. Instala-se a confusão mental, abala-se o sentido do tempo, a impossibilidade de descrever a situação e que se acompanham de distúrbios fisiológicos, que podem se prolongar.

Observamos que a potência do choque será percebida ou encarada subjetivamente, e não pelo seu “tamanho mensurável”. O efeito do transbordamento da excitação será dimensionado na relação do sujeito com o meio circundante (F. Canavês, 2015). O sentimento de desamparo vai se estender no tempo, segundo a resistência psíquica individual e o grau de acolhimento por seu grupo mais próximo. O choque vai provocar a interrupção de parte da atividade psíquica consciente, resultando na repetição de afetos dissociados que encobrem as experiências traumáticas. A realidade psíquica, observa Canavês, será a soma de traços deixados por essas experiências com o meio, enquanto que a realidade exterior será aquilo que a percepção dá a conhecer do mundo ao redor (J. Zigueib, 2020). É essa realidade psíquica de cada um que nos dirá se um acontecimento foi ou não traumático para o sujeito. O relato de um membro da ONG Save the Children atuante em Gaza, durante o genocídio de 2023, é elucidativo:

Há muita perda e muita dor. Temos medo: do que as próximas horas trarão, do que o amanhã trará. A morte está em toda parte. Meus filhos olham nos meus olhos todos os dias, estão em busca de respostas. Não tenho respostas para eles. É muito difícil, principalmente para as crianças. Tentamos nos unir para apoiar e proteger as crianças. As necessidades são enormes (Save The Children, 2023: *online*).

A angústia retorna cada vez que uma situação esteja associada àquela experiência anterior, mobilizando algo do desamparo quanto mais tenha sido a potência da dor e da humilhação vivida. O sentimento de ultraje que pode se acompanhar em nosso caso, não é apagada, suas impressões permanecem no inconsciente, retornando quando as evocações do passado acontecem. O trauma torna-se coletivo, antes de tudo, pela experiência comum e de contiguidade nas situações extremas e pela difusão pelos meios de comunicação. O senso comum sobre a história e a razão de sofrimentos anteriores, adicionado aos do

presente, induz seus componentes a se apropriarem desses sofrimentos, para em seguida os incluir na cadeia de significações próprias de cada um.

Os eventos significativos experienciados em comum e seus simbolismos, as mensagens de seus mitos fundadores e o imaginário compartilhado da atualidade, toma parte dessa construção, o que reforça os laços intercomunitários e confere o sentimento de “irmandade”, podemos dizer, reforça o narcisismo étnico (a imagem que se constrói de si, enquanto grupo). O fortalecimento individual e o sentimento de segurança serão alimentados nesta aliança grupal que se oferece como tábua de leitura do entorno social. O pensamento comunitário, que inclui e oferece os subsídios à ideologia política que se tece na resistência ao invasor colonialista, vai oferecer o nó de significações para a compreensão da situação, ao mesmo tempo em que o prepara para a ação.

A resultante dessas transações acrescenta novos significantes à identidade individual, o que significa ser modelado e ao mesmo tempo tomar parte da ação modeladora da identidade coletiva e dos contornos de suas fronteiras simbólicas. Deste modo, a cultura fornece uma modalidade de organização que se estende na estruturação psíquica de seus componentes. Estes sistemas de pensamento se superpõem e se imbricam como chave da interpretação da realidade circundante e de orientação dos comportamentos. A experiência longa e continuada de situações de paroxismos, de rompimento do curso esperado da vida cotidiana e do conseqüente desgaste psíquico, circunscreve à vivência de traumas de longa duração para os palestinos. No entanto, mesmo sendo capazes de controlar suas emoções e de continuar suas atividades diárias, estes sujeitos surpreendidos, espantados continuamente, recebem sucessivas marcas que se tornam novos traços em sua arquitetura psíquica e conseqüentemente no sentimento identitário. Contudo, apesar dessas experiências contínuas, as trocas sociais apaziguadoras intragrupo asseguram a resiliência individual e a resistência coletiva ao invasor.

As políticas e práticas de destruição e o contínuo trauma palestino

Seguindo com esta leitura, é comum alguns mecanismos psíquicos se desenvolverem nos sujeitos, entre outros dos que aludimos, a irritabilidade, a negação, a apatia, a indiferença e mesmo o sentimento de culpa por ter sobrevivido a algum bombardeio. O colonialismo se faz presente no cotidiano, com práticas de controle, expropriação e humilhação. Significativo contingente da população palestina já passou, além de torturas, por prisão ou detenção administrativa, sem julgamento ou processo. Situações que aprofundam a ausência de perspectiva quanto ao futuro (Instituto Silvia Lane, 2024).

Samah Jabr, psiquiatra e psicoterapeuta palestina, coordenadora da Unidade de Saúde Mental do Ministério da Saúde Palestino, define o trauma palestino como o desastre da desesperança. Trata-se de um contexto adoecido pelo regime racista e colonial do sionismo, onde mais de 50% da população de Gaza, 60% da Cisjordânia e 80% das crianças sofrem

de depressão (Instituto Silvia Lane, 2024). Para Jabr (2018), a definição psiquiátrica clássica de trauma não inclui as experiências traumatizantes mais comuns para os palestinos: como o desamparo forçado nas destruições de casas e de suas oliveiras, prisões aleatórias de parentes de indivíduos que cometeram atos de resistência violentos, roubo de terras, imposição nas prisões para que se beije a bandeira sionista, ou para que um homem muçulmano fique nu diante de suas filhas, dirigindo-lhe palavras obscenas. Estas experiências não são explicitadas no rol de causas de traumas, segundo a Associação Americana de Psicologia (APA).

O quadro mais amplo vivido pela população palestina é a de um trauma histórico, coletivo, contínuo e transgeracional, como Fanon (2008) já generalizara para as situações coloniais. Cabe mencionar os refugiados de 1948 e de seus descendentes, que com exceção da Jordânia, não foram integrados plenamente nas sociedades de destino (como projetado e almejado pelos perpetradores sionistas no sentido de perderem sua identidade nacional). O *apartheid* israelense tem em seu cerne a política de fragmentação dos palestinos, com cada parcela afetada de um modo pelo regime de discriminação e opressão sistemática.

Apresentado todo esse panorama, é importante destacar que o relatório de Albanese circunscreve os danos causados ao contexto de 2023, quando eles não só podem como devem ser pensados no quadro maior de um regime de *apartheid* e de longa duração, iniciado em 1948, como as reflexões de Jabr apontam. Inclusive, o próprio documento utiliza a expressão “*Nakba* contínua”, retirada de outros relatórios de direitos humanos. Tanto em termos históricos quanto psicológicos é necessário enfatizar a continuidade, evitando o risco de fragmentar uma história de tragédias que atravessa corpos e mentes incessantemente. No resumo de seu relatório Albanese afirma que: “*O trauma coletivo incalculável será experimentado por gerações*”. Corroborar esta perspectiva um artigo citado em seu relatório, escrito ainda no começo do genocídio pela organização Save the Children (2023: *online*), que alertou: “*Um mês de bombardeios incansáveis exacerbou a já crítica crise de saúde mental para as crianças de Gaza, com consequências de longo alcance*”. Com os bombardeios que não discriminam escolas, hospitais e templos onde se refugiam famílias, “*a violência, o medo, a tristeza e a incerteza estão causando sérios danos mentais às crianças que não têm lugar seguro para ir*” levando à cunhagem da expressão “criança ferida sem família sobrevivente”.

Nas atuais condições em Gaza, as crianças estão experimentando uma série de sinais e sintomas de trauma, incluindo ansiedade, medo, preocupação com a sua segurança e a dos seus entes queridos, pesadelos e memórias perturbadoras, insônia, repressão de emoções e separação dos entes queridos. O trauma que dá origem a estes sintomas é contínuo, implacável e agrava-se dia após dia (Save The Children, 2023: *online*).

Um relatório de 2014 já apontou que no território “pelo menos 373.000 crianças necessitavam de apoio psicossocial direto e especializado, pois apresentam sintomas de

sofrimento crescente, incluindo enurese noturna, agarrar-se aos pais e ter pesadelos (United Nations, 2014: 4). Um relatório de 2022 da Save the Children (2022: 4-5) então concluiu que, em Gaza, “desde 2018, o bem-estar psicossocial das crianças, jovens e de seus cuidadores decaiu drasticamente para níveis alarmantes”. Por exemplo, as crianças relataram “sentir medo (84%), nervosismo (80%), tristeza (77%) e pesar (78%) em 2022, em comparação com medo (50%), nervosismo (55%), tristeza (62%) e luto (55%) em 2018”. No mesmo recorte, a enurese noturna passou de 53% para 79% e o mutismo reativo de 42% para 59%. É difícil conceber a realidade posterior à consumação do genocídio, entre 2023 e 2024. O documento traz testemunhos diretos, que descrevem um “estado perpétuo de medo, preocupação, tristeza e pesar, aguardando a erupção da próxima onda de violência”, com os palestinos “sentindo-se incapazes de dormir ou de se concentrar”. São relatadas várias “memórias vívidas dos bombardeamentos que sofreram, recordando como as suas casas e escolas foram destruídas e como os seus entes queridos foram mortos”. Vale reproduzir trechos de uma carta escrita por seis crianças, entre 10 e 13 anos de idade.

Por ser tão pequeno, todos os lugares são perigosos e não há lugar para se abrigar. Queremos que saibam que Gaza, a nossa casa, está sendo destruída. [...] A vida é assustadora e nossos telhados estão caindo sobre nossas cabeças. Cada vez que há um ataque aéreo, ficamos apavorados. [...] Acima de tudo, queremos viver como as crianças de outros países que podem brincar nos parques infantis em vez de se esconderem das bombas (Save The Children, 2022: 3).

A reflexão teórica sobre o caso de Gaza, a partir de categorias clássicas, se revela falha, justamente, pela continuidade dos fatores traumatizantes. Em relação às consequências do trauma, a literatura ocidental propõe o conceito de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). No entanto, Jabr (2018) o considera inadequado para o contexto palestino já que nunca se está na fase “pós”: o trauma é recorrente e duradouro, porque o colonialismo é duradouro, e perdura arduamente há 73 anos ininterruptos. Um jovem de Gaza, hoje, com 15 anos, não só já vivenciou vários conflitos como experimenta uma ameaça muito real e não apenas imaginária. Isto, evidentemente, implica em imensas consequências traumáticas, incluindo uma enorme mudança em sua visão de mundo, em seu sistema de crenças, em seu modo de vida e na forma como se relacionam interpessoalmente (Jabr, 2018). Isto confirma o que anteriormente observamos sobre a afetação no processo identificatório dos jovens com suas implicações na forma de vida relacional. Sendo assim, é preciso entender, a partir de uma perspectiva macropolítica, que depressão, ansiedade e pensamentos suicidas nos TPO são quadros psíquicos coletivos e sociais, e não individuais, em razão de toda uma conjuntura violenta e adoecedora. E, portanto, as classificações dos manuais e outras categorizações médicas não contemplam a complexidade política, social e econômica de cenários sob ocupação, colonialismo e apartheid, como o palestino.

Deste modo, há questões impossíveis de serem resolvidas se nos fixarmos no plano individual. São necessárias intervenções coletivas, conhecer como as pessoas se organizam

e enfrentam seus traumas para reproduzir estes êxitos. Mas sobretudo, precisa-se urgentemente de uma solução concreta para o problema primordial, o colonialismo e sua escalada para apartheid e genocídio. Este é um ponto nodal que nos dirige para uma teorização mais abrangente que, diferentemente dos manuais genéricos, contempla também a situação palestina específica. Trata-se do que podemos chamar de psicologia ou psiquiatria anticolonial. Nesta perspectiva, temos o trabalho seminal de Fanon (2008) sobre os componentes psíquicos do racismo em contextos coloniais. Suas linhas de pensamento possibilitam repensar o sofrimento psíquico tendo em vista a experiência social e histórica do colonialismo e suas consequências na subjetividade, como um neurótico complexo de inferioridade, a ameaça de dissolução da estrutura psíquica, a negação da humanidade e a origem coletiva do sofrimento, devendo ser trabalhado o indivíduo e o grupo (“catarse coletiva”). Afinal, os sintomas psíquicos derivam de traumas múltiplos, análogos e repetidos, com cada dia representando um drama nos países colonizados.

Em seu humanismo revolucionário, Fanon (2005) considera a violência um feito relevante e necessário para a ação política, uma vez que a violência do regime colonial e a resistência do colonizado equilibram-se reciprocamente numa homogeneidade, sendo a descolonização um processo essencialmente violento, e a violência, simultaneamente oriunda do processo colonial, e elemento de sua ruptura e destruição. Neste sentido, o contexto colonial é um ambiente fértil para eclosão da violência e terror contra o violentador e o opressor, motivo pelo qual Fanon denomina o colonialismo como uma máquina da mais pura desrazão, ou seja, uma circunstância natural da violência, reforçando sua tese da impossibilidade da luta anticolonial apenas por vias pacíficas (R. Rabaka, 2010). Ademais, a violência política é um meio que contribui para a estabilidade individual e para a vitória coletiva. E nesta linha, para o caso palestino, a resistência é um elemento essencial na recuperação da ‘mente ocupada’, pois ela reestrutura e reorganiza o sujeito psiquicamente. Nesta perspectiva, é impossível a descolonização através da espera pelo bom senso, bondade ou diplomacia dos colonos. Fanon (2005) destaca que as massas colonizadas perceberam claramente que a liberdade apenas seria possível pelo uso da força que os restava. Isto é, uma vez enfraquecidos, famintos e sem técnicas, cabe aos oprimidos o uso da contra-violência.

Deste modo, a reciprocidade da violência é a única relação possível entre colono e colonizado. Para Fanon (2005), os sujeitos brutalizados reivindicam daqueles que os oprimiram historicamente nada mais que a reparação e restituição da sua humanidade. Em sua acepção, a violência assume uma perspectiva emancipadora, libertadora e constitutiva da subjetividade negada pelo colono, permite aos colonizados reencontrar o seu lugar, reintegrar-se; através dela, o ser humano violentado se recompõe. Nas palavras de Sartre (2005: 14) *“nenhuma suavidade apagará as marcas da violência; só a violência é que pode destruí-las”*.

Voltando ao relatório de Albanese (United Nations, 2024: 7-8), se é acertada sua caracterização da situação também a partir do ato genocida de provocar deliberadamente danos físicos e mentais como parte da destruição do todo ou de parte do grupo, sua ênfase nas consequências do contexto imediato pode gerar equívocos (ainda que enquadre o caso a partir do colonialismo de povoamento). À medida que os danos multicausais implicam em privações de direitos, degradação das condições e em “*deficiência grave e duradoura na capacidade da pessoa viver uma vida normal e construtiva*”, devemos forçosamente remontar à fundação de um Estado judeu em território multiétnico a partir da limpeza étnica e como os desdobramentos dessa situação afetaram as diferentes frações do povo palestino (refugiados, cidadãos de segunda classe em Israel, moradores de Jerusalém, do restante da Cisjordânia e de Gaza).

Albanese não está equivocada ao afirmar que “*desde 7 de outubro de 2023 palestinos têm sofrido incessantes danos físicos e mentais*”. A questão é a necessária ampliação da temporalidade e espacialidade do processo, entendendo que aquela data em particular marca um agravamento ou brutalização exponencial de uma situação colonial há muito em curso. De todo modo, a caracterização atual como genocídio e Segunda *Nakba* parece capturar bem as consequências mentais e identitárias para a população palestina como um todo desse processo de traumatização contínua e sobreposta. Albanese é muito precisa neste ponto: “*os sobreviventes irão carregar um trauma indelével, tendo testemunhado tantas mortes e vivenciado destruição, desalojamento, perdas emocionais e materiais, infanda humilhação e medo*” (United Nations, 2024: 8).

Conclusões

A recorrência excessiva de crueldade nas intervenções militares vai bem além da violência. Ela tem o objetivo de causar aos próprios olhos do indivíduo submetido o maior dano possível, almejando, sob diversas táticas, fazê-lo desistir completamente de suas reivindicações territoriais e até mesmo se arrepender de ter nascido naquelas terras (V. Grape, 1996). Na guerra como continuação da política, a crueldade não basta para vencer o inimigo; a guerra visa fazê-lo sofrer ao extremo, anulando-o como indivíduo social e moral e degradando-o como ser humano. No imaginário histórico israelense é mobilizado um ódio ancestral e étnico aos diversos povos que naquelas terras transitaram, podendo-se constatar atualmente a transmissão deste sentimento. São citados, em artigos recentes, rabinos recorrendo a esse repertório na preparação dos soldados antes de entrarem em Gaza (Breaking The Silence, 2009). Nesta narrativa, o inimigo atual impede a realização do retorno às imaginárias terras bíblicas, e como ele está unido por laços de filiação, a sua erradicação deve ultrapassar a morte física individual para atingir toda a comunidade

Enquanto relatos de sobreviventes da *Nakba* dão conta da dimensão dessa catástrofe e de seu impacto na psique dos sujeitos expulsos e desapropriados, a relatoria de direitos

humanos acerca dos TPO, produzida desde os anos 1960, é reveladora da continuidade dos fatores traumatizantes. Quando esses “atos desumanos” do apartheid israelense são pensados a partir da provocação deliberada de danos físicos e mentais como parte de um regime desse tipo, e também de um processo genocida, temos os contornos mais amplos da situação, com a intencionalidade da destruição derivando do projeto multidecadal de judaização/despalestinização territorial ou “colonialismo de povoamento”, como Albanese o sintetizou. O terror, portanto, é uma arma política e estatal, que não só mata e desenraiza, mas também leva ao adoecimento físico e mental.

É curioso que, em relatório anterior, a jurista definiu o sistema jurídico militar nos TPO como pilar “do regime israelense de apartheid e de colonialismo de povoamento”, que promove crimes cumulativamente como parte de uma “política de despalestinização”, acompanhada de anexação (United Nations, 2023: 7; 21). Embora não fale em apartheid no corpo do “Anatomia de um genocídio”, ao final, o menciona nas recomendações, reproduzindo a reivindicação de seus antecessores de que seja recriado o Comitê de Apartheid, no âmbito da ONU, para tratar do caso. Eis uma fragilidade conceitual do documento, pois apartheid como chave interpretativa é estrutural: conecta colonialismo e genocídio e integra e explica os crimes estatais cometidos em diferentes tempos e espaços. De todo modo, é possível derivar também de suas reflexões a longa duração dos danos físicos e mentais causados à população palestina pelo projeto colonial sionista, o que nos convida a ampliar os limites espaço-temporais do genocídio. Gaza é o primeiro caso de regime de apartheid que recorreu ao “crime dos crimes” como ato desumano limite para manter a dominação racial.

Referências

ZUGUEIB, Jamil. Psicanálise, catástrofe social e trauma. Os xiitas do sul do Líbano: resiliência e resistência ante os bombardeios de Israel em 2006. In: ADI, Ashjan Sadique; SAHD, Fábio Bacila (org.). *Oriente Médio e Palestina pesquisados a partir do Brasil: reflexões acadêmicas, marginais e críticas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

AL-HAQ et al. *Joint Parallel Report to the United Nations Committee on the Elimination of Racial Discrimination on Israel's Seventeenth to Nineteenth Periodic Reports*. Al-Haq website, 10 nov. 2019. Disponível em: <https://www.alhaq.org/advocacy/16183.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. Israel/OPT. *Nowhere safe in Gaza: Unlawful Israeli strikes illustrate callous disregard for Palestinian lives*. Amnesty International, nov. 20, 2023. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/israel-opt-nowhere-safe-in-gaza-unlawful-israeli-strikes-illustrate-callous-disregard-for-palestinian-lives/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora, 2014.

B'TSELEM. *The Gaza Strip*. B'Tselem, nov. 11, 2017. Disponível em: https://www.btselem.org/gaza_strip. Acesso em: 18 abr. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BREAKING THE SILENCE. *Soldiers' Testimonies from Operation Cast Lead, Gaza 2009*. Jerusalem: Breaking the Silence, 2009. Disponível em: https://www.breakingthesilence.org.il/wp-content/uploads/2011/02/Operation_Cast_Lead_Gaza_2009_Eng.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

CANAVÊS, Fernanda. *O trauma em tempos de vítimas*. *Ágora*, v.18 (1), 2015, p. 39-50.

CENTER FOR CONSTITUTIONAL RIGHTS. *The genocide of the Palestinian People: an International Law and Human Rights Perspective*. Center For Constitutional Rights, 2016. Disponível em: <https://ccrjustice.org/sites/default/files/attach/2016/08/Background%20on%20the%20term%20genocide%20in%20Israel%20Palestine%20Context.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

CLARNO, Andy. *Neoliberal apartheid: Palestina/Israel and South Africa after 1994*. London: The University of Chicago Press, Ltd., 2017.

EL-HANAN, Nurit P. *Ideologia e propaganda na educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social: entre el nazismo y la experiencia argentina*. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

FERENCZI, Sándor. *Reflexões sobre o trauma*. In: *Obras completas. Psicanálise IV* (C. Berliner, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011.

FREUD, Sigmund. *Au-delà du principe de plaisir*. Paris: Payout, 1981.

GOLDSTONE REPORT. UN FACT FIND MISSION. *Human rights in Palestine and other Occupied Arab Territories*. Report of the United Nations fact finding mission on the Gaza Conflict. UN website, 29 set. 2009. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A-HRC-12-48.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GREENSTEIN, Ran. Israel, Palestine and Apartheid. *Insight Turkey* 22, n. 1 (2020): 73-92. Disponível em: <https://www.insightturkey.com/articles/israel-palestine-and-apartheid>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GREENSTEIN, Ran. *Settler Colonialism: A useful category of Historical analysis?* June 2016. Disponível em: <https://www.jadaliyya.com/Details/33333/Settler-Colonialism-A-Useful-Category-of-Historical-Analysis>. Acesso em: 20 fev. 2024.

INDEPENDENT FACT-FINDING COMMITTEE ON GAZA. *Report to the League of Arab States. No Safe Place*. 30 April 2009. Disponível em: <https://www.tromso-gaza.no/090501ReportGaza.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

INSTITUTO SILVIA LANE. *Colóquio "Impactos psicológicos de um genocídio televisionado"*. Youtube, 13 de março de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UYZlqcmt_gM&t=5s. Acesso em: 2 abr. 2024.

JABR, Samah. *Derrière les fronts: chroniques d'une psychiatre psychotérapeute palestinienne sous occupation*. Paperback, 2018.

KASRILS, Ronnie. Israel and apartheid: When democracy for a minority becomes a special form of colonialism. In: JEENAH, Na'eem (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012.

LÖWSTEDT, Anthony. *Apartheid: Ancient, Past and Present*. Wien: Gesellschaft für Phänomenologie und kritische Anthropologie, 2014.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

NAHOUM GRAPPE, Véronique. L'usage politique de la cruauté: l'épuration ethnique (e-Yougoslavie, 1991-1995). In: HERITIER, Françoise. *De la violence*. Paris: Editions d'Odile Jacob, 1996.

RABAKA, Reiland. *Forms of Fanonism: Frantz Fanon's critical theory and the dialectics of decolonization*. Lexington, 2010.

ROUHANA, Nadim. "Reconciling history and equal citizenship in Israel: Democracy and the politics of historical denial". In: JEENAH, Na'eem (ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012.

RUSSELL TRIBUNAL. *Russell Tribunal on Palestine*. Brussels, Emergency Session, set. 24, 2014. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/dplc/dv/summary-of-findings_/summary-of-findings_en.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

SAHD, Fábio B. *Apartheid na Palestina: do debate internacional ao seu reconhecimento e julgamento*. Entrevista com o ex-relator especial designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, John Dugard. Plural, São Paulo, v. 29, n. 2, 2022a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/189693/189935>. Acesso em: 3 abr. 2024.

SAHD, Fábio B. *As violações impunes de direitos humanos e humanitários dos palestinos vivendo sob a ocupação israelense: possíveis interpretações*. Tese de doutorado, USP, 2017.

SAHD, Fábio B. O Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Questão do Apartheid na Palestina/Israel. Dourados, *Revista Videre*, v.14, n. 30, mai.–ago. 2022. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/175409/5.comite_elimizacao_formas_sahd.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

SAHD, Fábio B. *Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza*. Curitiba: Editora Graciosa, 2012.

SAID, Edward. *The Question of Palestine*. New York: Vintage Books, 1992.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: Fanon, F. *Os condenados da terra*. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

SAVE THE CHILDREN. *Children's mental health in Gaza pushed beyond breaking point after nearly a month of siege and bombardment*. Save The Children, Ramallah, 7 nov. 2023. Disponível em: <https://www.savethechildren.net/news/children-s-mental-health-gaza-pushed-beyond-breaking-point-after-nearly-month-siege-and%20>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SAVE THE CHILDREN. *Trapped: The impact of 15 years of blockade on the mental health of Gaza's children*. Save the Children, 2022. Disponível em: https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/gaza_blockade_mental_health_palestinian_children_2022.pdf/. Acesso em: 18 abr. 2024.

SEGAL, Raz. *A textbook case of genocide*. Jewish Currents, Oct. 13, 2023. Disponível em: <https://jewishcurrents.org/a-textbook-case-of-genocide>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SHAW, Martin. The Uses and Abuses of the Term 'Genocide' in Gaza. *New Lines Magazine*, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://newlinesmag.com/spotlight/the-uses-and-abuses-of-the-term-genocide-in-gaza/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SHEHADEH, Raja. By banning six Palestinian NGOs, Israel has entered a new era of impunity. *The Guardian*, Oct. 28, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/oct/28/ngo-israel-human-rights-al-haq-palestinians>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SHLAIM, Avi. *A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

SYBONI, Daniel. *Proche-Orient Psychanalyse d'un conflit*. Paris: Editions du Seuil, 2003

TILLEY, Virginia (ed). *Occupation, Colonialism, Apartheid? A re-assessment of Israel's practices in the occupied Palestinian territories under international law*. Cape Town: Middle East Project of the Democracy and Governance Programme & Human Sciences Research Council of South Africa, 2009.

UNITED NATIONS. Anatomy of a Genocide – Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territory occupied since 1967 to Human Rights Council – Advance unedited version. United Nations, Francesca Albanese. March 24, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4itDKLd>. Acesso em: 2 abr. 2024.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Report of the Special Committee to Investigate Israeli Practices Affecting the Human Rights of the Palestinian People and Other Arabs of the Occupied Territories*. September 29, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/49ysDwQ>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNITED NATIONS. *Office of the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). Occupied Palestinian Territory: Gaza Emergency Situation Report*. UN: September 4, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ORgLfL>. Acesso em: 18 abr. 2024.

UNITED NATIONS. Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967. United Nations, John Dugard. January 29, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/4g4OTkk>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNITED NATIONS. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Richard Falk. United Nations website: January, 2014b. Disponível em: <https://bit.ly/3ZMA7ZN>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNITED NATIONS. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. Michael Link. July 29, 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/4gsPtIs>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNITED NATIONS. *Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967*. United Nations, Francesca Albanese. June 9, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/49wy2V1>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNITED NATIONS. *Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*. United Nations. Office of the High Commissioner, s/d. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-palestine>. Acesso em: 2 abr. 2024.

YIFTACHEL, Oren. *Ethnocracy. Land and identity politics in Israel/Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

ZUREIK, Elia. *Israel's colonial project in Palestine*. Brutal Pursuit. London: Routledge, 2016.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



FEMINISMO DE VANGUARDA NO EGITO, ISLÃ E REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA LITERATURA

AVANT-GARDE FEMINISM IN EGYPT, ISLAM AND REPRESENTATION OF WOMEN IN LITERATURE

Maria Carolina Gonçalves¹

Vitória Perpétuo Bruno²

Beatriz Berto Milanez³

Resumo: Este artigo aborda o feminismo e suas especificidades no contexto do mundo árabe e dos países de maioria muçulmana, apresentando as pioneiras no Egito – como Aicha Taymur (1840-1902), Zaynab Fawwaz (1850-1914), Nabawiyya Mussa (1886-1951), Huda Chaarawi (1879-1947) e Malak Hifni Nassef (1886-1918), bem como nomes mais recentes, como Nawal El-Saadawi (1931-2021). São abordados os gêneros biográfico e autobiográfico, e também são mencionadas autoras como a libanesa Anbara Salam al-Khalidi (1898-1986) e a palestina Fadwa Tuqan (1917-2003). O artigo discute questões do feminismo em língua árabe e se volta à literatura árabe de autoria feminista e às representações das muçulmanas no Ocidente.

Palavras-chave: Islã; Feminismo árabe; Feministas pioneiras; Literatura árabe; Orientalismo.

Abstract: This article addresses feminism and its specificities in the context of the Arab and Islamic world and introduces pioneers in Egypt – such as Aisha Taymur (1840-1902), Zaynab Fawwaz (1850-1914), Nabawiyya Musa (1886-1951), Huda Sha'rawi (1879-1947), and Malak Hifni Nassef (1886-1918) – up to recent names such as Nawal El-Saadawi (1931-2021). The biographical and autobiographical genres are addressed and authors like Lebanese Anbara Salam al-Khalidi (1898-1986) and Palestinian Fadwa Tuqan (1917-2003) are also mentioned in this regard. The article discusses issues of feminism in Arabic and focuses on Arabic literature written by women and the representations of Muslim women in the West.

Keywords: Islam Arab feminism; Feminist pioneers; Arabic literature; Orientalism.

1. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (PPG-LETRA), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), bolsista CAPES. Sua pesquisa de Doutorado é voltada ao feminismo na literatura egípcia do século XX, sobretudo as duas últimas décadas. E-mail: maria2.goncalves@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6773811044382936>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4817-4360>.

2. Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em História Econômica (PPG-HE), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP). Suas pesquisas são voltadas para o movimento anticolonial nacionalista egípcio, com ênfase nas relações de gênero no mundo árabe. E-mail: vitoriapbruno@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3599954891689182>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8199-9698>.

3. Jornalista graduada pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Possui experiência na área dos Direitos Humanos, causas sociais e cultura. E-mail: beatriz.milanez@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7143557990848820>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5603-1177>.

Introdução

Abordar o desenvolvimento do pensamento feminista nos países de maioria muçulmana enquanto pesquisadoras no Brasil envolve dialogar com ideias fortemente consolidadas na mentalidade ocidental sobre o que é o mundo muçulmano e, principalmente, quem são suas mulheres. Para o professor de Religião e Culturas Indo-Muçulmanas e Islâmicas de Harvard Ali Sultaan Asani, muitas pessoas, por total desconhecimento, não compreendem e nem apreciam a diversidade e as nuances dos fenômenos, muitas vezes agrupando-os sob um único rótulo (Ali Sultaan Asani, 2009: 3). Tal deturpação da diversidade sociocultural, especialmente do “mundo oriental”⁴, não é desvinculada do eurocentrismo da Idade Moderna, como apontado por Edward Said (2007) em “Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente”.

No caso do Islã, a construção da relação de alteridade, fruto do colonialismo, foi bem sucedida em fixar na mentalidade europeia estereótipos que repercutem nas diversas esferas do pensamento. Quando somados à misoginia de sociedades patriarcais, os estereótipos orientalistas sobre o imaginário feminino foram responsáveis por subjugar a mulher muçulmana a uma dupla dominação imagética. Das representações da mulher árabe, há um movimento que ora associa esse grupo à sensualidade, promiscuidade e excentricidade; ora associa à opressão da religião islâmica, que teria em seus homens a representação da selvageria e da barbárie.

Ambas as representações correspondem às narrativas construídas sobre os processos históricos, seus agentes, organizações e pensamentos, que centralizam a agência masculina e reproduzem a noção de ausência de uma voz feminina. Tendo em vista que tal interpretação silencia a trajetória de mulheres e sua presença nos cenários políticos e literários árabes, o presente artigo propõe destacar algumas mulheres escritoras e suas produções a partir do século XX.

Apresentando as precursoras do feminismo árabe, com foco no Egito, há a intenção de evidenciar suas interpretações de mundo a partir de seus trabalhos, que associam as demandas e denúncias de uma sociedade patriarcal com os abusos cometidos pelo poder colonial. Entende-se que os trabalhos de Nabawiyya Mussa e Huda Chaarawi, analisados neste artigo, não só dizem respeito às reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, mas também evidenciam a fluidez das ideias na sociedade egípcia e a coexistência de demandas nacionalistas, fundamentalistas islâmicas e feministas no campo sócio-político.

Além dessas pioneiras, o artigo trata também de nomes mais recentes e das inserções do feminismo na literatura em língua árabe ao longo do século XX. O artigo aborda ainda a forma como as escritoras árabes são representadas na literatura traduzida e divulgada

4. Entende-se por “mundo oriental” toda a diversidade sociocultural e geográfica que compartilha um passado colonial de exploração econômica, sociocultural e de imaginário por parte dos povos europeus.

em outros países e também na mídia ocidental, evidenciando a manutenção do pensamento orientalista e a importância do revisionismo histórico, que busca incluir as produções de mulheres nos debates históricos e literários.

Literatura árabe de autoria feminina e a escrita (auto)biográfica

O aumento da visibilidade das mulheres no cenário literário árabe, em especial no Egito, e a ascensão do feminismo árabe-islâmico se relacionam com as mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas da transição do século XIX para o século XX. Como apontado por Marilyn Booth:

A década de 1890 foi um período de enorme crescimento na publicação de livros e periódicos, facilitando práticas emergentes de autoescrita. Duas décadas depois, um novo cenário social assistiu ao aparecimento do feminismo organizado no Egito, após trinta anos de debate enérgico, embora desigual, sobre a mudança de concepções normativas da intersecção apropriada entre o status de gênero, a sociedade e a economia nacionais e a classe. As linhas de escrita autobiográfica, frequentemente tênues, anexadas às assinaturas femininas emergiam à medida em que os discursos feministas surgiam entre os intelectuais sírios, egípcios e otomanos e as mulheres árabes se tornavam conhecidas como autoras e ativistas (Marilyn Booth, 2013: 36. Tradução nossa).

As condições materiais das duas primeiras décadas do século XX favoreceram a difusão do pensamento e a atuação de mulheres no cenário público por meio da imprensa moderna. Contudo, antes de se dedicarem à publicação de outros gêneros textuais, a tradução de obras estrangeiras e a escrita biográfica compuseram o principal campo de atuação das autoras que produziram suas obras entre os anos de 1890 e 1920.

Segundo Booth (2013), Aicha Taymur (1840-1902), reconhecida como uma das representantes do movimento de tradução de romances ocidentais, expandiu sua produção para a elaboração de poemas, cujo tema principal era a invisibilidade intelectual das mulheres:

Taymur se correspondeu com outras mulheres intelectuais e elogiou seus livros impressos, ligando suas próprias realizações a outras, como em um poema célebre. Composto convencionalmente como uma ode monorríma, o poema é carregado com uma retórica duplamente significativa, impossível de ser traduzida, mas cujo fio condutor é uma proclamação das habilidades das mulheres da elite e da persistência em atividades intelectuais, apesar de sua invisibilidade formal. Taymur explora os tropos do uso do véu e do sequestro baseado no gênero (que são ambos transmitidos pela palavra árabe *hijab*) para afirmar a preeminência das mulheres e a sua visibilidade intelectual (Booth, 2013: 47. Tradução nossa).

Por mais que Aicha Taymur se inserisse em um contexto de ampliação da intelectualidade nativa, a produção intelectual ainda era predominantemente masculina (Booth, 2013: 39). É nesse sentido que os esforços da egípcia em legitimar a produção e identidade de escritoras femininas no final do século XIX, através de seus poemas e retórica,

extrapolaram as expectativas de gênero de sua época ao posicionar a mulher enquanto sujeito do discurso (Booth, 2013: 47).

Na transição para o século XX, entre as diversas formas de participação na vida política e intelectual, houve uma intensa movimentação de mulheres que assumiram papéis na imprensa árabe como escritoras e editoras de livros e artigos cuja temática era a trajetória de suas conterrâneas. Mais que participar do debate público com suas produções, essas mulheres foram responsáveis por criar veículos de divulgação de seus trabalhos e ideias. Utilizando a tecnologia da imprensa e aproveitando a efervescência do pensamento contestatório, seja de caráter religioso ou nacionalista, grupos de mulheres de classe média egípcias ou sírio-libanesas residentes no Egito fundaram periódicos femininos, como o *Al-Farida* e *Al-Fatat* (Hoda Elsadda in Radwa Ashour; Ferial J. Ghazoul; Hasna Reda-Mekdashi, 2007: 112). Entre os materiais publicados, percebemos a adesão dessas autoras ao gênero da biografia, sendo registradas a produção e a divulgação de quatro compêndios de biografias de mulheres no Egito no ano de 1910 (Marilyn Booth, 1995: 121).

Entre as representantes desse movimento de resgate de figuras femininas dentro da tradição literária biográfica, Marilyn Booth (1995) destaca o pioneirismo de Zaynab Fawwaz (1850–1914), libanesa residente no Egito. A autora identifica uma relação entre a tradição islâmica, que centraliza seus preceitos e história em torno de figuras masculinas, e a predileção das autoras do início do século XX no Egito pelas biografias e, posteriormente, autobiografias:

Esse gênero surgiu no século II A.H. porque a preservação avaliativa das histórias de vida era crucial para determinar a confiabilidade das fontes da *sunna* (palavras e práticas do profeta *Muhammad*, uma fonte da prática islâmica perdendo apenas para o Alcorão), começando com os Companheiros (*sahaba*), aqueles parentes e associados de *Muhammad* que foram os primeiros transmissores de hadith (Tradições, que constituíam a *sunna*). (Booth, 1995: 124. Tradução nossa).

Booth, em *Locating Women's Autobiographical Writing in Colonial Egypt* (Booth, 2013: 42), acrescenta que, ainda que autoras como Zaynab Fawwaz aderissem ao gênero da biografia, amplamente conhecido por apresentar figuras exemplares, não havia reconhecimento de seu trabalho por intelectuais homens. Tal situação, na interpretação de Booth, é derivada da crítica à interferência das autoras, como é o caso de Zaynab Fawwaz, no conteúdo do texto e da associação da temática – a vida de mulheres exemplares – com a prática conhecida como “fofoca”:

Além de se ligar aos sujeitos, Fawwaz inclui alguns conhecidos entre os seus temas e, assim, oferece vislumbres de si mesma como observadora e comentadora dessas vidas, notando que se baseou em histórias de informação oral que circulavam entre mulheres que conhecia. Isso leva Fawwaz ao domínio daquilo que é frequentemente denominado “conversa de mulheres” ou “fofoca”, que se torna uma fonte valiosa, pressupondo as redes de mulheres como canais confiáveis. O discurso das mulheres (muitas vezes menosprezado pelos escritores reformistas da época como uma perda de tempo ou algo pior) entra, assim, na “alta literatura” da biografia exemplar (Booth, 2013: 42. Tradução nossa).

A constituição de uma rede de comunicação oral de mulheres, mais que um meio de obter informações para a escrita das biografias de figuras femininas, serviu como forma de socialização de mulheres, uma vez que se inseriam em sociedades patriarcais e em contextos coloniais. Logo, a atribuição do termo “fofoca” não é desprovida de intencionalidade, e reproduz a lógica da inferiorização desse gênero textual e da escrita feminina.

O resgate da trajetória de figuras femininas com a adição de comentários de autoria da escritora, a exemplo do que fez Zaynab Fawwaz, contribuiu para a formação de um novo discurso a partir de biografias. A incorporação de mulheres nesse gênero questionou a exclusividade masculina histórica ao mesmo tempo em que buscou construir um novo referencial de comportamentos, entendidos como exemplares, para as mulheres leitoras:

Mas as biografias na imprensa feminina pressupõem e constroem uma leitora feminina ativa. Além disso, assumem um contexto compartilhado no qual a leitura tem o poder de mudar o sujeito que lê. A construção textual de um público leitor, aliada a um público-alvo de meninas em idade escolar, entre outros, fortalece a noção de que as biografias na imprensa feminina eram uma espécie de literatura de conduta, ao mesmo tempo exemplar e didática, que funcionava “apropriando-se de prescrições positivas em vez de imobilizar proibições”. A narrativa foi moldada por essas considerações de audiência (Booth, 1995: 140. Tradução nossa).

Portanto, a importância de produções biográficas no início do século XX no Egito está pautada pelo pioneirismo de autoras que procuraram escrever sobre mulheres para um público que não se limitava ao feminino, contribuindo, assim, para a visibilidade dessas personalidades.

Além das biografias, também são dignas de nota as autobiografias nas literaturas árabes do século XX. Um nome de destaque nesse sentido é o da egípcia Nabawiyya Mussa (1886–1951)⁵. Em sua obra autobiográfica “Minha história pela minha caneta” (*Tarīkhī bi-qalamī*), de 1937, registrou sua trajetória pessoal, seus pensamentos sobre a dominação estrangeira e de gênero, além de indicar seu envolvimento na luta anticolonial e seu compromisso com a educação feminina.

Na visão de Nabawiyya Mussa, a restrição à educação das mulheres não era um problema isolado, mas sim parte das limitações que um regime colonial impunha à sociedade. Quando se tratava das mulheres, contudo, tais situações eram agravadas pela condição do gênero (Nabawiyya Mussa, 1999: 21).

A autora foi uma das primeiras mulheres a obter o diploma de bacharelado em uma sociedade que restringia o acesso de meninas à educação. Em sua autobiografia, Nabawiyya Mussa afirma como sua conquista se tornou fator de curiosidade, situação essa que se

5. As obras autobiográficas “Minha história pela minha caneta” (*Tarīkhī bi-qalamī*), de Nabawiyya Mussa, e “Memórias de Huda Chaarawi” (*Mudhakkirāt Hudá Sha’rāwī*), de Huda Chaarawi, são objetos de estudo do Doutorado de Vitória Perpétuo Bruno, em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica na Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa aborda a construção da narrativa nacionalista egípcia nas autobiografias das duas autoras, em diálogo com o discurso anticolonial e feminista do início do século XX.

intensificou ao se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora de escola no Egito. Esse fato atraiu a atenção das pessoas da comunidade, que buscavam conhecê-la, e motivou a matrícula de novas alunas (Mussa, 1999: 198)

Ainda em sua obra autobiográfica, Nabawiyya Mussa identifica outra situação de desigualdade de gênero durante sua atuação enquanto professora - a desigualdade salarial: “Eu fui nomeada professora na Escola *Abbas Al-Amiriya* por seis libras, enquanto o salário dos professores graduados do sexo masculino era de doze libras por mês” (Mussa, 1999: 112. Tradução nossa).

Além de denunciar a diferença entre os salários de professores e professoras, a egípcia aborda a questão do valor da mulher no Egito a partir das propostas de casamento. Assumindo uma postura de objeção ao casamento, a autora expõe sua indignação quanto à convenção social da reclusão feminina a partir do casamento. Para Nabawiyya Mussa, a precificação do corpo da mulher – representada pelo dote – e a desigualdade salarial e de prestígio desta em comparação com o homem seriam alguns dos grandes desafios que deveriam ser superados, visando ao rompimento com as relações de poder e de gênero.

As obras abordadas nos parágrafos anteriores são de autoria de escritoras egípcias ou residentes no Egito. Em outros países, como o Líbano, outras autoras também se dedicaram à escrita autobiográfica. É o caso de Anbara Salam al-Khalidi (1898-1986), que publicou, além de diversos artigos nos quais defendia a emancipação das mulheres, sua autobiografia sob o título “Uma viagem pelas memórias entre o Líbano e a Palestina” (*Jawla fi-l-dhikrayat bayn Lubnan wa Filistin*) em 1978. Além dos capítulos nos quais relata suas viagens e os episódios de sua vida pessoal, envolvendo temas como a infância, as relações familiares e o casamento, a autora trata também dos acontecimentos de sua época, como guerras e movimentos políticos no Líbano.

A autobiografia de Anbara Salam al-Khalidi traz ainda uma análise sobre o movimento feminista da época e as associações de mulheres. A autora elenca algumas pioneiras do feminismo, às quais dedica diversas páginas de sua obra, abordando as trajetórias dessas mulheres, seus feitos, suas publicações e sua relação pessoal com cada uma delas. Alguns nomes mencionados são Julia Tu’ma Dimichqiyya, que considera sua “professora e amiga”, Salma Sayigh (1889-1953), Ibtihaj Qaddura (1893-1967), Huda Chaarawi (1879-1947), ‘Adila Bayhum al-Jaza’iri (1900-1975) e Fatima al-Yashruti (1891-1978) (Anbara Salam Al-Khalidi, 1978: 155-161). Trata também das gerações mais recentes e da importância das pioneiras que as antecederam (Al-Khalidi, 1978: 161-164). A autora lista ainda as diferentes formas de organizações de mulheres de seu tempo e ressalta seu pioneirismo ao se unirem em associações que incluíam membros de todos os países árabes. “*Dessa forma, as mulheres árabes precederam seus países, que fundaram depois disso a Liga Árabe*” (Al-Khalidi, 1978: 150. Tradução nossa).

■ artigo

Na Palestina, a poeta Fadwa Tuqan (1917-2003) escreveu, além de diversas coleções de poemas, sua autobiografia, dividida em duas partes: “Jornada montanhosa, jornada difícil” (*Riḥlah jabalīyah, riḥlah ṣa‘bah*), de 1985, e “A jornada mais difícil” (*Al-riḥlah al-aṣ‘ab*), de 1993. Na autobiografia, sobretudo na primeira parte, a poeta relembra episódios que marcaram sua infância, como o dia em que foi proibida pela família de frequentar a escola, e critica o ambiente na casa familiar, que compara a uma prisão.

Nesta casa, entre seus muros altos que ocultam de todo o mundo externo as mulheres oprimidas do “harém”, foram-se a minha infância, adolescência e uma parte considerável da minha juventude.

Quanto à atmosfera familiar, é o homem que domina, como em toda casa. A mulher deve esquecer que a palavra “não” existe na língua exceto quando proclama que “não há deus senão Deus” nas suas abluções e orações. Quanto ao “sim”, é a palavra repetida como papagaio para ela desde que está sendo amamentada para que se torne posteriormente uma palavra grudada feito cola nos seus lábios por toda a sua vida (Fadwa Tuqan, 1985: 40. Tradução nossa).

Fadwa Tuqan relata os desafios enfrentados em sua trajetória literária, o uso de pseudônimos como Dananir (em referência a uma renomada poeta da literatura árabe antiga) no início de sua produção poética e as dificuldades para se estabelecer enquanto escritora. Menciona também a importância de outra poeta de seu tempo, a iraquiana Nazik al-Mala’ika (1923–2007), pioneira do verso livre árabe.

Atualmente, Fadwa Tuqan é considerada um dos principais nomes da poesia palestina. Em seus poemas, a inserção dos temas relacionados ao nacionalismo e à libertação palestina está estreitamente ligada a sua própria libertação pessoal⁶. A poeta relata ter saído do “harém” na primeira metade dos anos 1950. Afirma ainda que, no período em questão, a “queda” da Palestina, em referência à Nakba, ocorrida em 1948, coincidiu com a retirada do *hijab* do rosto das mulheres de Nablus, as quais já haviam lutado nos anos anteriores contra o uso do manto preto (Tuqan, 1985: 138).

Sendo assim, autobiografias de escritoras como a egípcia Nabawiyya Mussa, a libanesa Anbara Salam al-Khalidi e a palestina Fadwa Tuqan não se concentram apenas em suas vidas pessoais, mas se voltam também a questões políticas e sociais de seu tempo e aos acontecimentos em curso. As três autobiografias ressaltam o protagonismo das mulheres na história, na literatura e no movimento feminista.

Vozes pioneiras no Egito

Abrindo caminho para outras escritoras e ativistas no cenário egípcio, autoras como Aicha Taymur e Zaynab Fawwaz foram sucedidas por uma geração de mulheres que, por meio

6. Uma análise mais aprofundada sobre a poética de Fadwa Tuqan está disponível na dissertação de Mestrado defendida por Maria Carolina Gonçalves (2022) pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução (PPG-LETRA) da USP.

de seus textos e práxis, pensavam o papel feminino na luta anticolonial, representando o Egito ao discutir, simultaneamente, a influência das mulheres ocidentais e da religião islâmica na sociedade⁷. Deve-se levar em consideração que a coexistência de ideias no cenário sociopolítico egípcio representa a complexidade de uma sociedade que, no fervor de sua vida intelectual, apresentava as articulações femininas frente à presença estrangeira, a ascensão do nacionalismo e o fortalecimento do fundamentalismo religioso. Dessa forma, além de denunciar as opressões de sua sociedade, essas mulheres disputavam o debate público.

Para a historiografia tradicional, centralizada em personalidades masculinas e seus feitos, o início do feminismo árabe é atribuído ao movimento político nacionalista e concentra na figura de um homem o mito do pioneirismo: Qasim Amin (1863-1908), ativista político no movimento anticolonial egípcio e escritor da obra “A libertação da mulher” (*Tahrīr al-mar’ah*), de 1899. Por mais que Qasim Amin promovesse a associação entre o ideal de emancipação nacional e a libertação das mulheres, e por conta disso tenha ficado conhecido como defensor da liberdade feminina, seu pensamento não propôs um rompimento das relações de poder pautadas pela desigualdade de gênero. Ao contrário, o autor reforçou as expectativas de gênero ao atribuir três responsabilidades às mulheres: “a primeira para si mesma, a segunda para sua família e a terceira para a sociedade à qual ela pertence” (Muhammad Najeeb Pi, 2015: 40. Tradução nossa).

Percebe-se que a disputa narrativa não se restringiu ao início do século XX e que a reprodução do discurso hegemônico masculino foi bem sucedida, ao passo que o pioneirismo do movimento feminista foi atribuído até anos recentes a um homem intelectual nacionalista, enquanto a atuação de suas contemporâneas foi pouco conhecida e difundida.

Entre as pioneiras egípcias, destaca-se Nabawiyya Mussa, mencionada no tópico anterior; uma das escritoras ativas no movimento intelectual feminista da primeira metade do século XX no Egito, tendo publicado nos jornais *Al-Farida* e *Al-Fatat* (Elsadda in Ashour; Ghazoul; Reda-Mekdashy, 2007: 112).

Contemporânea de Nabawiyya Mussa, Huda Chaarawi (1879-1947) é conhecida como a autora de maior repercussão do início do século XX no Egito. Representando o movimento intelectual e de libertação nacional, Huda Chaarawi simbolizou a reivindicação das mulheres da elite egípcia pela participação nos espaços públicos, tanto pelo meio institucional⁸ quanto

7. Maria Carolina Gonçalves e Vitória Perpétuo Bruno, autoras do presente artigo, ofereceram um curso sobre a temática do feminismo e do Islã com foco em escritoras do Egito no segundo semestre de 2023, parte do evento III Diálogos sobre História – Ciclo de minicursos Online da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Cf. “A mulher e o islã: o feminismo das pioneiras até a atualidade”. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PlyK3iH-7-jB_5DdogW_dBxFuZ6Csal6sG. Acesso em: 24 maio 2024.

8. Huda Chaarawi foi responsável pela fundação da Associação Intelectual das Mulheres Egípcias, em 1914, do Comitê Central das Mulheres do partido político *Hizb al-Wafd*, em 1919, e da União Feminista Egípcia, em 1923. Devido à sua influência no cenário árabe, Huda Chaarawi foi eleita presidente da União Feminista Árabe em 1944, no momento de sua formação. (Ahmed, 1992: 172-178).

pela divulgação de seus ideais a partir da publicação nos periódicos femininos da época, como o *L'Egyptienne* ou *Al-Misriyya* (Rula B. Quawas, 2006: 221; Margot Badran, 1988: 13), e a publicação das “Memórias de Huda Chaarawi” (*Mudhakkirāt Hudá Sha’rāwī*), de 1981.

Leila Ahmed, em *Women and Gender in Islam: Historical roots of a modern debate* (Leila Ahmed, 1992: 172), expõe a atuação de Huda Chaarawi para além das organizações fundadas sob seu comando, indicando outras formas de ativismo feminista que surgiram no Egito nas duas primeiras décadas do século XX: a Sociedade do Renascimento da Mulher Egípcia, a Sociedade das Mães do Futuro e a Sociedade da Nova Mulher, todas fundadas por volta dos anos 1920 (Ahmed, 1992: 172). Além das reuniões e organizações voltadas às mulheres, a pauta da rede de apoio também era uma das bandeiras defendidas pelas feministas árabes, tendo em vista que “estabeleceram dispensários, creches e associações de caridade para mulheres, muitas vezes também servindo meninos e homens” (Ahmed, 1992: 173. Tradução nossa).

A capacidade de articulação de Huda Chaarawi e sua organização política fizeram com que o movimento de mulheres no Egito assumisse espaço no debate público e ocupasse esferas da sociedade civil.

Como representante das classes mais altas da sociedade egípcia e tendo se vinculado politicamente ao partido nacionalista *Wafd*, Huda Chaarawi manteve um ativismo político paralelo à atuação das feministas ocidentais. A egípcia se associou às mulheres ocidentais – em especial francesas, como o caso de Eugénie Le Brun, a Madame Rushdi – a partir de suas visitas aos salões literários femininos europeus.

Em um de seus relatos sobre um encontro no salão literário promovido por Eugénie Le Brun – conhecida como Madame Rushdi –, a egípcia aponta a discussão sobre o uso do véu e a crítica realizada pela francesa em relação à vestimenta islâmica:

Apesar da minha admiração pela vestimenta egípcia e pela magnificência e beleza que o *hijab* traz às mulheres, ao mesmo tempo sinto muito, porque impede a mulher de progredir e a priva de desfrutar por completo da educação e dos exercícios físicos, e por isso ela se expõe à obesidade. Além disso, nos círculos ocidentais, muitas pessoas pensam que o *hijab* é uma ferramenta para encobrir o que está escondido por baixo e, portanto, muitos turistas regressam ao seu país com uma ideia errada (Huda Chaarawi, 2013: 65. Tradução nossa).

É possível perceber diálogos entre o pensamento de Huda Chaarawi e as correntes do feminismo europeu. Em primeiro lugar, é evidente o papel dos encontros nos salões literários europeus e das palestras de figuras femininas europeias na fundação da Associação Intelectual das Mulheres Egípcias, como a própria autora afirma em suas memórias. Em segundo lugar, há uma semelhança entre as pautas defendidas pela egípcia e a história da luta feminista na Europa, como, por exemplo, a defesa da educação de mulheres e do sufrágio feminino. O envolvimento de Huda Chaarawi na defesa do “desvelamento”, portanto,

pode ser relacionado com sua proximidade com a cultura ocidental e suas reflexões sobre a libertação das mulheres egípcias, como abordado em suas memórias (Chaarawi, 2013).

Apresentando um discurso alternativo ao de Huda Chaarawi, Malak Hifni Nassef (1886-1918) procurou articular as demandas das mulheres com o discurso nativo e islâmico (Ahmed, 1992: 174) em suas publicações no jornal *Al-Jarida*. Entre suas críticas ao processo de ocidentalização que estava ocorrendo no Egito, Malak Hifni Nassef argumentou que a defesa da retirada do véu representava uma preocupação com a moda, não estando associada ao desejo de liberdade feminina (Ahmed, 1992: 180). Para a autora, o uso do véu não seria uma ordem divina ou uma questão de modéstia, mas sim uma imposição dos homens sobre os corpos femininos. Segundo Malak Hifni Nassef, o debate do véu deveria reivindicar a agência feminina frente à misoginia que pretendia determinar as atitudes, as posturas e os costumes das mulheres, tendo a adoção dos padrões ocidentais como ponto de partida:

Vocês [homens] devem dar às mulheres uma verdadeira educação e elevá-las profundamente, corrigir como as pessoas são educadas e melhorar seu caráter moral, de modo que a nação como um todo seja bem-educada. Deixe para ela escolher o que é mais vantajoso para ela e para a nação (Malak Hifni Nassef *apud* Ahmed, 1992: 180-181. Tradução nossa).

É de se questionar, ainda que não cause surpresa, o motivo pelo qual Malak Hifni Nassef é constantemente silenciada pela historiografia. Mesmo no discurso das feministas muçulmanas contemporâneas, que procuram resgatar o ativismo feminino nos debates públicos, quase não se encontram referências a suas pautas, pensamentos e publicações. Entretanto, é evidente que seu discurso é incômodo, direto e escancara a misoginia na sociedade egípcia:

Que caminho devemos seguir, que grupo seguir? A maioria de nós, mulheres, continuamos oprimidas pela injustiça do homem, que, em seu despotismo, nos comanda e nos proíbe, de forma que agora não podemos ter opinião nem sobre nós mesmas... Se ele nos manda velar, nós nos velamos; e se ele agora exige que nos desvelemos, nós nos revelamos, e se ele quer que sejamos educadas, somos educadas. Ele é bem-intencionado em tudo o que nos pede e em nosso nome, ou nos deseja mal? Não há dúvida de que ele errou gravemente contra nós... em decretar nossos direitos no passado, e sem dúvida ele erra gravemente... ao decretar nossos direitos agora (Nassef *apud* Ahmed, 1992: 181. Tradução nossa).

Como apontado por Ahmed, mesmo com uma retórica relacionada às demandas das classes média e alta, praticamente todas as feministas sofreram privações e penalidades na sociedade, independentemente das tensões sobre seus posicionamentos. De Malak Hifni Nassef a Huda Chaarawi, os sentimentos de não pertencimento, isolamento psicológico, exclusão, exílio interno e colapso mental foram compartilhados pelas mulheres que transgrediram a conduta feminina e as expectativas de gênero de sua época, sendo necessário recorrer a uma rede de apoio de mulheres que sustentava não só financeira e intelectual-mente, mas também física e emocionalmente as mulheres envolvidas no movimento feminista (Ahmed, 1992: 187-188).

Feminino, feminista

Ao se discutirem os feminismos presentes nos países árabes, as complexidades começam pelo próprio termo “feminismo” em língua árabe. Em dicionários bilíngues, os termos *niswiyya* e *nisā’iyya* podem ser encontrados como sinônimos, referindo-se tanto ao feminismo quanto àquilo que é feminino, que pertence às mulheres de modo geral.

Foi a partir da década de 1990 que o termo *niswiyya* se consolidou em árabe em referência ao feminismo, substituindo o termo tradicionalmente empregado, *nisā’iyya* (Margot Badran e Miriam Cooke, 2004: XVIII). Embora essa escolha não seja definitiva, uma vez que ainda existe alguma ambiguidade entre essas palavras e o uso dos termos mais adequados para tratar do feminismo em língua árabe continua sendo discutido até hoje, havendo, inclusive, o uso de transliterações do inglês para o árabe, a opção declarada pelo termo *niswiyya* a partir daquela década indica que o tema era foco de debate nos países árabes.

Foi também na década de 1990 que a expressão “feminismo islâmico” foi consolidada nos países árabes (Badran e Cooke, 2004: XVIII). Com base em textos religiosos, principalmente o Alcorão, esse discurso reivindicava igualdade de gênero e justiça social. Badran e Cooke ressaltam que o discurso da corrente do feminismo islâmico dos anos 1990 não entrou em conflito com o feminismo secular, mas sim estabeleceu um diálogo.

Ainda de acordo com as autoras (Badran e Cooke, 2004: XVIII), escritoras árabes desse período passaram a discutir abertamente questões feministas após certa resistência a esses debates nas décadas anteriores. Um exemplo é Latifa al-Zayyat (1923-1996), que reflete sobre sua identidade enquanto mulher, egípcia e escritora:

Quanto às minhas obras criativas, estas carregam minha marca enquanto mulher e enquanto este produto histórico e social de uma sociedade específica num determinado período de sua evolução, e carregam minha marca enquanto esta mulher individual que eu sou [...]

Nossos escritos criativos, dessa forma, são diferentes dos escritos do homem que pertence à mesma sociedade à qual eu pertenço. Podem ser equivalentes, superiores ou inferiores artisticamente, mas em todos os casos são diferentes. Então por que foi difícil para nós reconhecer essa diferença? E por que me oponho e me oponho a qualquer tentativa de descrever minhas obras criativas como literatura feminina ou feminista? (Latifa Al-Zayyat, 1996: 18. Tradução nossa).

Assim como outras escritoras árabes, Latifa al-Zayyat relata que evitou que sua produção fosse relacionada a seu gênero devido às conotações negativas envolvendo a escrita de autoria feminina nos círculos literários árabes. Segundo Hoda Elsadda (2012: 152), foram atribuídas ideias negativas à palavra *niswiyya* ou “feminista” em árabe, como mulheres “masculinizadas”, “traidoras”, “agentes do Ocidente” e que “odeiam os homens”; e à palavra *nisā’iyya* ou “feminina”, que foi usada para sugerir uma forma “menor” de literatura em oposição a padrões literários considerados universais. Essa percepção

explicaria, segundo a autora, o motivo por que as escritoras rejeitaram durante décadas os termos mencionados.

Nos círculos literários egípcios, Hoda Elsadda (2012: 145-146, 153) aponta ainda expressões que foram usadas de forma pejorativa em referência às escritas de autoria feminina das gerações mais jovens, sobretudo a partir dos anos 1990, como “meninas”, “escrita de meninas” e “escrita do corpo”, expressões que circularam amplamente na mídia e em revistas literárias.

Diante dessas críticas, não é estranho o fato de que algumas escritoras árabes tenham recusado a classificação de seu posicionamento e de sua escrita como feministas. Essa rejeição também está relacionada à forma como essas escritoras são apresentadas, traduzidas, estudadas e divulgadas em outros países, muitas vezes ressaltando ideias pré-concebidas sobre sua escrita enquanto mulheres do mundo árabe e dos países de maioria muçulmana.

Recepção da literatura árabe de autoria feminina

Sobre a publicação da literatura árabe escrita por mulheres e traduzida no Ocidente, Amal Amireh (1996: s.p.) defende que a recepção desses livros tem sido marcada historicamente pelas concepções estabelecidas previamente sobre o mundo árabe e o Islã. A divulgação desses textos com frequência destaca temas e estereótipos que não são centrais nas obras, mas que têm o potencial de despertar a atenção do público leitor, como o véu, o “harém” e outros elementos relacionados à mulher muçulmana.

Um exemplo significativo é o da egípcia Nawal El-Saadawi (1931-2021), considerada hoje uma das principais e mais destacadas escritoras árabes feministas⁹. A autora publicou contos, romances, artigos, ensaios e memórias e tratou de temas como sexualidade, opressão e psicologia envolvendo as mulheres árabes. Devido a seus posicionamentos, chegou a ser presa, em 1981, durante o governo de Anwar al-Sadat, junto de outras intelectuais egípcias, e foi ameaçada por grupos fundamentalistas islâmicos (Lisa Suhair Majaj, Paula W. Sunderman e Therese Saliba, 2002: 33). De modo geral, a recepção de sua obra nos países árabes motivou debates, mas também polêmicas.

Ao tratar dessas polêmicas, é importante levar em consideração a forma como a obra de Nawal El-Saadawi foi traduzida e divulgada em outros países até recentemente, com frequência ressaltando estereótipos relacionados ao Islã. Um exemplo é a obra “O rosto nu da mulher árabe” (*Al-wajh al-‘ārī lilmarʾat al-‘arabiyya*), de 1977. A tradução do título para o inglês, *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*, não corresponde literalmente ao título em árabe. Apesar de Eva ser uma figura mencionada por Nawal El-Saadawi no

9. Uma pesquisa de Doutorado sobre escritoras recentes do feminismo egípcio, incluindo Nawal El-Saadawi, está sendo desenvolvida por Maria Carolina Gonçalves pelo PPG-LETRA da USP.

livro em questão, a autora trata também de outras figuras femininas na história e nas mitologias, como Ísis, uma das divindades do Antigo Egito. Assim, defendemos que não se justifica, em termos de tradução literária, o destaque à imagem de Eva no título.

Além disso, nota-se que capítulos inteiros foram excluídos ou modificados na tradução para o inglês, alterando significativamente o conteúdo da obra original. Quanto à capa, na edição de 2007 da editora Zed Books (Nawal El-Saadawi, 2007), é possível observar o destaque dado à imagem da mulher muçulmana com o véu, revelando apenas os olhos, uma questão que não é central na obra. As capas das edições em árabe, por outro lado, trazem ilustrações de mulheres que não têm características que as identifiquem como muçulmanas, ou ainda uma foto da própria autora.

O mais relevante sobre essa tradução para o inglês (a primeira edição foi publicada em 1980) é que ela foi base para outras, como a tradução para o português publicada no Brasil (Nawal El-Saadawi, 2002), que traduz o título do inglês, e não do árabe: “A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe”. Essa edição também segue a tradução para o inglês no que diz respeito à capa, mantendo uma proposta que destaca a mulher muçulmana com o véu cobrindo todo o rosto, com exceção dos olhos.

Esse é apenas um exemplo entre tantas obras árabes de autoria feminina que passaram por alterações significativas nas traduções e foram divulgadas de forma a destacar estereótipos atribuídos ao Islã e ao mundo árabe de modo geral. Essa divulgação influencia em grande medida a recepção desses livros e suas autoras.

A representação da mulher muçulmana na mídia ocidental

Além dos exemplos que podem ser apontados na área da literatura, conforme discutido no tópico anterior, destaca-se também a representação das mulheres pela mídia. Veículos de mídia ocidentais com frequência divulgam mulheres do contexto islâmico sob uma ótica orientalista, ressaltando estereótipos e expectativas do Ocidente sobre a mulher muçulmana.

Um exemplo é a imagem da afegã Bibi Aicha, que ilustra a capa de uma edição da revista estadunidense *Time*, de 2010¹⁰. Na imagem, da fotógrafa sul-africana Jodi Bieber, Bibi Aicha aparece, para além do véu, o que traz a simbologia de sua religião, com o nariz decepado após ato de violência praticado pelo marido.

Lila Abu-Lughod, em seu livro *Do Muslim Women Need Saving?* (Lila Abu-Lughod, 2013), analisa a construção da narrativa feita a partir da capa dessa revista e, ao fazê-lo, afirma que a justaposição da fotografia e a manchete – “O que acontece se deixarmos o Afeganistão?” – sugere que as mulheres muçulmanas sempre seriam vistas como vítimas

10. A imagem pode ser visualizada em: BAKER, Aryn. *Afghan Women and the Return of the Taliban*. 2010. Disponível em: <https://time.com/6258565/afghan-women-taliban-return-time-cover-2010/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

(Abu-Lughod, 2013: 27). A fotografia feita por Jodi Bieber reforçaria, então, a ideia ocidental de que mulheres que se encontram em contextos de diferentes culturas e religiões precisariam ser salvas da opressão.

Dessa forma, é perceptível o papel da fotografia para construir e reforçar a imagem de vítimas das mulheres muçulmanas e, por conseguinte, a imagem do Ocidente como seu salvador. Nesse sentido, em “Sobre Fotografia”, Susan Sontag (2004) já apontava para a forma como o fotógrafo, ou quem está em uma “outra realidade”, projeta no outro um valor de inferioridade: “a miséria social inspirou, nos bem situados, a ânsia de tirar fotos, a mais delicada de todas as atividades predatórias, a fim de documentar uma realidade oculta, ou antes, uma realidade oculta para eles” (Sontag, 2004: 69).

Nessa mesma perspectiva, Abu-Lughod subdivide o mundo entre cultura ocidental e cultura oriental, recriando e reforçando uma “geografia imaginativa”, sendo que, nesse cenário, a mídia ocidental assume o papel de agente reforçador da noção de que as mulheres muçulmanas “se arrastam silenciosamente envoltas em véus e burcas” (Abu-Lughod, 2013: 32. Tradução nossa).

Embora a análise de Abu-Lughod se detenha na capa da revista Time de 2010, fato semelhante pode ser observado 25 anos antes, corroborando a crítica da autora à narrativa construída pelos meios de comunicação. Trata-se de outra menina afegã, que também protagonizou a capa de uma publicação estadunidense, a revista *National Geographic*, na edição publicada em junho de 1985. Sharbat Gula tornou-se reconhecida pela imagem na capa da revista, na qual se destacam os olhos verdes. A imagem é acompanhada de dizeres que relacionam o olhar ao sentimento de medo atribuído aos refugiados afegãos¹¹. A fotografia foi feita por Steve McCurry durante a invasão soviética no Afeganistão, quando Sharbat Gula fugiu de seu país natal e se refugiou no Paquistão. Conclui-se, mais uma vez, que imagens como essa alimentam a ideia de que mulheres muçulmanas precisam ser salvas. Duas décadas antes de Lila Abu-Lughod debater a questão da salvação das mulheres muçulmanas pelo Ocidente, Leila Ahmed já apontava que as práticas do Islã em relação às mulheres sempre fizeram parte da narrativa colonizadora europeia, marcada por uma noção de alteridade e inferioridade do Islã (Ahmed, 1992: 149).

Conclui-se que, na abordagem realizada pela mídia ocidental sobre mulheres muçulmanas, é reforçada a ideia exposta nos parágrafos anteriores de que essas mulheres precisam de salvação. Destaca-se o ponto de vista orientalista tanto nas imagens, a exemplo das capas das revistas mencionadas, quanto no conteúdo textual, que ressalta as ideias concebidas no Ocidente sobre o Islã e as mulheres muçulmanas.

11. A imagem pode ser visualizada em: *NATIONAL Geographic Magazine: 50 Years of Covers*. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/magazine/article/national-geographic-magazine-50-years-of-covers>. Acesso em: 15 mar. 2024.

Conclusão

Este artigo debateu algumas especificidades do feminismo no contexto árabe e os debates envolvendo o tema, com foco no início do século XX. Uma série de ideias negativas foi atribuída à palavra “feminismo” nos países árabes, o que pode explicar o fato de ter havido a rejeição desse termo nos meios literários ao longo daquele século.

O artigo tratou do feminismo nos países árabes e de maioria muçulmana, notadamente o Egito, e deu ênfase a pioneiras como Aicha Taymur, Zaynab Fawwaz, Nabawiyya Mussa, Huda Charawi e Malak Hifni Nassef. Outras tantas escritoras nos países árabes não contaram com a mesma visibilidade. Essas autoras, tanto aquelas que são mencionadas em estudos e antologias quanto as menos conhecidas, ainda carecem de estudos aprofundados e publicações.

A escritora egípcia Nawal El-Saadawi, por outro lado, é renomada não apenas no Egito e nos países árabes de modo geral; sua obra foi traduzida para diversos idiomas em vários países. Ao tratar da divulgação de seus livros, contudo, notam-se exemplos de publicações que alteraram significativamente tanto o conteúdo quanto a proposta de título e de imagem da capa, o que afeta em grande parte a recepção de sua obra.

Diversas outras escritoras e suas obras traduzidas para outros idiomas ainda são publicadas e divulgadas com ênfase em estereótipos orientalistas ao atravessarem as fronteiras. São frequentes as capas de livros traduzidos que destacam temas como o “harém” e o véu, por vezes em obras que não têm esses elementos entre as questões principais. A crítica literária frequentemente reduz as escritoras a mulheres “oprimidas” ou, pelo contrário, mulheres que “ousaram” escrever apesar das condições em que vivem, em vez de discutir suas obras enquanto produções literárias.

Na mídia, também se observa a veiculação de estereótipos sobre as mulheres muçulmanas e a religião islâmica, o que contribui para propagar uma imagem orientalista dessas mulheres enquanto “vítimas” que precisam de “salvação”.

Dessa forma, faz-se necessária uma reflexão sobre os contextos de recepção e os interesses envolvidos na divulgação dessas escritoras e obras; e sobre os conteúdos relacionados a mulheres árabes e muçulmanas divulgados pelo meio editorial e pelos veículos de comunicação.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. *Do muslim women need saving?*. Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

AHMED, Leila. *Women and Gender in Islam: Historical roots of a modern debate*. New Haven/Londres: Yale University Press, 1992.

AL-KHALIDI, Anbara Salam. *Jawla fi-l-dhikrayat bayn Lubnan wa Filistin*. Beirute: Dār al-Nahār lil-Nashr, 1978.

AL-ZAYYAT, Latifa. Šahāda mubdi‘a. ‘Adab wa naqd, n. 135, p. 17-21, nov. 1996.

AMIN, Qasim. *Tahrīr al-mar’ah*. Cairo: al-Markaz al-‘Arabī lil-Baḥth wa-al-Nashr, 1984.

AMIREH, Amal. Publishing in the West: problems and prospects for Arab women writers. *Al Jadid, Cypress*, v. 2, n. 10, s.p., ago. 1996. Disponível em: <https://aljadid.com/content/publishing-west-problems-and-prospects-arab-women-writers>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ASANI, Ali Sultaan. Exploring Muslim understandings of Islam. Cambridge, MA, *Harvard University Press*, p. 1-11, 2009. Disponível em: https://cmes.fas.harvard.edu/files/cmes/files/asani_essay_final_1.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

BADRAN, Margot. The feminist vision in the writings of three turn-of-the-century Egyptian women. *Bulletin, British Society for Middle Eastern Studies*, v. 15, n. 1/2, p.11-20, 1988.

BADRAN, Margot; COOKE, Miriam (ed.). *Opening the gates: an anthology of Arab feminist writing*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

BOOTH, Marilyn. Exemplary Lives, Feminist Aspirations: Zaynab Fawwāz and the Arabic Biographical Tradition. *Journal of Arabic Literature*, v. 26, n. 1/2, mar./jun. 1995, p. 120-146.

BOOTH, Marilyn. Locating Women’s Autobiographical Writing in Colonial Egypt. *Journal of Women’s History*, v. 25, n. 2, p. 36-60, 2013.

CHAARAWI, Huda. *Mudhakkirāt Hudá Sha’rāwī*. Cairo: Hindawi, 2013.

EL-SAADAWI, Nawal. *A face oculta de Eva: as mulheres do mundo árabe*. Tradução de Sarah Gierztel Rubin, Therezinha Ebert Gomes e Elisabeth Mara Pow. São Paulo: Global, 2002.

EL-SAADAWI, Nawal. *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*. Tradução de Sherif Hetata. Londres: Zed Books, 2007.

ELSADDA, Hoda. Egypt. In ASHOUR, Radwa; GHAZOUL, Ferial J.; REDA-MEKDASHI, Hasna (ed.). *Arab women writers: a critical reference guide, 1873-1999*. Tradução de Mandy McClure. Cairo: The American University in Cairo Press, 2007, p. 98-161.

ELSADDA, Hoda. *Gender, nation, and the Arabic novel: Egypt, 1892-2008*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2012.

GONÇALVES, Maria Carolina. *O nacionalismo no verso livre de Fadwa Tuqan*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras Estrangeiras e Tradução) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MAJAJ, Lisa Suhair; SUNDERMAN, Paula W.; SALIBA, Therese (ed.). *Intersections: gender, nation, and community in Arab women’s novels*. Syracuse: Syracuse University Press, 2002.

MUSSA, Nabawiyya. *Tarīkhī bi-qalamī*. Terceira edição. Cairo: Women and Memory Forum, 1999.

■ artigo

NAJEEB PI, Muhammad. *Islamic Feminism: A critical analysis on Qasim Amin's Thahrirul Mar'ath*. A Dissertation Submitted In Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master in Islamics and Human Sciences (Da'wa And Comparative Religion). Darul Huda Islamic University, June, 2015.

QUAWAS, Rula B. "A Sea Captain in her Own Right: Navigating the feminist thought of Huda Shaarawi". *Journal of International Women's Studies*, v. 8, n. 1, p. 225, 2006.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TUQAN, Fadwa. *Al-riḥlah al-aṣ'ab*. Amã: Shorouk, 1993.

TUQAN, Fadwa. *Riḥlah jabaliyah, riḥlah ṣa'bah*. Amã: Shorouk, 1985.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



PARA ALÉM DO FEMINISMO OCIDENTAL HEGEMÔNICO: MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES MUÇULMANAS, O CASO DA TURQUIA¹

BEYOND HEGEMONIC WESTERN FEMINISM: SOCIAL MOVEMENTS OF MUSLIM WOMEN, THE CASE OF *TÜRKIYE*

Leticia Naomi Tokusato²

Resumo: Este artigo debate como a adoção de valores ocidentais influenciou os movimentos de mulheres na Turquia durante a primeira parte do século XX. A Turquia é um estudo de caso singular, devido a sua intensa assimilação de valores ocidentais e seculares no processo de desenvolvimento da República e das lutas das mulheres. Num primeiro momento, destaca-se o movimento das feministas seculares turcas, que foram fortemente influenciadas pelas reformas políticas de ocidentalização, secularização e modernização da sociedade. Num segundo momento, apresenta-se o feminismo islâmico, produto de processos de reislamização das sociedades muçulmanas. Nas décadas pós-60, houve, em vários países de maioria muçulmana, bem como na Turquia, a ascensão de um feminismo híbrido, autodenominado *feminismo islâmico*, que busca conciliar as perspectivas feministas com o paradigma islâmico, de um ponto de vista não ortodoxo, não fundamentalista e não tradicional, em favor da igualdade de gênero, da modernidade e em busca de suprimir as leituras patriarcais sobre as fontes. O feminismo islâmico, como uma superação da narrativa universalista e hegemônica ocidental, busca resgatar os princípios religiosos que promovem a igualdade de gênero, reinterpretando os textos sagrados à luz da igualdade e dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Movimentos de mulheres na Turquia; Feminismo secular turco; Ativismo islamista de mulheres turcas; Feminismo islâmico; Turquia.

Abstract: This study investigates how the adoption of Western values influenced women's movements in *Türkiye*. Turkey is a unique case study, due to its intense assimilation of Western and secular values in the Republic's development process and women's struggles. Firstly, the movement of Turkish secular feminists stands out, which were strongly influenced by the political reforms of westernization, secularization and modernization of society. Secondly, Islamic feminism is presented. In the post-60s, in several Muslim-majority countries, there was the rise of a hybrid feminism, self-styled *Islamic feminism*, in which it seeks to reconcile feminist perspectives with the Islamic paradigm, from a non-orthodox, non-fundamentalist and non-traditional point of view, in favor of gender equality, modernity and seeking to suppress patriarchal readings about sources. Islamic feminism seeks to rescue religious principles that promote gender equality, reinterpreting sacred texts from the perspective of women's equality and rights.

Keywords: Women's movements in Turkey; Turkish secular feminism; Turkish women's Islamist activism; Islamic feminism; Turkey.

1. Artigo modificado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

2. Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC). Contato: leticia.naomi99@hotmail.com. <https://orcid.org/0009-0009-4442-2516>.

A história dos movimentos sociais das mulheres na Turquia é complexa e multifacetada, com raízes que remontam a várias décadas e influências de contextos políticos, sociais e culturais distintos. Baseando-se nas obras da historiadora brasileira Cila Lima e nas de outras expoentes como, por exemplo, a escritora egípcia Leila Ahmed, a historiadora estadunidense Margot Badran, a socióloga turca Nilüfer Göle e a cientista política turca Yesim Arat, este artigo busca compreender os movimentos sociais das mulheres, como o feminismo secular turco e o feminismo islâmico, que desde o início se entrelaçou com os movimentos nacionais e a ideia de avanço político e sociocultural (Ahmed, 2021, p. 128-130), mas se manifestou de acordo com as necessidades e influências religiosas específicas do país. Esse estudo pretende analisar os fatores que contribuíram para a agenda dos movimentos independentes das mulheres na Turquia, baseando-se na questão central: de que maneira a absorção dos valores ocidentais influenciaram os movimentos sociais das mulheres muçulmanas na Turquia?

Para compreender essa questão, este artigo aborda a formação da república turca, que foi fortemente influenciada pelos valores ocidentais, seu impacto no desenvolvimento do feminismo secular na Turquia e, posteriormente, a formação de um novo paradigma no movimento feminista global: o feminismo islâmico. Esse movimento busca resgatar, nas fontes sagradas do Islã³, os direitos das mulheres, reinterpretando-os sob um ponto de vista não patriarcal e buscando a igualdade de gênero. Apresento o feminismo islâmico como uma alternativa à narrativa dominante do feminismo ocidental, que se disseminou globalmente e influenciou os movimentos feministas seculares em diversos países.

A metodologia adotada é multidisciplinar, baseada em fontes bibliográficas e históricas, centrando-se em obras fundamentais que estudam os movimentos sociais de mulheres muçulmanas na Turquia e no Oriente Médio, como além das já citadas acima, as turcas e especialistas políticas Deniz Kandiyoti e Binnaz Toprak.

Para compreender os movimentos sociais das mulheres turcas, é essencial traçar uma visão do período pós-fundação da República da Turquia, no contexto do Oriente Médio e do mundo muçulmano. O governo de Mustafa Kemal Atatürk na primeira etapa de fundação da República turca, promoveu fortemente a inserção das mulheres nas esferas públicas como parte de suas reformas modernizadoras e ocidentalizantes, implementando políticas

3. Com relação aos termos *Islã*, *islamismo* e *islâmico*, faz-se necessário esclarecer seus usos neste artigo: *Islã* se refere à religião monoteísta fundada no século VII por Maomé, e *islâmico* é seu adjetivo correspondente. O Islã é baseado no Alcorão e nas tradições e ensinamentos revelados pelo profeta Maomé e algumas das tradições religiosas incluem a realização de cinco orações por dia, a peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida, e realizar o ato de caridade (Lima, 2013, p. 10). É importante distingui-lo do termo *Islamismo*, o qual denomina um projeto político baseado na religião do Islã, que pode variar desde a defesa do estabelecimento de um Estado islâmico, até a promoção de uma comunidade islâmica dentro de um Estado secular. Envolve diversas abordagens políticas, que podem incluir desde a busca por liberdade religiosa até manifestações mais radicais ou progressistas, dependendo do contexto e das interpretações dos seus seguidores (Badran, 2001, p. 48) e seu adjetivo é o termo *islamista*, que se refere àqueles que são adeptos aos movimentos do islamismo.

que as beneficiaram em áreas como educação, mercado de trabalho e parlamento. De acordo com Margot Badran, o termo *secularismo* já estava presente no Oriente Médio desde o século XIX, referindo-se não apenas à separação entre religião e Estado, mas também à ideia de um território compartilhado e à construção de uma nação inclusiva para todas as religiões, contrastando com uma nação definida exclusivamente por uma comunidade religiosa. No século XX, segundo a autora, esse processo se concretizou em meio à descolonização e à formação de Estados modernos (2001, p. 46).

A partir dos anos 1960, um movimento político-religioso denominado feminismo islâmico emergiu no cenário internacional, propondo uma narrativa pós-colonial e transnacional. Esse movimento feminista busca resgatar os princípios religiosos para sustentar sua defesa pela igualdade de gênero, argumentando que o patriarcado não é inerente ao Islã, mas sim resultado de distorções interpretativas (Badran, 2005, p. 8-9).

Na Turquia, como destacado por Nilüfer Göle, foram implementadas reformas seculares profundas com o objetivo de modernizar a nação e limitar a influência religiosa sob a autoridade estatal, incluindo a abolição do califado e a revogação da educação religiosa. Juntamente com a assimilação de elementos culturais e políticos ocidentais, influenciados principalmente pelas heranças coloniais, esses processos moldaram o cenário dos movimentos feministas. A secularização e ocidentalização na Turquia foram acentuadas e consolidadas pelo governo de Ataturk, com uma ideologia que buscava modernizar o país, afastando-se do domínio religioso islâmico e otomano e forjando uma identidade nacional (1997, p. 48-49).

Influência ocidental e o feminismo secular na Turquia

O impacto da influência ocidental e do feminismo secular na Turquia pode ser observado através das reformas e mudanças sociais que ocorreram no país ao longo do século XX. A primeira onda do feminismo secular emergiu no início do século em vários países de maioria muçulmana, incluindo a Turquia. Segundo Kandiyoti (1991, p. 22), esse período na Turquia foi marcado pela atuação radical do governo e por reformas abrangentes na emancipação das mulheres, como parte do projeto de Kemal Ataturk para romper com as instituições religiosas ligadas ao poder. Com a instauração da República da Turquia em 1923, houve a consolidação da separação religiosa na esfera pública, um processo que já estava em andamento durante o Império Otomano⁴.

4. No decorrer do Período Tanzimat (1839-1876), uma série de reformas foi implementada com o propósito de modernizar o Império Otomano. O objetivo era torná-lo mais competitivo em relação às nações europeias, garantir sua integridade territorial e fortalecer a autoridade do governo central. Entre as transformações realizadas, destacam-se a instituição de códigos legais seculares, que eram aplicados de forma universal, independentemente de sua religião, e a incorporação da ciência e tecnologia na economia (Hakan Yavuz, 2003, p. 38-42).

Em 1924, uma série de mudanças legislativas aboliu o califado, tornou a educação um monopólio do Estado, encerrou o sistema de educação religiosa e revogou a provisão constitucional que aceitava o Islã como a religião do Estado. Posteriormente, foi adotado o Código Civil Turco, inspirado no suíço, que rompeu com as leis da *Sharia*, proibiu a poligamia, e igualou os direitos de homens e mulheres em relação ao divórcio e à custódia dos filhos (Kandiyoti, 1991, p. 22-23). Em 1930, as mulheres obtiveram o direito de voto a nível local e, em 1934, a nível nacional. Essas mudanças foram parte das metas estratégicas do governo para se retratar como um país comprometido com a democracia, especialmente em um contexto internacional onde várias nações europeias estavam se tornando mais autoritárias (p. 23).

Segundo Göle (1996, p. 29), o processo de modernização na Turquia desencadeou debates significativos sobre as diferenças culturais entre Oriente e Ocidente, especialmente em relação ao papel das mulheres na sociedade. A visibilidade pública crescente das mulheres e o princípio da igualdade entre homens e mulheres ajudaram a introduzir os ideais de modernidade na imaginação coletiva do país. No entanto, essa mudança também levantou oposição entre os adeptos da tradição e da religião, que viam os princípios ocidentais como uma ameaça aos papéis tradicionais das mulheres.

De acordo com a turca e especialista em identidade de gênero Ayse Durakbasa, as reformas de Atatürk transformaram os membros da sociedade turca de “súditos” em “cidadãos” (1999, p. 141), com direitos e deveres legalmente delimitados, promovendo uma nova cultura e história nacional. As mulheres foram incentivadas a buscar educação e carreira, desafiando a imagem tradicional de que seu dever era apenas a reprodução e a presença no âmbito doméstico. No entanto, a maternidade ainda era considerada um papel tradicional, mas agora vista como uma função biológica, o que modificou o papel da mulher no âmbito privado, mas não o eliminou (p. 144).

Yesim Arat (1997, p. 100) argumenta que as mulheres também eram encorajadas a desempenhar funções tradicionais sob uma perspectiva ocidental, trazendo “ordem” e “racionalidade” à esfera privada. O Estado conferiu às mulheres a missão de levar a modernização para as esferas públicas e privadas, reforçando o senso de orgulho por representar o progresso do país.

O movimento feminista na Turquia passou por três momentos importantes: os primórdios nos anos 1920; a militância feminista kemalista nos anos 1940 e 1960; e o fortalecimento do feminismo secular turco independente dos anos 1950 aos 1980. Em 1923, lideradas por Nezihe Muhiddin, foi fundado o Partido Popular das Mulheres (*Kadınlar Halk Fırkası*, KHF), que foi logo dissolvido pelo governo. Em 1924, as mulheres ativistas criaram a União das Mulheres Turcas (*Türk Kadın Birliği*, ou TKB) com o objetivo de “promover a feminilidade em padrões modernos nas esferas intelectual e social” (Zihnioğlu, 2003, p. 151 *apud* Selin Cagatay, 2017, p. 93), evitando mencionar suas demandas políticas.

O ativismo de mulheres apoiou a causa republicana e se uniu em torno de organizações civis com objetivos sociais e políticos. No entanto, a União das Mulheres Turcas foi percebida pelo Estado como tendo uma influência independente na esfera pública, sendo rotulada como sectária e individualista, o que levantou preocupações sobre sua suposta ameaça aos interesses nacionais. Por conseguinte, após a aprovação das leis que garantiam direitos políticos às mulheres, a União das Mulheres Turcas foi dissolvida em 1935, marcando o término da primeira fase do movimento feminista na Turquia (Sule Toktas e Cagla Diner, 2010, p. 44).

É possível observar que, embora a ideia de emancipação e um papel mais ativo das mulheres na sociedade tenham sido sinais de mudança trazidas pelo kemalismo, o governo não incentivava de fato as mulheres a terem poder político. Atividades filantrópicas e trabalhos sociais que ajudassem o governo a modernizar o país eram mais incentivadas pelo Estado e diversas mulheres que faziam parte da União das Mulheres Turcas compartilhavam essa visão e contribuíram para o ativismo nesse contexto. Considerando que, apesar de desfrutarem de maior liberdade na sociedade, a autonomia política das mulheres estava longe de se concretizar (Cagatay, 2017, p. 94).

Nos anos 1970, o movimento das mulheres na Turquia foi influenciado pelo cenário internacional de discussão sobre direitos e igualdade de gênero. Isso se manifestou através do envolvimento do Estado turco em convenções internacionais e na ratificação de documentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)⁵ e a Declaração de Pequim⁶. A CEDAW foi significativa, pois foi a primeira reunião das Nações Unidas com a agenda voltada exclusivamente para as questões das mulheres. Esse movimento internacional, juntamente com as colaborações entre acadêmicos feministas e burocracias estatais, impulsionou o debate e a formação de estudos de gênero na Turquia nos anos 1970 (Kandiyoti, 2010, p. 168).

Segundo Toktas e Diner, as décadas posteriores, 1970 e 1980, foram caracterizadas pelos esforços para a institucionalização do movimento das mulheres, e a questão central que trouxeram à tona e protestaram nas ruas como parte de sua pauta política estava relacionada à violência física e sexual. Em 1987, uma manifestação foi organizada em Istambul,

5. A CEDAW foi fundada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. Essa convenção foi um marco importante na promoção dos direitos das mulheres, pois foi resultado de grandes pesquisas sobre a realidade das mulheres de diversos países, sendo ratificada pela grande maioria deles, estabelecendo um conjunto de medidas que visam a proibição da discriminação contra as mulheres (Organização das Nações Unidas. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*, 1979. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2023).

6. A Declaração de Pequim, que surgiu na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China, em 1995, reconheceu a igualdade de gênero como um objetivo fundamental e delineou ações para promover os direitos das mulheres com base em doze questões principais, como a violência de gênero e a desigualdade na participação das mulheres em âmbitos políticos e econômicos (Organização das Nações Unidas. *Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim*, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2023).

reunindo 3.000 mulheres, seguida por uma campanha para fortalecer a solidariedade entre as mulheres na luta contra a violência. O evento foi desencadeado por uma decisão judicial que negou o pedido de divórcio a uma mulher, argumentando que as mulheres precisavam ser agredidas para serem controladas (2010, p. 46). Essa manifestação marcou um ponto crucial, pois pela primeira vez as mulheres turcas se mobilizaram em massa nas ruas para lutar por seus direitos. Assim como “o pessoal é político” tornou-se *slogan* da segunda onda do feminismo no Ocidente, as mulheres turcas passaram a encarar a violência como uma questão não somente de âmbito doméstico, mas um tema político que exigia atenção na esfera pública (p. 46-47).

A mudança política na Turquia, no entanto, não foi apenas influenciada pelo ativismo das feministas seculares, mas também pelas mulheres islamistas. A partir de 1980, mulheres vestindo o véu em instituições públicas e universidades, passaram a apresentar um novo cenário na Turquia, que também englobou países muçulmanos de diferentes formas. Essas mulheres davam o indício do ressurgimento, ou reavivar, da identidade islâmica e a ascensão de partidos políticos com base islâmica no cenário político turco.

Segundo Lima, após o exército proibir o uso do véu em instituições públicas, mulheres universitárias, tanto em ambientes urbanos quanto rurais, tornaram-se protagonistas desse embate. Essa foi uma discussão significativa, pois envolvia a visibilidade do Islã, os papéis tradicionais das mulheres e a luta entre valores secularistas ou islamistas. A proibição do uso de véu em instituições públicas levou a uma série de episódios, conhecidos como a “guerra do véu”, para usar a expressão de Arat, em que mulheres religiosas enfrentaram restrições em seus estudos, como por exemplo, não participarem das formaturas, não receberem seus diplomas, não participarem das aulas e, com isso, interromperem seus estudos (2013, p. 53-54).

A reislamização (um movimento no sentido contrário a ocidentalização, que busca a observância religiosa islâmica), tornou-se mais presente na Turquia a partir dos anos 1980, em que os partidos e organizações islâmicas foram aumentando sua influência na sociedade e se tornando os principais opositores dos ideais ocidentais e seculares. A intelectual Binnaz Toprak traça um histórico da ruptura radical com o passado ocidentalizante, que colocou religiosos à margem da sociedade, excluídos de círculos políticos, sociais ou intelectuais. Esses grupos marginalizados, como destaca Toprak, constituíram posteriormente a base da atuação política no Islã. Vale ressaltar que as reformas promovidas por Atatürk não foram implementadas de maneira passiva. Durante as décadas de 1920 e 1930, a república enfrentou diversas rebeliões, algumas das quais originadas de grupos islâmicos, as quais foram reprimidas com uso de força. Com a abertura política subsequente dos golpes militares sofridos pela Turquia, nos anos 1980, o Islã ressurgiu e a oposição passou de um confronto armado do início do século XX para uma atuação política partidária dos anos 1990 (2005, p. 31-33).

Şerif Mardin, sociólogo e cientista político turco, argumenta que a superficialidade e a ausência de “conexões orgânicas” com a sociedade, trazidas pelo kemalismo, criaram um vácuo que permitiu o crescimento do apelo ao Islã. A incapacidade do ideal republicano, secular e ocidentalizante, de estabelecer raízes profundas na sociedade turca, consequentemente abriu espaço para essa reislamização, para que o movimento islamista preenchesse esse vazio. É nesse cenário de reislamização da Turquia que surge o ativismo de mulheres islamistas turcas. Mais especificamente, a abordagem pragmática e positivista do ideal republicano turco, conforme observado por Mardin, falhou em conquistar a população de forma efetiva (1977, p. 293-294), deixando espaço para as militâncias islâmicas e/ou islamistas.

Para Arat, uma das explicações desta reislamização da Turquia está atrelada a migração interna de áreas rurais para urbanas desde a década de 1950. Esse fenômeno, conforme apontado pela autora, adquiriu uma importância significativa, desafiando a população migrante em sua adaptação às demandas econômicas e culturais da vida urbana. Em resposta a essas exigências, o apelo ao Islã estabeleceu conexões com as normas e valores das origens rurais dos migrantes (2005, p. 31-33).

Seguindo uma mesma linha de raciocínio, Toprak analisa a metrópole como principal símbolo dessa transformação de cenário, visto que a população rural trouxe consigo seus elementos culturais islâmicos, resultando em uma fusão de valores modernos e tradicionais, urbanos e rurais, devoção à religião e secularismo. Essa complexa interação entre os dois mundos contribuiu para a formação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento de movimentos islâmicos na cidade de Istambul (1991, p. 148-150).

Conforme Arat (2005), em meio a esse cenário congruente a processos políticos, culturais e econômicos que fortalecem o islamismo, o Partido *Refah* (Partido do Bem Estar), estabelecido em 1983, obteve um apelo significativo. Apesar de sua breve existência, tendo sido banido em 1998 por alegarem inconstitucionalidade, o partido se tornou a base fundamental da política islamista, assim como no delineamento do posicionamento do ativismo político das mulheres islamistas, a qual sua estrutura organizacional influenciou diretamente através da natureza de suas “atividades mobilizadoras” (p. 31). A autora continua dizendo que, a partir de 1980, com o ressurgimento das instituições religiosas no meio social e político, as mulheres islamistas passaram a clamar por seus direitos de liberdade para expressar sua fé e protestavam contra a restrição imposta pelo secularismo, utilizando o véu em universidades e em instituições públicas. Dessa forma, a expressão de posicionamento por meio do próprio corpo, na Turquia, não era apenas uma questão de vestimenta, mas uma menção clara ao embate entre as ideologias islâmicas e seculares, em um Estado que contradizia seu discurso em prol da democracia (2016, p. 130-131).

No intuito de legalizar o uso do véu, as mulheres se mobilizaram e deram apoio ao Partido *Refah*. A partir de então, as mulheres se concentraram na capacitação e

disseminação de suas ideias, ampliando a participação feminina na esfera política. O partido foi essencial para a luta das mulheres islamistas, pois elas conseguiram se organizar de forma autônoma e se estruturar no campo político. Diversas mulheres trabalhavam para o partido e o foco era recrutar mais pessoas, levando o partido a registrar aproximadamente um milhão de mulheres em seis anos (Arat, 2016, p. 130; ver também Lima, 2013 p. 50-52) e, em 1995, o Partido *Refah* se tornou o primeiro partido religioso da Turquia a chegar ao poder (Arat, 2005, p. 5).

Em suma, o governo de Kemal Ataturk trouxe mudanças significativas para a atuação das mulheres turcas. A emancipação das mulheres foi um elemento central do seu projeto de ocidentalização e secularização da sociedade turca, com a “inclusão das mulheres em uma nova noção de ‘cidadania’ ditada pela transição de uma monarquia para uma república populista” (Kandiyoti, 1991, p. 39, tradução nossa). As mulheres ganharam mais espaço na vida pública e se tornaram a representação desse novo estilo de vida moderno – fotografias de mulheres ocupando lugares profissionais deram visibilidade à realidade que ‘superou’ os modos tradicionais e religiosos.

As mulheres também desempenharam um papel significativo na reislamização da Turquia, com o retorno do uso do véu nas décadas de 1980 e 1990, indicando a retomada de práticas islâmicas nas relações pessoais e no espaço público. Esse ressurgimento foi uma resposta aos desafios da modernização, globalização e experiência secularista, buscando renovar o discurso e as práticas islâmicas em um contexto contemporâneo (Göle, 1997, p. 53).

A luta pelos direitos religiosos, centrada especialmente na questão do véu, também desempenhou um papel catalisador na promoção da participação dessas mulheres na vida pública, influenciando de maneira significativa a conscientização dos direitos humanos no contexto secular da Turquia (Arat, 2016, p. 131-132). Em outras palavras, ao buscar o direito de usar vestimentas religiosas, as mulheres islamistas se envolviam em uma causa religiosa, bem como expandiam seu espaço na arena política, desempenhando um papel importante como agentes democráticas.

Segundo Arat, a formação de lideranças nesse grupo de mulheres pode ser interpretada como uma consequência da incapacidade do Estado em integrá-las na sociedade. Advindas da classe média e com educação secular, essas mulheres foram influenciadas pela reislamização da sociedade, durante seu percurso acadêmico, optando por adotar um estilo de vida alinhado com as diretrizes islâmicas. No entanto, apesar de sua formação educacional, foram marginalizadas pelo sistema secular do governo, em especial, por aquilo que expressa, externamente e visivelmente, a reislamização: as vestimentas islâmicas (2005, p. 51-52).

Dessa forma, o Partido *Refah* explorou essa lacuna para recrutar mulheres instruídas, porém excluídas, como profissionais para uma estrutura islâmica. Arat destaca que essas

mulheres encontraram uma oportunidade para aplicar suas habilidades, fortalecendo os grupos pró-islâmicos. Assim, é possível afirmar que a postura restritiva do Estado em relação ao Islã, que limita as escolhas disponíveis para essas mulheres, que se consideravam religiosas, tornou-se um fator que as aproximou do Partido islamista *Refah* (2005, p. 51-52).

O seu posicionamento também desencadeou a busca por uma identidade islamista, em que no centro está a observância religiosa, sob a leitura literal destas fontes, representando um importante desafio às normas seculares e modernizadoras estabelecidas na sociedade até aquele momento. A decisão de vestir o *hijab*, o véu de cabeça, mesmo diante das leis que proibiam o seu uso em diversos locais, foi um marco crucial na construção de suas novas identidades. Isso não apenas representou uma identidade independente da secular que lhes foi imposta, mas também ampliou as formas de autorrealização, introduzindo um individualismo que, para mulheres seculares, não estava muito presente naquele momento. Criadas e educadas sob o sistema secular, as mulheres reislamizadas foram influenciadas por suas famílias tradicionais e cursos islâmicos, oferecidos muitas vezes por grupos islamistas, os quais proporcionaram entendimentos literalistas do Islã, que estão em contraste com a versão secular e ocidentalizada promovida pelo Estado (Arat, 2005, p. 62-90).

Arat faz uma comparação entre as feministas seculares e as mulheres islamistas e aponta que estas últimas enfrentam grandes desafios, pois sua busca por autonomia está delimitada pelos limites do Islã. Enquanto as feministas seculares utilizam os princípios dos direitos universais para fundamentar sua luta por liberdade e igualdade, as mulheres islamistas lutam em um contexto restrito do Islã que, por muitas vezes, possuem interpretações patriarcais dos ensinamentos religiosos, os quais colocam a mulher em posição de subordinação. Além do desafio de enfrentar as críticas seculares a seus direitos, elas também se deparam com narrativas enraizadas e, muitas vezes, legitimadas por autoridades religiosas sob a hierarquia de poder do homem sobre a mulher (Arat, 1998, p. 127-128).

O ativismo de mulheres islâmicas de uma forma global, conforme analisado por Margot Badran (2005), surge em meio a um descontentamento generalizado com a atuação dos Estados-nação de maioria muçulmana em lidar com os problemas econômicos e com a desigualdade social. Nesse contexto, o discurso islamista se apropriou da religião como uma resposta aos problemas socioeconômicos, reintroduzindo valores patriarcais. Segundo Badran, este discurso foi atrativo para aqueles insatisfeitos com a atuação do Estado e que adotam uma voz conservadora de gênero, defendendo o retorno das mulheres ao ambiente doméstico e afastando-as da esfera pública. Porém, as mulheres que já desempenhavam papéis ativos na esfera pública e possuíam formação educacional, contribuindo para a sociedade através do emprego, mesmo sendo religiosas, sentiram-se ameaçadas pela narrativa islamista crescente, o qual limitava o papel da mulher ao domínio privado (p. 8-9).

Badran destaca que essa formação educacional e as experiências das mulheres na esfera pública conferiram maior autonomia às mulheres, fortalecendo a fundamentação do emergente movimento feminista islâmico. A ascensão desse movimento também coincidiu com o avanço da tecnologia da informação, que permitiu a rápida circulação de informações e ideias, o que, segundo a autora, propiciou uma produção de perspectivas locais e globais, fortalecendo o feminismo islâmico como resposta dinâmica e multifacetada às transformações políticas e sociais em curso (2005, p. 9).

O feminismo islâmico ofereceu uma nova perspectiva ao feminismo secular turco e ao ativismo de mulheres islamistas, incorporando elementos modernistas islâmicos e transformando o discurso religioso em análises progressistas como foco principal. Ele passou a enfatizar a igualdade incondicional entre mulheres e homens em todas as esferas, públicas e privadas (Badran, 2005, p. 9). O feminismo islâmico rejeita o modelo de diferenciação e de hierarquia na família, insistindo na prática da justiça social, que, de acordo com sua perspectiva, só pode ser alcançada com plena igualdade, baseada nas reinterpretações das fontes religiosas do ponto de vista da história das mulheres (p. 13-14).

A seguir nos aprofundaremos nesse movimento feminista islâmico, que associa a prática feminista com o paradigma religioso, que surgiu após os anos 1980, em países com o mesmo dilema presente nos movimentos de mulheres turcas: como ser religiosa sem ser fundamentalista ou literalista (islamista), considerando, de certa forma, algumas das narrativas feministas; ou, vice-versa: como atuar na vida social dentro do prisma da modernidade, por exemplo, tendo autonomia na vida pública e privada, pela independência e igualdade entre os gêneros, sem deixar de observar e praticar os preceitos religiosos e culturais do Islã. Nesse sentido, o feminismo islâmico, como um movimento pós-colonial e transnacional, tem sido uma construção original, e que representa uma ruptura no sentido de superação e não de contradição, dos movimentos de mulheres anteriores, sendo uma alternativa para as mulheres que não se sentiam confortáveis, nem no islamismo opressor, nem no feminismo secular ocidentalizante.

Superação à narrativa feminista hegemônica

Quando abordamos o tema do feminismo islâmico, a discussão transcende o âmbito do território turco, estendendo-se para além das fronteiras geográficas. Isso se justifica pelo fato de o feminismo islâmico ser um fenômeno global e pela sua presença no mundo virtual e fusão de abordagens seculares e religiosas, conforme assinalado por Badran (2009, p. 245). De acordo com a autora, não é possível atribuir uma origem territorial única ao feminismo islâmico, pois este está constantemente sendo moldado por mulheres muçulmanas provenientes de diferentes partes do mundo. A globalidade desse movimento é evidenciada pelo seu notável crescimento no ambiente virtual, onde mulheres muçulmanas

participam ativamente e compartilham ideias, colaborando para a formação de uma comunidade global (p. 245).

Para compreender o contexto no qual emergiu o movimento feminista islâmico, a iraniana especialista em gênero e lei islâmica, Ziba Mir-Hosseini (2019), nos relembra que, durante o período de ascensão dos movimentos anticolonialistas e nacionalistas nos países muçulmanos no início do século XX, houve uma pressão significativa sobre as mulheres muçulmanas em relação ao seu posicionamento sobre a igualdade de gênero. De um lado, os movimentos anticolonialistas e nacionalistas consideravam a luta pelos direitos das mulheres como parte do “projeto colonial, que rejeitavam”. Por outro lado, as narrativas coloniais retratavam o Islã como incompatível com a modernidade. Essa dicotomia obrigou as mulheres muçulmanas a fazerem uma escolha difícil entre sua identidade religiosa e a defesa dos direitos das mulheres (p. 111).

A partir de 1980, estabelecia-se no cenário internacional o debate sobre a discriminação contra as mulheres, impulsionado pela CEDAW, enquanto cresciam os movimentos políticos islâmicos que se posicionavam contra as influências seculares (Mir-Hosseini, 2004, p. 2). Foi em meio a esse conflito que as mulheres muçulmanas passaram a questionar sua identidade e reconciliar sua crença com a luta por direitos igualitários; esse novo discurso passou a ser chamado de *feminismo islâmico* (p. 2). O feminismo islâmico, então, representou uma tentativa de reconciliar as estruturas islâmicas e feministas, buscando uma mudança significativa em relação aos ensinamentos do Islã.

Segundo Mir-Hosseini, a agenda do feminismo islâmico começou a ser moldada a partir da análise crítica da concepção da *Sharia* (orientação sagrada). As mulheres envolvidas perceberam que os desafios para avançar com as pautas dos direitos de gênero estavam enraizados na visão inflexível da lei islâmica, que havia sido firmemente estabelecida como algo fixo e inquestionável (2019, p. 114). Para desmistificar a ideia de que a *Sharia* era imutável, essas mulheres apontaram para uma distinção entre a *Sharia* e o *fiqh*, a jurisprudência islâmica. Enquanto a primeira é, para esse movimento, o caminho divino ideal revelado ao profeta Maomé, o *fiqh* é a interpretação humana das fontes sagradas do Islã (ou seja, interpretação patriarcal do Alcorão e da *Sunna*). Essa distinção é fundamental para compreender que as leituras da *Sharia* (sagrada e universal) foram interpretadas por juristas muçulmanos (mundano, local e temporal) que, muitas vezes, privam as mulheres de autonomia e ação e às submetem à autoridade masculina, legitimando o patriarcado em bases religiosas (p. 114). No entanto, ela sustenta que essas interpretações podem e devem ser desafiadas dentro do quadro do *fiqh*, uma vez que representa a compreensão humana da vontade divina e, portanto, está sujeita a reinterpretção.

Conforme Mir-Hosseini descreve, o modelo clássico de casamento no *fiqh*, por exemplo, se baseia em um tipo de acordo matrimonial predominante na Arábia pré-islâmica, chamado de “casamento de domínio”, onde a mulher se tornava praticamente

propriedade do marido. Os juristas reformularam esse modelo para acomodar o apelo do Alcorão à reforma e à melhoria do status das mulheres, tornando as mulheres parte do contrato, em vez de sujeitas e beneficiárias do dote de casamento. No entanto, mesmo com essas reformas, a autoridade masculina sobre as mulheres no casamento permaneceu praticamente intacta (2009, p. 34). A autora argumenta que os juristas basearam seus argumentos teológicos em pressupostos filosóficos, sociais e jurídicos que sustentavam a subjugação das mulheres. Esses pressupostos incluíam a ideia de que as mulheres foram criadas para servir aos homens e de que os homens são superiores às mulheres. Eles também se basearam na teoria da diferença na sexualidade masculina e feminina, que justificava o controle masculino sobre as mulheres como uma necessidade para manter a ordem social (p. 35).

Segundo a autora, os argumentos das feministas em relação à concepção clássica do *fiqh* abrangem dois conjuntos de respostas interligadas. O primeiro conjunto é de natureza ideológica e política, centrando-se no pensamento patriarcal que influenciou as interpretações dos textos sagrados pelos juristas clássicos. Esse *ethos* levou à exclusão das mulheres da produção de conhecimento religioso, resultando na falta de representação de seus interesses na lei. Em outras palavras, as feministas, sejam seculares ou islâmicas, apontam para a maneira como o patriarcado moldou a interpretação dos juristas e marginalizou as vozes das mulheres (2009, p. 33).

O segundo conjunto de respostas é mais epistemológico, focando nas maneiras pelas quais as normas sociais, práticas matrimoniais e ideologias de gênero foram consideradas como verdades absolutas e fixas no *fiqh*. Para Mir-Hosseini, em vez de reconhecê-las como fenômenos sociais sujeitos a mudanças ao longo do tempo, os juristas clássicos as trataram como ordens divinas, tornando-as imutáveis. Aqui, as feministas argumentam que essa visão estática e inflexível das normas sociais e de gênero contribuiu para a perpetuação da desigualdade de gênero e para a subjugação das mulheres na sociedade (2009, p. 33).

Um exemplo de reinterpretação das fontes pode ser a análise da afro-americana, linguista e escritora Amina Wadud quando ela cita o *Hadith*⁷ do Profeta Maomé, que diz: “de fato, seu Senhor tem certos direitos sobre você, e sua família tem certos direitos sobre você, e sua própria alma tem certos direitos sobre você, então dê a cada um de acordo com os direitos que são devidos.” (2009, p. 105, tradução nossa). Para Wadud, esta interpretação desse *Hadith* é significativa, pois destaca a importância de equilibrar os direitos e deveres para com Deus, para com a família e para consigo mesmo. Para ela o *Hadith* enfatiza a importância de que cumprir os direitos aos outros e a si mesmo é cumprir suas obrigações religiosas. A palavra “família” (*ahl*), diz ela, pode ser interpretada de forma ampla,

7. Segundo Badran, o *Hadith* são “(...) ditos e feitos relatados, mas nem sempre autênticos, do Profeta Maomé, [que] também têm sido frequentemente usados para reforçar ideias e práticas patriarcais” (2009, p. 247, tradução nossa).

referindo-se não apenas aos membros imediatos da família, mas também à comunidade como um todo. Isso implica em trabalhar em conjunto com outras pessoas além de si mesmo para alcançar um equilíbrio saudável entre as obrigações religiosas e as obrigações sociais (2009, p. 106).

Wadud ressalta, no entanto, que a interpretação patriarcal desse *Hadith* tende a enfatizar a autoridade masculina e a submissão feminina, reforçando um modelo de família hierárquico e patriarcal. Nessa interpretação, os “direitos” que o *Hadith* menciona são frequentemente vistos como deveres e responsabilidades que os membros da família devem cumprir uns para com os outros, colocando ênfase na autoridade masculina e na obediência feminina.

Além disso, Wadud destaca a importância de cumprir os direitos “próprios da alma”, o que sugere que o autocuidado e o desenvolvimento pessoal também são parte integrante da prática religiosa. Essa interpretação desafia a ideia de que o papel das mulheres muçulmanas na família se limita ao sacrifício e ao serviço aos outros, ressaltando a importância de reconhecer e atender às suas necessidades individuais (p. 106). Na interpretação patriarcal, os deveres das mulheres são voltados ao trabalho de cuidado e reforçando um modelo de família hierárquico (p. 106). Essa interpretação ignora o aspecto de equilíbrio e cooperação entre os membros da família mencionados no *Hadith* que, para a autora, destaca a importância do amor mútuo e da parceria entre marido e mulher, como mencionado também em outras partes do Alcorão. Ela argumenta que essa relação deve ser baseada em cooperação e igualdade, em vez de dominação e hierarquia. Essa interpretação contrasta com o modelo patriarcal e destaca a necessidade de reformas nas leis e políticas, para refletir a igualdade e a integridade das mulheres na sociedade atual (p. 105-109).

Segundo Fatima Seedat (2013), doutora em direito islâmico e especialista em estudos feministas em países de maioria muçulmana, inicialmente havia resistência ao rótulo “feminista”, por ser visto como algo fora dos limites do Islã e associado a valores ocidentais. Algumas autoras, como Asma Barlas, e Amina Wadud, dentre outras, afirmam que suas produções voltadas para a igualdade de gênero foram motivadas por sua fé, e não pelo feminismo em si (p. 415). Wadud, em particular, preferia se descrever como “pró-feminista” e “pró-fé” até os anos 1990, quando passou a se identificar como feminista islâmica, ao entender a necessidade de desafiar tanto leituras patriarcais do Islã quanto interpretações seculares do feminismo (p. 416).

Wadud inicialmente tinha reservas em relação ao feminismo hegemônico, que ela via como majoritariamente secular, branco e elitista, e acreditava que muitas interpretações do feminismo estavam envolvidas com o legado do colonialismo. Ela acreditava que essas interpretações não abordavam adequadamente os desafios específicos enfrentados por mulheres muçulmanas. No entanto, ao longo do tempo, a autora abraçou a identidade de feminista islâmica, reconhecendo a necessidade de um movimento que desafiasse tanto as

interpretações patriarcais do Islã, quanto as visões seculares e antirreligiosas do feminismo. Este espaço híbrido do “feminismo islâmico” busca reconhecer a complexidade das experiências das mulheres dentro do Islã e criticar narrativas que marginalizam essas vozes.

A identidade de feminista islâmica de Wadud é afirmada ao mesmo tempo que ela se recusa a fazer uma interpretação feminista do Alcorão, preferindo uma interpretação inclusiva (2022). Para ela, o feminismo islâmico se desenvolveu como um método necessário para entender e confrontar os desafios enfrentados pelas mulheres muçulmanas. Sua atuação se estende para além do campo acadêmico, com participação ativa na fundação do *Sisters in Islam* (SIS), uma ONG que promove os direitos das mulheres muçulmanas.

O *Sisters in Islam*, fundado em 1988 na Malásia, se identifica como islâmico e feminista, defendendo debates sobre a religião e promovendo reformas políticas e interpretações inclusivas do Islã. Ao reivindicar o direito das mulheres muçulmanas de definir feminismo e Islã, a organização desafia visões estereotipadas e amplia o espaço de discussão e empoderamento das mulheres muçulmanas.

Em 2006, o SIS introduziu o movimento *Musawah*, uma rede internacional de grupos de mulheres de países de maioria muçulmana que trabalham na área da lei da família. *Musawah* busca promover reformas e proteção de direitos em nível nacional e regional, enfrentando desafios como a oposição de grupos conservadores e a falta de apoio governamental. O movimento desenvolve documentos teóricos e estratégias de ação, representando uma alternativa à visão estereotipada dos muçulmanos e demonstrando um compromisso com a mudança progressiva.

Em uma publicação para o jornal feminista da Malásia, *Magdalene*, Wadud (2020) explica que o foco do movimento *Musawah* nas leis da família se deve à necessidade de trabalhar dentro de um instrumento legal que opera no contexto do Estado-nação. Muitos países muçulmanos, ou mesmo países não muçulmanos com grandes populações muçulmanas, estabelecem tribunais para adjudicar questões relacionadas ao bem-estar das mulheres, especialmente nas áreas do direito de família ou de status pessoal. Esses tribunais operam com a premissa fundamental de que os homens detêm na prática o poder decisório. Para ela, dismantlar essa estrutura de superioridade masculina, em um nível prático, significa desafiar os sistemas legais estabelecidos que sustentam noções que violam, de muitas formas, a igualdade constitucional garantida às mulheres no contexto dos Estados-nação. Portanto, conclui ela, estrategicamente, o enfoque nas leis da família representa uma ferramenta poderosa para promover mudanças concretas.

O movimento *Musawah* engaja-se em projetos específicos alinhados com organizações como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Cada país signatário deve apresentar relatórios para a CEDAW, e a ONG *Musawah* colabora na elaboração de relatórios paralelos que destacam a realidade das mulheres no terreno (Wadud, 2020).

Uma das estratégias adotadas pela ONG, em colaboração com a CEDAW e as agendas dos Estados-nação, é educar sobre as definições de *Islã* nas Nações Unidas. Questiona-se quem define o *Islã* e como, destacando discrepâncias entre as definições e os princípios islâmicos reais e as reservas feitas pelos países em documentos internacionais. Esse processo tem sido gradual, mas está se mostrando cada vez mais eficaz ao longo do tempo, ao desafiar interpretações arbitrárias e questionar a legitimidade das mesmas frente a instâncias internacionais (Wadud, 2020).

Em conclusão, o feminismo islâmico representa um movimento dinâmico e global que desafia dicotomias culturais e ideológicas, oferecendo uma abordagem inovadora para a luta pela igualdade de gênero dentro do contexto islâmico. Ao se desprender das fronteiras geográficas e mesclar abordagens seculares e religiosas, as mulheres envolvidas no feminismo islâmico demonstram uma capacidade notável de transcender limites, unindo vozes diversificadas em torno de objetivos comuns de justiça social e empoderamento feminino.

A análise crítica das interpretações da lei islâmica (*Sharia*) por feministas islâmicas, como destacado por Mir-Hosseini e Wadud, revela um esforço significativo para desafiar concepções patriarcais arraigadas, redefinindo princípios religiosos em termos de igualdade e autonomia feminina. Essa reinterpretação, que demonstra a inflexibilidade da interpretação humana (*fiqh*) (jurisprudência islâmica) – visto que são livros finalizados no século VII- e a necessidade de ser remodelado, reformado à luz da modernidade e das diferenças entre as nações e as sociedades, sob o viés da reinterpretação não patriarcal, demonstra a necessidade da reforma do Islã às necessidades e às aspirações das mulheres e das sociedades muçulmanas contemporâneas.

Em suma, o feminismo islâmico representa uma resposta significativa aos desafios contemporâneos enfrentados pelas mulheres em sociedades de maioria muçulmana, destacando a necessidade premente de desafiar visões estereotipadas e unilaterais sobre o Islã e o feminismo. Movimentos como *Musawah* demonstram um compromisso concreto com a promoção de mudanças progressistas e a diversidade de interpretações dentro do contexto islâmico, especialmente ao engajarem-se em organizações internacionais como a CEDAW.

A emergência e o crescimento do feminismo islâmico desde a década de 1980 refletem uma resposta dinâmica aos contextos históricos, sociais e políticos que moldam as experiências das mulheres muçulmanas. Esse movimento se torna relevante ao oferecer uma alternativa à dicotomia simplista entre secularismo ocidental e conservadorismo religioso, ao mesmo tempo que desafia estereótipos negativos e reivindica a agência das mulheres na interpretação de sua fé em termos de justiça e igualdade.

No contexto atual, marcado por formas crescentes de discriminação de gênero, o feminismo islâmico emerge como uma voz crucial na luta pelos direitos humanos e pela

inclusão, contribuindo para transformar o discurso religioso em um instrumento de emancipação e empoderamento feminino. Ao resgatar os princípios de justiça e igualdade dentro do contexto islâmico, as ativistas promovem uma visão mais progressista e inclusiva do feminismo global, buscando uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres, independentemente de sua fé ou origem cultural.

Através da criação de organizações como *Sisters in Islam* e *Musawah*, o feminismo islâmico evidencia um compromisso prático com a transformação legal e social, buscando desmantelar estruturas patriarcais e promover uma representação inclusiva das mulheres nas sociedades de maioria muçulmana.

Dessa forma, o feminismo islâmico não apenas desafia estereótipos ocidentais sobre o Islã e o feminismo, mas também oferece uma visão alternativa e progressista, que valoriza a autodeterminação das mulheres dentro de suas próprias tradições religiosas e culturais. Ao abraçar uma abordagem inclusiva e interseccional, o feminismo islâmico continua a se desenvolver como um movimento global que inspira mudanças em direção a uma sociedade mais igualitária para mulheres de todas as origens e crenças.

Considerações finais

Com o objetivo de analisar os movimentos sociais das mulheres turcas ao longo do século XX até os dias atuais, este artigo destacou as mudanças sociais, políticas e culturais que moldaram a busca pela igualdade de gênero, e como se deu a influência ocidental nesse contexto.

Primeiramente, foi ressaltado o impacto, na Turquia, do kemalismo, uma ideologia que promoveu reformas radicais visando modernizar o país, inclusive a “emancipação” das mulheres. Sob o governo de Kemal Ataturk, os valores e instituições ocidentais tiveram um grande impacto nas reformas políticas como, a abolição do califado, a adoção de um código civil baseado no direito suíço (que proibiu a poligamia e equiparou os direitos de homens e mulheres em relação ao divórcio) e a concessão do direito ao voto para as mulheres em 1930. Essas mudanças foram cruciais para a visibilidade e participação das mulheres na esfera pública e política da Turquia, desafiando certas tradições patriarcais islâmicas.

O feminismo secular turco defendia os direitos das mulheres com base em princípios seculares e laicos, muitas vezes em oposição às interpretações religiosas tradicionais. As mulheres turcas desempenharam um papel significativo nas reformas kemalistas, que incluíam medidas para promover a igualdade de gênero, como o acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos parlamentos, bem como a introdução de leis de proteção para as mulheres.

Ao longo das décadas, a luta das mulheres por direitos e igualdade evoluiu, enfrentando desafios políticos e ideológicos, especialmente durante períodos de instabilidade

política e golpes militares. Durante esse tempo, surgiram o feminismo secular turco independente, nas décadas de 1950 a 1980, e debates subsequentes sobre o papel das mulheres, incluindo manifestações contra a violência de gênero e a resistência das mulheres islâmicas ao uso do véu em instituições públicas.

O processo de ocidentalização e secularização, iniciado sob o governo kemalista, teve um impacto ambíguo na emancipação das mulheres turcas. Houve avanços notáveis nos direitos das mulheres, como o sufrágio universal e a crescente participação em instituições educacionais, por um lado. Por outro lado, esses avanços foram implementados em um contexto nacionalista e autoritário, que limitava a atuação das mulheres dentro dos moldes seculares e ocidentalizados propostos pelo regime de Atatürk.

Com o movimento feminista, é interessante compreender como autoras como Amina Wadud e Ziba Mir-Hosseini desafiaram (e desafiam) concepções patriarcais arraigadas dentro da lei islâmica (*Sharia*), buscando uma reinterpretação mais inclusiva e não patriarcal desses princípios religiosos. Esse esforço demonstra uma resposta dinâmica às necessidades contemporâneas das mulheres muçulmanas, especialmente ao confrontar visões estereotipadas sobre o Islã e o feminismo. A mudança na identidade de mulheres como Amina Wadud, inicialmente resistindo ao rótulo “feminista” devido a preocupações culturais e históricas, mas eventualmente abraçando uma identidade de “feminista islâmica”, nos permite compreender rapidamente a complexidade das experiências das mulheres dentro do Islã, e as diferentes trajetórias que moldam suas perspectivas e identidades.

O surgimento de organizações como *Sisters in Islam* e o movimento *Musawah* também é significativo, pois elas demonstram um compromisso prático com a transformação legal e social em prol dos direitos das mulheres muçulmanas. Essas iniciativas não apenas desafiam estereótipos ocidentais sobre o Islã e o feminismo, mas também promovem uma visão que valoriza a autodeterminação das mulheres dentro de suas próprias tradições religiosas e culturais.

Atualmente, uma das principais mudanças decorrentes da luta feminista secular turca e da feminista islâmica ocorre com sua participação na campanha para a reforma do Código Penal Turco. No início dos anos 2004, após uma longa luta das mulheres pela reforma, foram concretizadas 35 alterações no Código Penal Turco, reconhecendo finalmente a autonomia das mulheres sobre sua sexualidade e corpo. Essas mudanças legais representaram um marco histórico, pois reconheceram, pela primeira vez legalmente, a propriedade das mulheres sobre seus corpos, e defenderam a inviolabilidade do corpo feminino como um direito fundamental (Pinar Ikkaracan, 2007, p. 26-27).

A campanha pela Reforma do Código Penal Turco, liderada pelas ONGs de mulheres turcas, destaca-se como um dos exemplos inspiradores de uma defesa bem-sucedida conduzida pela sociedade civil. Apesar da oposição firme do governo, essa iniciativa resultou

em uma reforma inovadora a nível nacional. Isso ressalta a grande importância que as mulheres desempenharam na luta pela igualdade de gênero e pelos direitos humanos na sociedade turca. Diante do cenário global atual, marcado por crescentes formas de discriminação, o movimento feminista secular turco e o feminista islâmico, como discutido no estudo, emergem como vertentes diferentes, que buscam conquistar seus direitos dentro de seus contextos específicos. Esses esforços refletem não apenas a determinação das mulheres em reivindicar sua autonomia e igualdade, mas também a importância de uma sociedade civil engajada na promoção da justiça social e dos direitos humanos para todos.

Referências

AHMED, Leila. *Women and gender in Islam: historical roots of a modern debate*. New Haven & London: Yale University Press, 2021.

ARAT, Yesim. The Project of Modernity and Woman in Turkey. In: *Rethinking Modernity and National Identity in Turkey*. Seattle and London: University of Washington Press, 1997, p. 95-112.

BADRAN, Margot. Between Secular and Islamic Feminism/s: Reflections on the Middle East and Beyond. *Journal of Middle East Women's Studies*, vol. 1, no. 1, 2005, p. 6–28. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40326847>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BADRAN, Margot. *Feminism in Islam: Secular and religious convergences*. Oxford: One world, 2009.

CAGATAY, Selin. *The Politics of Gender and the Making of Kemalism Feminist Activism in Contemporary Turkey (1946-2011)*. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Central European University Department of Gender Studies. Hungary, 2017. Disponível em: <https://www.etd.ceu.edu/2018/cagatays.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DINER, Cagla; TOKTAS, Sule. Waves of feminism in Turkey: Kemalist, Islamist and Kurdish women's movements in an era of globalization. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, Vol. 12, No.1, 2010, p. 41-57. DOI: 10.1080/19448950903507388. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19448950903507388>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DURAKBASA, Ayse. Kemalism as identity politics in turkey. In: *Deconstructing Images of the Turkish Woman*. New York: Palgrave, 1999, p. 139-155.

HOMAR, Cristina Monteys. THE INTERVIEW | amina wadud “I do not make a feminist interpretation of the Koran, but rather an inclusive reading of it” (ISLAM). *The Religious Affairs Office*, 2022. Disponível em: <https://ajuntament.barcelona.cat/oficina-afers-religiosos/en/blog/interview-amina-wadud-i-do-not-make-feminist-interpretation-koran-rather-inclusive-reading-it>. Acesso em: 29 marc. 2024.

GOLE, Nilüfer. Secularism and Islamism in Turkey: The Making of Elites and Counter-Elites. *Middle East Journal*, vol. 51, no. 1, 1997, p. 46–58. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4329022>. Acesso em: 5 ago. 2023.

GOLE, Nilüfer. *The Forbidden Modern: Civilization and Veiling*. Michigan: The University of Michigan Press, 1996.

KANDIYOTI, Deniz. *Women, Islam, and the State*. Philadelphia: Temple University Press, 1991, p. 22-45.

KANDIYOTI, Deniz. Gender and women's studies in Turkey: A moment for reflection? *In: New Perspectives on Turkey*. 2010. p. 165-176. Doi: 10.1017/S089663460000580X. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/292824798>. Acesso em: 20 out. 2023.

ILKKARACAN, Pinar. *Reforming the Penal Code in Turkey: The Campaign for the Reform of the Turkish Penal Code from a Gender Perspective Turkey*. Web Version, 2007. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/ids/Part/proj/pnp.html>. Acesso em 6 maio de 2024.

LIMA, Cila. *Women and Islamism: The Cases of Turkey and Egypt*. LAP LAMBERT Academic Publishing, 2013.

MIR-HOSSEINI, Ziba. The Challenges of Islamic Feminism. *Gender a výzkum. Gender and Research*, v. 20, No. 2, 2019, p. 108–122. Doi: 10.13060/25706578.2019.20.2.486.

MIR-HOSSEINI, Ziba. Towards Gender Equality: Muslim Family Laws and the Shari'ah. *In: ANWAR, Zainah (ed.). Wanted: Equality and Justice in the Muslim Family*. Malasia: Musawah, an initiative of Sisters in Islam, 2009, p. 23-64.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*, 1979. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 15 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim*, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 15 out. 2023.

VOLL, John O.; HADDAD, Yvonne; ESPOSITO, John. The Revivalist Heritage. *In: The Contemporary Islamic Revival: A Critical Survey and Bibliography*. Greenwood Publishing Group, ed. 20, 1991, p. 23-36.

YAVUZ, M. Hakan. *Islamic Political Identity in Turkey*. New York: Oxford University Press, 2003.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DE GAMAL ABDEL NASSER NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA DURANTE OS CONFLITOS NO CANAL DE SUEZ

GAMAL ABDEL NASSER'S DECISION-MAKING PROCESS IN EGYPTIAN FOREIGN POLICY FORMULATION DURING THE SUEZ CANAL CONFLICTS

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli¹
Thatiane Gabrielle Bôscua²

Resumo: A presente pesquisa buscou analisar como o processo de tomada de decisão do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser influenciou a formulação da política externa durante os conflitos no Canal de Suez, após nacionalização da rota pelo Egito. As decisões tomadas pelos formuladores de política externa e o papel dos *decision-makers* nesses processos, sob foco na figura do presidente Nasser, foram analisados através da pesquisa bibliográfica. Com isso, foi possível identificar como as abordagens pessoais de Nasser, como *decision-maker*, contemplaram e centralizaram suas ações de política externa no tabuleiro internacional pela sua própria figura, configurando o curso da política externa.

Palavras-chave: Canal de Suez; Conflito no Canal de Suez; Egito; Política Externa; Tomada de Decisão.

Abstract: The present research aimed to analyze how Egyptian President Gamal Abdel Nasser's decision-making process actively influenced the country's foreign policy formulation during the Suez Canal conflicts, after the nationalization of the route through Egypt. The decisions made by foreign policymakers and the role of decision-makers in these processes, focusing on the figure of president Nasser, were analyzed from the bibliographic research. With this, it was possible to identify how Nasser's personal approaches, as a decision-maker, contemplated and centralized his foreign policy actions on the international board by his own figure, configuring the course of foreign policy.

Keywords: Conflict in Suez Canal; Decision making; Egypt; Foreign Policy; Suez Canal.

1. Pós-doutorando pelo CEBRAP e Doutor em Ciência Política pela UFSCar. Professor de Ciência Política da UFCG e foi professor de Relações Internacionais no UNISAGRADO. Possui interesse nas áreas de análise de política externa, instituições políticas comparadas e processo decisório. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0598322092154820>. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6911-5485>.

2. Pós-graduada em Direito Internacional e Direitos Humanos pela PUC-Minas, bacharel em Relações Internacionais pelo UNISAGRADO e graduanda em Direito pela Uninove. Possui interesse nas áreas de análise de política externa, migrações internacionais e direitos humanos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5095024001111865>. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3699-142X>.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como o processo de tomada de decisão do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser influenciou a formulação da política externa do país, durante os conflitos no Canal de Suez, no contexto de Guerra Fria e descolonização africana e asiática. Ademais, como objetivos específicos, também visa compreender o processo dos conflitos árabes no Canal de Suez e da participação dos demais países envolvidos no conflito como França, Grã-Bretanha, União Soviética, Estados Unidos e Israel; explorar e investigar os motivos e disposições dos tomadores de decisão, passíveis de levá-los a um conflito internacional; e analisar a formulação de política externa a partir dos *decision-makers*.

O Egito, devido à sua localização territorial estratégica, desempenha um papel crucial como uma ponte terrestre entre dois continentes, e conecta duas importantes hidrovias: o Mar Mediterrâneo e o Oceano Índico. Sua presença se estende desde o golfo de Suez até a Península do Sinai, abrangendo o norte da África e alcançando a Ásia. Além disso, é capaz de interligar os continentes africano, europeu e asiático e o mundo árabe (R. Hinnebusch; N. Shama, 2014). A geopolítica do Egito, conforme destacado por A. Dessouki (2008), delinea um país de grande pertinência e vantagens para ser controlado e governado.

No entanto, embora esteja centralizado em um contexto geográfico relevante, a influência da geografia na política depende da interação de como a elite particular ou os líderes no poder percebem seu significado e sua importância (Dessouki, 2008). A geografia egípcia era contemplada e compreendida como extremamente relevante tanto por atores nacionais quanto internacionais. Consequentemente, os presidentes egípcios, cientes dessa vantagem geopolítica, exploravam-na de maneiras distintas, naturalmente buscando a liderança regional (Hinnebusch; Shama, 2014).

Outro aspecto fundamental da identidade egípcia é sua ligação intrínseca com a identidade árabe-islâmica, sendo esta inata e parte indissociável da comunidade egípcia. Como epicentro da civilização islâmica, o Egito abriga uma população onde mais de 90% se identificam como muçulmana, tendo o Islã como religião oficial do Estado, e onde o árabe é a língua materna de todos os egípcios (Dessouki, 2008; Hinnebusch; Shama, 2014). Essa realidade contribui para que a cultura popular seja profundamente islâmica, gerando coesão social, forte identificação e um senso de unidade e coletividade entre a população egípcia (Dessouki, 2008).

Inúmeras são as consequências positivas decorrentes disso; entre elas, destaca-se a posição do Egito como centro intelectual e político no mundo árabe contemporâneo (Hinnebusch; Shama, 2014). Entretanto, no contexto internacional, a unidade do Egito possibilitou a tomada de decisões complexas na política externa; decisões essas que seriam praticamente impossíveis para a maioria dos países árabes, devido às suas fragmentações domésticas e internas (Dessouki, 2008). Ou seja, a existência de uma população com forte

senso de unidade propiciou ao Egito uma política externa forte e de referência, tanto regional quanto internacionalmente.

Ademais, a identidade egípcia foi consolidada por meio da figura e das ideologias de Nasser: sua politização como oficial do exército durante a guerra da Palestina levou-o a compreender que os estados árabes se defrontavam com os mesmos inimigos imperialistas e sionistas. Durante seu regime, Nasser empenhou-se ativamente em propagar a mensagem pan-arabista através das escolas, da mídia e do partido único. Essas tentativas sistemáticas foram precisas e evocaram na população o entusiasmo árabe e a convicção de que a efetiva superação desses inimigos só seria possível por meio da unidade e cooperação entre os países árabes (Hinnebusch; Shama, 2014).

Já especificamente no contexto das crises do canal de Suez, onde os motivos foram predominantemente políticos, foi em 1956³ que elas efetivamente começaram. A nacionalização do canal pelo governo egípcio de Nasser foi o estopim para que as tensões armadas implodissem. No entanto, os conflitos anteriores, ocasionados pelas demandas de influência dos países envolvidos, foram os precursores para que as divergências aumentassem gradativamente. Com os britânicos e os franceses, a dominação colonial ao longo dos séculos resultou em intensas disputas para controle da região egípcia, em contrapartida aos movimentos anticoloniais que eclodiram nos países periféricos. Aliado a esse fato, a maioria das ações da Companhia do Canal de Suez pertencia à Grã-Bretanha e à França. Com os israelenses, para além da questão fronteiriça e territorial, os egípcios apoiavam o Estado palestino e sua autodeterminação. E, por fim, no contexto de Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética buscavam consolidar suas zonas de influência no Oriente Médio.

Após recusa dos Estados Unidos de financiar a represa de Assuã e os empréstimos solicitados pelo Egito ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o presidente egípcio nacionalizou a Companhia do Canal de Suez para obtenção de lucro estatal destinado ao pagamento da represa (L. Salgado Neto, 2012). Contudo, o controle marítimo ainda pertencia à Grã-Bretanha, levando-a a se juntar com Israel e França em busca de apoio para ataques armados e, estimulados pelos motivos anteriormente citados, formaram uma coalizão que objetivava retomar o canal. Já a União Soviética manteve seu apoio aos egípcios como forma de firmarem sua zona de influência no Oriente Médio (History Editors, 2009) e posicionaram-se contra a invasão realizada pelos europeus e israelenses.

Nesse contexto, os Estados Unidos interferiram no conflito ameaçando os países invasores com sanções econômicas caso não retirassem as tropas militares e continuassem os ataques. Além dos atores estatais, outro ator relevante para a finalização dos conflitos

3. Construído no Egito sob comando do diplomata francês Ferdinand de Lesseps, foi inaugurado oficialmente em 1869. Com aproximadamente 193 quilômetros de comprimento, o canal é responsável por interligar o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, por intermédio do Mar Vermelho. Assim, a hidrovía é responsável por boa parte do comércio oriental e facilita o escoamento da produção para o mercado europeu, fomentando as disputas por domínio na região (History Editors, 2009).

foi a *United Nations Emergency Force* (UNEF), organização interna da ONU, que supervisionou, de maneira armada, a retirada das três forças de ocupação (History Editors, 2009). Desse modo, a partir da pressão política das potências da Guerra Fria, conjuntamente à presença constante da ONU, houve a retirada dos invasores no Egito.

Atualmente, o Canal de Suez, embora seja um território pacífico em relação aos conflitos belicosos que aconteceram anteriormente, continua sendo indiscutivelmente importante para o cenário internacional e pauta da agenda egípcia. Desenvolvido pelo Egito, o projeto conhecido como “Novo Canal de Suez” visou expandir e duplicar a extensão das rotas marítimas. Ademais, a modernização do canal demonstra a força política e econômica do governo egípcio, que levantou recursos internos para a reformulação da estrutura do canal, de modo a expandir o poder econômico e político do Egito, consolidando seu desenvolvimento econômico com a geração de empregos e renda local e com a maximização da competitividade do Canal, intensificando sua posição como potência regional (Suez Canal Authority, 2019).

Inicialmente, cabe um maior enfoque nos fatores internos para compreender o comportamento internacional dos Estados. Sendo assim, ao juntar ambas as esferas – doméstica e internacional –, considerando atores e organizações passíveis de influenciá-los na formulação de suas políticas exteriores, os Estados – e, conseqüentemente, os indivíduos que os representam – são racionais, transformando o mundo em um local mais cooperativo em torno da racionalidade do comportamento em política externa (D. Beach, 2012).

Sendo, então, a política externa composta por fatores internos e externos, os impactos que tais âmbitos possuem um sobre o outro são inegáveis. Desse modo, as estruturas domésticas influenciam o comportamento internacional, definindo as estratégias a serem traçadas pelos atores e, paralelamente, sendo necessário mediar o impacto do externo sobre o doméstico (C. Hill, 2016). Já para R. Snyder, H. Bruck e B. Sapin (1962), o importante é compreender o processo que ocorre na formulação da decisão, ou seja, a análise de política externa deve se concentrar nas ações dos tomadores de decisão no cenário internacional. Tal qual o pensamento de Margaret e Charles Hermann (1989), as fontes de mudança na política externa podem configurar-se na relevância da figura doméstica para sua execução, ou seja, os indivíduos são partes ativas do processo decisório.

Diante do exposto, o presente estudo propõe responder à seguinte pergunta: de que maneira a atuação do presidente egípcio Nasser, através do seu processo de tomada de decisão como *decision-maker* político, influenciou a política externa do país durante os conflitos no Canal de Suez.

Assim, a relevância da pesquisa justifica-se pela importância histórica e geográfica do Canal de Suez, dos conflitos supracitados, da análise acerca dos países envolvidos e das respectivas unidades de decisão com enfoque na abordagem da liderança individual para formulação de política externa, seus motivos e conseqüências. Por isso, para alcançar o

objetivo de identificar tais influências na formulação de política externa egípcia, a pesquisa se deu a partir da investigação de caráter qualitativo, explicativo, analisando o conteúdo proposto a partir do estudo de caso e dos dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental em fontes secundárias.

Considerando que a presente pesquisa possui como objetivo central analisar como o processo de tomada de decisão de Nasser influenciou a formulação da política externa do país durante os conflitos ocorridos no Canal de Suez, a metodologia utilizada para alcançar tais resultados ocorreu de maneira explicativa, de caráter qualitativo (Lakatos; Marconi, 2001), com fontes primárias (livros, artigos científicos) e secundárias (documentos e dados).

Assim, foi possível relacionar os processos de tomada de decisão egípcios, suas respectivas influências para a formulação da política externa do país durante as crises no Canal de Suez e as relações entre a descolonização asiática e africana, a Guerra Fria e as influências das potências da época. Quanto aos procedimentos, considerou-se o histórico para investigar os precedentes da questão supracitada, assim como sua difusão e suas consequências; e o estudo de caso, para compreender de maneira ampla e detalhada o acontecimento, explicando sua relevância para o cenário internacional (A. Gil, 2008).

Visando compreender o papel da tomada de decisão para a formulação da política externa egípcia durante os conflitos ocorridos no Canal de Suez, fez-se necessário um apanhado acerca da definição e análise teórica da política externa e da operacionalização das unidades de decisão com enfoque na figura presidencial, buscando explicar a teoria para, posteriormente, aplicá-las à questão específica do Egito. Consecutivamente, realizou-se um levantamento histórico da questão egípcia para compreender as relações entre o país africano e os demais países envolvidos e a ascensão da figura de Gamal Abdel Nasser como símbolo pan-arabista no contexto dos processos de descolonização. Por fim, foram analisadas especificamente as decisões tomadas pelo presidente Nasser, no contexto do Canal de Suez, aplicando as teorias anteriormente apresentadas no estudo do caso.

DEFINIÇÃO E ANÁLISE TEÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA

Para compreender os processos de formulação da política externa egípcia a partir do processo de tomada de decisão, é necessário, nesse primeiro momento, explicitar os debates acerca das definições, preceitos e características envolvendo as questões concernentes à análise de política externa em si. Grosso modo, a política externa pode ser definida como sendo a formulação de políticas resultante da combinação de fatores internos e externos, domésticos e internacionais, conforme conceitua Christopher Hill (2016), de modo que seu objetivo é mediar o fluxo duplo entre as dinâmicas internas e externas, possuindo a capacidade de moldar os próprios ambientes em que está operando.

Sendo, então, a política externa composta por fatores internos e externos, os impactos que tais âmbitos possuem um sobre o outro são inegáveis. Desse modo, as estruturas

domésticas influenciam o comportamento externo, definindo as estratégias a serem traçadas pelos atores e, paralelamente, sendo necessário mediar o impacto do externo sobre o doméstico. Para tanto, Hill (2016) expõe a relevância da questão da identidade no conceito doméstico. Em concordância com suas explicações, inserimos outras variáveis importantes para a análise de política externa, tais como grupos de interesse, mídia, opinião pública, partidos políticos, indivíduos e diversos agentes passíveis de tomarem decisões em âmbito internacional.

Já o ambiente externo, ou seja, a política internacional, também faz parte inerente da conceituação de política externa. Para compreender o fator internacional, Hill (2016:4, tradução nossa) aponta que é necessário perguntar: “*quem age, para quem e com que efeito?*”, relacionando o ambiente complexo em que os atores estão inseridos e suas questões particulares. Conseqüentemente, doméstico e estrangeiro são duas extremidades de um *continuum* (Hill, 2016), os quais fazem parte do contexto da política externa.

Concomitantemente, Hill (2016) explica que qualquer questão que seja significativa para um determinado país X, provavelmente será significativo para alguns outros, pois a política externa não ocorre no vácuo, embora a maioria dos problemas não impliquem em risco de guerra⁴. Por isso, os tomadores de decisão enfrentam sérios desafios na gestão da interação entre essas forças domésticas e internacionais. Assim, a política externa configura-se como sendo as relações externas oficiais dos países, conduzidas por um ator independente – que, embora geralmente estatais, não possuem tal exclusividade, abrindo espaço para que outros atores paraestatais participem dessas associações (Hill, 2016).

Hill (2016) demonstra que são os próprios decisores que definem a política externa através de suas ações e conseqüências de suas decisões. Sendo assim, tudo o que os atores fazem a nível nacional gera um resultado em política externa e faz-se necessária uma visão estratégica para equilibrar os resultados gerados internamente, ao passo que lidam com as restrições em âmbito internacional.

No entanto, embora a política externa possua determinados fundamentos e características que a definem e norteiam, aqueles que a conduzem devem estar preparados para se adaptar às demandas específicas de sua época, de maneira a preservar os diversos temas internacionais com os quais os Estados encontram-se engajados, mantendo e promovendo segurança (Hill, 2016).

Já com relação à análise dos agentes internacionais, conforme já citado, embora um dos principais atores ainda seja o Estado, diversos outros grupos passam a se engajar

4. No campo da Análise de Política Externa, os temas da agenda global são classificados em *high politics* e *low politics*, considerando o trinômio força-poder-interesse. *High politics* referem-se a políticas de elevada complexidade e importância, concernentes a assuntos de segurança e objetivos táticos. Por outro lado, *low politics* abrangem políticas de menor complexidade e de relevância secundária, incluindo áreas como tecnologia, meio ambiente, direitos humanos, entre outros. Embora possuam algum grau de efetividade, são temas considerados mais inclusivos; entretanto, *low politics* podem ser consideradas *high politics* ao adquirirem relevância e efeitos equivalentes (T. Castro, 2012).

ativamente nas relações internacionais, como empresas, corporações, atores transnacionais e paraestatais, grupos terroristas, dentre outros. Tais atores transnacionais representam mais uma forma de ação em política externa. Na prática, tal variedade de atores e a maneira como são capazes de influenciar o mundo institui um ambiente multinível e imprevisível.

Quanto ao Estado, este pode ser definido como um conjunto de instituições, disposições e territórios, os quais tornam possível a existência dos governos. A partir de um conjunto de instituições ou elementos de poder legitimado, ou seja, o monopólio legítimo do uso da força segundo o Estado moderno westfaliano, tem por objetivo garantir a continuidade da ordem de propósito comum. Outra característica delimitada por Hill (2016) refere-se ao constitucionalismo, necessário para adquirir legitimidade, garantindo à sociedade igualdade e responsabilidade daqueles que estão no poder. Além disso, indispensavelmente, todo Estado deve ser reconhecido no sistema internacional, além do equilíbrio entre os aspectos internos e externos.

Nesse sentido, acerca do papel do Estado como um dos principais atores, porém não exclusivamente o único dentro da Política Externa, as definições que o caracterizam como uma unidade desagregada e até mesmo não racional por muitas vezes têm as críticas à teoria realista de Relações Internacionais como pano de fundo⁵. Conforme supracitado, a análise da Política Externa possui um ambiente multinível, o qual pode ser caracterizado a partir dos níveis de análise a serem executados: nível individual, do Estado e do sistema internacional. O primeiro grupo diz respeito à psicologia, ideologia, personalidade, crenças, percepções e cognições da figura dos indivíduos a serem analisados. O segundo nível relaciona-se com a estrutura do sistema político, opinião pública, nacionalismo, política, sociedade, economia e cultura; e, por fim, o último nível refere-se à anarquia do sistema internacional, hegemonia internacional, distribuição de poder e relações entre os Estados, em blocos econômicos, organizações internacionais ou temas de interesse (A. da Rocha, 2002).

Além desses tópicos, cabe a introdução dos conceitos de agente e estrutura. O primeiro, Hill (2016) define como entidades que são capazes de tomar decisões e ações em qualquer contexto, podendo ser indivíduos únicos ou coletivos, caracterizados por intenções conscientes ou padrões de comportamento, ou seja, entidades capazes de agir. Já a estrutura, o segundo conceito, é uma junção de fatores que integram os múltiplos ambientes nos quais os agentes operam, moldando a natureza das escolhas. Desse modo, os agentes são moldados por estruturas e vice-versa.

5. Para o realismo, o Estado é o único ator em Política Externa capaz de explicar o comportamento dos mesmos, de modo que é um ator racional, monolítico e unitário, envolto pela anarquia do sistema internacional, onde os decisores agem de acordo com a lógica da maximização do interesse nacional (T. Allison, 2008). Kenneth Waltz (1979), em suas análises, relacionou o Estado a caixas-pretas ou bolas de bilhar, devido às suas características de indivisibilidade e homogeneidade.

Devido à complexidade do exposto, surgiu a indispensabilidade de analisar a política externa, que tem por objetivo investigar os motivos e fontes do comportamento dos atores internacionais, a partir das tomadas de decisão, que estabelecem conexões tanto internacionalmente quanto nos vários subsistemas da burocracia nacional (Hill, 2016). Tais debates podem ser predominantemente teóricos, a partir de perspectivas comparativas, conceituais e interdisciplinares, ou, de maneira prática, através das infinitas possibilidades de atores no cenário internacional, em contextos bilaterais e multilaterais (Hill, 2016).

Outra questão levantada pelo autor é que a política externa é uma importante forma de argumentação política, tornando os debates teóricos adaptáveis de acordo com o problema a ser analisado. Sendo assim, a discussão acerca da análise de política externa ocorre tanto na esfera pública, com os grupos de interesse, manifestações públicas e mídia, como dentro do governo formal, entre ministros, equipes concorrentes e funcionários da política burocrática (Hill, 2016).

Por fim, retomando a temática dos *decision-makers* na política externa, Hill exprime que eles são responsáveis por

[...] Eleitores, interesses especiais, diásporas, aliados, parceiros regionais, expatriados, humanidade como um todo, futuras gerações, direito internacional, Nações Unidas, povos que necessitam de assistência emergencial e aqueles que possuem determinadas reivindicações históricas (Hill, 2016:29, tradução nossa).

E, por isso, os tomadores de decisão enfrentam múltiplas responsabilidades. Além disso, a diplomacia é feita paralelamente aos Ministérios de Relações Exteriores por outros ministérios domésticos, ou seja, pessoas nos mais diversos âmbitos fazendo política externa (Hill, 2016). Deste modo, o questionamento passa a ser: quem são os *decision-makers*? Questionamento este que será respondido no decorrer da próxima sessão.

PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA: A IMPORTÂNCIA DOS POLICY-MAKERS

Ainda no que tange à parte teórica da análise de Política Externa e, tendo como base a relevância do funcionamento da operacionalização das unidades de decisão, tal qual os questionamentos propostos por Hermann e Hermann (1989), a presente seção inicia-se com as seguintes questões: quem são os tomadores de decisão na política externa? Quais são os efeitos do *decision-making process* sobre a política externa?

Partindo desses pressupostos, os autores argumentam que diferentes atores podem impactar as decisões de política externa, que devem ser canalizadas a partir de “*estrutura política de um governo que identifica, decide e implementa a política externa em seu país*” (Hermann; Hermann, 1989:362, tradução nossa). Em geral, isso significa que as unidades de decisão são notáveis pelo objetivo de moldar o comportamento da política externa. Os autores classificam algumas unidades de decisão, embora expliquem que elas variam conforme o

tempo e o problema em questão, incluindo figuras como chefes de governo, líderes executivos, coalizões, agências interdependentes, gabinetes, entre outros (Hermann; Hermann, 1989).

De maneira complementar, Snyder, Bruck e Sapin (1954) – autores que inovaram a análise de política externa ao se pautarem no processo de formulação da decisão –, indicam que os Estados são os decisores oficiais; entretanto, sua existência apenas é possível de acordo com as pessoas que nele habitam e que agem em seu nome, ou seja, os decisores humanos são os atores fundamentais. Por isso, analisar o comportamento dos *decision-makers* políticos nesse processo é fundamental para explicar os contextos pessoais e, conseqüentemente, dos Estados.

Snyder, Bruck e Sapin (1954) dispõem de alguns pressupostos essenciais para explicar a maneira como a Política Externa deve ser esmiuçada. Em um primeiro momento, é importante considerar que as decisões tomadas são feitas através de decisores políticos identificáveis, ou seja, pessoas as quais as atividades comportamentais podem – e devem – ser estudadas e explicadas, pois, conforme supracitado, as decisões em nome dos Estados ocorrem por meio destas, não sendo eles a estrutura maciça, rígida e inflexível que o realismo propunha.

O segundo pressuposto diz respeito à percepção dos decisores com relação à definição da situação. Snyder, Bruck e Sapin (1954) afirmam que existe um conjunto de fatores que condicionam uma situação específica, onde as questões externas estão inseridas, sempre considerando a percepção individual dos decisores políticos para cada processo de tomada de decisão. Em resumo, as decisões são tomadas influenciadas pela individualidade e entendimentos particulares dos *decision-makers*.

Em terceiro lugar, tem-se a ênfase nas origens domésticas e societárias da Política Externa: o foco da investigação, além das fontes internas, é no próprio processo decisório em si. E, por fim, o processo de decisão é importante e independente, sendo indispensável, para explicar uma decisão em política externa, compreender o processo de sua formulação, analisando a relação entre decisão, processo e tomador, através de perguntas de “como” e “porquê” (Snyder; Bruck; Sapin, 1954).

Para Snyder, Bruck e Sapin (1954), o estudo do processo decisório é o responsável por identificar quem e como é formulada a política externa, e o que influencia o processo de tomada de decisão. A ênfase analítica é sobre o âmbito doméstico; no entanto, as variáveis sistêmicas ainda fazem parte da análise de modo a compreender sua implementação.

M. Breuning (2007) contribui com a relação de causalidade em análise de política externa, afirmando que para entender o motivo da tomada de decisão, é necessário avaliar os comportamentos e resultados. Para ele, as causas são os fatores que explicam os comportamentos de política externa, chamado de variável independente, enquanto o efeito é o fenômeno que busca ser explicado, ou seja, a variável dependente.

Paralelamente à independência do processo decisório, a teoria dos Jogos de Dois Níveis de Robert Putnam (2010) infere outra visão, uma vez que estabelece dois tabuleiros, sobre os quais o tomador de decisão transita durante o processo de negociação: o tabuleiro internacional e o doméstico. No nível I, os governos buscam maximizar suas demandas para satisfazer as pressões domésticas, simultaneamente às tentativas de minimizar as consequências à âmbito internacional; enquanto no nível II, os grupos domésticos formam coalizões que buscam pressionar o governo para adotar políticas favoráveis aos interesses internos (R. Putnam, 2010)⁶.

Hermann e Hermann (1989), com o objetivo de determinar quem são os decisores de política externa, conceituam as teorias das unidades de decisão. Os autores afirmam que todos os decisores de política externa pertencem a uma dessas:

[...] Líder predominante: único indivíduo que tem o poder de tomar as decisões em política externa sozinho e pode suprimir toda a oposição.

Grupo único: conjunto de indivíduos, todos membros do mesmo grupo ou instituição, que coletivamente decidem o rumo a seguir em política externa, [...] com as decisões a serem tomadas por maioria, unanimidade ou outro método de decisão pelo qual o grupo funciona.

Múltiplos atores autônomos: os atores que participam no processo de tomada de decisão em política externa são indivíduos, pertencentes a grupos ou instituições distintas, que têm de concordar entre si sobre a forma como o governo deve agir nas relações externas (Hermann; Hermann, 1989:363-364).

No caso específico do fenômeno egípcio, a unidade de decisão principal a ser analisada foi a do líder predominante, representada pela figura de Nasser, que simbolizou importantes movimentos como o pan-arabismo⁷ e a luta pós-colonial nesse cenário. O tomador de decisão individual considera os valores, atitudes e percepções que guiam suas ações. Nesse sentido, Snyder, Bruck e Sapin (1962) demonstram a necessidade de realizar uma análise intrínseca à estrutura do comportamento social do ambiente interno na tomada de decisão, considerando a formação de opinião e o processo político.

Objetivando sistematizar as diferentes abordagens existentes na análise de política externa, Allison (1971) critica a problemática acerca da decisão racional, propondo três principais paradigmas que auxiliam os pesquisadores a compreender esse processo

6. Isso demonstra que ambos os níveis são importantes para compreender a relação causal das pressões internacionais sobre a arena doméstica, uma vez que esse jogo de negociação passa a ser conduzido no próprio processo de tomada de decisão, que é igualmente influenciado pelo contexto da negociação do nível internacional.

7. Os movimentos panarabistas, que se intensificaram desde o final do antigo Império Turco Otomano com as noções de nacionalismo árabe, objetivavam politicamente abarcar a unidade do mundo árabe por seus patrimônios "*linguístico, cultural, religioso e histórico comum*" (M. Pinto, 2016:84), baseando-se no caráter nacionalista e centralizando a figura do Estado. Ao mesmo tempo, opunham-se ao colonialismo e à forma intervencionista ocidental nos países árabes-orientais. O presidente egípcio Nasser protagonizou seu simbolismo nessa questão, ao colocar o Egito como adepto dos movimentos de Terceiro Mundo e dos Não-Alinhados; por representar uma forma de salvação do domínio ocidental; e por suas sucessivas tentativas de restabelecimento do orgulho árabe, embora muitas vezes fracassadas (Pinto, 2016).

anteriormente citado de formulação e tomada de decisão: ator racional e/ou clássico, modelo de processo organizacional e modelo de política burocrática.

No primeiro modelo, os Estados são entidades monolíticas e unificadas (Allison, 1971), que tencionam à lógica da maximização do interesse nacional, de maneira racionalmente política e aos objetivos específicos existentes, relacionando o tipo de objetivo com a opção de decisão escolhida. Ou seja, “*o Estado A adotou o comportamento X com o intuito de alcançar o objetivo Y*” (Allison, 1971:38), e o papel do investigador é colocar-se na posição do decisor e compreender sua lógica, de acordo com seus objetivos e políticas.

Já no modelo de processo organizacional, em concordância com Snyder, Bruck e Sapin (1954), a política externa é resultante dos padrões dos comportamentos daqueles que a formulam, portanto, para que esse modelo funcione é necessário a identificação dos procedimentos, rotinas, avaliações e influências de quaisquer que sejam as variáveis nos atores organizacionais que interferem e/ou formulam política externa.

Por fim, o modelo de política burocrática considera indissociável a política interna da externa, e reitera a necessidade indispensável de considerar as conjunturas internas para se compreender a política externa, como um jogo de negócios e político, onde os jogadores são os atores governamentais que se posicionam através de negociações e manobras políticas para alcançar determinada decisão (P. Mendes, 2017). O autor aponta que o objetivo é concluído, ou seja, é possível explicar uma ação de política externa quando o investigador responde “*quem são os jogadores desse tabuleiro internacional, o que determina a posição de cada jogador, o que determina a influência de cada jogador e como o jogo combina influências e movimentos para produzir decisões*” (Allison, 1971:7, tradução nossa).

Focalizando na figura do líder predominante proposto por Hermann e Hermann (1989), de forma complementar, têm-se a análise cognitiva em política externa. Essa forma de análise busca identificar elementos subjetivos, tais como crenças, percepções, imagens e processamento de informações, que influenciam o comportamento dos atores; sendo assim, inferem o processo de tomada de decisão em política externa a partir das dimensões psicológicas e culturais dos indivíduos, dentro de um contexto racional integrado por cultura, valores e emoções. H. Sprout e M. Sprout (1956) consideram o ambiente psicológico dos indivíduos e/ou grupos que formulam a política externa como essenciais para compreender suas estratégias, decisões e intenções. Desta maneira, explicam a relevância de considerar o ambiente internacional da mesma maneira como ele é percebido e interpretado pelos decisores a serem analisados.

M. Brecher, B. Steinberg e J. Stein (1969) ilustram a formulação de política externa através das interações entre diferentes ambientes operacionais (*inputs*) sobre os decisores, que chegam a um resultado (*output*), através de uma decisão. Sendo assim, os ambientes operacionais podem ser externos, internos ou psicológicos. O âmbito externo, como as relações internacionais em geral, interações regionais, organizacionais e bilaterais; interno,

incluindo capacidade militar e econômica, estrutura política, grupos de interesse e elites competitivas; e psicológico, sendo as predisposições psicológicas tais como ideologia, legado histórico ou personalidade. Os autores afirmam, então, que a decisão é baseada no ambiente operacional e, com isso, o ambiente psicológico acaba se tornando central no processo decisório. No caso específico a ser analisado, a figura de Nasser, sua personalidade e ideologia individuais foram fatores essenciais para que o processo de tomada de decisão fosse tomado, exemplificado através de seus próprios discursos, no decorrer das próximas seções.

Já R. Jervis (1976) contribui ressaltando a importância das percepções e das percepções equivocadas no processo decisório – conhecidas como *perceptions* e *misperceptions*. Uma vez que os atores tendem a pensar dentro de suas próprias imagens e teorias, elas podem ser imprecisas de realidade e isso influencia diretamente na preferência por determinadas escolhas políticas dos decisores. Assim, suas escolhas podem ser ineficazes justamente por suas percepções individuais a respeito das situações em que estão tomando a decisão. O autor conclui reiterando que motivações emocionais são capazes de limitar a capacidade do decisor de absorver tais informações.

V. Hudson (2014) contribui amplamente com o debate da importância do líder individual em uma análise de política externa, a partir do tipo de regime, do seu interesse na política externa, da existência ou não de uma situação de crise, da existência ou não de situações de incerteza e/ou ambiguidade, do grau de treinamento deste líder em temas relativos à política externa, do conhecimento de uma área ou região em particular, do seu tipo de liderança e de suas interações com os demais grupos tomadores de decisão. Aplicando ao caso egípcio, podemos visualizar Nasser e sua relevância individual em política externa, considerando que o momento histórico da crise no Canal de Suez, a incerteza política motivada pelas relações com os países envolvidos no conflito, seu conhecimento na área, contribuindo fortemente para os conceitos de pan-arabismo e nacionalismo árabe, e a sua personalidade individual, a qual foi essencial para lidar com a política interna e externa simultaneamente, convergem com o citado por Hudson (2014). Ademais, o indivíduo como líder predominante, dificilmente terá uma decisão revertida, possuindo autoridade para elaborar a política externa, estando no topo da hierarquia.

Durante este capítulo, foram abordadas diversas questões que tangem a compreensão e explicação, de maneira multifacetada, das tomadas de decisão em política externa. Assim, foram apontadas as unidades de decisão existentes, focalizando nos tomadores de decisão e suas respectivas operacionalizações, e a relevância da figura individual de tais decisores políticos para o *decision-making process*, de modo a concluir que, além de suas variações, devido à quantidade diversificada de grupos que são capazes de influenciar a política externa, outros fatores são extremamente relevantes, tais como as percepções individuais dos decisores, a estrutura do comportamento social interno e a indissolubilidade do âmbito doméstico para o curso das ações à nível internacional.

POLÍTICA INTERNACIONAL E O CONTEXTO EGÍPCIO

Conforme visto na seção anterior, a política internacional depende diretamente dos fatores internos dos países e dos externos ao cenário global, onde os agentes expressam suas ações a partir dessas relações. Para compreender os processos decisórios egípcios durante os conflitos ocorridos no Canal de Suez é necessário, primordialmente, depreender o contexto histórico de sua formação e, conseqüentemente, dos processos anteriores a esse, tais como os acontecimentos internos e externos quanto à ocupação britânica, as disputas francesas pela dominação árabe, os acordos estadunidenses e os patrocínios soviéticos como forma de consolidarem suas zonas de influência e os litígios com os israelenses. Assim, será possível criar um panorama geral, compreendendo as influências e conseqüências da política regional e internacional do Egito ao longo dos anos.

A ocupação britânica no Egito é fundamental para compreender as decisões tomadas durante os conflitos de 1956, uma vez que ocorreu de maneira gradual e intensa. Durante o século XIX, enquanto o Egito ainda era uma província do Império Turco Otomano, a busca parisiense por formas de prejudicar o império britânico fez com que o exército francês ocupasse o território egípcio. Entretanto, os britânicos possuíam estruturas firmadas no Oriente Médio e, em contrapartida, invadiram o Egito para que o governo francês recuasse (F. de Souza, 2016). Embora as disputas ocorressem pelo território egípcio, o real objetivo do Império Britânico era consolidar seus interesses estratégicos e econômicos na Índia, a partir do enfraquecimento egípcio e domínio regional (de Souza, 2016). Nesse sentido, diversas foram as estratégias utilizadas para manter-se estruturados na região.

Alguns anos à frente, as animosidades entre ingleses e franceses pioraram, visto que a França desenvolveu um projeto para a construção do Canal do Suez, essencial para que europeus pudessem viajar à Ásia Oriental em curto espaço de tempo, o que permitiria o desenvolvimento do comércio europeu (de Souza, 2016; Salgado Neto, 2012). Londres, no entanto, receava que Paris utilizasse o novo canal para controlar as rotas à Índia. Preterindo a contrariedade inglesa frente ao projeto, o governo egípcio e o cônsul francês Ferdinand de Lesseps acordaram a construção do Canal, executada pela Companhia do Canal de Suez – francesa –, com financiamento egípcio e francês (Marsot, 2007 como citado em de Souza, 2016).

Em 1869, o Canal é inaugurado, sendo definido que seria de propriedade franco-egípcia, através de ações, as quais foram acordadas entre os países. No entanto, as cláusulas e termos assinados pelo governante da época, Said Pasha, eram extremamente desfavoráveis aos egípcios. Já com essa desvantagem inicial, quando seu sucessor Ismail Pasha entra no poder, as dívidas externas encontravam-se altas, devido às tentativas de modernização egípcia, e os cofres públicos praticamente vazios, de modo que foi necessário investir em mais empréstimos europeus para realizar os pagamentos. Nesse contexto financeiramente conturbado, a Europa utilizou-se das crises para firmar-se no poder político e econômico do governo e controlar o Estado.

Franceses e britânicos, então, disputam mais um embate acerca da condução dos acordos, haja vista a moratória do país árabe. De um lado, Paris possuía a maioria dos débitos flutuantes e, de outro, Londres, a maior parte da dívida pública (de Souza, 2016)⁸. Desse modo, a supremacia britânica no Egito consolida-se, uma vez que os ingleses, além de controlarem o Canal de Suez, consumiam 80% das exportações egípcias e 44% das importações (de Souza, 2016), evidenciando a subordinação egípcia ao domínio europeu.

No entanto, a ascensão da luta anticolonial e a inclusão dessas pautas em países periféricos atingiu também o Egito⁹. Embora essa preocupação geopolítica fosse intensa e antiga na região árabe, condicionada séculos antes desde a transição do Império Otomano para o controle dos protetorados – os quais foram responsáveis por uma determinada tutela das potências industriais em países que, embora possuíssem governos formalmente autônomos, eram submetidos a acordos econômicos desiguais –, dentre outros fatores, essa forma de dominação colonial foi responsável por certa instabilidade sobre a autoridade e a identidade local (A. Hourani, 2006).

Adiante, diretamente nos anos das Grandes Guerras Mundiais, a ascensão dos Estados Unidos como potência e um dos principais atores no cenário internacional configuram uma reestruturação na ordem vigente. O objetivo estadunidense, a partir de 1945, era manter seu status de dominação e impedir que a influência soviética se espalhasse. Enquanto a influência dos impérios europeus fragilizava-se em suas colônias como um todo, o interesse dos Estados Unidos aumentava na mesma proporção. Embora seu objetivo fosse evitar que a ideologia soviética se espalhasse, reuniões entre Franklin Roosevelt e o Rei Farouk acabaram acontecendo, com tentativas de estabilização egípcia (de Souza, 2016).

Concomitantemente, em 1947, Farouk encontra-se com diversos outros países orientais para acordarem um ataque armado contra a repartição dos territórios palestinos e criação de estado judeu. Entretanto, Israel não somente triunfou, como também angariou mais territórios (de Souza, 2016). Essa derrota, somada aos fatores internos egípcios, como falta de autonomia e enfraquecimento do exército e da monarquia, contribuíram para a criação de um grupo chamado Oficiais Livres do Egito, que derrubaram a monarquia em 1952. O grupo dos Oficiais objetivava a princípio que Muhammad Naguib, autoridade

8. De Souza (2016) cita que, no final desse mesmo ano, Ismail opta por vender as ações egípcias do Canal de Suez e a Inglaterra compra as 176 mil ações do Canal por apenas 4 milhões de libras esterlinas. Apenas à título de curiosidade, o Canal havia custado para os egípcios cerca de 300 milhões de libras esterlinas – contabilizando todos os empréstimos, investimentos e mão-de-obra despendidos à construção do Canal – o que foi extremamente lucrativo para os britânicos a nível financeiro e de influência, já que foi esse fato que possibilitou um maior controle do Egito.

9. Um exemplo disso foram as intensas manifestações egípcias contra a influência britânica após tentativa de redefinição dos termos do tratado anglo-egípcio de 1936 (de Souza, 2016), que obrigava o Reino Unido a retirar apenas algumas de suas tropas do Egito, o que favoreceria a manutenção do status quo já dominante da Europa, enquanto os egípcios objetivavam total independência europeia.

máxima e Primeiro-Ministro, governasse por um período de transição (de Souza, 2016) e depois reverteriam o poder à sociedade civil. No entanto, quando realmente derrubaram a monarquia, Naguib passou à presidência e os Oficiais Livres ocuparam cargos de ministros, onde Nasser assumiu como Ministro do Interior e Primeiro-Ministro adjunto.

Esse sentimento de libertação nacional surgiu no Egito conforme a influência europeia se intensificava, no entanto, foi fortemente induzido pelos Estados Unidos, uma vez que encontraram uma oportunidade de se fundamentarem no Oriente Médio como forma de conter o avanço da URSS na região. Aproveitando-se dessa cooperação com os Estados Unidos, Nasser explorava a relação egípcia-estadunidense como uma forma de diminuir a influência britânica. Goldschmidt (2008, p. 152 como citado em de Souza, 2016:163) explicita que “*Nasser queria que os americanos pressionassem os britânicos a desistir de sua base no Canal de Suez*” e acordaram, em 1954, a retirada das tropas em até 20 meses por parte dos ingleses. No que tange ao objetivo de paz com Israel¹⁰, os egípcios em concordância com os israelenses, repatriaram os refugiados palestinos (de Souza, 2016).

Internacionalmente, Nasser estava sendo reconhecido como aquele que havia derrotado o Império Britânico pelo acordo de 1954. Objetivando a modernização, inicia-se o processo que entrelaça tudo o que foi citado até agora e que tem, como consequência, a Crise no Canal de Suez. Para desenvolver o Egito, seria necessário construir uma nova represa em Assuã, que seria responsável por expandir agricultura, terras, empregos e industrialização. Contudo, por precisar de altos investimentos, os egípcios comprometem-se com um empréstimo de 200 milhões de dólares, financiados pelo BIRD e a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos comprometem-se em investir 70 milhões de dólares (Cook, 2013 como citado em de Souza, 2016) em troca do fim de todas as relações com qualquer país do bloco socialista. Acordados os termos, os investimentos deliberados não foram efetivados, gerando forte descontentamento em Nasser, já presidente do Egito, nas relações diplomáticas entre os países.

Discursando em Alexandria, Nasser informou à população que França e Grã-Bretanha haviam perdido todos os direitos sobre o Canal de Suez, o qual estava sendo nacionalizado naquele momento, e que o decreto publicado seria transformado em lei. Com a nacionalização, os lucros seriam revertidos para a construção da Represa. Para os ingleses, isso era uma violação ao acordo de 1954¹¹; os franceses ainda possuíam as ações da Companhia do Canal, os Estados Unidos se interessavam por como a nacionalização iria

10. Um elemento fundamental para compreender o desdobramento do pan-arabismo no Oriente Médio, é a instalação do Estado de Israel. Esse fator foi essencial pois, paralelamente à questão palestina-israelense, o sentimento pan-árabe entre os palestinos fortaleceu-se de tal modo que o movimento ascendeu a partir da possibilidade de desafiar as autoridades israelenses e a hegemonia das potências ocidentais (V. Lage, 2022). Assim, com a criação do Estado de Israel, com a resistência palestina e com os respectivos apoios dos países árabes no que tange à autodeterminação e necessidade de Estado próprio palestino, as tensões regionais são consolidadas.

11. Embora a justificativa britânica fosse a de violação do Acordo Anglo-Egípcio de 1954, o fato do Canal de Suez ser do Egito era confirmado por tal tratado, além de que é reconhecido internacionalmente o direito de nacionalização de companhias que fazem parte de seu território, desde que se compense os acionistas (de

afetar a navegação estadunidense pelo Canal, e, por fim, os sionistas temiam que o Egito utilizasse da detenção do Canal como forma de prejudicar Israel (de Souza, 2016).

Após a nacionalização, o Primeiro-Ministro britânico Anthony Eden, em conjunto com o Primeiro-Ministro francês Guy Mollet e com o israelense David Ben Gurion, começam a planejar ações militares contra Nasser, planejando removê-lo do poder e instalar um regime “*menos hostil ao ocidente*” (B. Crowcroft, 2016:256). Paris e Londres queriam a desocupação no Canal, porém o objetivo de Israel ia além: retirar o exército egípcio do Sinai, geograficamente perto de Israel, acabar com as bases palestinas em Gaza e com o controle do Egito no Estreito de Tiran. No entanto, a pressão americana de encontrar uma solução pacífica para a crise os impediu de atacar de maneira tão explícita.

O plano arquitetado por França, Grã-Bretanha e Israel, chamado de Agressão Tripartite, ocorreu a partir de forças israelenses que invadiram o Sinai tanto por vias aéreas quanto terrestres; assim, franceses e ingleses solicitaram que ambos os países cessassem as hostilidades, recuassem e, ao Egito, foi exigido que todos os países fossem liberados de navegar no Canal. Caso não cumprissem o solicitado, Suez seria ocupado pela França e pela Grã-Bretanha. Já sabendo que Nasser não aceitaria o que foi imposto, eles teriam justificativas para a ação militar anglo-francesa, que ocorreu em 31 outubro de 1956 (Crowcroft, 2016).

Os Estados Unidos, conforme dito, pretendiam resolver a situação de maneira pacífica, alertando Israel, França e Grã-Bretanha que, caso seguissem com o plano, prejudicariam as relações com os norte-americanos e que o ataque ao Egito não seria apoiado. Assim, Rússia e Estados Unidos solicitaram à Organização das Nações Unidas um cessar-fogo e retirada das tropas estrangeiras, fato esse que não foi obedecido pelos europeus. No entanto, com ameaças de sanções econômicas, comerciais e militares, a operação é bem-sucedida (Crowcroft, 2016; de Souza, 2016).

Dessa maneira, embora o Egito tenha tido baixas militares, também foi um momento importante de enfraquecimento da influência europeia no Oriente Médio, marcando o fim do controle britânico no curso da política doméstica egípcia (de Souza, 2016). As relações diplomáticas com França e Grã-Bretanha foram oficialmente cortadas e as empresas internacionais que se encontravam no Cairo, nacionalizadas. Ademais, as influências dos Estados Unidos e da URSS aumentaram. Por fim, foi dessa maneira que a identidade pessoal e o governo de Nasser se transformaram em uma das principais figuras pan-arabistas.

A POLÍTICA DOMÉSTICA EGÍPCIA E A TOMADA DE DECISÃO

A compreensão da política externa egípcia e do processo de tomada de decisão exige uma abordagem abrangente, que percorra desde a política egípcia como um todo, passando

Souza, 2016). Fato é que a ação de Nasser marcou o seu simbolismo como líder nacionalista, pan-arabista e anticolonial frente à luta contra o ocidentalismo.

pelo regime de Nasser, até chegar especificamente ao contexto histórico da nacionalização do Canal de Suez. Ao longo desse percurso, é crucial examinar as dinâmicas políticas que moldaram a abordagem internacional do Egito, especialmente durante o período sob o comando de Nasser, o qual desempenhou um papel significativo na consolidação da identidade egípcia e na promoção do pan-arabismo. Portanto, para entender o processo de tomada de decisão, é essencial investigar como as influências históricas e ideológicas moldaram a postura egípcia em questões cruciais, como a nacionalização do Canal de Suez.

POLÍTICA EGÍPCIA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

A política externa egípcia passou por reestruturações, as quais envolveram principalmente uma reconsideração das percepções dos atores quanto ao sistema internacional e regional, e seus respectivos papéis dentro desse cenário. Dessouki (2008) entende que, para considerar que a orientação de determinada política externa foi reestruturada, é necessário que os principais indicadores tenham sido alterados, sendo eles: os padrões de diplomacia e as relações comerciais, militares e culturais entre o país e o mundo externo. A primeira reestruturação ocorreu na década de 1950, no contexto de descolonização e dos movimentos nacionais liberais do sul global (Dessouki, 2008). Nasser, que já governava o Egito, advogava em favor do desenvolvimento do seu país e perseguia uma política externa independente e não alinhada, o que acabava resultando em confrontos com os Estados Unidos, Inglaterra e França e fazia com que se aproximasse da União Soviética.

Quanto à estrutura política egípcia, como características básicas do regime – independentemente da figura particular no poder – pode-se citar a ausência de competitividade política, centralização de poder, supremacia do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo e repressão das dissidências políticas (Dessouki, 2008). Além disso, o governo também dominava e controlava, legal e financeiramente, instituições sindicais, profissionais e religiosas, sem dar espaço para que houvesse imprensa livre, partidos de oposição ou parlamentos independentes. O regime egípcio controlava a massa dos meios de comunicação e o Poder Legislativo, mobilizando o apoio em favor dos objetivos dos líderes políticos no poder. Justamente por esse sistema político, os líderes tinham quase que total liberdade para conduzir a política externa de acordo com suas próprias vontades (Dessouki, 2008).

Já o processo de tomada de decisão egípcio deixa o decisor autorizado para agir sozinho, com pouca ou nenhuma consulta a outras pessoas ou instituições, exceto a um pequeno grupo de conselheiros subordinados, que não possuem base de poder autônomo, resultando em uma diplomacia altamente personalizada e que não adota comportamentos tradicionais (Dessouki, 2008).

Desse modo, a política externa sempre foi de certa forma “*domaine privé*”, ou seja, de domínio privado, entre os presidentes e seus associados. Entende-se que a influência

de diferentes indivíduos no processo de tomada de decisão não depende de sua posição no gabinete ou das questões burocráticas que envolvem a política externa egípcia; contudo, depende exclusivamente de suas relações pessoais e de seu acesso ao presidente em exercício (Dessouki, 2008).

Essa característica é inerente ao processo de tomada de decisão egípcio, não à figura do presidente no poder, pois, embora cada um dos principais líderes egípcios tenham tido seus próprios estilos e orientações, todos centralizaram suas personalidades no processo de formulação da política externa (Dessouki, 2008). Com isso, Dessouki (2008) conclui que as decisões são tomadas em um contexto institucional específico, o qual molda o comportamento dos indivíduos, a formulação das decisões e a maneira que as escolhas são realizadas.

De forma complementar, Hinnebusch e Shama (2014) apontam que a junção de influências internas, somadas às influências externas e à figura pessoal do presidente, caracterizam o comportamento da política externa egípcia, que é moldado pelos diferentes valores e percepções dos presidentes naquele momento e pelas novas restrições e oportunidades do ambiente naquele contexto.

Nasser foi o primeiro verdadeiro egípcio que governou o Egito, e via que a região árabe era a esfera natural de influência e liderança egípcia (Hinnebusch; Shama, 2014), além de fomentar o nacionalismo árabe por conta dos séculos de subordinação egípcia ao ocidente e pela luta da independência contra as elites inglesas dominantes. Com esses sentimentos aflorados, Nasser desafiava a dominação ocidental e fez com que o Egito se tornasse, naturalmente, uma grande fonte de poder regional.

Nasser extinguiu o pluralismo e criou um regime autoritário-burocrático, dominado pela presidência, com um partido único e subordinação do parlamento, da imprensa e do sistema judiciário, conforme demonstrado por Hinnebusch e Shama (2014). Os autores apontam que os principais motivos para que esse tipo de governo tenha dado certo são a liderança carismática e as reformas sociais de Nasser, as quais formavam alianças populistas da classe média, entre trabalhadores e camponeses. Além disso, as vitórias da política externa durante o governo de Nasser, tais como na guerra de Suez e nas lutas contra o imperialismo e o colonialismo ocidental-europeu, propiciaram um enorme reconhecimento da liderança do presidente em todo o mundo árabe (Hinnerbusch; Shama, 2014).

Já quanto ao processo de política externa, Hinnerbusch e Shama (2014) apontam que os presidentes egípcios procuravam fazer da política externa sua prerrogativa exclusiva, ou seja, centralizavam a tomada de decisão e, por se tratar de um Estado autoritário, estavam respaldados pela Constituição do país e tinham autonomia para isso. Em concordância com Dessouki (2008), os autores complementam que a consulta do presidente sobre assuntos de política externa com especialistas do tema e sua respectiva influência nas ações tomadas, dependiam das relações pessoais entre os associados e o presidente no poder.

Um exemplo disso foi a nacionalização do Canal de Suez por Nasser: embora tenha consultado os Oficiais Livres, a tomada de decisão foi exclusivamente sua (Hinnerbusch; Shama, 2014).

Conforme visto, a história egípcia é marcada pela subordinação aos governos estrangeiros, principalmente durante o imperialismo europeu. Com isso, a busca por independência, bem como a luta anti-imperialista, passa a ser realidade no contexto do país. Contudo, por necessitar de investimentos estrangeiros para conseguir equilibrar os recursos existentes, o Egito se torna dependente de mercados e assistências externas (Hinnebusch; Shama, 2014). Nasser, no entanto, acreditava que, para alcançar a independência da política externa, não era possível continuar economicamente dependente e, por isso, buscou diversificar a economia do Egito. Ao tentar associar industrialização, estado de bem-estar social e poder militar, Nasser acabou criando dependências de maquinários e tecnologia importada, assim como apontam Hinnebusch e Shama (2014). Os autores demonstram que, visando minimizar ao máximo as possíveis restrições – uma vez que o financiamento externo era a realidade do país –, Nasser conseguia equilibrar a política e garantir auxílio tanto do Oriente quanto do Ocidente.

Sendo assim, a política, durante todo o período em que Nasser esteve no poder, foi baseada principalmente na necessidade de independência egípcia: isso era refletido na política externa, com a luta pela emancipação da dominação dos países ocidentais; na economia, com a utilização de investimentos externos pragmáticos e benéficos para o Egito; na geopolítica, que era explorada de acordo com as vantagens que traria ao próprio país; e na cultura como um todo, no sentimento de nacionalismo, na luta contra o imperialismo e na consciência da unificação árabe para alcançar a autonomia egípcia.

Com isso, Nasser buscava acabar com a subordinação do Egito ao imperialismo oriental, restaurando a identidade árabe-islâmica e promovendo a independência econômica do país (Hinnebusch; Shama, 2014). Conforme anteriormente dito, com a união da população egípcia e com o alto senso de pertencimento promovido por Nasser, as decisões sobre política externa tinham mais força, uma vez que o presidente acreditava que a dominação árabe era facilitada pela divisão dos cidadãos, enquanto tal união era fundamental para o enfrentamento das ameaças externas (Hinnebusch; Shama, 2014; Dessouki, 2008).

Quanto ao posicionamento de liderança regional, Nasser acreditava que o Egito era a hegemonia natural, ou seja, dispor-se como potência regional era inato ao país. Seus sucessores, tanto Sadat quanto Muhammad Hosni Said Mubarak, também seguiam por esse mesmo viés, embora com maneiras diferentes de conduzir a política externa. Enquanto Sadat rompeu com o pan-arabismo construído por Nasser e adotou uma postura pró-ocidental, Mubarak se reaproximou do mundo árabe e adotou uma política externa globalizada que prezava pela ausência de confronto e pela cooperação. Contudo, foi o legado de Nasser que outorgou a liderança egípcia como natural (Dessouki, 2008).

Hinnebusch e Shama (2014) concluem afirmando que a principal forma de definir a política externa egípcia é através da interação entre o ambiente internacional e a liderança presidencial. A necessidade de lidar com o contexto internacional facilitou e legitimou a concentração do poder nas mãos do presidente, sendo a política externa centralizada e dominada pelos líderes no poder, “[...] servindo às necessidades econômicas e [...] tendo autonomia interna para jogar o jogo da *realpolitik* no exterior” (Hinnebusch; Shama, 2014:102, tradução nossa).

Através dos parâmetros da geopolítica e da geoeconomia, as linhas da política externa egípcia foram traçadas. A liderança pan-árabe e a hegemonia regional permitiram que o Egito manipulasse o impacto das potências externas da região, enquanto extraía recursos econômicos e financiamentos e jogava com ambas as superpotências da época – Estados Unidos e União Soviética –, explorando as mudanças no equilíbrio internacional de poder. Essa estratégia, que foi amplamente utilizada e alcançada por Nasser, legitimou o Estado egípcio e consolidou a independência do país (Hinnebusch; Shama, 2014). Nasser, durante seu período no poder, soube enfraquecer o imperialismo ocidental, explorar as potências internacionais que se alternavam na balança de poder, despertar o sentimento nacionalista nos povos árabes, retirar as forças britânicas do Egito, assinar pactos de segurança, nacionalizar o Canal de Suez e encabeçar o movimento nacionalista árabe, com o Egito. No entanto, esses esforços para projetar a influência egípcia esgotou os recursos do país e o levou à derrota na guerra contra Israel.

A partir de 1960, com o fim dos auxílios estadunidenses como forma de punição ao anti-imperialismo egípcio e com o apoio dos Estados Unidos à Israel na guerra, em 1967, o Egito tornou-se ainda mais dependente da ajuda militar e da proteção da União Soviética (Hinnebusch; Shama, 2014). Com o déficit na balança do Egito, dívidas externas aos países petrolíferos árabes e uma intensa crise econômica, a partir do governo de Sadat, a política externa, que antes era independente e orientada aos árabes, transformou-se em alinhamento ao Ocidente, para favorecer a economia egípcia.

Compreendendo como a figura específica dos presidentes em exercício alteram o curso da política externa em andamento, a próxima seção detalhará o processo decisório durante a nacionalização do Canal de Suez. Nesse contexto específico, será analisado como as perspectivas e abordagens de Nasser moldaram as decisões de política externa e desempenharam um papel crucial na condução das políticas a nível internacional.

DECISION-MAKING PROCESS NO CONTEXTO DA CRISE DO CANAL DE SUEZ

Conforme exposto, para que seja possível analisar o processo decisório, é necessário ter em mente o contexto interno e externo. Dessa forma, é imprescindível retornar aos momentos anteriores à nacionalização da Companhia do Canal de Suez. Nesse momento, o Egito já havia acordado os investimentos a serem feitos pelos Estados Unidos na represa

de Assuã, porém Nasser toma conhecimento do Plano Ômega, que objetivava, dentre outros fatores, atrasar essa ajuda ao Egito (L. James, 2006). Ofendido por essa hostilidade e, sabendo que os financiamentos para a represa provavelmente não aconteceriam, frente à decisão que tomaria pelo contexto mundial de Guerra Fria, Nasser opta por reconhecer diplomaticamente a China comunista e, em contrapartida, os Estados Unidos retiram as ofertas imputadas¹².

Assim, surge a discussão interna no Egito acerca da nacionalização da Companhia do Canal de Suez, sob pretexto de que necessitavam do dinheiro para a construção da represa. Embora existam registros¹³ de que Nasser não pretendia nacionalizar o Canal a não ser que fazê-lo fosse realmente a última alternativa, e que o único motivo foi precisamente financeiro, há também fortes evidências de que tal ideia foi anteriormente contemplada¹⁴.

Nasser, ressentido com as justificativas insinceras dos Estados Unidos quanto aos motivos da retirada dos investimentos americanos, ao discursar em Alexandria informando a nacionalização do Canal, declara e acusa os estadunidenses de apenas buscarem os seus próprios fins, encarando tal recusa financeira como tentativa de minar o seu regime: “[...] *Washington anuncia por mentiras, enganos e decepções que a economia egípcia é impotente e instável. Eu olho para eles e digo: ‘[...] Devias não dominar ou tyranizar sobre nós.’*” (James, 2006:27, tradução nossa).

Além disso, ainda em seu discurso, Nasser ressaltou a influência ocidental negativa para o Egito e a sua intenção de posicionar cada vez mais o país como autossuficiente:

Estamos todos aqui, hoje, para pôr um fim absoluto a este passado sinistro [...]. Recuperaremos todos os nossos direitos, porque todos estes fundos são nossos e este canal é propriedade do Egito. Declaramos que todo o Egito é uma frente única, unida e um bloco nacional inseparável. [...] Vamos construir com os nossos próprios braços um Egito forte, e é por isso que hoje atribuo o acordo do governo à propriedade estatal da Companhia do Canal, para o bem do povo, para o interesse do Egito e não para a exploração. [...] Não haverá soberania no Egito exceto a do povo egípcio [...], porque já não há ninguém a interferir nos nossos assuntos, agora estamos livres e independentes. (*Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe*, 2017:6).

As ideologias relativas ao nacionalismo árabe, ao anti-imperialismo, a confiança na capacidade egípcia de resistir à intervenção estrangeira e a construção de uma imagem de

12. Isso demonstra, de certa forma, que Nasser já havia perdido a esperança quanto a uma aliança frutífera com Washington, o que o levou a considerar aceitar as ofertas de patrocínio soviéticas (James, 2006).

13. James (2006) apresenta que determinados períodos históricos foram marcados por certo obscurecimento da bibliografia disponível, ainda mais no que diz respeito às intensas discussões acerca da nacionalização do Canal.

14. Ao conversar com o presidente Kenneth David Kaunda, da Zâmbia, alguns anos à frente, Nasser esclareceu que só nacionalizaram o Canal de Suez, quando se asseguraram que conseguiriam administrá-lo, nos âmbitos administrativo, jurídico e histórico; concomitantemente há a afirmação do presidente Josip Broz Tito, da Iugoslávia, de que Nasser o teria informado dos planos de nacionalizar o Canal em fevereiro de 1955 (James, 2006), o que só se concretizou, todavia, em julho de 1956.

um ocidente hostil, transparecem e embasam os discursos de Nasser durante os períodos de crise no Canal de Suez e na sua respectiva nacionalização. Simultaneamente, os discursos foram utilizados de forma essencial para mobilizar a população egípcia a seu favor, solidificando o apoio popular ao governo. Entretanto, com sua opinião forte, atitudes inflexíveis e pretextos extremamente nacionalistas, há quem considere Nasser um ditador egípcio (Crowcroft, 2016).

Já a sua escolha por nacionalizar o Canal surpreendeu diversos grupos: internamente, pessoas em cargos públicos, militares e a população civil não esperavam tal reação; externamente, os atores internacionais consideravam essa a resposta menos óbvia de Nasser (James, 2006). Como consequência de sua ação, Nasser acreditava que os líderes do ocidente possivelmente apenas o atacariam através de ameaças e hostilidades verbais. Avaliando a possível situação com os britânicos, embora pudesse cogitar uma intervenção, já era de conhecimento que não havia tropas suficientes na região para chegarem tão rapidamente à Suez. Nasser também considerou que o diplomata Eden poderia reagir violentamente, visto que a Companhia era uma empresa francesa; porém, ainda assim, acreditou que ele necessitaria do mesmo tempo de preparação que os britânicos para uma invasão armada. Por fim, quanto à Israel, Nasser não se preocupou, pois acreditava que os Estados Unidos não permitiriam qualquer tentativa de intervenção (James, 2006).

Tendo em mente as possíveis consequências e respostas dos outros países que, segundo sua lógica, poderiam ser contidas pelo Egito, Nasser nacionaliza a Companhia do Canal. Uma das formas de se aproximar da população egípcia e da comunidade internacional para propagar sua política externa, era os discursos realizados em rádios e, nesse contexto, afirmou que a opinião pública era sua maior prioridade, preocupando-se em mostrar flexibilidade política no que dizia respeito à gestão eficaz do Canal. O presidente continuou seu discurso:

[...] Nestes dias decisivos na história, nestes dias quando a justiça luta para defender sua existência diante das falsidades da agressão, maldade, caos internacional, dominação, tirania e imperialismo, nestes dias o Egito, sua pátria, mantém-se firme a salvaguardar sua soberania (James, 2006:31, tradução nossa).

Outro ponto relevante a ser considerado em seus discursos é justamente a ferramenta linguística utilizada. Os artigos léxicos empregados em suas falas sobre seus temas de interesse – nacionalismo, pan-arabismo e união egípcia, por exemplo – foram utilizadas como ferramentas para que a população apoiasse sua imagem como líder e reforçasse seus ideais de coragem, identidade e unidade árabe. Além disso, , outros instrumentos linguísticos utilizados para destacar favoravelmente sua mensagem ou evidenciar as responsabilidades negativas de seus inimigos podem ser observados em suas falas (I. Bajri; L. Mariesel, 2020).

Historicamente, a resposta britânica à nacionalização foi organizar uma Conferência Internacional em Londres, a qual Nasser originalmente planejava comparecer, porém se convenceu de que o viés extremo exibido na agenda do local significava que isso poderia diminuir sua dignidade. Assim, o Primeiro-Ministro britânico iniciou suas respostas de maneira violenta e com ataques pessoais, afirmando que a celeuma não era “[...] com o Egito, menos ainda com o Mundo Árabe, é com o Coronel Nasser” (James, 2006:31, tradução nossa). A Conferência acordou um conjunto de propostas para o controle internacional do Canal, onde Robert Menzies, Primeiro-Ministro australiano, apresentaria as resoluções à Nasser. Litigiosamente, no entanto, as discussões acaloraram-se. Enquanto Nasser discursava sobre um colonialismo coletivo e que tinha intenção de chegar a um acordo, o Primeiro-Ministro foi tão arrogante ao provocá-lo que sua única alternativa foi expulsá-lo; o australiano, então, achou Nasser ilógico e irritante (James, 2006). Fato é que a personalidade de Nasser influenciou ativamente não só suas próprias tomadas de decisão, mas também as decisões dos outros atores que participaram desses momentos.

A Grã-Bretanha e a França, no entanto, já se preparavam para a guerra. Ambos os governos estavam determinados que a nacionalização da Companhia do Canal de Suez não deveria ter sucesso, uma vez que caso Nasser obtivesse êxito, perderiam sua influência na região e na Companhia do Canal, os oleodutos e os suprimentos petrolíferos, além da perda gradual da força das economias anglo-francesas. O objetivo de Eden era destruir o regime de Nasser, por meios militares, forçando o Egito a recuar, ou com pressões econômicas que eram sugeridas pelos Estados Unidos. Quanto aos americanos, desde o início se concentraram em medidas legais para reverter a nacionalização, sugerindo que a ação militar era injustificada. Na semana seguinte, a disputa de Suez foi encaminhada ao Conselho de Segurança da ONU. Foi a esse ponto que Nasser finalmente decidiu negociar, e fez algumas concessões cuidadosamente calculadas (James, 2006).

Embora esse jogo estivesse ocorrendo no tabuleiro internacional, Nasser ainda mantinha sua opinião de que não ocorreria nenhuma invasão com uso da força, praticamente descartando a perspectiva de uma invasão anglo-francesa. No entanto, o conluio da Agressão Tripartite já estava ocorrendo. No dia dos ataques israelenses no Canal de Suez, a surpresa foi intensa, considerando que o perigo militar iminente parecia ter acabado e as negociações para a resolução pacífica das questões do Canal de Suez aconteceriam em breve em Genebra¹⁵. Contudo, mesmo quando paraquedistas israelenses pousaram na passagem de Mitla no Sinai, 30 km a leste do Suez, Nasser nem sequer cogitava a possibilidade de um envolvimento anglo-francês.

15. Nasser acreditava que Israel não possuía força suficiente para um ataque e que só conseguiria se fosse apoiada pelos Estados Unidos. No entanto, James (2006) aponta que o líder egípcio já vinha recebendo sinais dessa insatisfação israelense, inclusive com alertas de Washington às embaixadas árabes nos Estados Unidos, simultaneamente aos relatos da Infantaria Egípcia de que grandes concentrações de tropas se encontravam perto das fronteiras.

Com o plano da Agressão Tripartite em ação, Londres e Paris ordenaram aos egípcios e israelenses que retirassem as tropas do Canal e, conforme explicitado na seção anterior, o Egito foi obrigado a aceitar a ocupação temporária dos britânicos e franceses, ou as forças poderiam intervir, em qualquer caso, da forma que julgassem necessário¹⁶. Por isso, quando citaram essas condições, o presidente egípcio negou, acreditando ainda que o objetivo britânico era meramente manter as forças egípcias fora de Sinai. Em 31 de outubro, aviões britânicos e franceses começaram um bombardeamento no território egípcio, que estava repleto de civis¹⁷. A primeira suposição de Nasser foi que os aviões eram israelenses, porém logo as evidências tornaram-se inconfundíveis: as potências ocidentais havia se juntado à guerra (James, 2006).

Sem mais chances de uma vitória militar convencional, surgiram diversos debates internos em meio a população militar e civil: continuar com a guerra e arcar com as consequências de uma intensa destruição e devastação, ou salvar o país da ruína rendendo-se e passando para a clandestinidade ao manter a luta contra o governo que os seria imposto? (James, 2006). A maioria concordava com a segunda opção. Nasser, entretanto, declarou que o Egito deveria “[...] *resistir força com força*” (James, 2006:42, tradução nossa). Mesmo solicitando a retirada das tropas do Sinai, Nasser manteve sua postura otimista, discursando nas rádios e nas praças que lutaria até sua última gota de sangue. Tendo conhecimento da gravidade da situação, o presidente afirmava que esperaria a opinião pública salvá-lo, e que estava seguindo a reação global aos eventos em seu país de forma extremamente cuidadosa. Os jornais egípcios saudavam os protestos anticolonialistas na Assembleia Geral da ONU, e havia massivas manifestações antiguerra (James, 2006).

Já com os Estados Unidos, o Cairo continuou realizando o possível para conquistar os americanos através de suas ideologias de não alinhamento ao uso da força. Explicitamente, no Conselho de Segurança da ONU, os americanos realmente discordaram das ações tomadas pela Grã-Bretanha e pela França. Percebendo que um dos objetivos estadunidenses era também o de substituí-los na região, Nasser buscou explorar tais rivalidades e, inclusive, contatou o embaixador americano, reiterando que estavam dispostos a fazer qualquer coisa para acabar com a guerra: prometeu se opor ao comunismo, reconsiderar a questão da paz com Israel, aceitar a presença da ONU em território egípcio e até mesmo rejeitar as armas soviéticas. Washington, no entanto, não tinha certeza se Nasser cumpriria essas promessas (James, 2006).

16. Considerando que a última “ocupação temporária” britânica no Egito, que se iniciou em 1882, havia terminado apenas quatro meses antes, Nasser considerou uma grande ofensa ao Oriente Médio, embora ainda não estivesse totalmente convencido de que os britânicos colocariam em risco sua posição alinhada aos árabes e apoiariam Israel.

17. Já com a possibilidade iminente das intervenções e do uso da força, os ministros egípcios aconselharam Nasser a conduzir planos já elaborados para uma evacuação civil da Zona do Canal e uma redistribuição naval do Mar Vermelho para a Arábia Saudita. Entretanto, como Nasser ainda não acreditava em um ataque armado, optou pela não realização desses procedimentos (James, 2006).

Quando a ONU interveio e o perigo imediato passou, Nasser começou a dificultar a cooperação para com os americanos, a partir da UNEF. O ressentimento de Nasser foi agravado pela sua culpabilização dos estadunidenses pelo acordo realizado após Suez, o qual acreditava ser fundamentalmente injusto com o Egito e recompensador à Israel. Por fim, é importante abordar que, nesse contexto, Nasser aceitou uma assistência crescente e constante prestada pelos soviéticos, financiando até mesmo o próprio projeto da represa de Assuã (James, 2006), que foi o motivo inicial de todos os conflitos belicosos que se seguiram e culminaram na Guerra de Suez.

Desse modo, foi possível obter um panorama, o qual apresentou as principais tomadas de decisão do presidente egípcio Nasser durante os conflitos no Canal de Suez, no âmbito externo e interno. A construção de sua figura, personalidade e as lutas às quais defendia, conferiu a criação de um conceito denominado “nasserismo”, que combinava anticolonialismo, socialismo árabe e o ideal de união política árabe, tendo sido aprimorados através do drama de Suez (James, 2006). Com sua influência no mundo árabe em alta, pautada também por sua massiva popularidade e pelo apelo de sua política externa anticolonialista, a estabilidade do governo do Cairo dependia da legitimidade carismática de seu presidente (James, 2006).

Segundo Crowcroft (2016), a figura de Nasser representou a incorporação pessoal da identidade de seu país, sendo que foi ele quem reuniu a resistência nacionalista contra a tentativa de dominação imperialista, restaurando a dignidade do árabe individual, após décadas de domínio estrangeiro. Tal fato foi ainda mais acentuado pelos processos internacionais de pan-arabismo e maior consciência global dos efeitos imperialistas nas comunidades orientais. Assim, sua representatividade como ativista nas questões nacionais acentuou a tomada de decisão como sendo essencial para consolidar uma posição anti-imperialista no cenário internacional.

Ademais, juntamente com seu posicionamento estratégico intencional, Nasser possuiu características de uma liderança carismática, que evidenciou ainda mais seu nacionalismo árabe, anti-imperialismo e até mesmo seu próprio nasserismo (T. Altun, 2022), essencial para construir intencionalmente essa imagem, como o único que poderia proporcionar isso aos árabes. Altun (2022) demonstra que, em situações de angústia política, social e/ou econômica, a população tende a procurar por um salvador ou um herói, papel este que Nasser ocupou e reiterou através de seus posicionamentos, alinhados à sua personalidade e à sua representação ideológica.

Além dos seus famosos discursos e entrevistas em rádios e televisão, os eventos de política externa merecem destaque como forma de edificar sua liderança carismática, uma vez que Nasser utilizava todos estes eventos em seu benefício, tendo sido a nacionalização do Canal de Suez um dos pontos mais importantes para esta mensagem de desafio ao colonialismo e construção de unidade árabe (Altun, 2022). No entanto, também possui algumas limitações, tais como oposições populacionais dentro do Egito e no âmbito internacional.

A imprensa internacional desempenhou um papel significativamente relevante durante as crises no canal de Suez e, especificamente, durante a nacionalização do canal, conduzida por Nasser. Refletindo a ampla gama política e de interesses nacionais, muitos veículos de comunicação expressaram suas perspectivas acerca do governo egípcio, e cabe maior enfoque nas três principais: a egípcia, a britânica e a estadunidense.

A imprensa egípcia, como dito, foi muito utilizada por Nasser como arma de propaganda para promover sua filosofia e difundir os fundamentos do nacionalismo árabe nasserita (J. Selmi; M. Rakipoglu, 2023). Segundo os autores, o presidente egípcio utilizava de *soft power* como forma de difundir os valores políticos e estabelecer um senso de identidade comum e de propagando política a seu favor, principalmente através da rádio.

Ainda nesse sentido, Nasser criou um programa chamado “A Voz dos Árabes”, ou *Sawt Al-Arab*, um programa de radiodifusão que visava fortalecer a identidade pan-árabe, alimentando sentimentos anticoloniais e ideologias nacionalistas. N. Diong (2015) explana que esse programa prosperou no mundo árabe por trazer à memória as características culturais enraizadas da cultura árabe. Essas associações feitas pelo presidente, de certa forma, mascararam os métodos de propagando utilizados para manter o pan-arabismo e alimentar a atmosfera anticolonial, essencial para seu governo.

No que tange à imprensa norte-americana, relatórios do Pentágono demonstram que a mídia estadunidense retratava Nasser como um ditador expansionista, comparando-o até mesmo a Hitler e Mussolini (R. McAlexander, 2011), cujas ações representavam ameaças potenciais para a estabilidade regional e para os interesses estratégicos dos Estados Unidos e de seus aliados (A. Haigh Jr., 1966). Assim, a imprensa estadunidense foi expressiva na influência à política externa do país, criando uma narrativa que estigmatizava Nasser, ao passo que defendia seus interesses – principalmente na aliança com Israel.

Por fim, o primeiro-ministro britânico Eden utilizou-se da imprensa britânica como meio de comunicação de massa para aumentar a hostilidade em relação ao nasserismo, alistando os jornais como apoiantes ativos de suas políticas (T. Shaw, 1994). Embora tenha enfrentado oposição de setores considerados de esquerda, Eden obteve sucesso com suas jogadas, que foram consistentemente mais agressivas do que a opinião pública. Shaw (1994) conclui que Eden manipulou com sucesso a imprensa britânica, durante a crise no Canal de Suez, recrutando jornais como apoiantes ativos da sua política e influenciando a opinião pública e a política governamental.

Deste modo, a figura do líder predominante Nasser demonstrou a centralidade de suas decisões, baseadas em suas percepções individuais para cada processo de tomada de decisão, ou seja, de acordo com suas individualidades e entendimentos particulares, tais como Snyder, Bruck e Sapin (1954) propuseram. Sendo assim, o nível de análise individual, embora tenha contemplado os diversos contextos internacionais e dos Estados envolvidos,

manteve-se focado na ideologia, personalidade, crenças, percepções e cognição (da Rocha, 2002) da figura do presidente egípcio, contemplando a abordagem pessoal para identificar suas ações de política externa no tabuleiro internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar de que modo as unidades de decisão do Egito influenciaram a formulação da política externa do país, durante os conflitos de Suez, considerando o contexto histórico da Guerra Fria e os movimentos de descolonização africana e asiática. Desse modo, para compreender os conflitos árabes no Canal de Suez, a participação dos países envolvidos no conflito e a análise da formulação de política externa a partir dos *decision-makers*, foram abordadas as definições de política externa, a relevância da figura doméstica para formulação de política externa, a operacionalização do *decision-making process*, o contexto histórico egípcio e os processos internos de tomada de decisão.

De acordo com o que foi explicitado, a definição de formulação de política externa pode ser contemplada através da união entre fatores domésticos e internacionais, os quais se impactam mutuamente. Hill (2016) valida a questão identitária no âmbito doméstico, onde os tomadores de decisão são os responsáveis por deliberar sobre o que é política externa, a partir de suas próprias questões particulares. Os *decision makers*, então, enfrentam intensas responsabilidades e devem estar preparados para adaptarem-se de acordo com o contexto em que estão inseridos.

Assim, surge a necessidade de determinar quem são esses tomadores de decisão em política externa, e foi através das definições de Hermann e Hermann (1989:363, tradução nossa), que a presente pesquisa focalizou na figura do líder predominante, o qual é o “*único indivíduo que tem o poder de tomar as decisões em política externa [...] e pode suprimir toda a oposição*”. Conforme abordado, o presidente egípcio Nasser foi o responsável por centralizar as decisões em sua própria figura, decidindo o curso da política externa do Egito através de suas vontades. Em determinadas situações, até mesmo agiu com certa imprudência, principalmente no que tange ao período dos conflitos belicosos armados que ocorreram em Suez; entretanto, embora existissem diversos outros grupos no Egito, ele era o único a moldar totalmente o comportamento da política externa.

De forma complementar à relevância das figuras domésticas para formulação de política externa, os autores Snyder, Bruck e Sapin (1954) determinam que a existência dos Estados só é possível por conta dos decisores humanos, que compõem os governos, sendo essas pessoas os atores fundamentais para compreender as ações dos Estados. Ademais, avalia-se a importância de sempre considerar a percepção individual dos decisores políticos para cada processo de tomada de decisão, influenciadas pela individualidade e entendimentos particulares. A personalidade de Nasser foi um fator decisivo para a influência em

suas próprias tomadas de decisão, uma vez que os processos de reconhecimento da China comunista, nacionalização da Companhia do Canal, recusas às tentativas amigáveis de negociação, discussões acaloradas com os ministros estrangeiros e políticos nacionais, discursos populistas e intensos ressentimentos com as atitudes de outros países, expressou externamente sua própria percepção individual daquilo que estava sendo tratado. Sendo assim, a abordagem das unidades de decisão na formulação de política externa é extremamente relevante para compreender eventos, especialmente quando aplicada à crise de Suez com enfoque no presidente Nasser.

Posteriormente, foi realizado um apanhado histórico dos processos de dominação britânica e francesa, de modo a estruturar sua influência desde o final do Império Turco Otomano, perpassando pelo ápice do colonialismo anglo-francês, com a construção da Companhia do Canal de Suez, e os processos de declínio dessa atuação com a nacionalização do Canal, comprovando a indispensabilidade da história para a análise de eventos atuais.

Após essa explanação, também foram analisadas as principais ações do presidente egípcio Nasser no contexto da crise de Suez, focalizando em sua figura pessoal para a execução da política externa. Foi possível concluir, então, que fatores como sua legitimidade carismática através de discursos em rádios, a personificação do nacionalismo egípcio, e a luta contra os movimentos anticoloniais foram os elementos centrais que caracterizaram sua influência no mundo árabe e seu processo de formulação de políticas em âmbito internacional.

Ademais, os processos decisórios no Egito revelam uma dinâmica em que os presidentes, em especial Nasser, detinham considerável autonomia na formulação da política externa. A centralização da tomada de decisão, a ausência de consulta significativa e a ênfase em relações pessoais destacam-se como características marcantes desse processo. Conjuntamente ao exposto, a liderança carismática de Nasser, seu enfoque no pan-arabismo e sua busca pela independência nacional influenciaram profundamente a política externa egípcia, especialmente durante eventos cruciais, como a nacionalização do Canal de Suez.

Dessa maneira, foi possível explicitar de que forma a narrativa de Nasser moldou-se de modo a encaixar sua história como herói, incorporando valores e aspirações do nacionalismo árabe, enfatizando sua dedicação à independência do Egito e sua visão de modernidade e progresso para o seu país. Ou seja, a figura de Nasser desempenhou um papel crucial na formulação da tomada de decisão na política externa no Egito. Sua liderança carismática e autoritária permitiu que ele centralizasse o poder decisório, tornando-se o principal *decision-maker* em assuntos de política externa, o que era cultivado por meio de discursos e imagens públicas enfatizando sua autoridade e liderança, amplificada por meio da mídia – jornais, revistas, televisão –, transformando, assim, sua figura, em um símbolo de resistência e luta contra o imperialismo ocidental a partir do seu processo de tomada de decisão em política externa. Sua influência na formulação da política externa egípcia foi

significativa, marcada pela interseção de sua personalidade, suas convicções nacionalistas e as circunstâncias geopolíticas da época.

Por fim, este estudo foi importante devido à intersecção presente na abordagem da análise de política externa do Egito a partir do enfoque nas unidades de decisão e no *decision making process* do presidente Nasser, em um contexto geopoliticamente marcado por eventos relevantes, como a emergência das potências da Guerra Fria e suas buscas por consolidação de influência no Oriente Médio, os processos de descolonização que se seguiram nos países periféricos e a ascensão de movimentos pan-arabistas e pós-coloniais. Assim, todos esses fatores foram igualmente necessários para contemplar as tomadas de decisão de Nasser à nível internacional, considerando suas perspectivas individuais e cognitivas para o processo decisório.

Contudo, a presente pesquisa também possuiu algumas limitações, como lacunas nos momentos históricos dos processos de tomada de decisão que afetam a linearidade histórica dos eventos e, conseqüentemente, dos processos individuais de Nasser, e a presença de outros atores que foram relevantes para a gênese dos acontecimentos e que influenciaram a decisão do presidente egípcio, mas que devido ao recorte específico da pesquisa não foram contemplados. Deste modo, sugere-se a continuidade desses estudos, examinando as entrelinhas citadas e ampliando as análises sobre essa temática tão relevante.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham T. *The Cuban missile crisis*. Foreign Policy: theories, actors, cases. [s.i.], 2008, p. 256–283.

ALLISON, Graham T. *Essence of decision: Explaining the Cuban missile crisis*. Boston, MA: Little, Brown, 1971.

ALTUN, Tuğba. *Charismatic Leadership in Egypt: Gamal Abdel Nasser*. Dissertação de Mestrado, Middle East Technical University, 2022.

BAJRI, Ibtesam AbdulAziz; MARIESEL, Layla Mohammed. “Critical Discourse Analysis of Gamal Abdel Nasser’s 1967 Speech”. [S.i.]: Journal of Linguistics and Literature, n. 4, p. 45–49. Doi: <https://doi.org/10.12691/jll-4-1-5>.

BEACH, Derek. *Analyzing Foreign Policy*. [s.i.]: Palgrave Macmillan, 1 ed., 2012.

BRECHER, Michael; STEINBERG, Blema; STEIN, Janice. A framework for research on foreign policy behavior. [S.i.]: *Journal of conflict resolution*, v. 13, n. 1, 1969, p. 75-94.

BREUNING, Marijke. *Foreign Policy Analysis, a comparative introduction*. [S.i.]: Palgrave Macmillan, 2007.

CASTRO, Thales. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Ministério das Relações Exteriores, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso: 3 abr. 2022.

CENTRE VIRTUEL DE LA CONNAISSANCE SUR L'EUROPE. Discours de Gamal Abdel Nasser sur la nationalisation de la Compagnie du canal de Suez (Alexandrie, 26 juillet 1956). [S.i.]: *CVCE.EU by UNI.LU*, 3 jan. 2017. Disponível em: https://www.cvce.eu/en/obj/speech_by_gamal_abdel_nasser_on_the_nationalisation_of_the_suez_canal_company_26_july_1956-en-d0ecf835-9f40-4c43-a2ed-94c186061d2a.html. Acesso em: 13 abr. 2023.

CROWCROFT, Barnaby. Egypt's Other Nationalists and the Suez Crisis of 1956. *The Historical Journal*, v. 59, n. 1, p. 253–285. Doi: <https://doi.org/10.1017/s0018246x15000060>.

DA ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. *Relações internacionais: teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

[capítulo de livro] DESSOUKI, Ali E. Hillal. Regional Leadership: Balancing off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt. In KORANY, Bahgat, DESSOUKI, Ali E. Hillal. *The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization*. Cairo and New York: The American University in Cairo Press, 2008, p. 167-194.

DE SOUZA, Felipe Alexandre Silva. *Determinações estratégicas e econômicas da dominação britânica no Egito (1804-1956)*. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136289/souza_fas_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 25 abr. 2022.

DIONG, N. Sawt Al-Arab ou Sawt Al-Nasser? The Case of Mass Media under Gamal Abdel Nasser and the Convolutated Rise of Pan-Arabism. *Journal of Georgetown University-Qatar Middle Eastern Studies Student Association*, v. 2015, Issue 1, Mar 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5339/MESSA.2015.5>. Acesso em: 01 mai. 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas S.A., 6 ed., 2008.

HAIGH JR., Alexander M. *Military intervention: a case study of Britain's use of force in the 1956 Suez Crisis*. U.S. Army War College: Pennsylvania, 1966. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA526244.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

HERMANN, Margaret G., & HERMANN, Charles. F. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. *International Studies Quarterly*, vol. 33, n. 4, 1989. Doi: <https://doi.org/10.2307/2600518>.

HILL, Christopher. *Foreign Policy in the twenty-first century*. 2. ed. [S. i.]: Palgrave Macmillan, 2016.

[capítulo de livro] HINNEBUSCH, Raymond, SHAMA, Nael. "The Foreign Policy of Egypt". In HINNEBUSCH, Raymond, EHTESHAMI, Anoushiravan. *The Foreign Policies of Middle East States*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2014. p. 75-103.

HISTORY EDITORS. Suez Crisis. In: *Cold War*. [S.i.], 9 nov. 2009. Disponível em: <https://www.history.com/topics/cold-war/suez-crisis>. Acesso em: 31 out. 2021.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. [S.i.]: Companhia de Bolso, 2006.

HUDSON, Valerie M. *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory*. [S.i.]: Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2 ed., 2014.

JAMES, Laura M. (2006). *Nasser at war: Arab Images of the Enemy*. New York: Palgrave Macmillan, 1 ed., 2006.

JERVIS, Robert. *Perception and misperception in international politics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1976.

LAGE, Victor Coutinho. *O conflito de Israel: um espaço de agentes, estruturas e identidades em constante reconstrução*. Rio de Janeiro: Cadernos de Relações Internacionais, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11717/11717.PDF>. Acesso em: 13 abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 4. ed., 2001.

MCALEXANDER, R. Couscous Mussolini: US perceptions of Gamal Abdel Nasser, the 1958 intervention in Lebanon and the origins of the US–Israeli special relationship. *Cold War History*, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14682745.2010.482960>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MENDES, Pedro Emanuel. Como compreender e estudar a decisão em política externa: reinterpretação dos clássicos. [S.i.]: *Brazilian Journal of International Relations*, vol. 6, n. 1, 2017, p. 8–36. Doi: <https://doi.org/https://doi.org/10.36311/2237-7743.2017.v6n1.03.p8>.

PINTO, Maria do Céu. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. [S.i.]: *Revista Janus*, 2016, p. 84-85. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2945/1/2.15_MariaCeupinto_pan_arabismo.pdf. Acesso em: 7 mai. 2022.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, ed. 36, pp. 147–174. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0104-44782010000200010>

SALGADO NETO, Luiz. (2012). A crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). [S.i.]: *Revista Cantareira*, ed. 17, pp. 87–184, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27895/16303>. Acesso em: 22 set. 2021.

SELMİ, J.; RAKİPOĞLU, M. The role of Radio and Umm Kulthum's Voice in Spreading Nasserite Arab Nationalism. *Akademik Incelemeler Dergisi (AID)*, 2023 [S.i.]. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/akademikincelemeler/issue/80354/1310286>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SHAW, T. Government manipulation of the press DURING the 1956 Suez crisis. *Contemporary British History*: 1994, v. 8, 2008, p. 274-288. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13619469408581294>. Acesso em: 01 mai. 2024.

SNYDER, Richard C.; BRUCK, Henry. W.; SAPIN, Burton. *Decision-making as an approach to the study of international politics*. Princeton: Princeton University, 1954.

■ artigo

SNYDER, Richard C.; BRUCK, Henry. W.; SAPIN, Burton. *Foreign policy decision-making: an approach to the study of international politics*. New York: Free Press, 1962.

SPROUT Harold; SPROUT Margaret. *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1956.

SUEZ CANAL AUTHORITY. *New Suez Canal*. In: About Suez Canal. [S. i.], 2019©. Disponível em: <https://www.suezcanal.gov.eg/English/About/SuezCanal/Pages/NewSuezCanal.aspx>. Acesso em: 7 nov. 2021.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics*. California: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

A GUERRA CIBERNÉTICA SOB A ÓTICA DE CLAUSEWITZ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O STUXNET

CYBER WARFARE FROM CLAUSEWITZ'S PERSPECTIVE: A CASE STUDY ON STUXNET

Amanda Neves Leal Marini¹

Lucas Chrystello Pederneiras²

Sandro Teixeira Moita³

Resumo: Nas pesquisas sobre Oriente Médio, há uma tendência e preponderância pelos estudos das guerras interestatais que assolam a região há décadas. Posto isto, nos últimos tempos, com o acelerado processo de desenvolvimento tecnológico e o impacto da relação entre ciência e guerra, os confrontos vêm adquirindo novos elementos, sem se afastar da máxima clausewitziana de que a guerra é a continuação da política com a entremistura de outros meios. Assim, na atualidade, o rápido progresso científico, com destaque às questões cibernéticas, apresenta componentes cruciais para se alcançar os objetivos militares e políticos em curso em uma guerra. Neste sentido, a presente pesquisa propõe responder a seguinte pergunta: o caso Stuxnet pode ser caracterizado como um ato de guerra, de acordo com a percepção clausewitziana? Assim, parte-se do entendimento clausewitziano de que a guerra é um ato político com o intuito de desarmar o oponente e impor sua vontade. Com base nisso, este artigo observa e analisa como o desenvolvimento deste worm se constituiu e foi aplicado, podendo compreender se confere como uma ocorrência de um ato de guerra. A hipótese desenvolvida e que se

Abstract: In research on the Middle East, there is a tendency and preponderance for studies of interstate wars that have plagued the region for decades. Having said that, in recent times, with the accelerated process of technological development and the impact of the relationship between science and war, confrontations have been acquiring new elements, without moving away from the clausewitzian maxim that war is the continuation of politics with the mixture of other ways. Therefore, nowadays, rapid scientific progress, with emphasis on cybernetic issues, presents crucial components for achieving the military and political objectives underway in a war. In this sense, this research proposes to answer the following question: can the Stuxnet case be characterized as an act of war, according to Clausewitz's perception? Thus, it is based on the clausewitzian understanding that war is a political act, with the aim of disarming the opponent and imposing their will. Based on this, this article observes and analyzes how the development of this worm is constituted and applied, being able to understand whether it constitutes an occurrence of an act of war. The hypothesis developed, which is intended to be corroborated, presents that Stuxnet

1. Doutoranda e mestra em Ciências Militares pelo PPGCM do Instituto Meira Mattos na ECEME, sendo bolsista CAPES. Graduada em Relações Internacionais pela UFF. Pesquisadora do Núcleo de Avaliação da Conjuntura/ Boletim Geocorrente, na área de Oriente Médio. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2367832962491369>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2902-6901>. Contato: amanda.nlmarini@gmail.com.

2. Mestre em Ciências Militares pelo PPGCM da ECEME e graduado em Relações Internacionais pela Unilasalle-RJ. Foi pesquisador da Unidade de Inteligência Comercial em parceria com a Subsecretaria de RI do RJ e autor do "Guia do Exportador Fluminense". Experiência em Geopolítica, Defesa e Segurança Cibernética. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1742625560245256>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7596-8695>. Contato: chrystellolucas@gmail.com.

3. Doutor em Ciências Militares pelo PPGCM da ECEME. Graduação e licenciatura em História pela UFF (2007), Especialização em História Militar Brasileira (2011) e Mestrado em História (2013) pela UNIRIO. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1223210921186615>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4795-3880>. Contato: sandrotm@gmail.com.

pretende corroborar, apresenta que o Stuxnet pode ser caracterizado como um ato de guerra, ao levar em consideração que fora um ato político com o intuito de compelir seu propósito ao adversário. Os resultados revelam uma abordagem contemporânea, sem ignorar as contribuições do passado, ao ressaltar esta relação entre guerra e tecnologia cibernética. A partir desse panorama, o trabalho consiste em uma discussão e análise crítica, utilizando um estudo de caso único sobre o Stuxnet, visando trabalhar com esse episódio, que teve como principal alvo o Irã, no início da década de 2010.

Palavras-chave: Cibernética; Ciências Militares; Clausewitz; Oriente Médio; Stuxnet.

can be characterized as an act of war, taking into account that it was a political act with the intention of forcing its purpose on the opponent. The results reveal a contemporary approach, without ignoring the contributions of the past, by highlighting this relationship between war and cyber technology. Based on this panorama, the work consists of a discussion with a single case study, in the area of Military Sciences, aiming to work with the Stuxnet episode that had Iran as its main target, in the early 2010s.

Keywords: Clausewitz; Cyber; Middle East; Military Sciences; Stuxnet.

Introdução

O presente trabalho constitui-se como uma pesquisa exploratória no âmbito das Ciências Militares, tendo como recorte o episódio do Stuxnet, um *worm*⁴ que, no início dos anos 2010, atacou importantes centrífugas de enriquecimento de urânio no Irã. Neste sentido, a presente investigação propõe responder a seguinte pergunta: o caso Stuxnet pode ser caracterizado como um ato de guerra, de acordo com a percepção clausewitziana? Assim, parte-se do entendimento clausewitziano de que a guerra é um ato político com o intuito de desarmar o oponente e impor sua vontade. Com essa perspectiva em foco, é possível observar e analisar a configuração e a aplicação do *worm* em desenvolvimento, a fim de avaliar se pode ser considerado um ato de guerra.

Portanto, o propósito geral consiste em determinar se esse ataque cibernético pode ser classificado como uma ação de guerra. Para isso, recorreu-se a obra *Da Guerra*, de Clausewitz, como referencial teórico, assim como leituras e interpretações dos principais estudiosos sobre o pensamento do militar prussiano. Os objetivos específicos, a saber, são: contextualizar a conceituação dos termos apresentados, que perpassam desde os campos cibernéticos e militares; compreender o que foi o Stuxnet, em termos políticos, e os seus impactos na dinâmica regional. A hipótese trabalhada e que se pretende corroborar, apresenta que o Stuxnet pode ser caracterizado como um ato de guerra, de acordo com a percepção clausewitziana, ao levar em consideração que foi um ato político com o intuito de impor sua vontade ao oponente. Em outros termos, configura-se como um elemento político por outros meios, estes, tecnológicos. Os resultados mostram uma perspectiva atualizada, levando em consideração as influências do passado, ao lidar com a interação entre guerra e tecnologia cibernética.

4. *Worm* é um programa de computador malicioso que se replica e se espalha por conta própria, explorando vulnerabilidades de segurança em sistemas e dispositivos conectados sem a ação ou ajuda externa de um usuário (Belcic, 2020).

O procedimento de pesquisa empregado consiste na revisão conceitual da definição de guerra e a posterior análise de concepções do escopo cibernético, por meio do levantamento e pesquisa bibliográfica feitas nos principais sites e bases de dados acadêmicos. Também se recorreu a aplicação do estudo de caso único, com base nos itens basilares propostos por Gerring (2007) e George e Bennett (2006). O uso desta técnica deve-se ao fato de que tenciona mostrar e analisar como questões que, muitas vezes, são tão teóricas, acontecem, são postas em prática, além de ilustrar a dimensão do debate proposto: a guerra cibernética. Este fenômeno marca o acontecimento de ações do ciberespaço e questões mais tradicionais de Estratégia Militar, estando no âmbito e perpassando o espectro das Ciências Militares.

Dentro deste panorama, entende-se que, quando se trata de Cibernética, especialmente no campo da Política Internacional e das Ciências Militares, é substancial discorrer e debater as conceituações, visto ser uma área onde há muitas discordâncias e poucos consensos em termos conceituais. Assim sendo, expor e identificar as sustentações investigativas das quais parte a presente investigação se torna primordial. Em síntese, devido a este cenário, optou-se por trabalhar a designação e compreensão conceitual dos termos deste estudo.

Em todas as áreas científicas, a definição conceitual é central, e por isso ocupa espaço nobre na produção científica. Porque, por um lado, a precisão conceitual fornece a univocidade que permite a comunicação compreensiva da atividade científica e, por outro, porque o conceito bem definido deve garantir o acesso instrumental àquela parte da realidade que se pretende analisar. Todavia, na área específica da segurança, essas normas se tornam dramáticas, pois às considerações epistemológicas anteriores soma-se o fato de que esses conceitos se tornaram operativos no discurso político com consequências políticas e sociais pelas quais os acadêmicos nem sempre se responsabilizam. (Saint-Pierre, 2011, p. 426) (grifos nossos).

A respeito do porquê usar um episódio que ocorreu há mais de uma década, encontra-se base e legitimação nas próprias palavras do teórico prussiano, que afirmou que: *“Os exemplos históricos esclarecem tudo e também fornecem o melhor tipo de prova nas ciências empíricas. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito à arte da guerra. O General Scharnhorst⁵[...] considera os exemplos históricos de primordial importância para o assunto, e faz deles um uso admirável”* (Clausewitz, 2007, p. 124) (tradução nossa)⁶. Sobre a importância da utilização de um episódio histórico, ao longo da análise teórica, percebe-se que os casos históricos têm a vantagem de serem mais realistas e dar vida às ideias que representam (Clausewitz, 2007).

5. Gerhard von Scharnhorst (1755-1813) foi um importante general prussiano que, além de ter lutado nas Guerras Napoleônicas, foi chefe do Estado-Maior da Prússia. Seus estudos e pensamentos a respeito da reforma do exército prussiano impressionam, influenciando no pensamento de Clausewitz, de quem foi tutor.

6. Historical examples clarify everything and also provide the best kind of proof in the empirical sciences. This is particularly true of the art of war. General Scharnhorst [...] considers historical examples to be of prime importance to the subject, and he makes admirable use of them” (Clausewitz, 2007, p. 124).

Por fim, a argumentação e relevância desta temática reside em ser um episódio histórico, tido como marco nos estudos de cibernética, além de servir como evidência e manifestação da competência dos instrumentos cibernéticos em sensibilizar infraestruturas críticas estatais, consoante ao que será analisado ao decorrer desta pesquisa.

Introdução ao conceito Clausewitziano de guerra

Como já apresentado, esta investigação opta por trazer a definição conceitual dos termos utilizados, para depois traçar uma análise sobre o que fora proposto. A escolha da obra *Da Guerra*, de Carl von Clausewitz, como referencial teórico, reside no fato de ser o primeiro esforço minucioso de designar uma teoria sobre a guerra, além de promover e trazer importantes compreensões para as Ciências Militares e a maneira pelo qual se enxerga a guerra. A primazia desta obra reside, além da grandeza do pensamento de Clausewitz, também ao fato de que, como aponta Proença (1999, p. 72-73): “*Da Guerra sistematizava o conjunto de suas reflexões sobre a guerra e as enquadra num arcabouço teórico de grande envergadura.*”

Carl von Clausewitz (1780-1831) é considerado como um dos maiores estrategistas e teóricos de guerra de todos os tempos. Grande parcela dos seus escritos sobre a guerra foram refletidos a partir da sua experiência nas Guerras Napoleônicas. O axioma mais famoso do seu trabalho apresenta a guerra como sendo a continuação da política por outros meios. Ele também a descreve como um camaleão, em função da rápida adaptação das suas características. Fundamentado no pensamento Clausewitziano, Paret, Howard e Brodie (1984, p. 59) ponderam que: “*a guerra é diferente de qualquer outra coisa. Assim, por mais que ela possa mudar em si mesma de uma época para outra, as suas características essenciais permanecem distintas de todas as outras atividades do homem.*”

Embora o estudo da guerra desenvolvido na sua obra tenha moldado o pensamento militar ocidental, desde a década de 1990, há questionamentos e críticas, especialmente, no que se refere aos conflitos contemporâneos e a sua capacidade de resposta frente a ameaças intraestatais. Grande parcela destes questionamentos se fundamentam em razão de que, com o término da Guerra Fria, novas ameaças, oriundas de atores não-estatais, como, por exemplo, grupos paramilitares, terroristas, fundamentalistas religiosos, entre outros, obtiveram maior projeção no Sistema Internacional. Ademais, de acordo com Buzan e Hansen (2012), neste espaço temporal, a área de estudos de Segurança e Defesa foi alargada e novas temáticas foram incorporadas, como, por exemplo, o papel da cibernética na política internacional. E assim, neste escopo, “*com o fim da Guerra Fria, a suposição clausewitziana de que a guerra é um ato de força destinado a realizar os objetivos da política passou a ser cada vez mais contestada*” (Hew Strachan, 2008, p. 12).

Nessa situação, transcorreram muitas discussões em torno de se a obra de Clausewitz continuaria sendo um trabalho atual e relevante, com ênfase às teses de pensadores como

John Keegan (2006), Mary Kaldor (1999), La Maisonnette (1998) e Martin Van Creveld (2011). Eles argumentam sobre a relevância de ponderar a guerra como sendo não apenas um embate entre atores estatais e suas respectivas Forças Regulares, com vistas a alcançar um determinado objetivo político, como proferido, principalmente por Clausewitz (2007), mas também endossado por Aron (1986) e Tilly (1975). Muitas críticas dessas, além de derivarem de uma interpretação seletiva e descontextualizada, consideram que a guerra é estritamente uma forma de violência e não de força, esta última apresentando diferentes facetas, conforme teorizado por Clausewitz. Outro aspecto a ser considerado é que a violência deve ser entendida como um resultado da força e não como um sinônimo absoluto e irrestrito de uma convocação ou de um ato de guerra (Stone, 2013; Echevarria, 2007).

Outrossim, estes acadêmicos pretendiam e defendiam que seria a emergência de um novo contexto, requerendo dois tipos de guerra, a “velha” e a “nova”, esta respaldada, em grande parte, por conflitos, em sua grande maioria, intraestatais, interpretados, cada vez mais, por entes não-estatais, concedendo um caráter irregular ao teatro de operações. Em síntese, os autores, previamente apresentados como críticos, pontuaram que neste novo momento geopolítico, entes não estatais protagonizam papéis de destaque na condução dos conflitos bélicos. Por fim, estas teses também se apoiavam no fato que as, então, “velhas guerras” seriam aquelas enfrentadas pelos Estados e suas respectivas Forças Armadas convencionais, oriundas do momento da Era Industrial (Mahnken; Maiolo, 2014; Gray, 2009).

Ainda neste embate, um ponto em que a crítica se fundamenta é que com o término da bipolaridade e a emergência dos atores não estatais, a interpretação da Trindade Notável ou Paradoxal, a depender da tradução e literatura, apresentada por Clausewitz, funcionaria como um sinal de declínio do seu pensamento, uma vez que os atores apresentados são o povo, o governo e as Forças Armadas. Dentro desta visão, vislumbravam que as forças rebeldes não se encaixariam, nem seriam descritas nestas categorias. Mas, essa visão coloca ênfase nas variáveis da trindade secundária, as instituições, e não na primária, que são os elementos e emoções que perpassam a síntese da sua obra, a saber: violência, ódio e inimizade, que podem ser encontradas também como paixão, força natural cega ou cego impulso natural, animosidade, jogo do acaso e da probabilidade, gênio, razão e política. Desse modo, funcionam como entes interligados, entre os quais o confronto se move, seguindo constantemente seu vínculo e propensão (Clausewitz, 2007; Echevarria, 2007; Souchon, 2020; Stone, 2007; 2018).

Além do mais, por mais que exista uma visão de correlação direta entre a trindade primária e secundária, estas tendências não devem ser vistas como exclusivas, irrestritas e rigorosamente dirigidas a cada um dos entes, e sim como variáveis presentes no contexto da guerra como um todo. Com base no exposto, a guerra sob a óptica Clausewitziana é o resultado das associações e coeficientes complexos e mutáveis, que são empregados nos teatros de operações. Desse modo, estas ideias continuam sendo instrumentos analíticos fundamentais

para a análise da teoria da guerra. Por fim, regressa-se e correlaciona-se ao entendimento de que a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que altera suas características, atributos ao meio em que está exposto, mas é também como um conjunto de disposições e propensões que nele predominam (Clausewitz, 2007; Souchon, 2020; Stone, 2018).

Neste sentido, observa-se que a questão dos críticos de Clausewitz, na contemporaneidade, têm como fulcro uma leitura seletiva e pouco precisa da obra, tomando posse de expressões, compreensões e até mesmo parágrafos e lições isoladas, fora do contexto, deturpando o entendimento exposto na obra, assim não se atentando à grandeza do texto, cujo alcance atemoriza. Esta questão possui relação com o fato de que há uma certa herança de engendrar em Clausewitz, o que ele pretendia dizer ou escrever, trazendo, muitas vezes, interpretações e análises distorcidas, errôneas, díspares e ambíguas. Aliás, sobre o contexto temporal, o militar prussiano afirmara que quem se fundamenta apenas nas perspectivas do seu próprio momento histórico está fadado a tratar o que existe de mais atual como sendo o melhor, se ofuscando do que vem anterior e posteriormente, achando improvável atender o que é diferente (Handel, 2014; Hew Strachan, 2008; Gray, 2009).

Por fim, elementos apresentados em sua obra como fricção, fatores morais, acaso, centro de gravidade e incerteza continuam influenciando o desenrolar do conflito e a análise trinitária; além de ser a síntese do seu parecer, é relevante para entender todos os tipos de guerra, bem como sua ênfase na natureza política. Dentro deste contexto, Hew Strachan (2008, p. 31) retrata que: *“a relevância das ideias de Clausewitz hoje vai além da prevalência de guerras civis e conflitos entre atores não-estatais.”* Assim, ilustra-se que a coerência das conceituações de Clausewitz, hoje, percorrem o predomínio de guerras civis e conflitos entre atores não-estatais, e não estão obsoletas, como defendido por alguns teóricos. Dessa maneira, esta relação se torna apropriada e procedente em todos os tipos e para guerras de quaisquer características, e não apenas interestatais. Vale ressaltar que Colin Powell, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, entre os anos de 1989 e 1993, citou que o pensamento Clausewitziano exposto em *Da Guerra* é *“como um raio de luz vindo do passado e que ainda ilumina as perplexidades militares do presente.”* Desse modo, é admirável compreender que os apontamentos e considerações de Clausewitz possuem capacidade de resposta e continuam atuais, mais de um século e meio após sua publicação (Hew Strachan, 2008; Handel, 2014).

Um outro aspecto diz respeito às rápidas mudanças tecnológicas na indústria bélica⁷, estas que transformaram a compreensão da natureza de guerra em algo ainda mais denso do que na época em que o pensador prussiano desenvolveu sua teoria. Clausewitz sobrepujou as delimitações aplicadas por percepções da conjuntura política e tecnológica da sua

7. Outrossim, a questão tecnológica transcorre da interpretação e execução da guerra, em virtude da relação existente entre estes elementos (confrontos armados e avanços tecnológicos), uma vez que Paret (2001, p.103) analisa que, *“a ciência e a guerra sempre estiveram intimamente ligadas”*.

época. Assim, compreender a guerra ainda exige muito mais explicação, e talvez, a lição mais importante, obtida a partir da obra *Da Guerra*, é que o confronto bélico pode ser estudado com um espírito diferente (Howard, 2002; Paret, 2001; Souchon, 2020).

Correlação entre as conceituações de guerra e política

Clausewitz discorre que a guerra é a continuação da política com a entremistura de outros meios, tendo por objetivo desarmar, aniquilar, destruir as forças do oponente. “*A intenção deve ser danificar as forças do inimigo de modo que ele não possa levar a guerra adiante ou não possa fazê-lo sem perigo para si [...] destruir o exército do inimigo*” (Hew Strachan, 2008, p. 76). O militar prussiano manifesta que um ato de guerra é sempre político, nunca isolado, e que o objetivo deve ser tornar o inimigo indefeso, para forçar e impor que o oponente aceite sua vontade, assim, cegando, temporariamente, os comandantes e até mesmo os estrategistas militares em relação ao intuito mais amplo da guerra, correlacionando com a compreensão sobre a Trindade, exposta anteriormente.

A relação dialética existente e exposta entre guerra e política, deve-se ao fato de que o propósito, objetivo político e o alvo militar coincidem. Dentro deste cenário, o prussiano não esclarece a guerra como um caso independente, tampouco deve ser entendida de forma isoladamente da política, mas sim como algo a ser apreendido como parcela de uma referência maior, que é a política. Em síntese, para além dessa definição, toda guerra, por estar submersa no âmbito político, é circundada pelo meio apresentado, e torna-se crucial analisar a conjuntura e o papel da política, enquanto uma ferramenta, ao investigar os pormenores e particularidades que caracterizam um confronto armado (Herberg-Rothe, 2007; Rid, 2014; Hew Strachan, 2008).

Portanto, visto o caráter significativo da ingerência da política na guerra, esta relação dialética foi central nos desenvolvimentos das observações de Clausewitz. Esta relação posiciona a guerra, rigorosamente, e com ênfase no campo da política, convertendo a teoria de guerra em mais científica e metódica. Assim, em outras palavras, observa-se a natureza subordinada do instrumento político, por via do qual, ela confere mais rigor à cientificidade da sua teoria da guerra (Hew Strachan, 2008; Stone, 2007; 2018).

Logo, por meio deste entendimento e perspectiva, pode-se inquirir se o desmantelamento de infraestruturas críticas (ICs), sensíveis e estratégicas para um país, pode ser conceituado como um esforço de guerra, como o *worm* Stuxnet, que acometeu e comprometeu o enriquecimento de urânio do país persa. Dentro deste âmbito, vale pontuar que, para Clausewitz, as guerras emanam de intuitos políticos, sendo útil ao analisar o Stuxnet, visto que aproxima a teoria formulada no século XIX a um evento do Sistema Internacional no século XXI, corroborando para a atualidade do pensamento Clausewitziano. Dessa maneira, entende-se de maneira prática e por meio da análise de um exemplo sobre o objetivo da guerra, impor a vontade ao adversário e destruir sua capacidade de resposta.

Por fim, observa-se que a política certifica racionalidade à guerra, visto que uma vitória militar está às ordens de um fim político impor sua vontade, como observado, e a ênfase da primazia da política na condução da guerra. Não é possível entender o fenômeno guerra, a partir da perspectiva Clausewitziana, sem compreender a política que o permeia.

Introdução ao domínio cibernético: conceituando e fundamentando o ciberespaço

Antes de se aprofundar sobre o episódio do Stuxnet, é de grande importância apresentar as definições e fundamentos do espaço cibernético, a fim de compreender o ataque cibernético estudado neste artigo. Primeiramente, deve ser entendido que o conceito de ciberespaço não é algo absolutamente definido, ou seja, ainda há um debate entre pesquisadores sobre o conceito conclusivo acerca deste domínio⁸. Porém, é concreto afirmar que o espaço cibernético possui um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, dada à ubiquidade e dependência crescente por parte da sociedade, das empresas e dos Estados, permitindo, por exemplo, desde a simples interação em redes sociais, à administração de um crítico sistema de uma instalação de energia elétrica. Em outras palavras, o ciberespaço virtualiza a economia e a sociedade, o que, conseqüentemente, leva ao surgimento de novas vulnerabilidades, não exclusivamente à defesa do Estado, como também à segurança da sociedade e das empresas. Isto é alcançado pelo fato das Infraestruturas Críticas (ICs), como as de água, energia, telecomunicações, finanças, transportes e comunicação, serem administradas no espaço cibernético devido às dependências administrativas e gerenciais das ICs das redes de informação. Portanto, estas estruturas também fazem parte do ciberespaço, que caso danificadas ou paralisadas, ocasionarão sérias conseqüências multifacetadas, sejam elas econômicas, sociais ou políticas, exigindo que este domínio seja assegurado e apropriadamente estruturado pelo Estado (Canongia; Mandarino, 2009; Pinto; Grassi, 2020).

A discussão sobre o conceito de ciberespaço é relativamente recente, pois considera-se a concepção de William Gibson, autor de ficção científica, sendo a primeira de todas. Em 1984, em seu livro intitulado “*Neuromancer*”, quase 40 anos após a criação do primeiro computador e 15 anos após a ARPAnet (Rede da Agência de Pesquisas em Projetos Avançados dos Estados Unidos) transmitir uma informação em uma rede em 1969, Gibson poeticamente conjecturava o mundo cibernético.

O ciberespaço. Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impen-sável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo. (Gibson, 2014, p. 83).

8. Nota-se que os termos: espaço cibernético, ciberespaço e domínio cibernético, utilizados neste artigo, possuem a mesma expressão de sentido.

Neste panorama, utilizando-se autores mais recentes, as definições mais usadas geralmente gravitam em torno da segmentação de camadas do domínio cibernético. Para Kuehl (2009), por exemplo, o ciberespaço, em síntese, é interpretado como um domínio global dentro do ambiente informacional, estritamente operadas pelo homem, onde o uso do espectro eletromagnético e de equipamentos eletrônicos em uma rede virtual interdependente, são usados para analisar, produzir, modificar, permutar e armazenar informações. Ao longo de seu artigo intitulado *“From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem”*, o autor aponta também que há inúmeras definições para o domínio cibernético (Kuehl, 2009), ressaltando que a definição básica do conceito de ciberespaço não é consolidada.

Desse modo, utilizando os mesmos princípios sobre camadas que compõem o domínio cibernético, Libicki (2009), em seu livro *“Cyberdeterrence and Cyberwar”*, indica que o ciberespaço é composto por três camadas: a física, a sintática e a semântica. Em primeiro lugar, a camada física é representada como o componente material do ciberespaço, exemplificado pela transmissão e armazenamento de dados por sistemas de informação via fios, cabos e satélites. Em segundo lugar, a camada sintática, representada pelos códigos e informações enviados entre os sistemas de informação. E por último, a camada semântica, que detém as informações contidas nas máquinas.

Ventre (2012), se aproximando da definição apresentada por Libicki (2009), divide o ciberespaço similarmente em três camadas: as superiores, médias e inferiores. As camadas inferiores e médias de Ventre correspondem respectivamente à camada física e sintática de Libicki. Contudo, na camada superior, o autor define como o usuário, ou seja, a interação humana com ciberespaço, desenvolvendo o argumento que o ser humano estabelece as infraestruturas, programa e opera o ciberespaço. Neste sentido, Ventre (2012) se diferencia de Libicki (2009), ao colocar o ser humano em evidência neste domínio, determinando que, para que este domínio exista, é necessário que o homem o construa, desenvolva e opere.

Destarte, a partir destes conceitos, percebe-se, sobretudo, que o domínio cibernético é um espaço exclusivamente artificial que pode ser entendido como uma sobreposição de camadas, sendo também estritamente criado e operado pelo homem a partir da evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Tendo isto compreendido, entende-se que cada país tem seu grau de inserção neste domínio por se tratar de uma dependência em investimentos e no desenvolvimento em TIC, infraestrutura e mão de obra qualificada. Desta forma, quanto mais um país é considerado desenvolvido, maior será sua dependência do espaço cibernético, que, por uma consequência lógica, maior deverão ser seus investimentos em segurança e defesa cibernética, não apenas visando o pleno funcionamento do Estado, como também assegurar a realização de seus objetivos nacionais.

Após esta breve introdução acerca dos conceitos do espaço cibernético, a seguir, serão introduzidos os fundamentos deste domínio. No artigo *“The Fundamental Conceptual Trinity of Cyberspace”* (2020), os autores propõem uma teoria edificada nos preceitos das Relações

Internacionais, em que o ciberespaço é firmado em três intrínsecas regras básicas, na qual pode ser usada como uma ferramenta analítica. Este tripé fundamental do ciberespaço, portanto, é caracterizado pela: (I) multiplicidade de atores; (II) desterritorialização; e pela (III) incerteza (Medeiros; Goldoni, 2020).

Em junho de 2022, estima-se que cerca de 5,38 bilhões de pessoas em todo o mundo utilizam a internet, rede global de computadores. Isto significa que 67,9% da população mundial utiliza o ciberespaço (*Internet World Stats*, 2022). Neste sentido, o primeiro fundamento apresentado, que é a multiplicidade de atores, é facilmente definido pela grande variedade de atores que utilizam o ciberespaço. Como já citado anteriormente, na introdução desta seção, a ubiquidade do espaço cibernético tornou-se imprescindível na comunicação e na gestão de dados e informações no século XXI, que tende a se tornar cada vez mais acessível a todos, justificando o barateamento de tecnologias da informação. Neste aspecto, segundo a *Internet World Stats* (2022), em julho de 2002, apenas 9,1% da população mundial tinha acesso à internet. Isto significa que, em 20 anos, mais da metade da população global passa a utilizar o ciberespaço (um índice que está em constante crescimento).

Em consequência deste grande número de atores que interagem entre si a todo momento, na troca de dados e informações em uma rede global, são produzidas também vulnerabilidades às ICs. Esta fragilidade se dá simplesmente pelo fato de que civis e militares de diferentes Estados de todo mundo e suas respectivas ICs, atuarem no mesmo domínio, permitindo, por exemplo, desde ataques cibernéticos, espionagem e manipulação de informações. Ainda neste tema, outro importante ponto a ser levantado é que estes atores, estatais ou não, possuem suas próprias agendas dentro do domínio cibernético (Medeiros; Goldoni, 2020), algo que será explorado ao serem abordados os objetivos do Stuxnet.

Seguindo esta linha de raciocínio, percebe-se outro fundamento: a desterritorialização. Neste sentido, o fluxo de informações e dados através de uma rede mundial de computadores, transpassam as clássicas fronteiras geográficas estatais de forma instantânea, em alta velocidade pelo espectro eletromagnético, devido a condição de imaterialidade deste domínio (Medeiros; Goldoni, 2020). Para ilustrar este comportamento, a fim de facilitar o entendimento, um determinado ator que se encontra em um país A, com infraestrutura e capacidade técnica suficientes, pode desferir um ataque através da camada virtual (ataque cibernético), podendo provocar danos físicos em uma IC de um país B. A partir deste exemplo teórico, percebe-se a caracterização desterritorializante, na qual o aspecto do território físico tem sentido apenas de onde o ataque partiu e a qual lugar ele foi direcionado. O espaço cibernético, neste caso, é utilizado como uma ferramenta de ataque que permite cruzar fronteiras sem o contato físico direto entre os atores. Vale ressaltar que esta interação entre os atores apenas é possível através de uma infraestrutura física e pela capacidade técnica humana nesta operação.

Por fim, e não menos importante, outra característica do ciberespaço é a incerteza. Esta particularidade abrange diversos elementos. Em primeiro lugar, o anonimato, definido pela dificuldade de atribuir de onde o fluxo informacional desagregado se origina, alimentado pela multiplicidade de atores. Outro elemento é a incapacidade de medir um evento ou um acontecimento e suas consequências, devido à natureza mutável, interconectada e complexa das camadas da sintaxe e semântica do espaço cibernético. Em terceiro lugar, a ausência da permanência de um objeto neste meio virtual, devido justamente pela imaterialidade e pelo ambiente rapidamente mutável do ciberespaço, como citado anteriormente. E por último, a velocidade das ações que ocorrem nesse meio podem se sobrepor à capacidade do tempo da tomada de decisão estratégica dos atores afetados (Medeiros; Goldoni, 2020).

Com o entendimento das camadas virtuais, físicas e humanas que compõem o domínio cibernético, e a introdução dos três fundamentos apresentados de forma breve, tem como objetivo posterior serem aplicados ao caso do Stuxnet, como apresentado na próxima seção. Neste sentido, esta introdução conceitual não apenas facilita a compreensão de como funciona este domínio de modo geral, mas também analisa, de forma crítica, como os confrontos do século XXI têm se aprofundado no ambiente informacional, a partir de um dos principais casos de ataque cibernético mais sofisticados que o mundo já concebeu até o momento. Segundo Rid (2014), todos os ataques políticos cibernéticos pregressos e contemporâneos são meras manifestações sofisticadas de três práticas intrínsecas à guerra milenar: subversão, espionagem e sabotagem. Diante disso, compreende-se que o caso Stuxnet não passa de uma antiga atividade de sabotagem (objetivo), porém com métodos modernos (meio).

Descrição e análise: afinal, o que se entende por Stuxnet?

Os autores Falliere, o'Murchu e Chien (2011), com base no dossiê da *Symantec*, uma das principais e mais completas fontes na época, concluíram que até setembro de 2010, o Irã foi o país mais infectado pelo Stuxnet, sinalizando que fora o alvo principal, visto ter representado 60% das infecções globais. Neste sentido, é indicado também que outros Estados foram atingidos, pois, devido aos mecanismos de propagação deste *worm*, o ataque foi além de seu objetivo. O Stuxnet foi confeccionado para atingir o sistema industrial SCADA⁹ e manuseado para refrear as centrífugas de enriquecimento de urânio iranianas. O desígnio do ataque visava subverter as centrífugas em um processo lento e gradual, enganando, desse modo, os operadores da usina. Presumivelmente, a sua linha de raciocínio residia na premissa de que, ao comprometer o funcionamento do hardware, uma considerável interrupção temporal seria imposta ao programa de enriquecimento nuclear do Irã (Rid, 2014).

9. Os sistemas de Supervisão de Controle e Aquisição de Dados (Scada), tem a finalidade de monitorar, analisar e controlar dispositivos e processos industriais. O sistema, portanto, permite o gerenciamento remoto das indústrias por parte das empresas (Scada Internacional, S/D).

Este *worm* de computador foi descoberto, em junho de 2010, após ter lesionado instalações nucleares¹⁰, com destaque a Natanz, uma das principais usinas de enriquecimento de urânio do Irã, inutilizando e deixando inoperantes várias centrífugas, com dados oscilando de mil a 5 mil¹¹, e em Bushehr¹², o reator nuclear. O Stuxnet interrompeu o enriquecimento nuclear iraniano, sendo o primeiro caso conhecido de um ataque à rede de computadores a promover danos físicos a infraestruturas estratégicas além das fronteiras lógicas nacionais. Neste sentido, este acontecimento acarretou sérias implicações para a segurança em todo o mundo, com destaque a ICs, sistemas industriais, arcabouços críticos e sensíveis. Dessa maneira, o Stuxnet foi concebido objetivando acarretar um mau e prejudicial funcionamento em procedimentos industriais, deteriorando, assim, motores, turbinas, centrífugas e demais equipamentos e aparatos (Rid, 2014; Collins; McCombie, 2012; Pinto; Grassi, 2020)

A princípio, acredita-se que a infecção do Stuxnet das centrífugas tenha sido através de um *driver* removível (conhecido popularmente como *USB*), pois tratava-se de um alvo isolado, ou seja, não era possível infectar de maneira remota através da rede mundial de computadores, pois, devido ao alto risco à exposição de invasores, as ICs precisam estar à parte da internet para seu funcionamento. Cabe apontar que um ataque cibernético não precisa ser feito de forma exclusivamente remota através da internet - a utilização de um *driver* removível é apenas uma opção pertinente de se invadir um alvo, que, neste caso, indica a necessidade da presença de um indivíduo que tenha acesso a esta rede privada (Rid, 2014). Neste sentido, foi necessária uma estratégia de infecção sofisticada por parte dos invasores, na qual a totalidade das capacidades requeridas para sabotar o sistema foi integrada diretamente no executável do Stuxnet, o que implica na incorporação plena e autossuficiente de todas as funcionalidades sabotadoras no código executável desse *malware*.

Segundo Rid (2014), quando este *worm* se instalava nos sistemas, tinha como configuração checar seu alvo e mudar as frequências dos *drivers*¹³ que operavam os motores da usina, resultando em um mau funcionamento, danificando as turbinas, motores e centrífugas. O Stuxnet operava com sutileza e astúcia, pois possuía artifícios para contornar as defesas de softwares de segurança. Além de esconder réplicas de seus arquivos em

10. O Stuxnet tinha como alvos específicos a turbina a vapor na usina nuclear de Bushehr (identificada pelo código 417), e as centrífugas de gás em Natanz (designadas pelo código 315), onde, caso este *worm* conseguisse se conectar a esses controladores, ele verificava suas configurações para confirmar o alvo. Caso o alvo fosse confirmado, o Stuxnet alterava as frequências de saída de *drivers* específicos responsáveis pelo acionamento de motores. Caso negativo, simplesmente não fazia nada (Rid, 2014, p. 416).

11. Antes do acordo nuclear de 2015, o uso de centrífugas em Natanz era de 20 mil. Com o acordo, o uso ficou limitado a 5 mil por uma década, sendo utilizadas as com menor capacidade e mais antigas.

12. *Bushehr Nuclear Power Plant* (BNPP), primeiro reator nuclear iraniano.

13. *Driver* é um *software* (um programa), que permite que o computador se comunique com o *hardware* (aparelho físico) (Microsoft, S/D).

dispositivos removíveis, ocultava seus próprios blocos de programa ao serem submetidos a um processo de enumeração em controladores e, de maneira eficaz, se auto destruía em máquinas que não conduziam ao alvo preestabelecido (Rid, 2014; Zetter, 2014).

Neste sentido, segundo o autor, a sofisticação tecnológica, elevada complexidade e finalidade cirúrgica deste *worm*, traz uma forte evidência de que foi desenvolvido por um ou um conjunto de Estados. Em outras palavras, Rid (2014), supõe que: (I) o Stuxnet tenha sido desenvolvido por Israel em conjunto com os EUA, devido à grande capacidade de demanda técnica, recursos e tempo em sua elaboração, somando-se ao fato da grande instabilidade regional no Oriente Médio caso o Irã desenvolva armas nucleares - retomando a relevância da temática política trabalhada em relação a um conflito bélico; (II) Apesar de saber que este ataque cibernético trouxe prejuízos ao enriquecimento de urânio, os dados e pesquisas, a respeito do intermédio temporal, em termos de anos, são muito oscilantes. Nestes dois pontos retoma-se o fundamento da incerteza, respectivamente sobre o anonimato (dificuldade e demora em atribuir concretamente quem desenvolveu o Stuxnet) e a incapacidade de medir as reais consequências desse ataque ao Irã, mesmo sabendo que os planos nucleares iranianos foram retardados em algum nível, como frisado anteriormente.

Zetter (2014), ratificando o argumento de Rid, questiona quem seriam os autores da criação deste *worm*. Devido à complexidade do mesmo e o emprego de tecnologia de ponta, além do fato de ter atingido um alvo bem específico (as centrífugas iranianas), algumas hipóteses foram consideradas, todas retomando à compreensão política, como a de que o autor seja um (ou mais de um) ente estatal e que não tem interesse que o Irã desenvolva armas, tampouco tecnologia nuclear. Essa questão surge da natureza intrincada e complexa do Stuxnet, o que leva à atribuição de sua operacionalidade a agências governamentais, inclusive a possibilidade acerca de uma eventual colaboração interinstitucional (Zetter, 2014; Lindsay, 2013).

Como mencionado, vários estudiosos apontam e argumentam que tal ação foi orquestrada e coordenada pelos Estados Unidos, em razão do fato de que o país não tem interesse que o Irã desenvolva tal tecnologia e que, com o Stuxnet, houve uma retração das ambições iranianas por um período. Sobre esta temática e neste cenário, os Estados Unidos, devido a questões de Segurança e Defesa, tinham um forte intuito de neutralizar o programa nuclear iraniano. Este fator deve-se ao fato que, desde a Revolução Iraniana, em 1979, os dois países possuem relações conturbadas e estão em posições opostas no tabuleiro geopolítico, além de que, se o Irã detivesse tal tecnologia, suscitaria o dilema de segurança, promovendo uma corrida armamentista na região e alterando a balança de poder. Como o Oriente Médio é uma região onde os Estados Unidos são, tipicamente, presentes, este desdobramento só acentuaria a ingerência estadunidense na região, aumentando ainda mais os dilemas políticos. Ademais, outro ponto que corrobora é que Washington não estava conseguindo bons

resultados nem êxito, por meios diplomáticos, para conter o programa nuclear iraniano. Esta situação é compreendida e percebida à luz da explicação de Clausewitz sobre a guerra como sendo a imposição da vontade sobre o oponente, e também sobre como o aspecto político permeia toda a compreensão e se manifesta até nos elementos estritamente militares (Lopes; Oliveira, 2014; Freilich, 2022; Zetter, 2014).

Outrossim, os Estados Unidos entendiam que promover ataques militares convencionais para este intento não seria interessante para a sua imagem e política externa naquele contexto político e histórico, visto que o país já estava tendo que lidar com os desdobramentos da Guerra ao Terror e sua ação militar no Iraque. Neste cenário, aumentaram-se os rumores e hipóteses, apesar da ação do Stuxnet não ter sido reivindicada. O uso de armamentos e ferramentas cibernéticas, enquanto opção e possibilidade às investidas e ações militares tradicionais, se sobressai como uma predileção conveniente, em termos de imagem política, e financeiramente menos custosa de interferência no programa nuclear iraniano. Assim, “*o governo dos EUA lançou mão de um tipo de poder que atrela política externa a um novo ambiente de atuação das Forças Armadas: o poder cibernético*” (Lopes; Oliveira, 2014, p. 56).

Nesse sentido, outro ponto a ser ressaltado, dentro do espectro político, é que a maior parte das potências ocidentais, principalmente as que compõem o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e que possuem esta tecnologia, como Estados Unidos, França e Reino Unido, além de potências regionais, como Israel, não tinham interesse e enxergavam com preocupação o fato do Irã estar desenvolvendo seu programa nuclear, visto que desde a Revolução, o país é alvo de desconfianças por parte do Ocidente, no que diz respeito a suas atividades com o manuseio de energia nuclear. O que corrobora, novamente, a hipótese de que o *worm* tenha sido criado por um Estado. Assim, no entorno regional, a possibilidade de o Irã desenvolver armas nucleares modificaria a balança de poder, retomando a discussão do dilema de segurança, como já delineado. Países como Israel, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita temem esta realidade e mesmo com diferenças geopolíticas e posturas políticas diferentes, se aproximaram, em virtude de terem um obstáculo, um oponente em comum – o Irã com armas nucleares – e, assim, por objetivos estratégicos. Com destaque ao governo de Tel-Aviv, a estratégia de segurança nacional do país revela que o Irã é uma ameaça estatal à sua sobrevivência. Dessa maneira, enquadra-se o caso Stuxnet, visto que o Irã ter a posse de urânio enriquecido, podendo desenvolver armamentos nucleares e reatores químicos, confrontava os interesses dos Estados Unidos a nível regional - podendo alterar o equilíbrio de poder do Oriente Médio - e a nível internacional (Lopes; Oliveira, 2014; Freilich, 2022; Zetter, 2014).

Contudo, como apontado, até hoje não houve reivindicação da autoria de tal feito; só emprego de hipóteses, sendo os principais voltados ao fato de que o *worm* foi desenvolvido pelos Estados Unidos e, em alguns exemplos, com cooperação israelense, sendo ao mesmo

tempo um ato estatal e de interações, em decorrência da conjuntura política, como analisado anteriormente. Entretanto, apesar deste cenário, vale ressaltar que o foco do trabalho é compreender se esta ação praticada por meio do Stuxnet pode ser considerada um ato de guerra, com base no referencial teórico da obra *Da Guerra* (Lopes; Oliveira, 2014; Rid, 2014).

A argumentação do governo de Teerã que os objetivos para deter energia nuclear tem como fins questões de cunho energético e medicinais, em muitos casos, pauta ainda mais a incredulidade dos Estados, que não acreditam nesta narrativa¹⁴. Assim, em decorrência destas presunções, investidas são feitas por parte dos Estados Unidos e Israel, com o intuito de obter mais detalhes e informações sobre o programa nuclear, para saber como agir e atuar contra a República dos Aiatolás, e se antecipar contra alguma investida ou tentativa de agressão. Dentro deste panorama, a exequibilidade e contingência do uso do poder cibernético enquanto um ente tecnológico de intervenção, se transformou em uma medida notável. Neste sentido, a guerra cibernética, concepção abordada pela literatura especializada em defesa cibernética, encontra-se inseparavelmente ligada ao poder cibernético (Lopes; Oliveira, 2014).

A respeito do ataque a uma IC, Hausken (2011) menciona que estas são analisadas, estando sujeitas à defesa e ao ataque por múltiplos atacantes estratégicos. Sobre estratégia, a percepção apresentada por Schelling (1980, p. 5) elucida que: *“a estratégia não se preocupa com a aplicação eficiente de forças, mas com a exploração da força potencial.”* Afirmação esta que se coloca como relevante e pode ser aplicada na análise do caso do Stuxnet, como, por exemplo, para abordar sobre o distúrbio causado nas ICs. Ademais, partindo deste fato, aplicam-se os três fundamentos anteriormente explicitados: a capacidade de propagação do Stuxnet no espaço cibernético para outros países, pelo princípio da desterritorialização; a multiplicidade de atores; e a incerteza no que tange sobre a velocidade de propagação do *worm* para além do seu alvo, e, novamente, a complexidade em quantificar as consequências deste ataque não apenas ao Irã, mas também a todos os outros países, a nível regional e global (Harknett; Smeets, 2022).

Além disso, acrescenta que: *“uma estrutura é desenvolvida onde cada agente determina quanto investir na defesa versus ataque a cada um dos vários alvos. Um alvo pode ter valores econômicos, humanos e simbólicos, que geralmente variam entre os agentes”* (Hausken, 2011, p. 11) (tradução nossa)¹⁵. Além disso, este panorama revela o uso de meios cibernéticos para acometer infraestruturas que, anteriormente, acreditava-se que só seriam atingidas por meio de ataques aéreos, bombardeios e explosões. Em suma, concluindo este assunto, Farwell e Rohozinski (2011) argumentam que o domínio cibernético oferece um vasto

14. Neste âmbito, outro aspecto que vale mencionar é que no final de 2021 e início de 2022, quase saiu um novo acordo nuclear, mas, acabou não tendo um prosseguimento.

15. “A framework is developed where each agent determines how much to invest in defending versus attacking each of multiple targets. A target can have economic, human and symbolic values, which generally vary across agents” (Hausken, 2011, p. 11).

potencial em atacar adversários com menor exposição a riscos, comparado a métodos militares convencionais. Neste sentido, os autores argumentam que os Estados se apropriam e exploram tecnologias cuja evolução é instigada por atividades criminosas no ciberespaço, possivelmente, externalizando investidas cibernéticas a entidades não plenamente rastreáveis, entre elas, organizações de índole criminosa.

De acordo com esta perspectiva, Zetter (2014) elucida que o Stuxnet é um exemplo do uso de uma classe de artefatos cibernéticos, e politicamente contestados, que teve uma participação em conflitos geopolíticos, além de ter sido o ataque mais sofisticado já realizado. Stevens (2020) discorre sobre a natureza política situada na segurança cibernética, concluindo que o trabalho da *Symantec* não era neutro ou sem dimensões políticas, e sim que os especialistas fizeram escolhas profundamente geopolíticas em suas análises, reforçando e ressaltando o potencial de ataques cibernéticos. Conforme destacado por Rid (2014), a inteligência é também a etapa inicial e fundamental de um ataque cibernético, devido ao fato de que os invasores precisam de informações detalhadas sobre o sistema de controle de configuração único. Dessa maneira, torna-se evidente que o conhecimento aprofundado obtido por meio da inteligência proporcionou aos engenheiros e programadores responsáveis pelo Stuxnet uma compreensão minuciosa da infraestrutura singular do sistema-alvo iraniano. Tais informações desempenharam um papel crucial no processo de desenvolvimento do malware, viabilizando sua capacidade de explorar essas vulnerabilidades de forma eficiente, maximizando os danos de forma furtiva.

Por fim, com base no que discorreu-se aqui, o Stuxnet é um dos ciberataques de maior notoriedade internacional, o qual comprometeu e retardou o programa nuclear iraniano à época. Assim, pode-se considerar que o Stuxnet é a primeira arma cibernética criada voltada à capacidade de destruição para uma infraestrutura essencial, como as instalações nucleares, que trabalham na produção de energia, além do primeiro grande ataque militar cibernético da História, em termos de proporções. Este fato trouxe modificações na noção de ciberespaço no escopo da guerra, revelando uma exposição e fragilidade em que todos os atores estatais se encontram, além de perpassar as compreensões de soberania, fronteira, ataques, violação, além dos próprios conceitos de guerra, apresentando a cibersegurança como uma preocupação de política internacional, Segurança e Defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, esta investigação científica se propôs a examinar se o episódio histórico do Stuxnet poderia vir a ser cunhado como um ato de guerra, visto a interpretação Clausewitziana de que a guerra é a continuação da política com a entremistura de outros meios, sendo uma ação para compelir o inimigo a exercer o seu intuito, sendo, assim, uma disputa de vontades e um ato de violência. Em outras palavras, há como propósito enfraquecer o adversário para torná-lo inapto de executar resistência e, desse modo, implementar

sua vontade. Para analisar e realizar esta pesquisa, observou-se a compreensão da teoria de guerra e o pensamento clausewitziano, bem como o domínio cibernético, até o espectro político, crucial na análise de Clausewitz, sobre o contexto em que o Stuxnet se encaixa, por meio de um estudo de caso único sobre este episódio.

Assim, na circunstância alcançada, a presente investigação corrobora a hipótese apresentada no início deste texto, de que o Stuxnet pode ser caracterizado como um ato de guerra, de acordo com a percepção clausewitziana, ao levar em consideração que fora um ato político com o intuito de impor seu propósito ao oponente. Portanto, a estratégia planejada para interromper o processo de enriquecimento de urânio no Irã foi alcançada, correlacionando com o descrito anteriormente, de imposição da vontade em uma situação bélica. Sendo assim, a ação por trás do Stuxnet foi crucial para alcançar essa finalidade. Em outras palavras, ao que tange à política, o Stuxnet, enquanto instrumento cibernético, obteve um desempenho e resultado político, visto que retardou o enriquecimento de urânio e, conseqüentemente, a tecnologia nuclear, por parte do Irã. Desse modo, conclui-se que este *worm* funcionou como sendo a continuação da política por outros meios, estes tecnológicos, para impor a sua vontade ao país persa. Além disso, por mais que até hoje o regime de Teerã não tenha desistido do seu projeto e arcabouço, este episódio histórico auxiliou no seu adiamento. Assim, a questão política se fez presente e irrompeu em todo este cenário, confirmando mais uma vez a hipótese apresentada, visto que foi a continuação da política e que esta irrompe até mesmo nos elementos puramente de segurança e defesa, além de evidenciar a conexão existente entre cibernética e fins geopolíticos.

Para além deste viés, um dos principais resultados desta pesquisa encontra-se na correlação com o espectro de Tecnologia e Cibernética ao campo das Ciências Militares e Política Internacional, em decorrência do impacto de Infraestruturas Críticas (ICs). Desta forma, ressalta-se o alcance desta ferramenta cibernética e o seu poder de efeito e ataque, potencial destrutivo, bem como evidencia a vulnerabilidade e sensibilidade encontrada nestes tipos de estruturas, sendo mecanismos pelos quais, ao serem aprofundados, há impacto e correlação direta com a política. O que reforça o quanto a estratégia não é apenas, unicamente, a respeito do uso eficaz do poder aplicado, mas o uso do poder potencial, ou seja, de mostrar que há capacidade para agir com maior aptidão em determinada área.

Por fim, os resultados que este trabalho expõe representam e derivam de uma abordagem contemporânea, sem ignorar as colaborações e subsídios do passado, ao analisar esta relação entre guerra e tecnologia cibernética. Esperou-se, por meio desta investigação, ressaltar um olhar mais apurado sobre o episódio histórico que foi o Stuxnet, visto que, em um mundo cada vez mais globalizado, ações cibernéticas se tornam cada vez mais atuais, e como a correlação entre tecnologia, cibernética, ciências militares e política internacional tem muito a contribuir, em conjunto, para elucidar melhor as debilidades das infraestruturas críticas e como estas impactam os Estados como um todo.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. *Pensar a Guerra: Clausewitz – a Era Planetária*. Tradução de Elisabeth Maria Speller Trajano. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BELCIC, Ivan. *O que é um worm de computador?* AVAST. 20 de Jul. de 2020. Disponível em: <https://www.avast.com/pt-br/c-computer-worm#>. Acesso em: 13 de mai. 2024.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge University Press, 2012.

CANONGIA, Claudia; Raphael, MANDARINO. Segurança cibernética: o desafio da nova Sociedade da Informação. *Parcerias Estratégicas*, v.14, n.29, jul-dez, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von; HOWARD, Michael.; PARET, Paret (Eds.). *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Comentários de Beatrice Heuser. Oxford University Press, 2007.

COLLINS, Sean; McCOMBIE, Stephen. Stuxnet: the emergence of a new cyber weapon and its implications. *Journal of Policing, Intelligence and Counter Terrorism*, v.7, n.1, mar, 2012.

ECHEVARRIA, Antulio Joseph. *Clausewitz and contemporary war*. New York: Oxford University Press, 2007.

FALLIERE, Nicolas; O' MURCHU, Liam; CHIEN Eric. W32. Stuxnet Dossier. *Symantec Security Response*, fev, 2011.

FARWELL, James P.; ROHOZINSKI, Rafal. Stuxnet and the Future of Cyber War. *Survival Global Politics and Strategy*, v.53, n.1, jan, 2011.

FREILICH, Chuck. Israel and the Iran Nuclear Deal: The Best of Bad Options. *Survival Global Politics and Strategy*, v. 64, n.3, maio, 2022.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge, Harvard University, 2005.

GERRING, John. *Case study research: principles and practices*. New York: Cambridge University Press, 2007.

GIBSON, William F. *Neuromancer*. Edição especial de 30 anos. Tradução: Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2014.

GRAY, Colin S. *Strategy and History: essays on theory and practice*. Oxon: Routledge, 2009.

HANDEL, M. Who's Afraid of Carl von Clausewitz? In: MAHNKEN, T.; MAIOLO, J. *Strategic Studies: a reader*. New York: Routledge, 2014.

HARKNETT, Richard J.; SMEETS, Max. Cyber campaigns and strategic outcomes. *Journal of Strategic Studies*, v.45, n.4, 2022.

HAUSKEN, Kjell. Protecting complex infrastructures against multiple strategic attackers. *International Journal of Systems Science*, v.42, n.1, 2011.

■ artigo

HERBERG-ROTHER, Andreas. *Clausewitz's puzzle: the political theory of war*. Oxford University Press, 2007.

HEW STRACHAN. *Sobre a Guerra de Clausewitz/ Hew Strachan*; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

HOWARD, M. *Clausewitz: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KALDOR, Mary. *New and old wars- organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KUEHL, Daniel. "From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem". In KRAMER, Franklin D.; STARR, Stuart S.; WENTZ, Larry K. (Eds.) *Cyberpower and National Security*. University of Nebraska Press, 2009, p. 24-42.

LA MAISONNEUVE, Eric de. *Metamorfosis de la violencia: ensayos sobre la guerra moderna*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

LIBICKI, Martin C. *Cyberdeterrence and Cyberwar*. Santa Monica: RAND, 2009.

LINDSAY, Jon R. Stuxnet and the Limits of Cyber Warfare. *Security Studies*, v.22, n.3, ago. 2013.

LOPES, Gills; OLIVEIRA, Carolina Fernanda J. Stuxnet e defesa cibernética estadunidense à luz da análise de política externa. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, ano 1, nº 1, jul./dez. 2014, p. 55-69.

MAHNKEN, T.; MAIOLO, J. *Strategic Studies: a reader*. New York: Routledge, 2014.

McGRAW, Gary. Cyber War is Inevitable (Unless We Build Security In). *Journal of Strategic Studies*, v.36, n.1, fev. 2013.

MEDEIROS, Breno Pauli; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. The Fundamental Conceptual Trinity of Cyberspace. *Contexto Internacional*. v.42, n.1, 2020.

PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear/ Editado por Peter Paret com colaboração de Gordon A. Graig e Felix Gilbert, traduzido por Joubert de Oliveira Brízida*. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PARET, Peter; HOWARD, Michael; BRODIE, Bernard. *Ensaio introdutório*. In: CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. London: Oxford University Press, 1984.

PINTO, Danielle Jacon Ayres; GRASSI, Jéssica Maria. Guerra Cibernética, Ameaças Às Infraestruturas Críticas e a Defesa Cibernética Do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v.7, n.2, p. 103–31, 2020.

PROENÇA JÚNIOR, Domício et al. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

RID, Thomas. Cyber war will not take a place. In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Eds.) *Strategic Studies: a reader*. New York: Routledge, 2014, pp.408-429.

S/N. Detectar um dispositivo desconhecido e encontrar seus drivers. S/D. Microsoft. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/detectar-um-dispositivo-desconhecido-e-encontrar-seus-drivers-ed88764-40b0-8219-14e0-ca59fc44b320>. Acesso em: 3 jun. 2023.

S/N. Internet Usage Statistics: The Internet Big Picture World Internet Users and 2022 Population Stats. Internet World Stats. 2022. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em: 2 jun. 2023.

S/N. Internet Growth Statistics: Today's road to e-Commerce and Global Trade. Internet Technology Reports. Internet World Stats. 2022. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/emarketing.htm>. Acesso em: 2 jun. 2023.

S/N. O que são ataques de DDoS?. Kaspersky. S/D. Disponível em: <https://www.kaspersky.com.br/resource-center/threats/ddos-attacks>. Acesso em: 6 jun. 2023.

S/N. What is SCADA? SCADA INTERNATIONAL. S/D. Disponível em: <https://scada-international.com/what-is-scada/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SAINT-PIERRE, Hector. Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. *Contexto Internacional*, v.33, n.2, 2011.

SCHELLING, Thomas C. *The Strategy of Conflict*. Harvard University Press, 1980.

SOUCHON, L. *Strategy in the 21st Century: the continuing relevance of Carl von Clausewitz*. Springer, 2020.

STEVENS, Clare. Assembling cybersecurity: The politics and materiality of technical malware reports and the case of Stuxnet. *Comparative Security Policy*, v.41, n.1, 2020.

STONE, John. Clausewitz's Trinity and Contemporary Conflict. *Civil Wars*, v.9, n.3, 2007.

STONE, John. Cyber War Will Take Place! *Journal of Strategic Studies*, v.36, n.1, 2013.

STONE, John. Rebooting Clausewitz: On War in the Twenty-First Century. *The RUSI Journal*, v.163, n.2, 2018.

TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

VAN CREVELD, Martin; OLSEN, John Andreas. *The Evolution of Operational Art – From Napoleon to the Present*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

VENTRE, Daniel. Ciberguerra. In: *Academia General Militar. Seguridad Global y Potencias Emergentes en un Mundo Multipolar. XIX Curso Internacional de Defensa*. Zaragoza: Universidad Zaragoza, 2012.

ZETTER, Kim. *Countdown to Zero Day: Stuxnet and the launch of the world's first digital weapon*. Crown Publishers. Nova York, 2014.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

NIEBLA EN TÁNGER DE CRISTINA LÓPEZ BARRIO E OS RESQUÍCIOS DE ESTEREÓTIPOS E ORIENTALISMO

“MIST IN TANGIER” BY CRISTINA LÓPEZ BARRIO AND THE REMNANTS OF STEREOTYPES AND ORIENTALISM

Lucilea Ferreira Gandra¹

Resumo: A presente resenha tem um duplo objetivo. O primeiro é demonstrar que, apesar das atuais facilidades de intercâmbio de pessoas e de conhecimentos entre as duas margens do Estreito de Gibraltar, mesmo que tenham atenuado os antigos estereótipos, o olhar expresso na narrativa de Cristina López Barrio em sua obra *Niebla en Tánger* (2017), ainda deixa transparecer alguns preconceitos e resquícios do orientalismo que marcaram as produções literárias espanholas, com temática marroquina, do século anterior. Um segundo propósito trata de abordar a necessidade de utopias, que faz de Tânger o sonho de comunhão inter-religiosa e interétnica, gerando assim uma profusão de obras ambientadas nessa cidade.

Palavras-chave: Literatura Espanhola; Tânger; Orientalismo; Mulheres Escritoras; Utopias.

Abstract: The present work has a dual objective. The first is to demonstrate that, despite the current ease of exchange of people and knowledge between the two shores of the Strait of Gibraltar, even though old stereotypes have been mitigated, the perspective expressed in Cristina López Barrio's narrative in her work "*Niebla en Tánger*" (2017) still reveals some prejudices and remnants of Orientalism that characterized Spanish literary productions with Moroccan themes in the previous century. A second purpose is to address the need for utopias, which turns Tangier into the dream of inter-religious and interethnic communion, therefore generating a profusion of works set in this city.

Keywords: Spanish literature; Tangier; Orientalism; Women writers; Utopias.

1. Doutoranda no programa de Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana – FFLCH – USP, sob a orientação da Profa. Dra. María Dolores Aybar Ramirez, desenvolvendo sua pesquisa sobre a representação da mulher em escritas contemporâneas da Espanha e do Marrocos, com bolsa CAPES. É Membro do Grupo GIPMEL “Ana de Miguel” (UNESP), na linha de pesquisa Literatura e Feminismo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8087692569401906>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5682-4522>. E-mail: lucyandra.make@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Tendo suas margens separadas por aproximadamente 15 km, estreitando, já na natureza, as águas do Atlântico e do Mediterrâneo, Espanha e Marrocos têm muito a compartilhar em suas histórias cultural, política, linguística e até mesmo afetiva. Tal proximidade poderia nos levar a considerações sobre uma identidade plural, quiçá hibridização, e, portanto, não deveríamos estranhar a numerosa produção literária espanhola com temática marroquina e literatura marroquina com assunto espanhol, e conseqüentemente, os inúmeros trabalhos voltados para o estudo dessas ligações cruzadas e fronteiriças.

Nesse sentido, destaca-se, particularmente, o exaustivo trabalho de Yasmina Romero Morales (2018), no qual a estudiosa volta-se para as personagens mulheres marroquinas, constantes nas narrativas de escritoras espanholas, publicadas durante o século XX, e que têm, como característica, a influência da mítica Sherazade. Valendo-se de sessenta e duas fontes literárias, entre romances e contos, Romero Morales (2018) verifica que a tal representação das mulheres marroquinas, envoltas em véus, repletas de sensualidade e exotismo, além de irreal, não encontra nenhuma analogia com as mulheres que os espanhóis, que visitaram ou mesmo viveram por períodos mais ou menos extensos no Marrocos, poderiam ter encontrado (2018: 225).

Certo é que, durante o século XX, muitos desses encontros foram pautados por questões políticas, situações de colonizador e colonizados, refugiados e hospedeiros, e evidentemente, a visão de ambas as partes pode ter sido influenciada por tais contingências. Agora, avançando em um novo século, ainda que marcado por questões passadas, mas tendo à disposição os mais modernos meios de intercâmbio, resta saber se as impressões ainda são as mesmas, ou até que ponto houve algum avanço na compreensão do verdadeiro outro que existe e vive do lado de lá. E ainda mais, até que ponto tal convivência proporcionou conhecimento suficiente para, se não uma assimilação, pelo menos o abandono de concepções preconceituosas e excludentes.

Com relação à cidade de Tânger, na recente obra *Conversaciones secretas sobre Tánger* de Abdelkhalak Najmi (2023), tangerino de nascença e que hoje reside em Granada, o autor reproduz entrevistas com trinta escritores espanhóis, tangerinos, e de outras nacionalidades, inclusive Cristina López Barrio, autora de *Niebla en Tánger*, romance sobre o qual iremos nos ocupar. Na obra de Najmi (2023), todos entrevistados têm em comum a ambientação de pelo menos uma obra em Tânger, e assim, algumas perguntas são repetidas a eles; por exemplo, se Tânger poderia ser considerada uma “cidade literária” e como poderia ser observado o fenômeno do grande número de publicações, na Espanha, ambientadas em Tânger.

■ resenha de livro

Em resposta a essas questões, o engenheiro e escritor Luis Molinos, nascido em Tânger, adverte que muitas dessas obras, que não são escritas por tangerinos, autores que nem mesmo viveram na cidade, tendem a representar uma cidade um tanto fictícia e folhetinesca. Obras que poderiam ser ambientadas em qualquer outro lugar (Molinos, *apud* Najmi, 2023: 92).

Outro entrevistado, o professor do Instituto Cervantes José Luis Barranco Pérez, é ainda mais enfático, afirmando que não considera Tânger uma cidade literária, embora ela tenha um encanto especial que outras cidades do Marrocos não têm, o que faz com que atraia artistas e criadores literários. Porém,

Si alguien cree que, sin talento literario, va a escribir una buena obra en Tánger solo por el hecho de residir una temporada en la ciudad, creo que se equivoca. Las obras las crean los talentos, independientemente de la ciudad, sea esta Tánger o Cuenca. Hay algunos aficionados a la escritura que creen que por pasar un par de fines de semana en Tánger van a escribir un bueno libro. Sin talento, por muchos fines de semana que esté en Tánger, uno va a seguir escribiendo libros malos (Barranco Pérez *apud* Najmi, 2023: 140)²

Consideramos que esse não é o caso de Cristina López Barrio (2017), cuja obra poderia ser abordada sob vários aspectos, além dos que nos propusemos aqui. Portanto, nosso objetivo resume-se em verificar o que ainda resta de ideias estereotipadas e orientalismo, a partir do romance *Niebla en Tánger*, pois acreditamos que a obra em questão, ainda que mereça outras considerações, possa representar o alvorecer de novas e profícuas abordagens à produção literária de mulheres espanholas e marroquinas, atenuando diferenças e dissolvendo, pouco a pouco, o nevoeiro que ainda persiste e que não deixa ver claramente o outro, como ele realmente é.

CRISTINA LÓPES BARRIO E *NIEBLA EN TÁNGER* (2017)

Cristina López Barrio nasceu em Madri, Espanha, em 1970, formou-se em Direito e se especializou em propriedade intelectual. Sua primeira obra literária foi destinada ao público jovem: *El hombre que se mareaba con la rotación de la tierra* (2009), seguida por *La casa de los amores imposibles* (2010), publicação de grande sucesso, com traduções em diversos países, levando a autora a abandonar a carreira do Direito para dedicar-se exclusivamente à escrita. Posteriormente, publicou *El reloj del mundo* (2012), *El cielo en un infierno cabe* (2013), *Tierra de brumas* (2015), e, finalmente, *Niebla en Tánger* (2017), que consagrou a autora como finalista do prêmio “Planeta” daquele ano.

2. Se alguém acredita que, sem talento literário, vai escrever uma boa obra em Tânger só porque mora na cidade há algum tempo, acho que se engana. As obras são criadas por talentos, independentemente da cidade, seja Tânger ou Cuenca. Há alguns fãs da escrita que acreditam que, passando alguns fins de semana em Tânger, escreverão um bom livro. Sem talento, não importa quantos fins de semana você passe em Tânger, você continuará escrevendo livros ruins (Barranco Pérez *apud* Najmi, 2023: 140 – tradução nossa).

■ resenha de livro

Niebla en Tánger pode ser considerado um meta-romance circular ou seja, uma ficção dentro de outra ficção, plano e inspiração esclarecidos pela autora, como tendo sido o conto de Júlio Cortázar, *Continuidad en los parques* (1964). Além dessa, outras obras com tragédias e viagens dos heróis clássicos, incluindo Dom Quixote e Ulisses, e, ainda, o sentido dado por Oscar Wilde em *O declínio das Mentiras*, isto é, a criação literária como geradora de sua própria vida, completando com a ambientação em uma Tánger sonhada/imaginada, perfazem as influências expostas na obra de López Barrio (2017).

Estruturalmente, o romance é composto por duas histórias, narradas pelas protagonistas Flora Gascón e Marina Ivannova, tendo como único elo entre elas, o misterioso personagem Paul Dingle. Iniciando a narrativa com um simples encontro amoroso, chega-se ao meta-romance quando a personagem Flora Gascón encontra o livro que o amante estava lendo, intitulado “*Niebla en Tánger*”, de autoria de Bella Nur, e a partir daí as duas ficções são sobrepostas e intercaladas, ambas com o mesmo título, porém apresentadas com fontes e numeração de capítulos diferentes, assim como os subtítulos, num engenhoso e interessante jogo metaliterário.

Como nosso propósito aqui não é realizar uma exaustiva análise do romance de López Barrio (2017), e sim tecer considerações a respeito dos resquícios de estereótipos e orientalismo que ainda persistem, por ora, podemos deixar outras reflexões a respeito dessa obra e partir para um levantamento das questões objetos do nosso estudo.

AS PERSONAGENS DE *NIEBLA EN TÁNGER* E DE “*NIEBLA EN TÁNGER*”

Para equacionarmos a caracterização realizada pela autora de suas personagens, e assim verificarmos os estereótipos, podemos inseri-las em dois blocos, a princípio divididos pelas duas narrativas, sendo um deles o grupo de Flora Gascón, narradora de uma das histórias, seu marido e sua mãe, não nomeados, todos espanhóis e possivelmente madrilenos. Insere-se nesse mesmo grupo Deidé Spinelli, psicanalista argentina, que funciona como um alter ego de Flora. Temos ainda Armand, homem maduro, de ascendência judaica Sefardi, que, tendo deixado Tánger ainda criança, construiu sua vida na Espanha.

Em um segundo grupo, temos Marina Ivannova, narradora da outra história, filha de um russo católico-ortodoxo, mãe tangerina e judia Sefardi, e os Rifinhos muçulmanos Ankara, Amina, Samir e Laila.

Temos ainda duas personagens importantes, Paul Dingle, francês, elo entre as duas histórias, e Bella Nur, suposta escritora da obra “*Niebla en Tánger*”, narrada por Marina Ivannova, inserida na obra *Niebla en Tánger*, narrada por Flora Gascón.

Inicialmente, iremos nos ater à caracterização das personagens do segundo grupo, as quais fazem parte da obra “*Niebla en Tánger*” de autoria da escritora/personagem Bella Nur, e que se passa em um tempo anterior à outra narrativa. Enquanto a narração de Flora

■ resenha de livro

Gascón é iniciada determinando o local e data “Madrid, 12 de diciembre de 2015”, a de Marina Ivannova é estabelecida, inicialmente, em “24 de diciembre de 1967” (López Barrio, 2017: 11; 37).

Partimos então com Marina Ivannova, fruto de um casamento inter-religioso, mas não entre diferentes extratos sociais. Pai russo, católico ortodoxo, da alta burguesia de Moscou, sendo mesmo aparentado com a nobreza, viera à Tânger para se afastar dos distúrbios que estavam ocorrendo em sua pátria, e também para expandir seus negócios de comerciante de seda e obras de arte. É assinalada a data de sua chegada ao Marrocos, 1905, e sua intenção de ficar apenas por uns tempos (López Barrio, 2017: 38).

Marina relata que seus pais tiveram um casamento proscrito devido às diferenças de crença e que não foi aceito por nenhuma das duas famílias, ainda que sua mãe tivesse se convertido ao catolicismo para se casar. Diz ainda que os pais conversavam entre eles em francês, mas que a mãe rezava em espanhol e que, embora tivessem combinado educá-la na fé católica, sua mãe a instruíra no judaísmo, às escondidas (López Barrio, 2017: 39).

Além disso, conta que tinha uma babá do Rif, Ankara, que a fazia dormir recitando as suras do Alcorão e, diante da morte prematura da mãe, Marina diz

De esta manera pude preguntarles a todos los dioses que conocía cómo era posible que unas semanas atrás hubiera caminado cálida y segura de la mano de mi madre por la Medina; de esa mano, ahora helada y rígida, que se precipitaba con el calor de mayo, hacia la descomposición (López Barrio, 2017: 39).³

Tempos depois da morte da mãe, o pai, apesar das diferenças religiosas, já prevendo que iria morrer em breve, aproxima a menina dos avós maternos que teriam de cuidar dela em um futuro próximo. Diante dessa nova situação, ela menciona que

Creo que mi padre ya intuía su muerte cuando accedió a llevarme a visitar a mis abuelos maternos [...] Le daba instrucciones a Ankara para que me arreglase con vestidos de organdí y me colocara una cruz ortodoxa de oro, que lucía sobre mi pecho, tan grande que parecía que me iban a someter a un exorcismo (López Barrio, 2017: 45).⁴

Mais adiante, falando sobre os avós, “*Se trataba de una de las familias judías sefardíes más antiguas de Tánger. Eran joyeros, y tenían varias tiendas y talleres en unas callejuelas próximas al Zoco Chico*”⁵ (López Barrio, 2017: 45).

3. Pude assim perguntar a todos os deuses que conhecia como era possível que há algumas semanas eu estivesse caminhado quente e segura segurando a mão de minha mãe pela Medina; daquela mão, agora congelada e rígida, que corria com o calor de maio para a decomposição (López Barrio, 2017: 39 – tradução nossa).

4. Acho que meu pai já pressentiu sua morte quando concordou em me levar para visitar meus avós maternos [...] Ele deu instruções a Ancara para me vestir com vestidos de organdi e colocar em meu peito uma cruz ortodoxa de ouro, que eu usava no peito, tão grande que parecia que iam me submeter a um exorcismo (López Barrio, 2017: 45 – tradução nossa).

5. Tratava-se de uma das famílias judias sefarditas mais antigas de Tânger. Eram joalheiros e tinham várias lojas e oficinas em algumas ruelas perto do Zoco Chico (López Barrio, 2017: 45 – tradução nossa).

■ resenha de livro

Pelos excertos apresentados, fica claro que, embora as famílias paterna e materna de Marina tivessem suas diferenças religiosas e a ferrenha oposição a qualquer união entre elas, os dois lados, cristão e judeu, tinham destacado status social, diferentemente do restante da população árabe, como veremos a seguir, e dessa forma, também a descrição física de Marina salienta como ela parecia estranha às mulheres locais: *“Les fascinaba peinar el cabello rubio que había heredado de mi padre, junto con los ojos azules y la piel de nieve de las mujeres de su familia”*⁶ (López Barrio, 2017: 44).

Ankara, como dito anteriormente, era babá da menina Marina e é descrita por ela como *“[...] una mujer oronda y hermosa, de ojos maquillados por la naturaleza y cabellos castaños”*⁷ e, ainda, *“Salía a la calle con el traje recio de niñera de niña rica que le había impuesto mi padre [...] pero en la cabeza llevaba su corazón, un sombrero de paja con borlones de colores como las mujeres del Rif”*⁸ (López Barrio, 2017: 44).

Marina comenta também sobre o lugar onde a família da babá vivia, que, diferentemente dos bairros que conhecia, era a parte mais pobre, onde as casas tinham o chão arenoso. Acrescenta, inclusive, que era tratada pelas primas de Ankara como se fosse uma delas, e assim, *“me hacían dibujos para ahuyentar el mal de ojo”*⁹ (López Barrio, 2017: 44).

Em outra passagem, Marina, depois de muita insistência, é levada por Ankara a um *hamman*, onde conhece Amina.

Fue la primera vez que vi a Amina, la hechicera bereber. Su cabello era muy negro y largo, le llegaba hasta más allá de la cintura. La piel tostada, un cuerpo elástico. Unos ojos vivos, negros también, que desnudaban el alma. Me escondí detrás de Ankara, huyendo de ellos (López Barrio, 2017: 77).¹⁰

Diante da apreensão de Marina, Ankara dá explicações sobre a prima:

— No la temas. Acaba de venir a la ciudad de una aldea del desierto. Su abuela era hechicera, luego lo fue su madre y ahora, que se ha quedado huérfana, lo es ella. Atesora gran sabiduría a pesar de su juventud. Sus poderes se transmiten en la sangre y se activan con la muerte de la predecesora (López Barrio, 2017: 77).¹¹

6. Elas ficavam fascinadas em pentear o cabelo loiro que herdei do meu pai, junto com os olhos azuis e a pele branca como a neve das mulheres de sua família (López Barrio, 2017: 44 – tradução nossa).

7. [...] uma mulher rechonchuda e bonita, com olhos pintados pela natureza e cabelos castanhos (López Barrio, 2017: 44 – tradução nossa).

8. Ela saía para a rua com aquela roupa de babá de menina rica que meu pai lhe impôs [...] mas na cabeça ela usava o coração, um chapéu de palha com borlas coloridas como as mulheres do Rif (López Barrio, 2017: 44 – tradução nossa).

9. Elas me faziam desenhos para afastar o mau-olhado (López Barrio, 2017: 44 – tradução nossa).

10. Foi a primeira vez que vi Amina, a feiticeira berbere. Seu cabelo era muito preto e longo, chegando até a cintura. Pele bronzeada, corpo elástico. Olhos vivos, também negros, que desnudavam a alma. Eu me escondi atrás de Ankara, fugindo deles (López Barrio, 2017: 77 – tradução nossa).

11.— Não tenha medo dela. Ela acabou de chegar à cidade vindo de uma vila deserta. A avó dela era feiticeira, depois a mãe dela era, e agora que ela está órfã, ela é. Ela valoriza grande sabedoria, apesar de sua juventude.

■ resenha de livro

Nessa ocasião, Amina ainda faz uma profecia: “*Serás una mujer valiente y cuidarás bien de ella*”¹², sem dar maiores explicações (López Barrio, 2017: 78).

Samir, outro personagem desse grupo, surge pela primeira vez em uma das andanças que a menina Marina fazia com sua babá pelas ruas tortuosas da Medina:

Uno de esos días, vi por primera vez al niño tuerto. Un párpado reposaba sobre la cuenca vacía. Calculé que tendría mi misma edad. Cojeaba de una pierna e iba descalzo, unos bombachos miserables y una camisa rota cubrían un cuerpo enclenque. La fealdad asusta y atrae. A partir de entonces, siempre que íbamos al zoco le buscaba entre el gentío, le observaba, tratando de no acercarme demasiado. Él vociferaba en francés “¡Huevos, huevos milagrosos!” (López Barrio, 2017: 68).¹³

Tal personagem terá uma atuação proeminente na história narrada por Marina, descrito tanto física “*Tenía el cabello negro, con abundantes y espesas ondas, que contrastaba con su ojo verde*”¹⁴, como psicológica, além das demonstrações claras de sua origem e situação de inferioridade, “— *Me llamo Samir. Soy pobre, rifeño y musulmán, voy a cambiar lo primero; lo segundo y lo tercero ya no puedo*”¹⁵ (López Barrio, 2017: 72).

Aficionada pelo ator Rodolfo Valentino, Marina tinha assistido há pouco um filme no qual esse ator interpreta o papel de filho de um Xequê árabe, que rapta uma mulher branca e a leva para sua tenda no deserto, e, no final, ela também acaba se enamorando dele. Na sua imaginação,

Durante el resto de la semana, mientras bordaba en la torre de costura con mamá Ada, me venían a la cabeza escenas de la película, donde el rostro de Rodolfo había sido suplantado por el de Samir. Le imaginaba ataviado con el turbante, cabalgando por las dunas del desierto con su nueva imagen de hombre dispuesto a encontrarme a toda costa y a llevarme contra mi voluntad (López Barrio, 2017: 104).¹⁶

Seus poderes são transmitidos no sangue e são ativados com a morte do antecessor (López Barrio, 2017: 77 – tradução nossa).

12. Serás uma mulher valente e cuidarás bem dela (López Barrio, 2017: 78 – tradução nossa).

13. Um dia desses, vi pela primeira vez o menino caolho. Uma pálpebra repousava sobre a cavidade vazia. Estimei que ele tinha a mesma idade que eu. Ele mancava em uma perna e estava descalço, calções miseráveis e uma camisa rasgada cobriam um corpo fraco. A feiura assusta e atrai. A partir daí, toda vez que íamos ao mercado eu o procurava no meio da multidão, observava-o, tentando não chegar muito perto. Ele gritava em francês “Ovos, ovos milagrosos!” (López Barrio, 2017: 68 – tradução nossa).

14. Ele tinha cabelos pretos, com ondas abundantes e grossas, que contrastavam com seus olhos verdes (López Barrio, 2017: 72 – tradução nossa).

15. — Me chamo Samir. Sou pobre, Rifenho e muçulmano, vou mudar o primeiro; o segundo e o terceiro já não posso (López Barrio, 2017: 72 – tradução nossa).

16. Durante o resto da semana, enquanto bordava na torre de costura com mamãe Ada, me vieram à mente cenas do filme, onde o rosto de Rodolfo havia sido personificado pelo de Samir. Imaginei-o vestido de turbante, cavalgando pelas dunas do deserto com sua nova imagem de homem pronto a me encontrar a qualquer custo e me levar contra minha vontade (López Barrio, 2017: 104 – tradução nossa).

■ resenha de livro

Marina recorda então, que Ankara havia percebido seus devaneios e diante disso havia dito *“Niña mia, ya no tienes edad de jugar con chicos pobres. Los mundos tan diferentes que se acercan en la infancia están destinados a separar-se cuando crecen”*¹⁷ (López Barrio, 2017: 105).

Apesar dos conselhos de Ankara, tais inquietações continuaram existindo. Assim, lembrando-se do dia do seu casamento quando, após a cerimônia na sinagoga, durante a festa, enquanto muitos dançavam, *“se me cruzaba el rostro de Samir por la memoria, y la idea de que venía a raptarme el día de mi boda me dejaba en la boca un sabor a especias”*¹⁸ (López Barrio, 2017: 116).

Samir é também o único personagem que adquire uma voz nacionalista. Ao contrário de Laila, que veremos a seguir, que faz questão de manter sua identidade muçulmana, apenas. Ele, no entanto, a partir do momento que adquire melhores condições e conhecimentos, passa a defender a independência de Marrocos. No seu entender, *“Marruecos debe ser un solo país, libre de todo dominio extranjero. Somos como niños en manos de franceses y españoles”*¹⁹ e, diante da argumentação de Marina que *“Tánger es lo que es por sus leyes especiales, sin ellas se convertiría en un espejismo”*²⁰, Samir a chama de idealista e ingênuo (López Barrio, 2017: 179).

A quarta personagem desse grupo é Laila, filha de Amina, a qual Ankara pede à Marina que cuide dela, pois a mãe havia morrido de tuberculose e o pai *“Era um mal hombre. Le dio una vida perra a Amina. Le pegaba y la hacía trabajar en un puesto del mercado hasta caer rendida, mientras él se lo bebía todo. Un día no aguantó más, se defendió y le mandó al cementerio”*²¹, cumprindo-se, assim, a profecia, *“cuidarás bien de ella”*²². Marina observa que Laila *“Tenía los mismos ojos que su madre, parecía que estaban vivos. Y el mismo cabello negro”*²³ (López Barrio, 2017: 142).

Marina relata as dificuldades encontradas nos primeiros tempos de convivência com a menina, então com doze anos, sua recusa e difícil adaptação:

17. Minha menina, você não tem mais idade para brincar com meninos pobres. Os mundos tão diferentes que se juntam na infância estão destinados a separar-se quando crescem (López Barrio, 2017: 105 – tradução nossa).

18. O rosto de Samir passou pela minha memória, e a ideia de que ele viria me sequestrar no dia do meu casamento deixou um gosto picante na minha boca (López Barrio, 2017: 116 – tradução nossa).

19. Marrocos deve ser um país único, livre de qualquer dominação estrangeira. Somos como crianças nas mãos de franceses e espanhóis (López Barrio, 2017: 179 – tradução nossa).

20. Tânger é o que é pelas suas leis especiais, sem elas seria uma ilusão (López Barrio, 179 :2017 – tradução nossa).

21. Ele era um homem mau. Ele deu a Amina uma vida de puta. Ele bateu nela e a fez trabalhar em uma banca de mercado até ela cair exausta, enquanto ele bebia tudo. Um dia ela não aguentou mais, se defendeu e mandou-o para o cemitério (López Barrio, 2017: 142 – tradução nossa).

22. Cuidarás bem dela (López Barrio, 2017: 78 – tradução nossa).

23. Ela tinha os mesmos olhos da mãe, pareciam estar vivos. E o mesmo cabelo preto (López Barrio, 2017: 142 – tradução nossa).

— Yo siempre seré musulmana, entérate bien, así que no intentes convertirme a tu religión. No me pude vengar en esta vida de mi padre, lo haré cuando lo encuentre en la otra, aunque tenga que ir al infierno a buscarle. Tú tampoco estarás lejos, arderás donde el resto de los infieles (López Barrio, 2017: 146).²⁴

Marina diz ter ficado aterrada com suas palavras, não só pelo ódio e rancor pelo pai e a ter chamado de infiel, mas também pela frieza demonstrada ao relatar que o pai sempre batia na mãe quando voltava bêbado para casa, mas que até aquele dia, não havia tocado nela e quando tentou, sua mãe pegou uma faca e enfiou na barriga dele, contando tudo isso com naturalidade, tomando chocolate e saboreando um croissant (López Barrio, 2017: 146).

Podemos dizer que, com exceção de Marina, sobre a qual outras considerações serão feitas adiante, todas as personagens seguem o padrão estabelecido para a população marroquina, a maioria originária do Rif, incluindo os serviçais, que aparecem em questões pontuais. Fisicamente são morenos, cabelos negros, incultos, quando não analfabetos, pobres, quase miseráveis, as mulheres com prole extensa, como é dito a respeito das primas de Ankara. Os homens são violentos, como o citado marido de Amina e o tio de Samir, que também recebe atenção pela extremada brutalidade, mas as assassinas são mulheres e feiticeiras.

Assim, excluindo Samir, como vimos, que afirma e defende sua identidade marroquina, lutando pela independência do seu povo, as demais personagens Rifenhas, apesar de manterem a conversação entre elas em tarifit, a língua do Rif, não demonstram atitudes claras e assertivas de resistência, a não ser a breve passagem na qual Marina comenta sobre a insistência de sua babá Ankara em usar alguns adereços peculiares de seu povo, junto com o uniforme que era obrigada a vestir. Ainda assim, tal atitude da babá, adquire um certo tom anedótico, transformando sua imagem em uma estética duvidosa e grotesca.

Além dessas características, observa-se em várias oportunidades a referência ao misticismo, supostamente inerente aos povos locais, "*huevos de astrogodón*", feiticeiras que mantém os cabelos escuros mesmo depois da idade avançada, profecias, pinturas em hena para afastar o mau-olhado, e a referência a Aisha Kandisha, mulher demônio da mitologia Sefardi, que afasta os homens das mulheres que solicitam.

Embora com a clara intenção de apresentar uma personagem sem preconceitos étnicos ou de posição social, além do seu ecumenismo, Marina, apesar dos seus cabelos loiros e dos seus olhos azuis, nas suas tentativas de tornar-se atriz, atende às expectativas do mercado hollywoodiano, e, de volta à Tânger depois do divórcio, aproveita as fotos publicitárias dos filmes que participou para alavancar o sucesso do seu hotel, usando na

24. Sempre serei muçulmana, saiba disso, então não tente me converter à sua religião. Não poderia me vingar do meu pai nesta vida, farei isso quando o encontrar na próxima, mesmo que tenha que ir ao inferno para procurá-lo. Você também não estará longe, você queimarás onde estão o resto dos infiéis (López Barrio, 2017: 146 – tradução nossa).

■ resenha de livro

decoração do salão principal “[...] carteles que decoraban el local, aquel donde aparecía con mi turbante y mis ropas de Sherazade como la mujer de Oriente y Occidente. Un souvenir americano que me daba un aspecto de femme fatale”²⁵ (López Barrio, 2017: 152).

Além disso, mesmo tendo uma vida não convencional, mais de acordo com uma Tânger cosmopolita, inclusive expondo publicamente seu relacionamento amoroso com Samir, suas escolhas para se casar são outras: um judeu americano, de quem se divorcia, e o francês Paul Dingle.

Vale ressaltar ainda, uma passagem na qual Marina relata um acontecimento, evidenciando que mesmo em uma cidade considerada receptiva às diferenças, as divisões de classe e posições políticas permaneciam.

Me dirigía al café Fuentes [...] Enfrente del Fuentes se hallaba el café Central, adonde solían acudir los nacionales y los fascistas italianos durante la guerra. Una vez la tripulación de un barco con bandera italiana se equivocó de café y se armó una buena pelea. En Tânger todos tenían cabida, pero cada uno en su lugar (López Barrio, 2017: 183 – grifos nossos).²⁶

Todas essas passagens que estão inseridas na narrativa de Marina Ivannova, pertencem a um tempo anterior, e constam da obra “*Niebla en Tánger*” da escritora Bella Nur, que também é uma personagem da narrativa de Flora Gascón, e que se inicia com o desaparecimento do amante, o que leva a protagonista a viajar para Tânger a procura da escritora, pois acredita que ela possa dar maiores informações sobre o tal Paul Dingle, personagem de sua história, com o mesmo nome de um homem de carne e osso com quem Flora teve um breve relacionamento.

Na narrativa de Flora, são feitas várias considerações sobre o marido, sobre a mãe, assim como são intercaladas suas conversas com a psicanalista argentina, feitas por *skype*. Tais questões, no entanto, podem ser deixadas de lado, já que o que nos interessa no momento é verificar as impressões da espanhola Flora a respeito do lugar e das pessoas que fará contato na cidade. Flora chega à Tânger e

Atardece sobre la Medina. Suena el canto rojo del muecin y Flora recuerda la fascinación que le produjo escucharlo por primera vez. Se sintió transportada al mundo de *Las mil y una noches* (López Barrio, 2017: 81).²⁷

25. [...] cartazes que decoravam o local, aqueles onde eu aparecia com meu turbante e minha roupa de Sherazade como a mulher do Oriente e do Ocidente. Uma lembrança americana que me fazia parecer uma *femme fatale* (López Barrio, 2017: 152 – tradução nossa)

26. Eu estava indo para o café Fuentes [...] Em frente ao Fuentes ficava o café Central, onde iam os nacionalistas e fascistas italianos durante a guerra. Certa vez, a tripulação de um navio com bandeira italiana se equivocou de café e uma grande briga começou. Em Tânger todos tinham lugar, mas cada um no seu (López Barrio, 2017: 183 – tradução e grifos nossos).

27. Entardece sobre a Medina. Soa a canção vermelha do muezim e Flora se lembra do fascínio que sentiu ao ouvi-la pela primeira vez. Sentiu-se transportada para o mundo de *As Mil e Uma Noites* (López Barrio, 2017: 81 – tradução nossa).

■ resenha de livro

Em sua narrativa, durante os dias em que Flora permanece em Tânger, as personagens se resumem, por um lado, a Armand e sua tia-avó Rachel Cohen, judeus Sefardis, ele vivendo há muito tempo na Espanha, enquanto a tia-avó é a última da família que permaneceu no Marrocos, mesmo depois da diáspora; e de outro lado, o inspetor Rachid Abdelán e Bella Nur, berberes.

O primeiro contato com Armand se dá logo na chegada de Flora a Tânger, quando, perdida, tentando encontrar o hotel em que ficará hospedada, *“Al doblar un recodo, ve a un hombre, con aspecto de occidental, que también arrastra una maleta”*²⁸ e solicita sua ajuda (López Barrio, 2017: 58 – grifos nossos).

A partir desse primeiro encontro, Armand será um personagem frequente na narrativa, já que, tendo passado sua infância na cidade, ainda que esteja há muitos anos sem retornar a ela, servirá de guia pelos locais mais significativos, além de apresentá-la a alguns conhecidos que residem na cidade e que poderiam ajudá-la nas suas investigações. Entre esses, é citado o gerente da livraria *“Des Colones”* que é *“hijo de un viejo compañero del colegio que emigró a Marsella”*²⁹ como ele, no entanto, não é nomeado e a única descrição que é feita sobre o gerente é que se trata de um homem de trinta e poucos anos e que fala espanhol (López Barrio, 2017: 86; 91).

A outra apresentação feita por Armand é da sua tia-avó, Rachel Cohen, *“una anciana extraordinaria desde el primer momento, fuma unos cigarrillos finísimos en una boquilla alargada de plata y marfil. Las manos son nudos de huesos con un par de sortija de brillantes, zafiros y esmeraldas”*³⁰ (López Barrio, 2017: 211).

O inspetor Rachid Abdelán, que se identifica como sendo da etnia berbere, é descrito apenas como sendo um homem de uns trinta e poucos anos *“pelo negro abundante, ojos marrones, rasgados”*³¹ e ainda sobre seus olhos, *“son hermosos, dotados del maquillaje de la naturaleza”*³², o que Flora associa à descrição feita por Marina, protagonista da outra narrativa, a respeito de Amina (López Barrio, 2017: 130; 236).

Uma descrição mais detalhada é dada apenas sobre a suposta escritora Bella Nur, mote de toda a intriga que une as duas narrativas. Inicialmente, Flora fica sabendo, através do gerente da livraria já citada, que a tal escritora é bastante conhecida na cidade, que tem

28. Ao virar uma esquina, ela vê um homem, com aparência de ocidental, também arrastando uma mala (López Barrio, 2017: 58 – tradução e grifos nossos).

29. Filho de um velho companheiro de colégio que emigrou para Marsella (López Barrio, 2017: 86 – tradução nossa).

30. Uma anciã extraordinária desde o primeiro momento. Ela fuma alguns cigarros muito finos em uma piteira alongada de prata e marfim. As mãos são nós de ossos com um par de anéis de brilhantes, safiras e esmeraldas (López Barrio, 2017: 211 – tradução nossa).

31. Cabelo preto abundante, olhos castanhos e puxados (López Barrio, 2017: 130 – tradução nossa).

32. São bonitos, maquiados pela natureza (López Barrio, 2017: 236 – tradução nossa).

■ resenha de livro

outros livros publicados, mas ainda que seja uma autora muito respeitada no país, seu livro *“Niebla en Tánger”* não será publicado no Marrocos. Ele também conta que a escritora já fora muito ativa, principalmente em defesa do povo berbere, e que a última campanha da qual participou, foi na defesa de seu povo ser autorizado a colocar nos filhos nomes berberes, até então proibidos no Marrocos. Também acrescenta que, atualmente, ela está muito doente, não participa mais de atividades culturais e além disso, não concede entrevistas (López Barrio, 2017: 91).

No entanto, munida de algumas indicações, Flora acaba se aproximando da escritora e a reconhece quando *“Junto a uno de los balcones [...] descubre a una anciana [...] los collares la delatan, asedian su cuello frágil y caen sobre una túnica bordada con flores y pájaros exóticos”*³³. Acrescenta, ainda, que *“[...] tiene un pequeño tatuaje en el entrecejo [...] El cabello oculto en un turbante negro, sofisticado; prendido en él, un broche de plata”*³⁴, e aproximando-se ainda mais, percebe que *“Detrás de sus ojos oscuros se intuye otra vida que no es la que transcurre en esa biblioteca. Le brillan con un resplendor improprio de su edad, sin rastro del halo turbio que acompaña a la vejez”*³⁵ (López Barrio, 2017: 94-95).

No transcorrer da narrativa de Flora, aparecem outros comentários a respeito dessas personagens, mas o que queremos ressaltar é que somente elas são descritas com mais pormenores, e quanto a outras, pequenas interferências apenas pontuais de alguns nativos, sempre em funções subalternas como, por exemplo, o vendedor de uma tenda de artesanato local, *“un hombre de unos cuarenta años, con un bigote negro. Viste chilaba y babuchas de cuero”*³⁶; um garçom nomeado como Mohamed, a empregada de Bella Nur, *“una mujer con caftán de algodón”*³⁷ e a de Rachel Cohen, Fátima, *“una mujer árabe ataviada con uniforme blanco y negro de doncella”*³⁸ (López Barrio, 2017: 60; 215).

A esse respeito, um dos entrevistados de Najmi (2023), na obra anteriormente citada, o escritor granadino Javier Valenzuela, respondendo sobre a possível razão de seu livro ter alcançado bastante sucesso, justifica com as precauções tomadas em sua escritura:

33. Junto a uma das varandas [...] descobre uma senhora [...] os colares delatam-na, sitiam-lhe o pescoço frágil e caem sobre uma túnica bordada com flores e pássaros exóticos (López Barrio, 2017: 94 – tradução nossa).

34. [...] tem uma pequena tatuagem entre as sobrancelhas [...] Os cabelos escondidos em um sofisticado turbante preto; preso a ele, um broche de prata (López Barrio, 2017: 94 – tradução nossa).

35. Por trás de seus olhos escuros sente-se outra vida que não é aquela que acontece naquela biblioteca. Brillham com um esplendor impróprio para a idade, sem deixar vestígios da auréola turva que acompanha a velhice (López Barrio, 2017: 94-95 – tradução nossa).

36. [...] um homem de uns quarenta anos, com bigode preto, veste túnica e chinelos de couro (López Barrio, 2017: 60 – tradução nossa).

37. Uma mulher com caftã de algodão (López Barrio, 2017: 215 – tradução nossa).

38. Uma mulher árabe vestida com uniforme preto e branco de empregada (López Barrio, 2017: 215 – tradução nossa).

Me puse dos objetivos: el primero, no tratar a Tánger como una pieza arqueológica de museo, sino como una ciudad viva; el segundo, no caer en ese ejercicio colonialista que supone protagonizar una historia tangerina tan solo con personajes occidentales. Detesto esas obras ambientadas en Marruecos o algún otro país árabe en las que los locales tan solo son taxistas, camareros o criadas (Valenzuela, *apud* Najmi, 2023: 56).³⁹

Tais preocupações, podemos verificar, não foram observadas na obra de López Barrio (2017), pois fica nítida a separação, principalmente em extratos sociais: judeus ricos de um lado, árabes muçulmanos pobres de outro; especialmente na narração da personagem Marina Ivannova, e tanto em uma como na outra narração, os nativos estão sempre em posições subalternas. Vale ressaltar ainda, uma passagem da narrativa de Flora Gascón, quando, em uma ligação telefônica com a mãe, ao dizer que estava no Marrocos, a mãe observa “— *Bendito sea Dios, ¡al fin! Creí que te habían raptado o trata de blancas, en esos países... ¿No había un congreso en otro lugar?*”⁴⁰ evidenciando, assim, a imagem pré-concebida que ainda prevalece (López Barrio, 2017: 121).

POR QUE MARROCOS? POR QUE TÂNGER?

Na introdução da obra “*Conversaciones secretas sobre Tánger*”, já diversas vezes citada, Najmi (2023) realça o fato de que a cidade de Tânger “[...] *es un espacio de sentimientos, cargado de símbolos, que condiciona los acontecimientos y se valora según las versiones de cada autor, artista y cineasta*”⁴¹ e, dessa forma, “[...] *la literatura española actual ha fecho de Tánger no solo un escenario sino un personaje principal de sus obras tanto de prosa como de poesía*”⁴² (Najmi, 2023: 16-17).

Na argumentação de Najmi (2023), isso se justifica pelo fato de que, em determinado período, ou seja, durante o estatuto internacional da cidade, enquanto a Europa como um todo e, particularmente, a Espanha, estavam imersas nos tempos sombrios da guerra, a cidade de Tânger tornou-se a meca, principalmente para os jornalistas espanhóis, já que a cidade era como um farol da liberdade de expressão, além de ter sido também um refúgio para muitos e, principalmente, para artistas e cineastas que optaram por rodar seus filmes na cidade, a qual, naquele momento conturbado, os acolhia (Najmi, 2023: 16).

39. Estabeleci dois objetivos: o primeiro, não tratar Tânger como uma peça de museu arqueológico, mas como uma cidade viva. A segunda é não cair naquele exercício colonialista que consiste em protagonizar uma história de Tânger apenas com personagens ocidentais. Odeio aquelas obras que se passam no Marrocos ou em algum outro país árabe onde os moradores locais são apenas taxistas, garçons ou empregadas domésticas (Valenzuela, *apud* Najmi, 2023: 56 – tradução nossa).

40. Bendito seja Deus, finalmente! Pensei que tivessem te sequestrado ou te envolvido em tráfico de pessoas, nesses países... Não havia um congresso em outro lugar? (López Barrio, 2017: 121 – tradução nossa).

41. A cidade é um espaço de sentimentos, carregado de símbolos, que condiciona os acontecimentos e é valorizado de acordo com as versões de cada autor, artista e cineasta (Najmi, 2023: 16-17 – tradução nossa).

42. [...] a literatura espanhola atual fez de Tânger não apenas um cenário, mas também uma personagem principal nas suas obras, tanto de prosa como de poesia (Najmi, 2023: 16 – tradução nossa).

■ resenha de livro

Najmi (2023) também acrescenta que a cidade, pelo fato de ao longo de sua história ter tido contato com pessoas de outras partes do mundo, de diferentes contextos socioeconômicos, culturais e políticos, no seu entender, converteu sua população, abrindo-a e deixando se influenciar pelas migrações, a princípio norte-sul e atualmente sul-norte. Nesse sentido, segundo Najmi (2023), a cidade tornou-se um espaço percebido individualmente por suas representações mentais condicionadas pelo ambiente, mas também pela experiência, pelas características sociais, culturais e, principalmente, pelas imagens colhidas de escritores e artistas, tanto locais como estrangeiros (Najmi, 2023: 16-17).

Nas considerações iniciais de Najmi (2023), o autor demonstra como fica evidente, nas expressões artísticas de hoje, o passado da cidade, de sua época cosmopolita, permanecendo nos resquícios da sua estrutura urbana, nos cafés, edifícios, praças e mercados, salientados por diversos escritores, inclusive por López Barrio (2017), que percorre com detalhes muitos desses locais e construções, fazendo com que sua narração sirva mesmo como um guia turístico, apontando esse e aquele pormenor, facilmente encontrados nos sítios de informações de turismo e história da cidade.

No entender de Najmi (2023), obviamente, o processo de criação das obras é influenciado pela relação dos seus autores com Tânger, e, no caso da obra *“Niebla en Tánger”* de López Barrio (2017), que é o nosso foco, veremos adiante as alegações da autora, mas, antes de entrarmos em suas intenções e propósitos, as advertências de Carmen Ruiz Bravo-Villasante, que escreve o prólogo da obra de Najmi (2023), são de fundamental importância, refletindo muitas das nossas considerações a respeito da persistência de estereótipos e orientalismo, mesmo nas obras mais recentes.

Para essa estudiosa, a circunstância da proximidade entre Tânger e a Península Ibérica, com poucas milhas náuticas de distância física, ainda que se possa acrescentar outras distâncias como as diferenças linguísticas, sociais, econômicas e políticas, ainda assim, para muitas pessoas, Tânger continua sendo a porta ocidental da África, e isso para muitos, de diversas nacionalidades, *“se asociaba este hecho a la sensación de pasar a una nueva fase en la propia vida, como si se tratase de un “rito de paso”⁴³*, o que de fato é destacado na obra à qual nos detivemos (Bravo-Villasante, 2023: 11).

Por conseguinte, no entender de Bravo-Villasante (2023), as publicações espanholas, desde a segunda metade do século XX e mesmo as do presente século, continuam apontando para uma experiência em Tânger, em certo sentido, como um renascimento pós-colonial e pós-orientalista. Para ela, o que poderia ser uma oportunidade real de entrada numa África verdadeira em todos os sentidos, a aproximação de Tânger pelo lado hispânico tem demonstrado e quase simbolizado uma relação neo-pós-colonial, que em afinidade com setores locais, recriam um habitat de elites neo-pós-orientalistas. Portanto, ocupar-se da produção

43. [...] frequentemente associado à sensação de passagem para uma nova fase da vida, como se se tratasse de um “rito de passagem” (Bravo-Villasante, 2023: 11 – tradução nossa).

■ resenha de livro

literária hispânica sobre Tânger requer um desafio para a superação do risco que se corre de tornarem-se “*orientalistas de sí mismos*”, ou seja, “*al recorrer una Tânger de fábula, de prototipos, de historias de soledad y encuentros en círculos bastante cerrados, de “colonias” en la memoria, en difícil tangencia con el pulso marroquí de la ciudad*”⁴⁴ (Bravo-Villasante, 2023: 12).

Diante do exposto pela estudiosa, e compartilhando com ela tais indicadores, observamos que no acréscimo à sua obra *Niebla en Tânger* feito por López Barrio (2017), em “*Nota de la autora*”, assim como nas entrevistas que concedeu, algumas questões, como as suscitadas por Bravo-Villasante (2023), são evidenciadas.

Nessas notas, acrescentadas ao final da obra, López Barrio (2017) revela o momento em que foi decidido ambientar o novo romance, que ainda estava se configurando, em Tânger, a partir de uma segunda viagem que fez à cidade. Conta-nos então, que quase se havia esquecido daquela cidade, já que a primeira vez que ali estivera, era muito jovem, primeira viagem sem a família e “*primer contacto con una cultura cuya estética de Las mil y una noches me fascinaba*”⁴⁵ (López Barrio, 2017: 313).

Anos depois, ela é convidada por amigos de Sevilha a retornar à cidade, e nessa oportunidade, um de seus amigos a contagia com as histórias, com os lugares míticos que a leva visitar e assim, afetada pelo fervor do amigo pela cultura tangerina, decide ambientar a história, que estava em fermentação, naquela cidade. Ressalta-se porém, que toda essa reapresentação da cidade, feita por um também espanhol, não incluiu nenhuma convivência com os moradores locais, e somente uma vez, referindo-se ao almoço oferecido pelos amigos, diz “*que cocina Yamila, siempre sonriente, amabilidad pura*”⁴⁶, ou seja, em posição subalterna (López Barrio, 2017: 314).

Já decidida sobre o local, retorna à cidade mais uma vez, procurando inteirar-se melhor sobre os acontecimentos e locais mais marcantes de sua história como cidade internacional, mas entra em contato apenas com a antiga gerente da livraria, uma judia Sefardi, que é também, como ela diz, uma narradora incansável. Mais uma vez, nenhuma referência é feita sobre possíveis contatos com moradores árabes locais, recolhendo todo seu material através de relatos históricos, ora de seu amigo sevilhano, ora da senhora judia, e de exaustivas pesquisas em livros e periódicos, evidentemente (López Barrio, 2017: 315).

44. [...] ao viajarem a uma Tânger de fábulas, de protótipos, de histórias de solidão e de encontros em círculos bastante fechados, de “colônias” na memória, em difícil tangência com a cultura marroquina, e a pulsação da cidade (Bravo-Villasante, 2023: 12 – tradução nossa).

45. Primeiro contato com uma cultura cuja estética de “As Mil e uma noites” a fascinava (López Barrio, 2017: 313 – tradução nossa).

46. [...] que Yamila cozinhou, pura amabilidade (López Barrio, 2017: 314 – tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos ressaltar, mais uma vez, que a obra *Niebla en Tanger*, de Cristina López Barrio (2017), reúne outras questões significativas, principalmente em relação à importância da Literatura, o que a autora o faz com maestria, trazendo personagens e autores de vários tempos e nacionalidades, exigindo um certo conhecimento prévio do leitor, assim como, ao intercalar duas histórias, tenha criado um jogo deveras interessante. No entanto, nossa abordagem quis destacar unicamente a questão do “olhar” para o outro, o diferente, embora tão próximo e, em certo sentido, tão parecido.

Tal objetivo, todavia, levou-nos a constatar que, apesar de um tratamento menos preconceituoso, e mesmo a tentativa da autora em tomar a cidade de Tânger como um lugar onde foi possível, segundo os testemunhos, uma convivência pacífica entre religiões, ideologias e origens étnicas, essa escolha como espaço da intriga, induz a um olhar exótico e recolhe em si uma visão dos contos de *“As mil e uma noites”*, diversas vezes citado no decorrer do romance.

Além disso, a insistência em comparar a cidade a *Camelot*, com seu significado, segundo a tradição arthuriana, de lugar ideal, acolhedor e agradável, “o descanso dos guerreiros”, tal associação revela uma idealização, e mesmo mitificação, que não leva em conta o sentimento e a vivência dos povos originários, durante o período de internacionalização da cidade, o que por si só já é a demonstração do neo-pós-colonialismo bastante conhecido e ressaltado por Bravo-Villasante (2023).

Mais ainda, a nosso ver, faltaram aproximações mais fecundas entre os diferentes povos, já que esses foram abordados de maneira superficial e, muitas das vezes, revelando diversos estereótipos como, por exemplo, personagens árabes sofridos, pobres e incultos, quando não cruéis e possuidores de forças sobrenaturais.

Assim sendo, mas sem querer interferir na criação literária da autora, a obra em questão, e mais especificamente, a “heroína” Flora Gascón, poderia ter aproveitado a oportunidade para ter como “doador/a”⁴⁷, uma mulher marroquina, ao invés do senhor judeu, já bastante assimilado pela cultura ocidental. Dessa forma, ela estaria dando voz ao verdadeiro outro, deixando que ele mostrasse os pontos emblemáticos e o significado da história da cidade sob um novo prisma, até então desconsiderado nas publicações estrangeiras.

47. Doador (ou *provedor*), que compreende: a preparação da transmissão do objeto mágico e o fornecimento do objeto mágico ao herói (Propp, 2001: 48).

REFERÊNCIAS

ABRIGHACH, Mohamed. Marruecos/España en la narrativa española contemporânea. Universidad Ibnou Zohr, Agadir. *Boletín Hispánico Helvético*, volumen 26 (otoño 2015), p. 121-151. Disponível em: https://www.academia.edu/36091828/Marruecos_Espa%C3%B1a_en_la_narrativa_espa%C3%B1ola_contempor%C3%A1nea. Acesso em: 04 Mar. 2024.

BRAVO VILLASANTE, Carmen Ruiz. *La voz prometedora de Tánger*. In: NAJMI, Abdelkhalak. *Conversaciones secretas sobre Tánger*. Madrid: Diwan Mayrit, 2023. ISBN: 978-84-18922-91-6.

LÓPEZ BARRIO, Cristina. *Niebla en Tánger*. Barcelona: Editorial Planeta, 2017.

NAJMI, Abdelkhalak. *Conversaciones secretas sobre Tánger*. Madrid: Diwan Mayrit, 2023. ISBN: 978-84-18922-91-6.

PROPP, Vladimir I.. *Morfologia do Conto Maravilhoso*. CopyMarket.com, 2001. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/3d/Propp_Vladimir_Morfologia_do_conto_maravilhoso.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

ROMERO MORALES, Yasmina; TOPA, Francisco (orgs.). *La Narrativa Española sobre Marruecos – discursos literarios de otredad*. Porto: Uniarte Gráfica, 2023. ISBN: 978-989-8156-33-4. Disponível em: https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros/LIVRO_versao_final.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

ROMERO MORALES, Yasmina. De odaliscas, velos, harenes y babuchas: El arquetipo de Sherezade en la narrativa española del siglo XX. *Lectora*, v. 24, p. 223-238. ISSN: 1136-5781. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6635947>. Acesso em 26 fev. 2024.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



EL MIDDLE GROUND COMO UN DESAFÍO A LA SABIDURÍA CONVENCIONAL DEL ORDEN INTERNACIONAL

MIDDLE GROUND: CHALLENGING THE CONVENTIONAL WISDOM IN THE INTERNATIONAL ORDER

Luana Menezes¹

Shaul Mishal y Ori Goldberg son los autores del libro *“Understanding Shiite leadership: The art of the middle ground in Iran and Lebanon”*, que fue publicado en 2014 por la *Cambridge University Press*. Shaul Mishal es un Profesor de Ciencias Políticas en la Universidad de Tel Aviv y en la *School of Government, IDC Herzliya*. Fundó y dirigió el Centro de Estudios Árabes Israelíes, fue autor y coautor de numerosos libros y artículos sobre temas relacionados con la política y la cultura árabe e islámica, y la sociedad y política palestina. Ori Goldberg, a su vez, es profesor en el *Department of Middle Eastern and African History* en la Universidad de Tel Aviv, y sus investigaciones se centran en la interacción entre la fe religiosa y el comportamiento político. Su especialidad es el Islam chiita y el Irán.

“Understanding Shiite leadership: The art of the middle ground in Iran and Lebanon” es un libro que se estructura en 9 capítulos, con una introducción, un epílogo y un glosario, además de la bibliografía. Shaul Mishal y Ori Goldberg profundizan en los enfoques de los liderazgos chiitas en Irán y en el Líbano, explorando cómo se perciben a sí mismos y al mundo. A pesar de la imagen comúnmente retratada de los líderes religiosos en la República Islámica de Irán y el Hezbollah libanés como violentos y radicales, los autores argumentan que estos líderes adoptan una visión y práctica política que conciben al mundo como un “terreno intermedio” (*middle ground*), manteniéndose alejados de posturas absolutistas y extremistas. Los primeros cuatro capítulos abordan los componentes de la cosmovisión y el entorno chiitas, mientras que los siguientes cuatro examinan el liderazgo chiita en acción, explorando diversos contextos y cursos de acción. El capítulo final integra ambos aspectos en una narrativa unificada, considerando la historia, la teología y la práctica a través de los ojos de un individuo chiita iraní.

La llegada de líderes chiitas a Irán y de Hezbolá al Líbano trajo una diferencia en la posición de los líderes chiitas apolíticos en estas regiones, marcado por un rápido proceso

1. Maestría en Estudios Árabes e Islámicos Contemporáneos (2024) por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Licenciada en Relaciones Internacionales (2023) por la Universidad Federal de Pelotas (UFPel). Investigación sobre el mundo árabe y la cooperación internacional descentralizada, principalmente entre Brasil y la región del Levante. Correo electrónico: menezes.luuuh@gmail.com. Enlace al currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1805025713632823>. Enlace a Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3710-4909>.

■ resenha de livro

de politización. Los autores fundamentan la explicación del papel de la religiosidad chiita en los estudios de eruditos que se dedicaron al análisis de la nueva forma de liderazgo chiita, como Dabashi, Abrahamian y Arjomand. Hamid Dabashi concibe el chiismo como una entidad predominantemente cultural, caracterizada por profundas contradicciones. En su perspectiva, cuando el chiismo prevalece moralmente, la dimensión política entra en declive, y cuando la moralidad falla, la esfera política prospera. Ervand Abrahamian, por su parte, cuestiona el uso del término “fundamentalista” para describir a estos líderes chiitas, argumentando que, en la República Islámica de Irán, la religiosidad chiita es una estrategia de la burguesía para movilizar a las clases más bajas en favor de los intereses de clase predominantes. Sugiere que la religiosidad, en este contexto, es un elemento derivado de la esfera social iraní, que motiva procesos sociales auténticos, pero principalmente manipulados por fuerzas e intenciones ocultas. Finalmente, Amir Arjomand adopta un enfoque más histórico para analizar la religiosidad en este contexto, destacando que desde 1501, el chiismo ha sido la religión oficial del Estado de Irán. Observa que los liderazgos chiitas forman parte de una estructura de poder que combina la autoridad espiritual con la autoridad temporal del monarca reinante. Una convergencia entre estas perspectivas es la visión compartida de que la religiosidad refleja, en última instancia, fuerzas y motivaciones ocultas, y que las prácticas religiosas revelan patrones más amplios de comportamiento social e individual.

A la luz de estos liderazgos, Shaul Mishal y Ori Goldberg presentan los conceptos de *High Ground* y *Middle Ground*. Los chiitas han sido, a lo largo de su historia, una minoría perseguida. Las comunidades chiitas rara vez han tenido la oportunidad de confiar su memoria colectiva a instituciones estatales, a pesar de la existencia de varios estados chiitas a lo largo de la historia islámica temprana. Por tanto, la responsabilidad de llevar una vida significativa se delegó en investigadores capaces de analizar e interpretar estos textos. Este liderazgo religioso académico reconoce los extremos absolutos de valores e intereses, pero elige conscientemente trazar su propio camino. Los autores llaman a este dominio intermedio el *middle ground*. En el *High Ground*, tal como lo interpretan los autores, la religiosidad se considera principalmente como un reflejo de principios más amplios como procesos psicológicos, fuerzas económicas, narrativas históricas, etc. Por otro lado, en el *Middle Ground*, la religiosidad juega un papel crucial en la configuración de esta realidad, no oponiéndose a explicaciones psicológicas o económicas, sino buscando complementarlas. Destacan el carácter dinámico y negociado de la experiencia religiosa chiita, así como su influencia en la realidad política chiita. Los límites de este *middle ground* están firmemente establecidos por verdades indiscutibles, una de las cuales es la fe en Dios como único soberano, en detrimento del Estado o del poder popular. La vida en el medio reconoce estas verdades como horizontes, pero las rechaza como destinos.

Los autores presentan tres dimensiones para caracterizar el *middle ground*: vacío, interpretación y fricción. El Vacío está marcado por la ausencia física, viva, pero no presente,

del Duodécimo Imam, el *Mahdi*, que espera el Día del Juicio, cuando regresará como el mesías chiita. Existe un agujero en el que ningún líder puede reemplazarte. Sin embargo, la comunidad no puede quedarse sin un guía autorizado. En este sentido, en ausencia del Imam, la interpretación es la práctica principal de la comunidad Shute. Con la autoridad infalible suspendida, ninguna verdad u orden pretende ser más que una interpretación. Finalmente, la Fricción se considera el eje práctico del término medio chiita, en el que conviven diferentes voces e intereses, sin renunciar a sus diferencias. Lo eterno y lo mundano, lo nacional y lo comunitario se enfrentan y cooperan entre sí dentro de la fricción del término medio. Un ejemplo que ilustra el *middle ground* iraní es la política exterior nuclear, a menudo percibida por muchos países, especialmente los occidentales, como una amenaza en el Medio Oriente. Sin embargo, Irán aprovecha la controversia en torno a sus aspiraciones nucleares como una oportunidad para fortalecer los vínculos con diferentes naciones. Un ejemplo de esto es el fortalecimiento de los vínculos con Venezuela, especialmente después de que la agenda nuclear puso a Irán en conflicto con Estados Unidos.

Las narrativas del Imam Hussein y la historia de la persecución chiita desempeñaron, para los autores, un papel importante en el desarrollo de códigos de conducta apropiados dentro de la comunidad chiita. Sin embargo, las convicciones religiosas eran la base de la vida comunitaria y no servían como plataforma para un orden político. Los chiitas aprendieron que, en el Islam, el énfasis estaba más en lo que uno sentía en el corazón que en la forma en que uno llevaba la vida. Esto contrasta con la creencia suní, que considera que vivir en un Estado islámico y obedecer a un gobernante islámico son manifestaciones supremas de fe. Aunque la comunidad de creyentes chiitas aceptaba la autoridad de los eruditos chiitas (*fugaha*) en cuestiones de adoración y espiritualidad, no los consideraban una autoridad política. Tres fases históricas son presentadas para caracterizar el comportamiento de los dirigentes chiitas en relación con la autoridad del Estado: 1. la Retirada (que ocurrió antes, durante el Imperio Romano y bajo control sunita limitado); 2. la Presencia (marcada por un aumento de la presencia chiita en la política; el surgimiento del estado Safávida); y el *Taqlid* (emulación: concepto que se ha vuelto influyente en la comunidad chiita).

En el ámbito de las interpretaciones, los autores aportan un análisis de algunas figuras importantes en la historia de las autoridades chiitas en Irán, entre ellas Mohammad Reza Shah, que propuso un modelo de autoridad centralizada, unificada y occidentalizada, situando al Estado por encima de las alianzas de las comunidades chiitas; y Khomeini, Líder Supremo de la República Islámica de Irán, se convirtió en una figura casi divina, superando la condición humana. Los autores explican que consideraba que la comunidad académica ocupaba un lugar intermedio en la sociedad chiita. Esta nueva perspectiva chiita, tal como la esbozó Khomeini, busca crear una realidad política intermedia. Esta visión intermedia reconoce y valora voces y puntos de vista diversos. Cada uno mantiene su autonomía, pero

ninguno se vuelve lo suficientemente fuerte como para dominar a los demás durante un período prolongado.

Con respecto al entorno cultural y geopolítico en el que operan los líderes chiitas, los autores dividen el *middle ground* en tres tipos de espacios: comunitario/social, institucional y fronterizo. El espacio comunitario está estructurado en torno a lealtades primarias, redes informales y valores fundamentales compartidos. El espacio institucional, especialmente en el ámbito del Estado y de las instituciones públicas, representa la dimensión social relacionada con la distribución del poder oficial. La frontera se ha convertido en el espacio que resalta la conexión entre mito y realidad en la tradición chiita. Este espacio está habitado por mitos chiitas y también marca una frontera territorial tangible, que separa la tierra que uno posee de la tierra que uno desea.

Para presentar la cuestión del *middle ground* en la experiencia libanesa, los autores proporcionan una contextualización teórica en la que identifican que la realidad chiita en el Líbano difiere crucialmente de la realidad iraní. Mientras que los chiitas en Irán han sido dirigidos por líderes chiitas laicos durante más de 500 años, los chiitas libaneses han enfrentado la marginación política a lo largo de la historia, siendo excluidos de las responsabilidades estatales durante la Primera Guerra Mundial y más tarde con el Pacto Nacional de 1943, obteniendo la posición menos influyente entre los tres poderes. El surgimiento de Musa al-Sadr marcó un punto de inflexión en la política libanesa, especialmente en relación con la presencia de la OLP en el Líbano. Al-Sadr fundó AMAL en 1974, el primer movimiento político chiita libanés en muchos años, que combina elementos del Islam político moderado, retórica revolucionaria y tradición chiita, atrayendo a jóvenes urbanos y chiitas pobres. Después de la invasión israelí en el Líbano en 1982, los disidentes chiitas se separaron de AMAL y formaron el Hezbolá, inspirados por los esfuerzos de la República Islámica de Irán por exportar la revolución de Khomeini al Líbano. Hezbolá se presenta como una organización dedicada a implementar la doctrina de Jomeini de *velayat-e faqih* (gobernanza del jurista), que reclama autoridad política para los eruditos chiitas y busca establecer un estado islámico en el Líbano. Con un considerable apoyo financiero y militar de Irán, el Hezbolá creció rápidamente, convirtiéndose en unas pocas décadas en la autoridad dominante en el sur del Líbano.

Se describe el *middle ground* chiita como diverso y que sufrió una rápida politización en la segunda mitad del siglo XX, lo que dio lugar a enfrentamientos políticos en la República Islámica de Irán. La historia política de ese país está marcada por debates entre diferentes interpretaciones de este término medio. En la competencia entre partidos en la República Islámica, no es un juego de suma cero, y la victoria y la derrota no son absolutas, siendo la lucha una parte integral de esta realidad intermedia, con conflictos duraderos y tensiones prolongadas. Además del mundo chiita, los autores destacan la aplicación de políticas de *middle ground* en las relaciones con otros países, ejemplificadas en la relación entre Irán y

Venezuela, especialmente en términos de petróleo e intereses revolucionarios. Las declaraciones públicas de los líderes iraníes revelan fricciones dentro del modo conformista. Desde el Líder Supremo Khomeini hasta los expertos gubernamentales en energía, los funcionarios iraníes continúan asegurando a la comunidad internacional la naturaleza civil del programa nuclear de Irán, argumentando que el desarrollo nuclear tiene como objetivo la electricidad, el dominio del ciclo del combustible y el potencial suministro futuro de combustible, justificando la búsqueda de tecnología nuclear como una necesidad para diversificar las fuentes de energía.

Al analizar las dificultades del *middle ground* los autores identifican que, con las elecciones en Irán de 2009, la tradición política inspirada por Khomeini comenzó a ser abandonada. Inicia un período denominado por los autores como “radicalización del término medio”, que percibe el término medio como un medio y no un fin en sí mismo. Mientras que Khomeini veía el término medio como la base fundamental de su visión del mundo, para Ahmadinejad era considerado un mal necesario. Khomeini creía en la distinción entre lo absoluto y lo humano, y veía el término medio como la opción preferible para una vida virtuosa y significativa, accesible al hombre falible en ausencia de la verdad absoluta de Dios. Por el contrario, Ahmadinejad consideraba que el término medio carecía de valor intrínseco. Las elecciones de 2013, que llevaron a Hassan Rouhani al poder, representaron efectivamente un referéndum sobre el atractivo de la radicalización intermedia.

Hacia el final del libro, los autores retoman el análisis de la experiencia intermedia del liderazgo chiíta en la figura de Hezbolá en el Líbano. El liderazgo de Hezbolá, marcado por una historia de persecución y exclusión, presenta diferencias significativas en comparación con el liderazgo iraní, que opera en un entorno más coherente. Contrariamente a la cohesión del liderazgo iraní, Hezbolá enfrenta un entorno fragmentado, con su poder no totalmente controlado por el Estado libanés. La organización se encuentra amenazada por Israel y a menudo es considerada enemiga por las fuerzas de seguridad libanesas. Los autores exploran la estrategia de Hezbolá hacia las comunidades cristianas maronitas y suníes, destacando que, a pesar de una historia de marginación, Hezbolá no adopta una estrategia de rechazo total. En lugar de ello, la organización implementa una aplicación simultánea y compleja de dos modos estratégicos: uno tradicional asociado con la continuidad y otro revolucionario asociado con el cambio. Aunque esta dualidad pueda parecer paradójica, es esencial para la supervivencia de Hezbolá. La organización participa en negociaciones, reflejando un comportamiento revolucionario, al mismo tiempo que recurre a ataques armados en línea con el comportamiento estratégico tradicional. La diversidad de perspectivas dentro de la organización impide la adopción exclusiva de un modo sobre otro, ya que ello pondría en peligro su existencia. El enfoque estratégico conformista, dirigido a minimizar las desventajas del orden existente, se convierte en una forma efectiva de resistencia contra las acciones e ideologías radicales de Hezbolá.

■ resenha de livro

En resumen, tanto Irán como Hezbolá representan un desafío radical a la sabiduría política convencional. Su enfoque de gestionar las tensiones y percibir el mundo como un término medio distancia a los líderes chiitas de la lógica superior de los órdenes democráticos. La conducta de Irán y Hezbolá se caracteriza por una combinación de procesos históricos, agudos instintos políticos y una visión claramente religiosa del mundo. El hecho de que estos elementos no siguen necesariamente una estrategia clara, dogmática o basada en intereses suele desconcertar a muchas personas. Es precisamente esta diversidad interna la que posiciona la lógica chiita que hemos explorado como una auténtica fuerza para tener en cuenta en el escenario global.

Por fin, el nuevo liderazgo chiita, examinado por los autores del libro, fue un precursor destacado del orden político intermedio. Aunque este liderazgo a menudo se percibe como extremista e inflexible, los autores sostienen que está impulsado por el deseo de transformar el mundo sin dejar de estar firmemente arraigado en él. La fe que motiva a este liderazgo chiita radica en la capacidad de equilibrar la verdad divina con el contexto humano. Este equilibrio dio como resultado un enfoque no dogmático de la religiosidad, lo que convirtió a los líderes chiitas en un pionero inesperado en la política intermedia. El desafío que plantea el emergente *middle ground* a la sabiduría convencional del orden internacional es inmediato y de gran alcance. Es más probable que el mundo contemporáneo exista en constante transformación que en estancamiento. Sus límites son ambiguos y cambiantes en lugar de distintos y estáticos. La conclusión a la que llegan Shaul Mishal y Ori Goldberg es que la voluntad inconcebible de hoy se convertirá en la voluntad inevitable de mañana y que, aunque inicialmente pueda parecer dura y discordante, más tarde será inspiradora y eventualmente se volverá inevitable.

Referências

MISHAL, Shaul; GOLDBERG, Ori. *Understanding Shiite leadership: The art of the middle ground in Iran and Lebanon*. Cambridge University Press, 2014.



Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY-NC-SA)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>